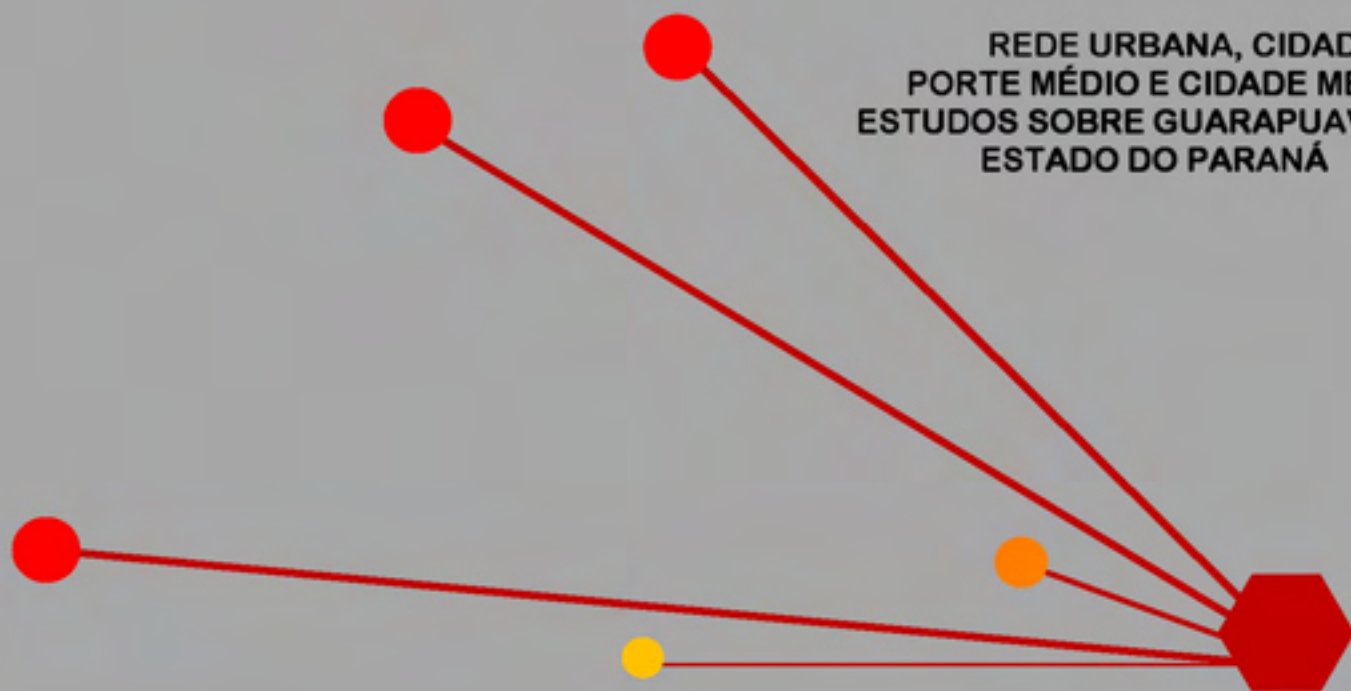


Sandra Cristina Ferreira

**REDE URBANA, CIDADE DE
PORTE MÉDIO E CIDADE MÉDIA:
ESTUDOS SOBRE GUARAPUAVA NO
ESTADO DO PARANÁ**



Presidente Prudente, 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT/UNESP
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**REDE URBANA, CIDADE DE PORTE MÉDIO E CIDADE MÉDIA:
ESTUDOS SOBRE GUARAPUAVA NO ESTADO DO PARANÁ**

Sandra Cristina Ferreira

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia, para
obtenção do título de Doutora em
Geografia. Área de Concentração:
Produção do Espaço.

Orientador: Prof^o. Arthur Magon
Whitacker

Presidente Prudente, 2010

F443 r Ferreira, Sandra Cristina.
Rede urbana, cidades de porte médio e cidades médias: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná / Sandra Cristina Ferreira. - Presidente Prudente : [s.n], 2010.
xiii, 298 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Arthur Magon Whitacker.

Inclui bibliografia

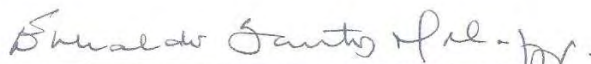
1. Rede urbana. 2. Cidade de Porte Médio. 3. Cidade Média. 4. Interações Espaciais. 5. Paraná. 6. Centro Sul do Paraná. I. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD 910

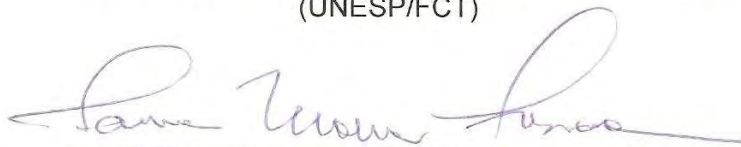
BANCA EXAMINADORA



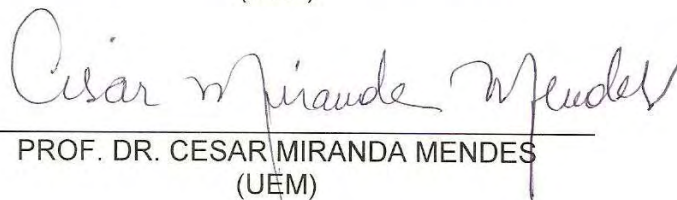
PROF. DR. ARTHUR MAGON WHITACKER
ORIENTADOR



PROF. DR. EVERALDO SANTOS MELAZZO
(UNESP/FCT)



PROFA. DRA. TANIA MARIA FRESCA
(UEL)



PROF. DR. CESAR MIRANDA MENDES
(UEM)



PROF. DR. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL
(UNESP/FCT)

SANDRA CRISTINA FERREIRA

Presidente Prudente (SP), 05 de novembro de 2010.

Resultado:

APROVADA

Agradecimentos

À meus pais Jair Ferreira e Maria Casteluci pelos valores que me ensinaram, por serem minha referência e terem me levado à escola no momento certo dando início ao processo sistemático de minha formação profissional;

À minha irmã Sílvia pelas orações e incentivo;

Ao meu filho Kaio por tornar minha vida mais divertida;

Ao meu esposo Francisco pelo apoio técnico, logístico e toda a atenção e carinho dispensado a mim e ao trabalho durante esse tempo de constantes e intensos debates;

À Anita pela paz que transmite e a companhia constante;

Aos amigos que compartilharam comigo as tensões de escrever uma tese enquanto um mundo de acontecimentos na velocidade da luz invadem a vida cotidiana, entre eles;

Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes pelo apoio técnico na elaboração dos mapas, nas discussões sobre a tese, pela acolhida carinhosa junto à família (Emerson e Guilherme);

Necio Turra Neto pelo diálogo inerente às questões sobre a tese, pelo incentivo e atenção presente desde a graduação;

Beatriz Fagundes pelas conversas animadoras, carinho e hospitalidade com que sempre me recebe;

Cecília Hauresko pelas palavras sinceras de incentivo e o compartilhar de sua experiência no Doutorado;

Ariane Raggio por las charlas, lágrimas y risas compartidas;

Damian Budrys por el apoyo y la amistad;

Aos colegas de departamento que incentivaram a realização desse trabalho;

Aos acadêmicos: da UNICENTRO:

Tiago Coradelli, Patrícia dos Santos, Everton Schroeder Ribeiro e Gabriel Moteka, Marcos Frandolozo, Daniel Cirilo e Fernando pelo apoio à realização do trabalho de campo, pelas discussões sobre a pesquisa e o bom humor que tornaram leves os momentos que trabalhamos juntos;

Ao João Morimitsu e Eduardo Americano pela elaboração dos mapas;

Ao Tiago Machado pelo apoio na impressão;

A todas as pessoas em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis que se dispuseram a nos receber, a responder às questões demandadas pelo questionários e pelas conversar com a equipe de pesquisa;

Aos funcionários do IBGE em especial à Yara do IBGE de Curitiba, aos funcionários do IPARDES pelas informações e dados fornecidos;

Enfim, formalizo meus agradecimentos à UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Sul do Paraná pelo período de afastamento concedido para a qualificação;

As instituições estaduais que propiciaram minha formação acadêmica por meio de seus quadros de funcionários e docentes sendo elas:

UEL - Universidade Estadual de Londrina (graduação);

UEM - Universidade Estadual de Maringá (Pós Graduação/Mestrado);

UNESP - Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente (Pós graduação/Doutorado);

Em especial, à Alice T. Asari, Jaime de Oliveira e Tania Maria Fresca (UEL); Elpidio Serra, Dalton Áureo Moro e Cesar Miranda Mendes (UEM) e; da UNESP à Carminha (Maria Encarnação Beltrão Sposito) pelo incentivo, ensinamentos e sugestões bibliográficas, aos professores Eliseu Sposito e Nivaldo Hespañol pelas pertinentes observações no exame de qualificação e, a Arthur Magon Whitacker pela dedicada orientação, pelas leituras atentas das versões do trabalho e pelas observações precisas e fundamentais à produção desta tese.

RESUMO

Nesta tese empreendemos uma discussão sobre rede urbana e cidade média como temática central que tem por objeto de estudo a cidade de Guarapuava, no Centro Sul do Paraná. Procuramos verificar, por meio de uma análise específica dessa cidade e das interações espaciais entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, a existência de uma rede urbana e a funcionalidade de Guarapuava como cidade média ou de porte médio no contexto regional. Para o desenvolvimento do trabalho, iniciamos com uma discussão teórica e conceitual sobre rede e rede urbana, em seguida combinamos uma análise espaço-temporal visando à compreensão dos principais processos (urbanização e industrialização) e agentes (grupos sociais, Capital e Estado) participantes da produção e consolidação da rede urbana brasileira. Nessa perspectiva analítica, apresentamos os estudos do IBGE/REGIC como importante referência para estudos dessa natureza e a configuração recente da rede urbana segundo IBGE/REGIC (2008). A partir desse enfoque, direcionamos a análise para as cidades na rede urbana paranaense, dentre as quais, priorizamos Guarapuava por constituir o objeto central dessa análise. Para caracterizar essa cidade quanto a sua função no contexto regional, empregamos a metodologia para estudos sobre cidades médias da ReCiMe (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias), e a metodologia do IBGE/REGIC para a classificação hierárquica das cidades na rede urbana quanto a oferta de bens e serviços. Os dados empíricos obtidos com o trabalho de campo viabilizaram a compreensão das interações materiais em virtude dos deslocamentos para aquisição de bens e serviços e as interações imateriais com a comunicação por telefone e *internet*. Nortearam a elaboração da pesquisa o conceito de rede urbana e a noção de cidade média, além de conceitos adjacentes como espaço, tempo, escala. Ainda no campo teórico, categorias como a formação socioespacial, estrutura, função, processo e forma, singular, particular e universal permearam a análise interagindo com o empírico na construção do processo investigativo e na produção dos resultados.

Palavras chave: Interação espacial, rede urbana, cidade média, cidade de porte médio, Guarapuava-PR.

ABSTRACT

In this thesis, a discussion about urban network and average city as central theme is open, which aims to the city of Guarapuava, in central southern Paraná. We try to verify, through a specific analysis of this town and also the spatial interactions between Guarapuava, Laranjeiras do Sul and Prudentópolis, the existence of an urban network and the functionality of Guarapuava as an average city or a midsize city in the regional context. To develop this work, we start with a theoretical and conceptual discussion about network and urban network, then a combined timeline analysis aiming at understanding the main processes (urbanization and industrialization) and agents (social groups, Capital and State) involved in the productions and consolidation of the Brazilian urban network. In this analytical perspective, as an important reference we present studies of IBGE/REGIC and also a recent configuration of the urban network, according to IBGE/REGIC (2008). Through this approach, we orientate an analysis to the cities of Paranaense urban network, among which, Guarapuava is highlighted for being the central object of this analysis. To characterize this city as its role in the regional context, we used the ReCiMe (Network Researchers on average cities) methods for studies of average cities, and also the IBGE/REGIC methods to the hierarchical classification of the urban network cities, regarding the supply of goods and services. The empirical data obtained in the field work allowed the comprehension of the material interactions due to displacement of goods and services, and the immaterial interactions with the communication by telephone and internet. It has guided the development of this research the concept of urban network and the average city notion, further the adjacent concepts of space, time and scale. Still in the theoretical, categories like the sociospatial formation, structure, function, process and form, singular, particular and universal permeate the analysis, interacting with the empirical in the construction of the investigative process and the production of results.

Key-words: Urban network, average city, midsize city, spatial interaction, Guarapuava-PR.

RESUMEN

En esta tesis emprendimos una discusión sobre red urbana y ciudad mediana como temática central que tiene por objetivo de estudio la ciudad de Guarapuava, en el Centro Sur de Paraná. Buscamos verificar, por medio de un análisis específico de esa ciudad y de las interacciones espaciales entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul y Prudentópolis, la existencia de una red urbana y la funcionalidad de Guarapuava como ciudad mediana o de porte mediano en el contexto regional. Para el desarrollo del trabajo, iniciamos con una discusión teórica y conceptual sobre red y red urbana, enseguida combinamos un análisis espacio temporal buscando la comprensión de los principales procesos (urbanización e industrialización) y agentes (grupos sociales, Capital y Estado) participantes de la producción y consolidación de la red urbana brasileña. En esa perspectiva analítica, presentamos los estudios de IBGE/REGIC como importante referencia para estudios de esa naturaleza y la configuración reciente de la red urbana según IBGE/REGIC (2008). A partir de ese enfoque, direccionamos el análisis para las ciudades en la red urbana paranaense, entre las cuales, priorizamos Guarapuava por constituir el objeto central de ese análisis. Para caracterizar esa ciudad en cuanto a su función en el contexto regional, empleamos la metodología para estudios sobre ciudades medianas de la ReCiMe (Red de Investigadores sobre Ciudades Medianas), y la metodología de IBGE/REGIC para la clasificación jerárquica de las ciudades en la red urbana desde el punto de vista de oferta de bienes y servicios. Los datos empíricos obtenidos con el trabajo de campo han viabilizado la comprensión de las interacciones materiales en virtud de los desplazamientos para la adquisición de bienes y servicios y las interacciones inmateriales como la comunicación por teléfono e *internet*. Orientaron la elaboración de la pesquisa el concepto de red urbana y la noción de ciudad mediana, además de conceptos adyacentes como espacio, tiempo, escala. Aún en el campo teórico, categorías como la formación socio espacial, estructura, función, proceso y forma, singular, particular y universal han permeabilizado el análisis interactuando con lo empírico en la construcción del proceso investigativo y en la producción de los resultados.

Palavras clave: Interacción espacial, red urbana, ciudad mediana, ciudad de porte mediano, Guarapuava-PR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mesorregiões do Paraná e Mesorregião Centro Sul do Paraná	32
Figura 2	Localização no Paraná das cidades selecionadas para a pesquisa.....	43
Figura 3	Setores pesquisados segundo a renda	48
Figura 4	Interface do software Questionare Pesquisador 3.1	54
Figura 5	Rede Urbana do Brasil – 2007	103
Figura 6	Cidades no Paraná com população entre 50 e 100 mil e 100 e 500 mil habitantes	114
Figura 7	Evolução da hierarquia urbana no Paraná – 1966, 1978, 1993 e 2007.....	116
Figura 8	Classificação e área de influencia das Cidades no Paraná-2007	120
Figura 9	Região de Influência de Guarapuava – 2007	124
Figura 10	Região de Influência de Londrina e Maringá – 2007	127
Figura 11	Região de Influência de Cascavel 2007.....	129
Figura 12	Região de Influência de Ponta Grossa – 2007.....	132
Figura 13	Perímetro atual de Guarapuava e municípios desmembrados	162
Figura 14	Área Central de Guarapuava (1853 – 1950).....	164
Figura 15	Distribuição espacial das agências bancárias e rede de lojas de móveis locais, regionais e nacionais.....	171
Figura 16	“Shopping” Maria Antonia – Guarapuava-PR.....	193
Figura 17	Mudança de uso: de galeria comercial à loja de 1,99	193
Figura 18	Distribuição dos municípios com déficit habitacional no Paraná	201
Figura 19	Habitações improvisadas em área carente por infraestrutura urbana no Jardim Industrial – Guarapuava/PR.....	209
Figura 20	Condições ambientais e de infraestrutura na periferia urbana de Guarapuava/PR.....	209
Figura 21	A expansão urbana de Guarapuava de 1940 a 2007	214
Figura 22	Local de consumo de bens e serviços entre os pesquisados em Guarapuava-PR	233
Figura 23	Local de consumo de serviços de saúde entre os pesquisados em Guarapuava-PR	236

Figura 24	Destino das comunicações telefônicas originadas em Guarapuava-PR	256
Figura 25	Destino das comunicações por <i>internet</i> originadas em Guarapuava – PR	262
Figura 26	Local de consumo de bens e serviços pelos residentes em Laranjeiras do Sul-PR.....	270
Figura 27	Local de consumo de bens e serviços pelos residentes em Prudentópolis-PR.....	271
Figura 28	Destino dos deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR	289
Figura 29	Destino dos deslocamentos originados em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR.....	294
Figura 30	Destino das ligações telefônicas originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR.....	304
Figura 31	Destino das ligações telefônicas originadas em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR	305
Figura 32	Destino das comunicações por <i>internet</i> originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR	310
Figura 33	Destino das comunicações por <i>internet</i> originadas em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR	312

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Nível de centralidade das cidades no Paraná – 2000	38
Quadro 2	Nível de centralidade das cidades no Paraná (2008)	39
Quadro 3	Estabelecimentos pesquisados para a obtenção de informações secundárias	40
Quadro 4	Classificação das cidades pesquisadas segundo o nível de centralidade - 2000 e 2008.....	42
Quadro 5	Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis: população urbana total, domicílios ocupados e tamanho de amostras	46

Quadro 6	Grupos de variáveis para pesquisas sobre cidades médias.....	56
Quadro 7	Número de cidades no Brasil por quantidade de habitantes (1940-1980)	85
Quadro 8	População urbana e rural no Brasil (1940-2006).....	91
Quadro 9	Evolução dos estudos de hierarquização da rede urbana – IBGE/REGIC (1966, 1978, 1993, 2007)	95
Quadro 10	Classificação e Hierarquia das Cidades – 2007.....	102
Quadro 11	Processos que contribuíram para a formação da rede urbana paranaense (sec. XVI a 1970)	107
Quadro 12	Dinâmica populacional do Paraná (1940-2007)	111
Quadro 13	Cidades entre 50 e 100 e 100 e 500 mil habitantes por décadas no Paraná ..	113
Quadro 14	Cidades brasileiras contempladas com o Programa Cidades de Porte Médio (1974, 1977 a 1980)	138
Quadro 15	Períodos, processos e agentes relevantes na formação socioespacial de Guarapuava-PR.....	153
Quadro 16	Desmembramentos territoriais de Guarapuava (1889-1995)	160
Quadro 17	Maiores economias – Paraná – 2005.....	168
Quadro 18	Cidades no Paraná segundo nível de diversidade em comércio e serviços em 2007	173
Quadro 19	Valor Adicionado Fiscal da Atividade Comercial e de Serviços de Guarapuava e Cascavel 2007/2008 - (R\$ 1,00)	174
Quadro 20	Arrecadação de ICMS de Guarapuava e Cascavel em 2007, 2008 e 2009 - (R\$1,00)	174
Quadro 21	Valor Adicionado Fiscal por setores de atividade em Guarapuava e Cascavel – 2008 (R\$1,00)	175
Quadro 22	População Total, Econômica Ativa e Ocupada de Guarapuava e Cascavel em 2000	178
Quadro 23	População total, famílias e pessoas em situação de pobreza em Guarapuava e Cascavel (2000)	180
Quadro 24	Número de Estabelecimentos e empregos formais no setor industrial em Guarapuava e Cascavel – 2006	181

Quadro 25	Atividades de serviços, número de estabelecimentos e empregos formais em Guarapuava e Cascavel – 2006	182
Quadro 26	Comércio varejista, atacadista, número de estabelecimentos e empregos Guarapuava e Cascavel	183
Quadro 27	Meios de Transportes em Guarapuava – 1928-2010	187
Quadro 28	Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros – 2008.....	189
Quadro 29	Principais estabelecimentos de saúde públicos em Guarapuava-PR – 2005..	195
Quadro 30	Equipamentos para serviços de saúde em Guarapuava.....	195
Quadro 31	Total de domicílios e percentual de inadequação de água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica – 2000	212
Quadro 32	Relação, variáveis e resultados.....	215
Quadro 33	Consumo de bens e serviços pelos pesquisados em Guarapuava – PR segundo a renda em salários mínimos – 2008	230
Quadro 34	Consumo de serviços de saúde entre os pesquisados em Guarapuava-PR segundo a renda em salários mínimos – 2008	234
Quadro 35	Consumo de serviços de agência de turismo e advocacia entre os pesquisados em Guarapuava-PR segundo a renda em salários mínimos – 2008.....	235
Quadro 36	Deslocamentos procedentes de Guarapuava internos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR – 2008	238
Quadro 37	Destino e motivo dos deslocamento na região Centro Sul do Paraná região de influência de Guarapuava-PR – 2008.....	239
Quadro 38	Ocupações e principais destinos dos deslocamentos originados em Guarapuava-PR – 2008	239
Quadro 39	Destino e renda em salários mínimos dos pesquisados que se deslocam para municípios da região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava – PR – 2008	240
Quadro 40	Destino e frequência dos deslocamentos na região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava – PR – 2008	242

Quadro 41	Porcentagem dos pesquisados que se deslocam e dos que não se deslocam para fora da região Centro Sul do Paraná e da região de influência de Guarapuava – PR – 2008	243
Quadro 42	Destinos e motivos dos deslocamentos externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência Guarapuava – PR – 2008	244
Quadro 43	Destino e renda dos respondentes que se deslocam para Municípios externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava – PR – 2008	245
Quadro 44	Destino e frequência dos deslocamentos externos à região Centro Sul e região de influência de Guarapuava – PR – 2008	246
Quadro 45	Motivo e frequência dos deslocamentos para Curitiba por nível de renda – 2008	247
Quadro 46	Comunicação por telefone com municípios internos e externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava – PR – 2008 ...	251
Quadro 47	Direção e motivo das conexões telefônicas originadas em Guarapuava com municípios internos e externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava – PR – 2008	252
Quadro 48	Comunicação por <i>internet</i> interna e externa à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR – 2008	257
Quadro 49	Destinos e motivos das conexões por <i>internet</i> com municípios internos à região Centro Sul do Paraná e à região de influência de Guarapuava – PR – 2008	258
Quadro 50	Consumo de bens e serviços pelos respondentes de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR – 2008	268
Quadro 51	Deslocamentos para Guarapuava originados em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR – 2008	272
Quadro 52	Motivo e frequência dos deslocamentos em direção à Guarapuava por nível de renda dos pesquisados em Laranjeiras do Sul – PR – 2008.....	273
Quadro 53	Ocupação dos pesquisados e motivo dos deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul com destino à Guarapuava – PR – 2008	274
Quadro 54	Motivo e frequência dos deslocamento originados em Prudentópolis em direção à Guarapuava segundo a renda dos pesquisados – 2008	275

Quadro 55	Motivo e meio de transporte utilizado para os deslocamentos de Prudentópolis para Guarapuava – PR – 2008	276
Quadro 56	Deslocamentos internos e externos – 2008.....	278
Quadro 57	Destinos e motivos dos deslocamentos internos e externos à região de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR – 2008	280
Quadro 58	Ocupação dos respondentes de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR – 2008	281
Quadro 59	Destino e frequência dos deslocamentos internos e externos originados em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR – 2008	283
Quadro 60	Destino dos deslocamentos interno e externo à região de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis e renda dos pesquisados – 2008	285
Quadro 61	Percentual de ligações telefônicas para Guarapuava originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR – 2008	296
Quadro 62	Motivo e frequência das ligações telefônicas originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis em direção a Guarapuava– PR – 2008	297
Quadro 63	Percentual de comunicação por telefone com cidades da região de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR – 2008	298
Quadro 64	Destino e motivo das ligações telefônicas originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR – 2008.....	299
Quadro 65	Destino e Frequência das ligações telefônicas originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis –PR – 2008.....	301
Quadro 66	Comunicação com Guarapuava via <i>internet</i> -2008.....	306
Quadro 67	Motivo e frequência das comunicações por <i>internet</i> com Guarapuava originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR – 2008.....	307
Quadro 68	Comunicação por <i>internet</i> com outras cidades originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR – 2008.....	307
Quadro 69	Destino e motivo das comunicações por <i>internet</i> originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR – 2008.....	308
Quadro 70	Evolução hierárquica de Cascavel, Guarapuava e Ponta Grossa	322

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Brasil: taxas regionais de urbanização de 1940 a 2000	90
Tabela 2	Cidades na área de influência de Guarapuava, classificação e população – 2007	122
Tabela 3	Cidades na área de influência de Londrina classificação e população – 2007	125
Tabela 4	Cidades na área de influência de Maringá, classificação e população – 2007	126
Tabela 5	Cidades na área de influência de Cascavel: classificação e população – 2007	128
Tabela 6	Cidades na área de influência de Ponta Grossa: classificação e população – 2007	130
Tabela 7	Agências Bancárias em Guarapuava e Cascavel (2010)	170
Tabela 8	Dinâmica demográfica de Guarapuava – (1940-2007)	176
Tabela 9	Evolução do IDH-M Guarapuava e Cascavel-1991 e 2000	178
Tabela 10	Dinâmica populacional de Laranjeiras do Sul-PR - 1950/2007.....	264
Tabela 11	Dinâmica demográfica de Prudentópolis-PR (1970-2007).....	265
Tabela 12	Distância das cidades pesquisadas até Londrina e às urbes no Paraná mais indicadas entre os pesquisados – 2010	291

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Guarapuava: Renda dos pesquisados - 2008 (%)	51
Gráfico 2	Meios de transportes utilizados para deslocamento na região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR – 2008	242
Gráfico 3	Meio de transporte utilizado para deslocamentos externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR (2008)	248
Gráfico 4	Frequência das comunicações realizadas em âmbito interno e externo à área de pesquisa - 2008	253
Gráfico 5	Média salarial dos pesquisados que realizam comunicações telefônicas internas e externas à área de pesquisa - 2008	255
Gráfico 6	Média salarial dos pesquisados que realizam conexões por <i>internet</i> internas e externas à área de pesquisa – 2008	260
Gráfico 7	Idade dos pesquisados em Guarapuava que realizam comunicação por <i>internet</i> em âmbito interno e externo à área de pesquisa – 2008	261
Gráfico 8	Meio de transporte utilizado para os deslocamentos internos e externos – 2008	286

LISTA DE SIGLAS

ACIC: Associação Comercial e Industrial de Cascavel

ACIG: Associação Comercial e Industrial de Guarapuava

ACP: Área de Concentração Populacional

ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações.

BIRD: banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM: Banco Mundial.

BMW: *Bayerische Motoren Werke*.

BNH: Banco Nacional de habitação.

BNDE: *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico*.

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CACEX: Carteira de Comércio Exterior do Banco.

CAIS: Complexos Agroindustriais.

CAM: *Computer Aided Design*.

CDI: Conselho de Desenvolvimento Industrial.

CFCE: Conselho Federal do Comércio Exterior.

CIC: Cidade Industrial de Curitiba.

CIS: Consórcio Integrado de Saúde.

CIGMS: Computer Integrated Global Manufacturing Systems.

COHAPAR: Companhia de Habitação do Paraná.

CME: Coordenação de Mobilização Econômica.

CNDU: Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano.

CNPIC: Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.

CNPU: Comissão Nacional de Política Urbana.

COHAPAR: Companhia de habitação do Paraná.

CPDs: Centros de Processamento de Dados.

CPE: Comissão do Planejamento Econômico.

CPM/Bird: Projeto Especial de Cidades de Porte Médio.

CPM: Capitais e Cidades de Porte Médio.

CRQ: *Celular Quality Control*.

CTA: Centro Técnico Aeroespacial.

CTEF: Conselho Técnico de Economia e Finanças.

CTI: Centro de Terapia Intensiva.

DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público.

DIT: Divisão Internacional do Trabalho.

DTT: Divisão Territorial do Trabalho.

ELETROBRÁS: Empresa Brasileira de Energia.

EMBRATEL: Empresa Brasileira de Telecomunicações.

EUA: Estados Unidos da América

FMI: Fundo monetário Internacional.

FIBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia

FSE: Formação SocioEspacial.

GVT: *Global Village Telecon*

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas espaciais.

IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

IPTU: Imposto Predial Territorial urbano.

ITA: Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

JK: Juscelino Kubitschek

LS: Laranjeiras do Sul

MG: Minas Gerais.

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NESUR/UNICAMP: Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional

OMC: Organização Mundial do Comércio.

PETROBRÁS: Petróleo Brasileiro S/A.

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento.

PDU/PR: Plano de Desenvolvimento Urbano do Paraná.

PNCCPM: Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio

PIB: Produto Interno Bruto.

PIB-M: Produto Interno Bruto Municipal.

PEA: População Economicamente Ativa.

PNDU: Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais.

ReCiMe: Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias.

REGIC: Região de Influência das Cidades.

RMC: Região Metropolitana de Curitiba.

SEFA/PR: Secretaria de Estado e Fazenda do Paraná

SIS: Sistema Integrado de Saúde.

SUS: Sistema Único de Saúde.

SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito.

TELEBRÁS: Telecomunicações Brasileiras.

TAM: Transportes Aéreos Marília

UTI: Unidade de Terapia Intensiva.

VAF/T: Valor Adicionado Fiscal Total

SUMÁRIO

RESUMO	V
ABSTRACT	VI
RESUMEN	VII
LISTA DE FIGURAS	VIII
LISTA DE QUADROS	IX
LISTA DE TABELAS	XIV
LISTA DE GRÁFICOS	XV
LISTA DE SIGLAS	XV
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1 - A REDE URBANA BRASILEIRA E AS CIDADES MÉDIAS E DE PORTE MÉDIO	61
1. Rede e rede urbana: uma introdução à temática	62
1.1. Sobre a da rede urbana	66
1.2. A Urbanização e a industrialização no Brasil: rede urbana e cidades médias em contexto	70
1.2.1. Urbanização e cidades no Brasil no limiar do século XX	72
1.2.2. O Estado e o Capital na produção do espaço urbano nacional	77
1.2.3. Expansão e descentralização urbana e industrial: condições para o aumento do número de cidades de porte médio	82
1.2.4. A globalização e a tecnologia na redefinição do papel das cidades e o enfoque às cidades médias	88
1.3. Configuração da rede urbana brasileira segundo estudos do IBGE/REGIC	93
1.3.1. Sobre o IBGE/REGIC: histórico e aspectos teórico-metodológicos	94
1.3.2. A rede de cidades brasileira em 2007	96
1.3.3. Classificação das cidades brasileiras: hierarquia urbana e área de influência	99
1.4. A população e as cidades na formação da rede urbana do Paraná: uma contextualização	105
1.4.1. Dinâmica demográfica e a consolidação do Paraná urbano	109
1.4.2. Evolução hierárquica das cidades na rede urbana do Paraná de 1966 a 2007.....	115
1.4.3. Região de influência de Guarapuava, Londrina, Maringá Cascavel e Ponta Grossa	121
1.4.3.1. Região de influência de Guarapuava	122
1.4.3.2. Região de influência de Londrina e Maringá	125

1.4.3.3.	Região de influência de Cascavel	128
1.4.3.4.	Região de influência de Ponta Grossa	130
1.5.	Síntese analítica sobre a rede urbana paranaense e Guarapuava	133
CAPÍTULO 2 - GUARAPUAVA À LUZ DA TEORIA E METODOLOGIA PARA ESTUDOS SOBRE CIDADES MÉDIAS		135
2.	As cidades de porte médio e médias nos planos nacionais de desenvolvimento..	136
2.1.	Problematizações e estudos sobre cidades de porte médio e médias no Brasil ...	141
2.2.	Gênese e desenvolvimento da base social e produtiva: eventos e agentes na produção do espaço	151
2.2.1.	Guarapuava: reorganização do espaço urbano após 1970	157
2.2.2.	Características intra-urbanas de Guarapuava: da formação à cidade atual	160
2.3.	Avaliando a função de cidade média	166
2.3.1.	Atividades econômicas predominantes e atuação de novos agentes	166
2.3.2.	Comércios e serviços: atividades socioespacialmente seletivas	169
2.3.3.	Dinâmica populacional e mercado de trabalho	175
2.3.4.	Mercado de trabalho em Guarapuava: breve caracterização	180
2.3.5.	Infraestruturas de transportes e equipamentos urbanos coletivos	184
2.3.5.1.	Rede de transportes: estabelecendo conexões entre os lugares	184
2.3.5.2.	Equipamentos urbanos coletivos: elementos para a estrutura e dinâmica intra-urbana	192
2.3.6.	As condições de moradia como indicadores da estrutura urbana	197
2.3.6.1.	Ocupações irregulares: favelas	199
2.3.6.2.	Políticas habitacionais públicas e privadas em Guarapuava: loteamentos, conjuntos habitacionais e “desfavelamento”	201
2.3.6.3.	Loteamentos e a possibilidade de moradia	202
2.3.6.4.	Conjuntos habitacionais em Guarapuava: interesses versus necessidades	204
2.3.6.5.	Programas de desfavelamento: regularização ou valorização urbana	206
2.3.6.6.	Verticalização como alternativa de valorização urbana e difusão do moderno ...	210
2.3.6.7.	Habitabilidade	212
2.4.	Síntese sobre o apresentado	215
CAPÍTULO 3 - INTERAÇÕES ESPACIAIS ENTRE GUARAPUAVA, LARANJEIRAS DO SUL E PRUDENTÓPOLIS		219
3.	Interações espaciais: deslocamentos e comunicações entre cidades	220
3.1.	Interações espaciais e a formação de fluxos originados em Guarapuava-PR.....	228

3.1.1.	Deslocamentos internos e externos à região Centro Sul do Paraná e à região de influência de Guarapuava-PR.....	237
3.1.2.	Deslocamentos internos à região Centro Sul do Paraná e à região de influência de Guarapuava-PR	238
3.1.3.	Deslocamentos externos à região Centro Sul e à região de influência de Guarapuava-PR.....	243
3.1.4.	Fluxos imateriais: comunicação por telefone e <i>internet</i>	250
3.1.5.	Comunicação via <i>internet</i>	257
3.2.	Destino, motivos e intensidade das interações espaciais originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis.....	264
3.2.1.	Laranjeiras do Sul	264
3.2.2.	Prudentópolis	265
3.2.3.	Laranjeiras do Sul e Prudentópolis: bens e serviços	266
3.2.4.	Deslocamentos realizados pelos pesquisados para municípios internos e externos à região de Laranjeiras do Sul (Centro Sul) e de Prudentópolis (Sudeste)	278
3.2.5.	Dispersão e convergências de fluxos materiais	292
3.2.6.	Comunicação por telefone	296
3.2.7.	Comunicação por telefone com municípios da região de Laranjeiras do Sul (Centro Sul) e de Prudentópolis (Sudeste) e com municípios externos a esses recortes espaciais	298
3.2.8.	Comunicação por <i>internet</i>	306
3.3.	Guarapuava no sistema regional e na rede urbana paranaense	314
3.3.1.	Sobre a condição de cidade média	317
3.3.2.	A centralidade na definição de funções na rede urbana	321
	4. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA	327
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	333
	ANEXOS	343

INTRODUÇÃO

O tema rede urbana e cidades médias tem sido discutido na Geografia brasileira vinculado ao contexto da urbanização e industrialização. Tais processos apresentam-se indissociáveis na realização de pesquisas e na elucidação de hipóteses pertinentes à produção das cidades e da rede urbana como uma construção social. Ao tratarmos especificamente da cidade média, consideramos que sua existência é viabilizada pela criação de um ambiente propício ao seu florescimento, cujo fundamento é o aparecimento de uma rede urbana moderna com algum nível de complexidade que possibilitasse se pensar o conceito (CORRÊA, 2007).

Em escala nacional, a valorização das cidades médias torna-se mais evidente a partir da ampliação do setor industrial e do surgimento dos programas de apoio às cidades de porte médio na década de 1970, inseridos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) que deram maior visibilidade a essa categoria de cidades. Naquele momento, a rede urbana brasileira apresentava sinais de expansão e aumento no número de cidades, assim como a incidência de população urbana maior que a rural, a ampliação do consumo e do movimento populacional. Parte dessas transformações de ordem socioespacial foram oriundas dos impulsos da capitalização do campo e da cidade com o processo de industrialização, a modernização econômica e o avanço técnico, científico e informacional.

No Brasil, a partir da década de 1970, a rede urbana brasileira passou por transformações, que, conforme Corrêa (2001), foram determinadas por mudanças ocorridas na organização socioespacial. A distribuição das atividades e das funções seguiram com São Paulo e Rio de Janeiro no topo da hierarquia e, em 2007, também com Brasília, que também passou a integrar essa posição hierárquica.

No Paraná, na década de 1970, destacavam-se, além de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa com mais de 100 mil habitantes, concentrando maior contingente populacional e dinâmica econômica. O número de cidades com esse porte aumentou, intensificando as relações em rede no referido estado pelas interações favorecidas pelos fluxos entre cidades de diferentes portes, que foram motivados pela condição de oferta de bens, serviços e empregos, além de outras atividades e características que contribuíram para que as cidades se tornassem atrativas.

Dentre as muitas mudanças desencadeadas após 1980 até o início do século XXI, destacam-se: a desconcentração de atividades econômicas, a ampliação e a diversificação de atividades industriais que beneficiaram a economia de outras cidades e oportunizaram o surgimento de centros industriais especializados; a modernização, industrialização e capitalização do campo, com ênfase na constituição de complexos agroindustriais; as inovações na gestão das indústrias, do comércio e de serviços; a terciarização e a constituição de grandes corporações empresariais.

A partir de 1990, além do mencionado conjunto de transformações, somaram-se as novas tecnologias e a globalização, que intensificaram a DIT (Divisão Internacional do Trabalho) e acrescentaram funções às cidades. A tecnologia da informação e as inovações tecnológicas nos processos produtivos estimularam a descentralização populacional e econômica, a concorrência, a capacitação profissional e a especialização dos lugares. Desse modo, entendemos que a rede urbana e as cidades médias no Brasil foram impulsionadas por processos comuns, mas, que as particularidades devem ser consideradas conforme a formação socioespacial de cada recorte.

A associação entre rede urbana e cidades médias, nesta pesquisa, deve-se à pressuposição de que a rede urbana é fundamental para o desempenho das cidades médias num conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados em rede, uma vez que as interações espaciais viabilizam a existência e o funcionamento dessa categoria de cidades.

A diversificação das interações espaciais foi favorecida pelas redes de transporte e telecomunicações, assim como pela ampliação da produção e distribuição de energia, que contribuíram para a utilização de equipamentos de base tecnológica e incorporaram novas áreas ao processo produtivo nacional, atribuindo, também, novos papéis às cidades médias no sentido de sua funcionalidade. As cidades médias são caracterizadas pelos processos de especialização funcional e produtiva de alta competitividade, pois o processo de especialização, criado internamente ou induzido de fora,

confere às cidades médias uma particularidade funcional, simultaneamente diferenciadora e integradora, podendo estar associado às novas demandas do campo e às novas atividades agrícolas regionais, à implantação de atividades industriais, reflexo do processo de reestruturação e desconcentração industrial e à criação de formas alternativas e diferenciadas de atividades por parte da ação empreendedora das elites locais, geralmente, no segmento terciário e, em alguns casos, também no industrial. (SILVEIRA, 2002, p.14).

As especializações reconfiguram a funcionalidade dessas cidades, inserindo-as numa divisão territorial do trabalho mais complexa e possibilitando a inserção diferenciada na rede urbana. Neste sentido, entendemos que pesquisas sobre cidades médias, realizadas tanto pela Geografia quanto por outras áreas de conhecimento, são importantes por estimularem constantes reflexões sobre o papel que essas cidades exercem no país e no entorno regional onde estão inseridas, em virtude da importância socioeconômica, cultural e política que elas têm assumido nos últimos tempos (SOARES, 2001).

Assim, frente à complexidade de fatores que envolvem a rede urbana e as cidades médias, estabelecemos algumas diretrizes que possibilitaram definir o recorte espacial, temporal e o arcabouço teórico-conceitual e metodológico que favoreceram a investigação do problema, tendo por objetivo identificar a possibilidade de desempenho de funções de cidade média por Guarapuava na rede urbana do Centro Sul do Paraná. Para atender a tal objetivo, além das questões pertinentes à qualificação funcional de uma cidade média consideramos as interações espaciais entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, avaliando a formação de fluxos e o nível de centralidade de Guarapuava junto às cidades da região e as suas áreas de influência, assim como, a dinâmica da rede.

No item “*Sobre a pesquisa: do tema à metodologia*”, que se encontra no decorrer dessa introdução, estão os esclarecimentos sobre a definição temática, a construção do objeto de estudo e os aportes teórico, conceitual e metodológico, que embasaram e serviram de orientação ao desenvolvimento desta pesquisa que se apresenta estruturada em três capítulos.

No *capítulo 1*, denominado *A rede urbana brasileira, as cidades de porte médio e as cidades médias*, realizamos uma abordagem teórica e conceitual sobre rede urbana, com uma introdução ao conceito matriz de rede. Seguimos com a discussão sobre a formação e desenvolvimento da rede urbana brasileira no contexto da urbanização e industrialização no país, que têm nas principais transformações de ordem político-econômica, que permearam a sociedade e o espaço do final do século XIX ao início do XXI, o viés que sustenta e define a rede urbana e as cidades médias nessa rede.

Tais transformações referem-se à participação da produção cafeeira como base de acumulação de capital para o desenvolvimento da indústria e, ao mesmo tempo, como promotora de uma nova ordem social que aconteceu com o esgotamento das relações escravagistas e com a gradativa introdução da mão-de-obra assalariada, resultando um

importante advento para a valorização das cidades como local de residência, não somente para passeio e compras. A sucessão de governos, teve, em cada período, sua importância para a consolidação da rede de cidades e para a definição do quadro social brasileiro.

Assim, tanto o Estado quanto o Capital, seja público ou privado, nacional ou estrangeiro, interagiram para a concretização do modelo urbano-industrial e para a formação da sociedade de consumo que sustenta esse modelo. O Estado atuou na formação de bases energéticas, de transportes e de comunicação e os investimentos em estatais que favoreceu a consolidação de setores cruciais para o desempenho de atividades econômicas. Os capitais nacional e estrangeiro investiram na implantação de indústrias nacionais e multinacionais que alavancaram a produção, com destaque para o setor alimentício e automotivo. No escopo das questões econômicas, destacamos a centralização das infraestruturas e atividades econômicas no Sudeste, acentuando que sua descentralização figura como um mecanismo de expansão do paradigma econômico nas regiões brasileiras, com o intuito de demonstrarmos que seu fortalecimento, aliado à coesão territorial, se apresenta como meio de expansão dos investimentos.

As medidas governamentais atuaram na promoção dessa descentralização econômica e populacional das metrópoles e capitais com a implantação de polos de desenvolvimento (1950-70) e de políticas específicas vinculadas aos PNDs, que seguiram em três versões sequenciais (1972-74), (1974-78), (1979-80). Desses planos, fez parte o Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio o (PNCCPM), que incentivou a interiorização das cidades brasileiras, com a extensão, sobretudo, de infraestruturas como energia, transporte e telecomunicações, além da cessão de subsídios para ações internas que aconteceram segundo as intenções e a capacidade empreendedora local.

Com a consolidação do local de residência da maioria da população em centros urbanos, as cidades de porte médio participaram da promoção do equilíbrio na rede urbana e na ampliação da DTT (Divisão Territorial do Trabalho), desempenhando algumas funções antes oferecidas somente por grandes centros urbanos e constituindo-se em cidades médias no sentido funcional. Os equipamentos tecnológicos nas cidades médias abriram oportunidade para os novos agentes, os profissionais qualificados, com nível de informação mais ampla. Com esse conteúdo, redefiniu-se o quadro das relações sociais e o papel da própria cidade, mas, também, urbes e pessoas foram excluídas desse processo,

ampliando a desigualdade socioespacial de maneira que nem toda cidade de porte intermediário exerce função de cidade média na rede urbana.

Os estudos desenvolvidos pelo IBGE/REGIC sobre a rede urbana brasileira, sua configuração, mudanças e tendências, atuaram como bases para a definição de políticas públicas e constituíram-se em fontes de dados para pesquisas na referida área. Neste estudo, inclui-se a rede urbana paranaense com a classificação das cidades segundo a posição hierárquica, propiciando a identificação dos principais sistemas e subsistemas urbanos, as cidades socioeconomicamente mais relevantes e suas evoluções na rede.

Em contribuição ao entendimento da caracterização das cidades no Paraná, apresentamos sucintamente a dinâmica demográfica e informações sobre a consolidação do Paraná como urbano, apoiados por um quadro com a periodização do século XVI à década de 1970, que destaca os principais processos e agentes históricos, políticos e econômicos que impulsionaram o surgimento e a evolução das cidades. A discussão segue destacando as principais cidades atuantes na rede urbana do estado, ressaltando aquelas com população entre 50 e 100 mil habitantes, consideradas de pequeno porte, e as com população entre 100 e 500 mil habitantes, que são as de porte médio, segundo a classificação do IBGE que foi considerada na pesquisa.

Sobre o papel das cidades paranaenses na rede urbana, empreendemos uma discussão que apresenta a evolução dessa rede segundo os estudos do IBGE/REGIC, em suas edições de 1966 a 2007, com as mudanças entre as cidades quanto à posição na hierarquia urbana. Desses estudos, destacamos o mais recente, com pesquisas realizadas em 2007, que apresenta a classificação e a região de influência das cidades no Paraná.

Do mapa geral, com as diversas centralidades do estado, evidenciamos aquelas que compõem a região de influência direta de Guarapuava com o número de habitantes na área urbana de cada uma. Estabelecemos parâmetros para o entendimento sobre o nível de relevância de Guarapuava na referida rede, a partir de considerações sobre a região de influência de outras cidades paranaenses, como Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, por estarem classificadas em posição hierárquica superior à Guarapuava e inferior à capital. Apresentamos as regiões de influência direta dessas cidades com as principais centralidades e o respectivo número de habitantes na área urbana. O VAF-T (Valor Adicionado Fiscal Total) de Guarapuava e das demais cidades elencadas foi apresentado

com o objetivo de exemplificar e diferenciar cada urbe conforme a importância econômica das mesmas no Paraná.

Frente às cidades destacadas na rede urbana paranaense e considerando a discussão teórica sobre rede urbana e sua formação no Brasil, no *capítulo 2*, intitulado *Guarapuava à luz da teoria e metodologia para estudos de cidades médias*, objetivamos entender sua função no contexto regional, indicado anteriormente pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2005), como um recorte com características socioespaciais mais críticas em relação a outras regiões no Paraná. Essa discussão pautou-se principalmente em características intraurbanas e em algumas informações referentes à dimensão interurbana.

Assim, iniciamos uma discussão teórica sobre a noção de cidade média e os estudos realizados no Brasil sobre essa categoria de cidades por alguns dos principais pesquisadores/as que se dedicam à temática, como Santos (1993, 2003), Amorim Filho (1976), Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982, 1984), Amorim Filho, Serra (2001), Soares (2001, 2005), Pontes (2000) Sposito (2001, 2007), Andrade e Lodder (1979), Andrade, Serra (2001), Steinberger e Bruna (1984).

A contribuição dos pesquisadores compreende também os aportes teórico e metodológico para a investigação e caracterização da cidade média, dentre os quais elegemos a metodologia da ReCiMe (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias) que contribuiu para a fundamentação da pesquisa, no que tange à função de Guarapuava como cidade média.

Antes de iniciarmos com a apresentação e a análise das variáveis que visam à identificação de uma cidade média, apresentamos aspectos relevantes da formação socioespacial de Guarapuava para melhor conhecimento da formação da cidade, principal objeto desta pesquisa. Para esse exercício, desenvolvemos uma discussão com o apoio de um quadro de periodização no qual se encontram processos e agentes mais relevantes na ocupação, evolução e desenvolvimento socioespacial de Guarapuava, com abordagem subjacente ao contexto regional. Os períodos dispostos vão da ocupação (século XVIII) à década de 1970, a partir de quando a cidade começou a apresentar características mais evidentes de uma sociedade urbana com possibilidades de inserção na rede e perspectivas de ampliação e modernização das atividades econômicas, que foram favorecidas pelas inovações técnicas e expansão das redes de transporte.

Na sequência, procuramos caracterizar Guarapuava empregando os dados secundários; mapas e fotos com a finalidade de demonstrar como a cidade encontra-se em relação às variáveis propostas pela ReCiMe, referentes a ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos; dinâmica populacional e mercado de trabalho; equipamentos e infraestrutura e condições de moradia. No final do capítulo, apresentamos uma síntese sobre a contemplação das variáveis propostas pela ReCiMe identificadas em Guarapuava.

Para aprofundar o conhecimento sobre a realidade pesquisada, adentrar às questões interurbanas e investigar, por meio das interações espaciais, os fluxos gerados entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Prudentópolis e destas cidades com outras urbes, evidenciando a centralidade que Guarapuava exerce no contexto regional, no *capítulo 3*, denominado *Interações espaciais entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis*, trabalhamos com os dados empíricos procurando correlacioná-los à base teórica, conceitual e metodológica.

Nesse capítulo, analisamos as informações obtidas, construindo por meio dos resultados os argumentos que conduziram às respostas para as indagações centrais da pesquisa, que giraram em torno da formação e dinâmica da rede urbana e de uma cidade média no Centro Sul do Paraná. Fundamentados pela metodologia do IBGE/REGIC para a classificação das cidades na rede urbana, com considerações pertinentes às especificidades desta pesquisa, apresentamos e discutimos as respostas provenientes dos questionários aplicados, que investigaram sobre os deslocamentos para consumo de bens e serviços e sobre a comunicação por telefone (fixo e móvel) e *internet*.

Sobre o consumo de bens e serviços, as variáveis pesquisadas foram relacionadas à compra de eletroeletrônicos, automóveis e motocicletas, compra e manutenção de computadores e periféricos, serviços de saúde, ortodontia, uso de agências de turismo e serviços de advocacia. Os resultados estatísticos são apresentados em tabelas, quadros e gráficos, conforme requer cada questão, e em mapas, que apresentam a distribuição ou concentração espacial dos fluxos.

Os fluxos imateriais referentes à comunicação por telefone e *internet* representados nos cartogramas mostram a direção das comunicações originadas em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis. Com o conteúdo oferecido pelas informações oriundas da pesquisa empírica, obtivemos subsídios suficientes para empreendermos a discussão

sobre a função de Guarapuava na rede urbana regional e paranaense, aprofundando a análise sobre a função de cidade média e tendo a centralidade e a interação com a área de influência consideradas como questões fundamentais para a definição de funções de intermediação.

O trabalho empírico, associado às leituras, dados e informações secundárias, ofereceu os argumentos para avançarmos para a finalização desta tese que ora apresentamos. Para melhor compreensão sobre o processo de elaboração desta pesquisa, antes de iniciarmos com o Capítulo 1, apresentamos, a seguir, parte do trajeto acadêmico percorrido até a definição da tese e das escolhas que resultaram na sua elaboração, com informações sobre as abordagens teóricas, conceituais e metodológicas. Desejamos que a soma de todos os elementos que se encontram articulados neste trabalho corrobore para seu entendimento e propicie uma leitura produtiva.

Sobre a pesquisa: do tema à metodologia

A construção do objeto de pesquisa, necessário para toda e qualquer investigação científica, costuma surgir de preocupações ou, no mínimo, inquietações advindas da observação de processos ou fenômenos recorrentes em uma determinada área. Apesar de a escolha de um determinado objeto ser produto de uma construção teórica, conceitual e metodológica, ela também pressupõe associações empíricas e está condicionada ao olhar, às experiências e aos conhecimentos do/a pesquisador/a.

Assim, o trabalho que ora apresentamos não é produto de uma escolha recente, iniciada com o doutorado, outros agentes foram determinantes na consolidação desse processo investigativo e de formação profissional. Além de uma identificação pessoal com a cidade e o urbano, a trajetória acadêmica iniciada pela graduação em Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL) representa o momento que, entre tantas influências procedentes do meio universitário e da Geografia, a contribuição pedagógica dos docentes, confirmou o delineamento de uma inclinação por temas relacionados à Geografia Urbana. As aulas, trabalhos de campo e discussões empreendidas, sobretudo, com a Prof^a. Dr^a. Tania Maria Fresca, certamente provocaram e despertaram esse interesse singular.

Esse percurso seguiu sendo construído e aprimorado com o mestrado, cursado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde pude experimentar o processo de

investigação científica sob a orientação do Prof^o. Dr. César Miranda Mendes e compartilhar de muitas experiências com o corpo docente da Pós-Graduação, em especial, com os professores Elpídio Serra e Dalton Áureo Moro. Por meio desse caminho acadêmico, chegamos à Universidade Estadual do Centro Sul do Paraná/UNICENTRO, agora como docente do quadro efetivo.

Como não podia ser diferente, seguimos para o Doutorado, desta vez no Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do Prof^o. Dr. Arthur Magon Whitacker. Essa instituição sempre esteve presente em outras fases de nosso processo de formação, pelo contato com amigos, pela participação em eventos, disciplinas e pelas as publicações dos docentes da Geografia de Presidente Prudente

Diversas influências, somadas às escolhas pessoais em relação ao método, metodologia e referências teóricas, foram responsáveis pelo estabelecimento das primeiras diretrizes rumo à construção da pesquisa. O tema, a *cidade média na rede urbana* deriva de observações amplas em relação à rede de cidades paranaenses, a partir da qual, direcionamos o foco para Guarapuava, no Centro Sul do Paraná, estabelecendo assim, o recorte analítico inicial (Figura 1). Tendo experimentado a vivência em diferentes cidades, principalmente no estado do Paraná, deparamo-nos em 2003, com Guarapuava uma cidade originada no século XIX, localizada no centro do referido estado, metaforicamente ilhada entre 28 pequenas cidades e numa região com história vinculada à exploração vegetal, baixa industrialização e condições de desenvolvimento insatisfatórias, sentimos o desejo e a necessidade de compreendê-la para além do que a observação imediata me permitira.

O trabalho docente exerceu significativas influências na definição do tema e na construção do objeto, em função das pesquisas científicas envolvendo a rede urbana e as cidades pequenas que desenvolvemos e orientamos. Com o doutorado tivemos a oportunidade de direcionar as investigações para as cidades funcionalmente médias na rede urbana, considerando a distinção entre as cidades que apresentam apenas o porte médio, segundo critérios demográficos. Guarapuava justifica-se como objeto de estudo em virtude de seu porte e pela necessidade de investigações quanto a sua funcionalidade no âmbito regional. Para estudar Guarapuava no contexto das cidades médias, teríamos que entender o processo de sua formação socioespacial e identificar sua função frente às demais cidades.

Primeiramente verificamos a inexistência de referências nessa linha de discussão que pudessem fornecer subsídios para uma reflexão mais consistente sobre rede urbana e

cidade média na região. Grande parte das referências encontradas apontava o isolamento, o relevo e a vegetação como motivos do menor desenvolvimento; outras indicavam as rivalidades políticas, em diferentes escalas como inibidoras do desenvolvimento local/regional. Outras ainda, detiveram-se a descrições históricas.

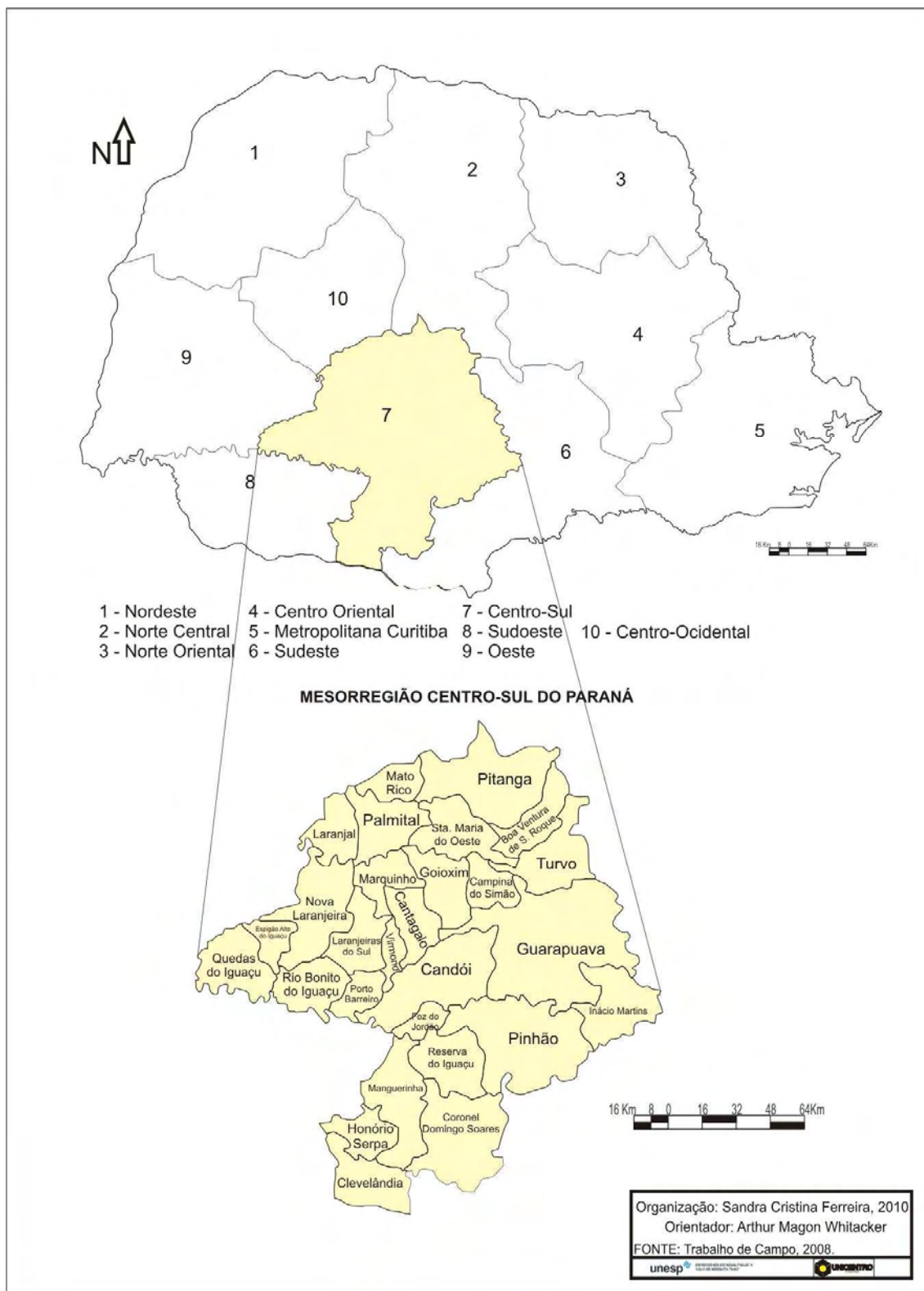
Reconhecemos o mérito de tais trabalhos, pois os mesmos contribuíram para o rastreamento periódico de processos e agentes responsáveis pela formação da cidade e da região, cabendo-nos trabalhar sob uma nova perspectiva, acrescentar outras referências e buscar no empírico as informações nem sempre disponíveis ou óbvias.

Verificamos que pesquisas mais recentes¹ trouxeram novas contribuições ao entendimento da cidade apesar de o enfoque de tais pesquisas valorizar outros temas e não tomar como central as questões sobre rede urbana, cidade média e de porte médio como o caso que pretendíamos estudar. Sentimo-nos, então, instigados a compreender a atuação de uma cidade de porte médio, que atravessa mais um século sem apresentar mudanças qualitativas no desempenho socioeconômico e no posicionamento na rede urbana paranaense e regional, apresentando inclusive, pouco acréscimo populacional na área urbana (141.694 em 2000 e 150.157 em 2007), enquanto a região Centro Sul como um todo de 2000 a 2007 perdia população no total de 533.317 a 480.779 (IBGE, 2000 e 2007), o que denota que a cidade não atraiu significativamente a população que deixou a região.

Embora tenha sido elevada à categoria de cidade em 1871, foi só a partir da década de 1970 que Guarapuava passou a apresentar uma organização social e produtiva com população, infraestrutura que lhe confere características urbanas mais complexas, devido ao atendimento de novas demandas em comércio e serviços que a modernização agrícola e a expansão da indústria impõem.

¹ Silva (1995 e 2002), Turra Neto(2008), Gomes (2009), Loboda (2009), Lacheski (2009), Druciaki (2009), Americano (2007); Marques (2000); Tembil (2007), Silva (2007).

Figura 1: Mesorregiões do Paraná e Mesorregião Centro Sul do Paraná



A partir daquela década, novos elementos decorrentes de processos políticos e econômicos gerais como a industrialização, ampliação da urbanização e consumo nas cidades foram gradativamente inseridos na sociedade e no espaço, tornando-os cada vez mais urbanos, apesar das fortes características rurais coexistentes.

Diante dessa problematização, decidimos averiguar os principais agentes e processos que produziram e produzem a cidade de Guarapuava e sua interação espacial no contexto regional. Para tanto, foram incorporados mais dois municípios à análise (Laranjeiras do Sul e Prudentópolis)² para verificar as interações e o fluxo entre elas e delas com outras cidades localizadas em outras escalas. Como auxílio a essa busca, além de uma apresentação abrangente da urbanização e formação da rede urbana brasileira, consideramos importante compreender a rede urbana do Paraná e identificar as cidades que interagem na rede, e a partir desse conjunto, verificar a participação de Guarapuava.

As hipóteses, *a priori*, eram de que as interações entre as cidades no recorte estudado não permitiria a formação de uma rede urbana com dinâmica que sustentasse uma cidade funcionalmente média, a partir de parâmetros que associam o porte médio ao amplo mercado consumidor, à ampla e complexa oferta de serviços, ao comércio, às atividades industriais e às interações espaciais. Essa compreensão imediata necessitava confirmação ou refutação e respostas mais contundentes, que somente seriam alcançadas por meio da pesquisa.

Para avançar além do campo empírico, encontramos na ciência geográfica o respaldo teórico oferecido pela Geografia Urbana, sobretudo, no que se refere à rede urbana e às cidades de diferentes portes, por constituírem dinâmicas socioespaciais inerentes ao processo de urbanização e industrialização no Brasil com repercussão específica em escala estadual e regional. A maneira como tais processos (urbanização e industrialização) são recebidos e desenvolvidos pelos agentes sociais em cada recorte socioespacial resulta na produção diferenciada do espaço geográfico, das cidades e sua inserção na rede urbana.

Assim, procuramos articular reflexões sobre a produção da rede urbana e as cidades de porte médio e cidades médias em escalas nacional, estadual e regional, com ênfase na análise da cidade de Guarapuava. Para fundamentar a discussão, buscamos nos conceitos (rede urbana, espaço, tempo e escala), teorias (Das Localidades Centrais, Dois Circuitos da

² Esclarecimentos sobre a escolha de tais cidades e não de outras serão apresentados no decorrer desse texto.

Economia), categorias clássicas da Geografia (Formação Socioespacial, Singular, Particular, Universal) e, na noção de cidade média os principais pressupostos teóricos para desenvolvimento da pesquisa. Os processos de urbanização e industrialização e os diferentes agentes compreendidos pelos grupos sociais, Capital (público e privado) e o Estado, em suas diferentes esferas (Federal, Estadual e Municipal), constituem mecanismos de movimento e transformação socioespacial e essa compreensão é imprescindível para o desenvolvimento da proposta.

Embora haja semelhanças entre as cidades induzidas por um modo de produção geral e pela existência de atividades inerentes à elas, as singularidades revelam conteúdo(s) que resultam em determinado tipo de posição na hierarquia urbana. Partimos do pressuposto de que “a compreensão do processo de urbanização é fundamental para se entender como se estrutura ou por que não se estrutura uma rede urbana, em um dado território e período, e que [...] apenas as articulações espaço-temporais entre urbanização e cidades possibilitam uma análise mais profunda do papel de cada uma delas na divisão regional, nacional e internacional do trabalho” (SPOSITO, 2001, p.626). Desse modo, assim como as abordagens teórica e conceitual, a definição das interações entre as três cidades pesquisadas, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis foi uma preocupação e uma necessidade para avançar com o estudo proposto.

Na discussão sobre a rede urbana e cidades médias encontramos a problemática referente a caracterização das cidades de porte médio e cidades médias, sendo importante a distinção entre ambas e uma definição metodológica específica para o estudo das cidades médias. Além da fundamentação teórica sobre as cidades de porte médio e a qualificação das cidades médias, adotamos a metodologia proposta pela ReCiMe que se encontra detalhada nesse texto para aprofundarmos as análises sobre Guarapuava.

Ao caracterizar Guarapuava segundo a metodologia da ReCiMe, empregamos alguns dados comparativos com a cidade de Cascavel a fim de oferecer parâmetros de análise e entendimento sobre a diferença de papéis na rede urbana entre as duas cidades propiciada pela dinâmica socioeconômica evidenciada por dados relativos ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação sobre Mercadorias e Serviços), VAF (Valor Adicionado Fiscal), mercado de trabalho e número de estabelecimentos industriais comerciais e de serviços, entre outros.

Assim, a pesquisa em questão está inserida na dinâmica socioespacial local/regional e permite a reflexão sobre a manifestação em outras escalas dos fenômenos estudados, quais sejam: a rede urbana, cidade de porte médio e cidade média. Além disso, justifica-se ainda, por oferecer subsídios para a ampliação e aperfeiçoamento operacional e metodológico de estudos posteriores, podendo suscitar novos desdobramentos em processos investigativos.

Abordagem teórica e procedimentos metodológicos

Tão importante quanto a definição do tema e do objeto, a orientação teórica e metodológica constitui um aspecto primordial na realização da pesquisa. Vale frisar que, com esse tópico, temos a pretensão de apresentar a abordagem e os procedimentos adotados, mas, isso não significa que façamos uma apreensão mental dissociada do processo construtivo. A abordagem teórica e os procedimentos metodológicos são dimensões adjacentes que concatenam o teórico à realidade empírica e *vice versa*. Os procedimentos (incluem-se aqui as técnicas) devem ser coerentes e estarem relacionados com a teoria (entenda-se o conjunto de conceitos, categorias, noções, referencial bibliográfico etc.), de tal forma que os procedimentos sejam teoria encarnada (KOYRÉ, 1979); teoria materializada (BACHELARD, 1968) e, teoria em ato (BORDIEU, 1968).

Pretendemos que as opções teóricas estejam presentes em todo o corpo do trabalho, circundando a discussão teórica e empírica. Assim, não constituímos uma revisão de literatura apresentada separadamente. O conceito de rede urbana e a noção de cidade média como discussão central encontram-se mais detalhados e junto aos respectivos capítulos no intuito de promover a continuidade da leitura sobre o conceito/noção e o objeto em estudo.

Demais conceitos como tempo, espaço e escala, categorias, tais como formação socioespacial, interação espacial, singular, particular, universal, forma, função, estrutura e processo, e teorias como a das Localidades Centrais e dos Dois Circuitos da Economia permeiam implicitamente o trabalho.

Procedimentos metodológicos

Fazemos, preliminarmente, uma advertência ao leitor: na leitura deste item, ele encontrará um grande detalhamento dos procedimentos desenvolvidos para a obtenção de dados diretos, o que pode se tornar enfadonho, caso a preocupação não recaia em se compreender cada fase nesse processo de coleta de informações.

Reafirmamos, porém, nossa compreensão de que é importante descrever, apresentar e analisar os procedimentos metodológicos utilizados. Isso valoriza a pesquisa e lhe dá credibilidade, uma vez que permite que se valide a pesquisa feita, tanto quanto permite que se conheçam as limitações e possibilidades dos procedimentos adotados.

Denominamos procedimentos qualitativos as amostras pertinentes aos diversos dados secundários e observações de campo incluídos na pesquisa e quantitativos são aqueles dados primários oriundos do trabalho de campo, calculados sob a base de um universo estatístico. Cabe esclarecer que o período entre início e final da pesquisa não foi favorável à utilização de dados mais recentes dos censos do IBGE para a demonstração de alguns elementos, exceto pela estimativa da população realizada em 2007, que também não foi completa.

Em virtude disso, muitas informações baseiam-se em dados de 2000. No entanto, em muitos casos, como os referentes à Guarapuava, a pesquisa empírica auxiliou no entendimento de algumas dinâmicas como as referentes ao número de estabelecimentos e ao mercado de trabalho de 2005, entre outras, como a sobre déficit habitacional e a de número de famílias pobres.

Assim, a maioria dos dados, os gerados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), entre outros é decorrente de 2000 a 2010. Empreendemos esforços em analisar esses dados de maneira que as diferenças quanto ao seu período de produção fossem minimizadas.

Para avaliar sua importância no contexto regional, buscamos conhecer a Região de Influência e o nível de centralidade que Guarapuava representa em relação à região em que

está inserida e às cidades de outras regiões. Em virtude do número extenso de cidades³, tivemos a necessidade de selecionar algumas urbes para a pesquisa. Segundo IBGE/REGIC(2008), entre as 28 cidades da Região Centro Sul, 19 constituem a rede urbana dentre as quais há pouca variação nos níveis de centralidade, variando pouco também os papéis. Muitos núcleos urbanos relacionam-se, principalmente, com a sua zona rural e possuem minimamente os equipamentos urbanos básicos, atividades de comércio e serviços, além de desempenharem um nível de centralidade local.

Para a definição das cidades, além de Guarapuava, que fariam parte da pesquisa, pautamo-nos nos estudos do IBGE denominados Região de Influência de Cidades (REGIC) dos anos de 2000 e 2008 e, a partir dos mesmos, selecionamos cidades que, juntamente com Guarapuava, apresentam nível de influência mais significativo na Região Centro Sul, partindo do pressuposto de que elas podem desempenhar papéis importantes na rede urbana e estabelecer trocas internas ou externas ao âmbito regional.

O IBGE/REGIC (2000) apresentou oito níveis de centralidade urbana, que vão do máximo (nível 8) ao muito fraco (nível 1) (Anexo 1). Essa hierarquia vai do Centro de Zona (situado um nível acima do simples centro local, quase sem centralidade), passando pelo Centro Sub-regional, pela Capital Regional e pelo Centro Sub-metropolitano até chegar à Metrópole Regional e, finalmente, à Metrópole Nacional. O Quadro 1 apresenta o nível de centralidade segundo as interações espaciais no Paraná.

Como pode ser observado no quadro, além de Guarapuava, destacam-se as cidades de Laranjeiras do Sul, Palmas e Pitanga localizadas na Região Centro Sul e Prudentópolis, localizada na Região Sudeste, mas que, encontra-se sob influência de Guarapuava. Mesmo apresentando níveis de centralidade distintos, nosso interesse voltou-se para as três primeiras cidades por apresentarem nível de centralidade mais elevado que simples centros locais na hierarquia urbana regional. Contudo, o recorte não se definiu nesse momento.

³ Diferencia-se, conceitualmente, município de cidade. O primeiro é a menor unidade administrativa prevista na Constituição Federal e engloba a sede do município, seus distritos e a sua zona rural. A utilização do termo cidade nesta pesquisa é fortemente influenciado por sua utilização nos estudos denominados Região de Influência das Cidades, ao qual retornaremos no decorrer deste item. Os termos município e cidade serão empregados conforme a necessidade analítica.

Quadro 1: Nível de centralidade das cidades no Paraná - 2000	
Nível de Centralidade	Cidade
Máximo	Curitiba
Muito Forte	Londrina, Maringá
Forte	Cascavel, Ponta Grossa.
Forte para Médio	Francisco Beltrão, Guarapuava , Pato Branco, União da Vitória, Foz do Iguaçu, Apucarana, Campo Mourão, Paranavaí, Umuarama,
Médio	Caçador (SC), Canoinhas (SC), Laranjeiras do Sul , Palmas , Porto União, Toledo, Medianeira, Irati, Medianeira, Cornélio Procópio, Ivaiporã, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Arapongas, Jandaia do Sul, Cianorte, Goioerê,
Médio para Fraco	Campo Largo, Dois Vizinhos, Pitanga , Curitiba, Guairá, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Colorado, Bandeirantes, Ibaiti, Wenceslau Braz, Rolândia, Mandaguari, Nova Esperança,
Fraco	São Mateus do Sul, Barracão, Realeza, Dionísio Cerqueira, São Lourenço do Oeste, Corbélia, Castro, Palmeira, Assaí, Faxinal, Loanda, Rondon, Marialva, Ubiratã.
Muito Fraco	Diversos e numerosos núcleos urbanos, dentre eles Prudentópolis .*
Fonte: IBGE/REGIC, 2000. Org.: FERREIRA, S. C. 2008. * Grifo nas cidades com nível de centralidade na hierarquia urbana localizadas na Região Centro Sul do Paraná ou sob a área de influência de Guarapuava.	

A Microrregião Geográfica de Palmas, em concordância com a lei estadual nº 15.825 de 28/04/2008, passou a integrar a Mesorregião do Sudoeste Paranaense e não mais a do Centro-Sul paranaense e sua localização geográfica não nos favorecia nos deslocamentos para o trabalho de campo. Tínhamos, ainda, outra preocupação que precisávamos considerar: o resultado de uma nova pesquisa do IBGE-REGIC que estava sendo organizado, assim, aplicamos os questionários em Guarapuava, enquanto aguardávamos a nova publicação.

Resultados da pesquisa REGIC realizada em 2007 com publicação em 2008

No IBGE/REGIC (2008), a classificação das cidades segundo sua região de influência recebeu outra denominação sem, contudo, modificar o entendimento da posição

hierárquica entre as cidades e apresentou nove níveis, a saber: Metrópole C, Capitais Regional A, Capitais Regionais B, Capital Regionais C, Centros Subregionais A, Centros Subregionais B, Centros de Zona A, Centro de Zona B e Centros Locais (Quadro 2). O acréscimo de um nível deve-se a ampliação da divisão entre os centros de menor centralidade que em 2000 recebiam apenas a classificação de Fraco e Muito fraco e em 2007, passam a ser divididos entre Centros de Zona A, Centros de Zona B e Centros Locais (Anexo 2).

Quadro 2: Nível de centralidade das cidades no Paraná - 2008	
Nível de Centralidade	Cidade
Metrópole C	Curitiba
Capitais Regionais A:	-
Capitais Regionais B:	Cascavel, Londrina e Maringá (PR),
Capitais Regionais C:	Ponta Grossa (PR)
Centros Sub-regionais A:	Apucarana, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava , Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Toledo e Umuarama (PR)
Centros Sub-regionais B:	Cianorte, Ivaiporã, Santo Antônio da Platina e União da Vitória (PR),
Centros de Zona A:	Arapongas, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Cornélio Procopio, Dois Vizinhos, Ibaiti, Irati, Jacarezinho, Jandaia do Sul, Laranjeiras do Sul , Loanda, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palmas e Telêmaco Borba (PR)
Centros de Zona B:	Andirá, Barracão, Campina da Lagoa, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Faxinal, Goioerê, Guaíra, Jaguariaíva, Matinhos, Nova Londrina, Palmeira, Paranacity, Pitanga , Prudentópolis , Quedas do Iguaçu* , Rio Negro, Roncador, São João do Ivaí, São Mateus do Sul, Siqueira Campos e Wenceslau Braz (PR).
Fonte: REGIC, 2007. Org.: FERREIRA, S. C. 2008. *Grifo nas cidades com nível de centralidade na hierarquia urbana localizadas na Região Centro Sul do Paraná ou sob a área de influência de Guarapuava.	

Nesse novo trabalho, a posição que cada cidade paranaense ocupa na hierarquia urbana e sua região de influência seguiu a classificação de Metrópole C a Centro Local considerado como o menor núcleo na hierarquia, conforme Quadro 1 anteriormente citado.

Segundo o REGIC(2008), foram identificados em relação a Curitiba, os centros cuja área de influência é medida segundo a intensidade de relacionamento indicada pelo número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE, que serviu àquela pesquisa (Anexo 3). Para o REGIC(2008), além das variáveis ligadas à

procura por bens e serviços presentes no estudo de 2000, as que foram mantidas para a o aprofundamento do nível de relacionamento entre as cidades pesquisadas, foram consideradas também outros temas como: centros de gestão no território; TV aberta, rede de *internet*; conexões aéreas; redes de atendimento de saúde entre outros.

Em nosso trabalho, consideramos as informações sobre a aquisição de bens e serviços e a centralidade dos núcleos urbanos na região conforme o Anexo 4 com o modelo de questionário que aplicamos, além das discussões e critérios metodológicos das duas edições (2000 e 2008), uma vez que elas se completam e se atualizam. Tais informações foram somadas a outras obtidas em institutos, centros de pesquisa, entre outros, dentre as quais, destacamos algumas, no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Estabelecimentos pesquisados para a obtenção de informações secundárias	
Estabelecimentos	Tipos de Dados
IBGE	Censos demográficos, PEA (População Economicamente Ativa), Renda <i>percapita</i> , estabelecimentos de saúde, equipamentos de saúde,
IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social)	Maiores economias do estado, número de agências bancárias, famílias e pessoas em condições de pobreza; número de estabelecimentos e empregos por setores da economia (comércio, indústria e serviços), Número de emissoras de televisão, déficit habitacional no Paraná, percentual de tratamento de esgoto e coleta de lixo em Guarapuava,
DER (Departamento de Estradas e Rodagem)	Construção e pavimentação de rodovias no Paraná; principais rodovias do Paraná
SANEPAR (Companhia de saneamento Básico do Paraná)	Domicílios com abastecimento de água encanada, extensão da rede de esgoto
Companhia Força e Luz do Oeste	Domicílios com abastecimento de energia elétrica
Atlas de desenvolvimento Humano do Brasil	IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
EMBRATUR (Instituto Brasileiro do Turismo) ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis)	Numero e classificação de hotéis em Guarapuava
BNH (Banco Nacional de Habitação)	Conjuntos habitacionais em Guarapuava
SEFA-PR (Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná)	Arrecadação de ICMS, Valor Adicionado Fiscal
FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná)	Quantidade e tipo de indústrias por município
Org.: FERREIRA, S. C. 2008.	

Alguns dados foram apresentados e analisados juntamente a Cascavel. O motivo de termos eleito Cascavel entre as demais cidades paranaenses, deve se ao fato de essa cidade, geralmente, ser indicada pelos guarapuavanos como exemplo de uma cidade mais jovem que Guarapuava e com desenvolvimento socioeconômico superior e que a extensão da BR 277 ligando Curitiba a Cascavel passando por Guarapuava, beneficiou mais a Cascavel que Guarapuava.

Decidimos que, além de aplicar os questionários nas cidades selecionadas para avaliar, por meio do deslocamento, da comunicação e do consumo, o nível de interações estabelecidas com Guarapuava, procuraríamos saber do mesmo modo, qual o comportamento da população guarapuavana em relação à aquisição de bens e serviços, deslocamentos e comunicação em relação às cidades selecionadas. Entendemos que esse procedimento além de revelar a intensidade das interações entre as urbes, poderia expor outras cidades envolvidas nesse processo com as quais a população das cidades pesquisadas estabelecesse interações, justificando ou não a formação de uma rede urbana que favoreça e sustente a função de Guarapuava como cidade média⁴.

A definição das cidades

Guarapuava, apresentada como Centro Sub Regional A, não sofreu mudança em sua posição hierárquica. Laranjeiras do Sul, de posição média equivalente a Centro sub-regional B, passou para Centro de Zona A em 2007, equivalente a Médio para Fraco, em 1993. Prudentópolis, no REGIC(2000), encontrava-se na área de influência de Guarapuava com nível de interação Muito Fraco, equivalente ao Centro Local. Em 2007, equiparou-se a Pitanga, com nível Fraco ou Centro de Zona B. A perda de área de influência de Pitanga e a elevação de Prudentópolis na hierarquia urbana levou-nos a considerar esse núcleo urbano na pesquisa a fim de avaliar a interação espacial com Guarapuava e com outras cidades mesmo pertencendo a outra divisão administrativa. Uma das hipóteses para a intensificação do relacionamento com Guarapuava deve-se ao fato de que, em 2004, foi implantada uma linha de transporte rodoviário intermunicipal entre as duas cidades (Expresso Princesa dos Campos, 2008).

⁴ As interações evidenciadas pelas respostas obtidas com a aplicação dos questionários encontram-se no Capítulo 3.

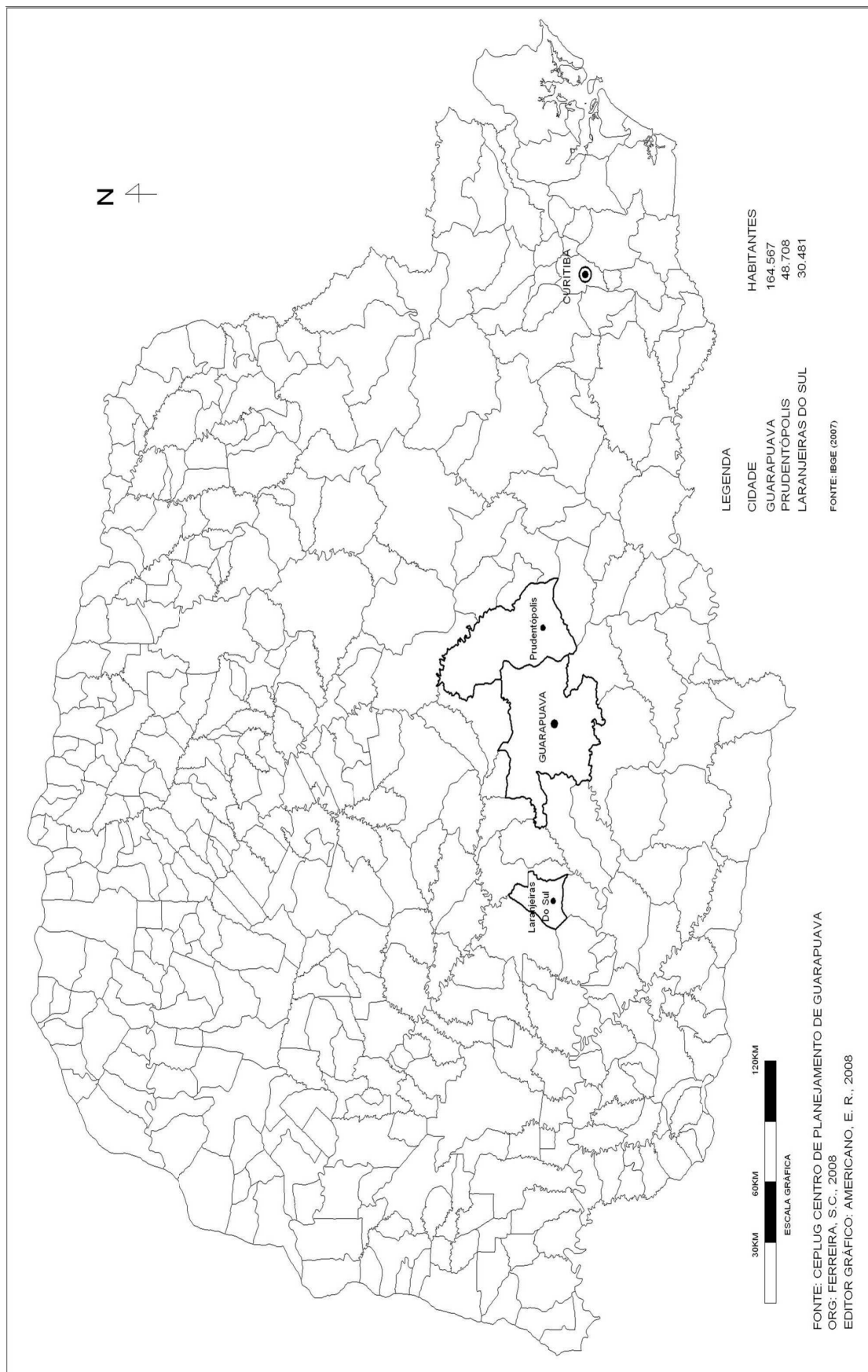
Laranjeiras do Sul reduziu seu nível de centralidade de Média para Centro de Zona A, mesmo assim, continua como a cidade de maior centralidade na região Centro Sul, depois de Guarapuava. Optamos por essa cidade, por se destacar na hierarquia urbana regional, como pode ser visto no Quadro 4, e por pretendermos verificar a intensidade de interações com Guarapuava, assim como, os motivos que ocasionam as interações mais intensas com Cascavel já que a distância de Laranjeiras do Sul em direção as duas cidades é semelhante.

Quadro 4: Classificação das cidades pesquisadas segundo o nível de centralidade - 1993 e 2007				
Cidades (2000)	Classificação (2000)⁵	Cidades (2007)	Classificação (2007)	Posição
Guarapuava	Forte para Média	Guarapuava	Centro Sub Regional A	Mantida
Laranjeiras do Sul	Média	Laranjeiras do Sul	Centro de Zona A	Reduzida
Prudentópolis	Muito Fraca	Prudentópolis	Centro de Zona B	Elevada
Fonte: REGIC, 2000,2008. Org.: FERREIRA, S. C., 2008				

Assim, definimos a partir dos dados do IBGE/REGIC(2008) as cidades para realização da pesquisa, sendo elas: Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis (Figura 2).

⁵ Em 2000, tais classificação tinham suas equivalências que representava um padrão de cidade sendo: Forte para média era Centro Sub regional; a Média são cidades tendendo a Centro Sub Regional, Média para Fraca são predominantemente Centro de Zona ou Centro Local, Fraco está tendendo a Centro de Zona ou Centro Local e Muito Fraco como municípios subordinados.

Figura 2: Localização no Paraná das cidades selecionadas para a pesquisa



Definição da amostra quantitativa

A preocupação com a validade e qualidade da pesquisa nos conduziu ao diálogo com outros pesquisadores a fim de conhecer suas experiências para a construção de nossa própria metodologia. Tomando por base questões empregadas pelo IBGE-REGIC e fundamentos estatísticos para a definição e distribuição da amostra optamos por algumas orientações sobre como proceder quanto ao campo em relação à amostragem, à aplicação de questionários e às possibilidades de organização dos dados.

Com as considerações inerentes a nossa pesquisa, decidimos que os questionários seriam aplicados junto às residências e moradores, mais especificamente, aos chefes de família (homem ou mulher). Pesou sobre tal decisão a preocupação em alcançar pessoas com características de provedor, entretanto, em havendo outras rendas, elas foram somadas para preencher o dado.

Não nos preocupamos em definir nossa amostra levando em conta a população total do município. Tomamos como universo o número de domicílios da cidade e a população urbana. Devemos lembrar que, na definição da população urbana, ao levantarmos os dados para a composição de nossa amostra, utilizamos a população urbana total, considerando a população urbana residente nos distritos o que aumentou minimamente o número de amostras. Optamos por aplicar os questionários em Guarapuava e não nos distritos por ser ela o objeto de estudo quanto a interações espaciais, à formação de rede urbana e à função de cidade média, pois a aplicação de questionários nos distritos¹⁷ não traria contribuições relevantes ao objetivo da investigação.

A partir de dados do censo do IBGE(2000), verificamos o número de 50.073 54.998 domicílios ocupados que englobariam as cidades escolhidas (Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis). Em virtude da quantidade de domicílios ser incompatível com a disponibilidade de tempo e de equipe, definimos com base em estudos estatísticos¹⁸ uma amostra calculada para delimitar o universo de aplicação dos questionários. Utilizamos a seguinte fórmula para definir o tamanho da amostra (n):

¹⁷ Guarapuava tem cinco distritos administrativos: Entre Rios , Guairacá, Palmeirinha, Guará, Atalaia, juntos somam 9839 habitantes na área urbana (IBGE, 2000).

¹⁸ Foi relevante nessa definição a referência bibliográfica de Girardi e Silva (1981) Quantificação em Geografia.

$$n = \frac{N \cdot p \cdot q}{N \cdot D + p \cdot q}$$

Onde N, representa o tamanho da população e “p . q” a variância de um elemento que mede a proporção de algum aspecto a ser pesquisado. Este procedimento, segundo Miyazaki (2007, p.73), auxilia na diminuição do tamanho da amostra em universos amplos, como é o caso da presente pesquisa. O valor atribuído a “p e q” é 0,5 e a relação entre precisão (0,5%) e nível de confiança (90%) é representada por D, ao qual foi atribuído o valor de: 0,00092386433, isto porque D= { B (precisão) dividido por Z (nível de confiança) } ao quadrado, sendo “B”= 0,05 e “Z”= 1,654.

APLICAÇÃO

$$p \text{ e } q = 0,5$$

$$D = 0,00092386433$$

N= número de habitantes urbanos

n= número da amostra a ser identificada

CÁLCULO GUARAPUAVA

$$n = \frac{141694 \cdot 0,5 \cdot 0,5}{141694 \cdot D + 0,5 \cdot 0,5}$$

$$n = \frac{35423,5}{130,90601 + 0,25}$$

$$n = \frac{35423,5}{131,15601}$$

$$n = 270$$

CÁLCULO DE LARANJEIRAS DO SUL¹⁹

$$n = \frac{5890,5}{21,7681 + 0,25}$$

$$n = \frac{5890,5}{22,0181}$$

$$n = 267$$

CÁLCULO DE PRUDENTÓPOLIS

$$n = \frac{4569}{16,8845 + 0,25}$$

$$n = \frac{4569}{17,1345}$$

$$n = 266$$

Com essas equações, chegamos à amostra, frente ao número de habitantes, nesse caso, na área urbana conforme dados do Quadro 5.

Quadro 5: Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis: população urbana total, domicílios ocupados e tamanho de amostras			
Cidade	População urbana total (2000)	Domicílios ocupados (2000)	Tamanho da Amostra
Guarapuava	141.694	38.635	270
Laranjeiras do Sul	23.562	6.453	267
Prudentópolis	18.276	4.985	266
Total	201.871	50.073	803
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000 Org.: FERREIRA, S. C., 2008.			

¹⁹ Os cálculos de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis estão apresentados com menos detalhes nas equações que foram feitas diretas.

Ainda como parte dos procedimentos metodológicos, foi importante decidir como seria a distribuição espacial para a aplicação dos questionários, de maneira que colhêssemos amostras em diferentes áreas da cidade. Essa preocupação se reflete nas características qualitativas dos dados coletados que, por meio de uma distribuição espacial heterogênea, permitiria o contato com a diversidade socioeconômica, ampliando a possibilidade de maior aproximação com a realidade pesquisada.

Para tanto, dividimos o número de domicílios, conforme se apresenta no Quadro 5 acima, pelo tamanho da respectiva amostra, obtendo-se o valor referente à proporção de número de domicílio para cada questionário, de maneira que deveríamos aplicar em Guarapuava, 1 a cada 10 residências e em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, um a cada 4 residências. Com isso, garantiu-se a distribuição espacial da amostra.

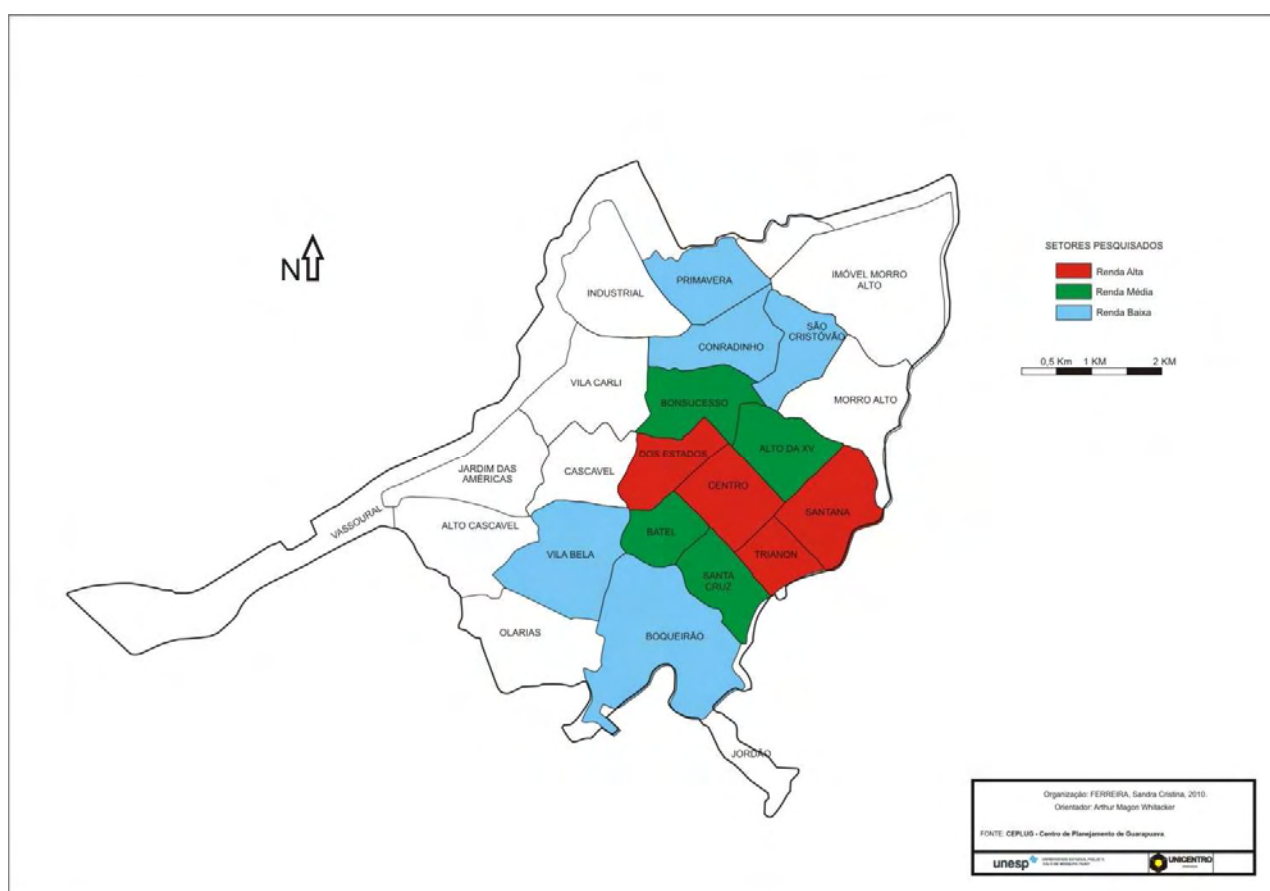
Aplicação dos questionários: um exercício além do quantitativo

Devido ao montante de questionários a serem aplicados, foi organizada uma equipe formada pela coordenadora do grupo, responsável pela pesquisa, e por quatro acadêmicos do curso de Geografia da UNICENTRO. Esse grupo, além de otimizar o tempo de aplicação dos questionários, proporcionou a ampliação de conhecimentos para todos os integrantes, por meio das experiências vivenciadas com a pesquisa de campo e a avaliação da atividade ao final de cada etapa, que buscavam desenvolver nos acadêmicos a aptidão para a transposição e relação entre o empírico e o teórico.

Os questionários foram preenchidos pelo pesquisador, que fazia as perguntas e anotava as respostas. O questionário foi testado previamente e aprimorado diversas vezes no primeiro semestre de 2008, a fim de evitar questões dúbias ou desnecessárias. Mesmo tendo por base o questionário do IBGE-REGIC(2000), procuramos considerar questões específicas aos objetivos da pesquisa, como as referentes à comunicação por telefone e internet entre as cidades pesquisadas, mas também, com cidades da região e externas à região que podiam ser do Paraná, outros estados ou países.

Em Guarapuava, devido a sua extensão urbana, realizamos a aplicação por setores, agrupados segundo a semelhança da renda familiar com dados obtidos segundo IBGE(2000). Dividimos espacialmente a cidade em 3 setores com rendas baixa, média e alta e seus respectivos bairros (Figura 3).

Figura 3: Setores pesquisados segundo a renda



Conforme o número de domicílios por setor, fornecido pela Prefeitura Municipal de Guarapuava, ocorreu a aplicação dos questionário. Assim, redividimos o total da amostra, entre os três setores. A definição do número de questionários foi feita por meio da regra de três, onde:

38.635=270

n. de domicílio setores =X

A partir desse cálculo, obtivemos o seguinte resultado:

Setor 1 – nível médio a alto de renda: 9.232 domicílios, com 80 questionários aplicados, sendo um questionário a cada dez casas;

Setor 2 – nível médio de renda: Composto por 8.434 domicílios, aplicados 82 questionários, sendo um a cada dez casas;

Setor 3 – nível baixo de renda: Composto por 10.265 domicílios, aplicados 108 questionários, sendo um a cada dez casas.

Salientamos que, devido à equação resultar numa dízima periódica, mesmo com a diferença no total de domicílios, o resultado final é muito próximo e por isso optamos por igualar o número de casas a saltar. Esclarecemos também, que não foram contemplados todos os bairros da cidade. O critério para essa seleção foi trabalharmos com bairros com condição socioeconômica distinta. Os setores por renda e respectivos bairros trabalhados estão destacados na Figura 3. Como a cidade e a região apresentam índices de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), existem áreas periféricas que circundam a cidade cuja condição econômica é muito baixa. A coleta de dados em tais áreas redundou em excessivo número de resposta negativas às perguntas que se pautavam na verificação do consumo de bens e serviços, deslocamento e comunicação.

Para as duas cidades menores, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, não houve a divisão dos questionários por renda como em Guarapuava, optamos por trabalhar aleatoriamente a partir do traçado urbano e a aplicação obedeceu a ordem do número de questionário por casa, conforme já explicitado.

Relato sobre a experiência de trabalho de campo

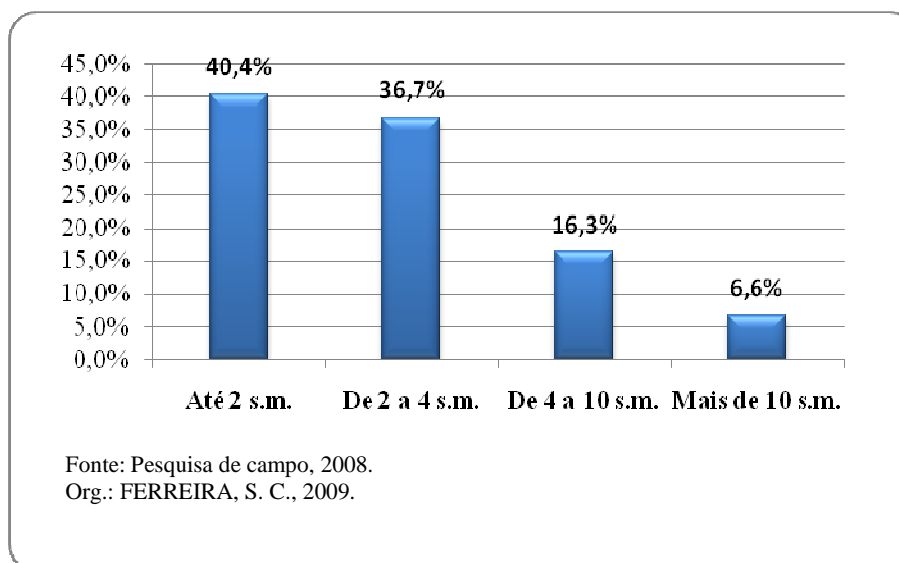
Devido à distribuição espacial dos questionários a serem aplicados em Guarapuava, a tarefa foi realizada durante mais tempo que nas outras. Durante o período de testes e validação do questionário, avaliamos ser o sábado o melhor dia para a atividade, no período da tarde, após o horário de almoço, das 13h00 em diante e até as 17h30. Pela manhã, encontramos

muitas casas fechadas e, após as 17h30, muitas pessoas saindo para irem a supermercados ou para outras atividades, que recusaram-se a responder, além de casas fechadas ou com visitas.

Aos sábados, a barreira encontrada foi a realização de trabalhos domésticos, como limpeza de casas, quintais, carros, entre outros, principalmente nos setores 1 e 2, o que fazia com que alguns não se dispusessem a responder. Aos domingos, a dificuldade foi em encontrar pessoas em casa, porém, sem disponibilidade para responder. Encontramos, também aos domingos, muitas casas fechadas ou famílias com visitas, sendo esta, uma circunstância desfavorável para a realização da atividade. Consideramos que, por esse mesmo motivo, o entrevistado poderia se constranger em responder questões relacionadas aos seus hábitos de consumo.

Esse relato é importante, pois reforça a necessidade de preparo prévio às atividades de campo, ao teste de metodologias e de abordagens e ao conhecimento dos hábitos e costumes locais. O percurso iniciou-se pela periferia, designada como Setor 3, caracterizada pela concentração de maior número de domicílios e população com baixa renda. Além da busca pelos dados, fomos apreendendo o espaço de vivência nessas áreas carentes por infraestruturas, equipamentos e serviços, principalmente de pavimentação, áreas públicas de lazer e transporte coletivo. Quanto mais nos afastávamos da área central, maior era o nível de carência o que evidencia o descaso da administração pública municipal pela população residente nessas áreas.

As pessoas viam no grupo que aplicava o questionário uma oportunidade para desabafarem sobre a situação em que viviam, resumida, por muitos, como difícil. Comparamos os dados sobre a renda média familiar fornecidos pelo IBGE (2000) de até dois salários mínimos por chefe de família, com os levantados pelo questionário e verificamos que existe compatibilidade e permanência da condição de baixa renda. Elevado percentual de respostas revelou o rendimento de até dois salários mínimos, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1: Guarapuava: renda dos pesquisados - 2008 (%)

Junto a esse grupo, a recepção foi quase total. Em casas simples, éramos convidados a entrar e sentar, sendo que a maior dificuldade esteve mais na insistência de que ficássemos mais com o respondente, para conversar. Jovens, idosos e vizinhos curiosos não se intimidavam quando batíamos palma e, geralmente, os mais velhos (chefes de família), chamavam algum filho/a ou neto/a pra ajudar a responder.

Dentre esse grupo, também foi visível a importância que o salário do(a) aposentado(a) tem para a sobrevivência da família, pois muitos ajudam a criar os netos. Os idosos em condições de moradia e vestimentas muito simples, dividem o salário entre as despesas pessoais, em sua maioria com medicamentos, e alimentos para a família.

Percebemos casas com portões abertos, ruas empoeiradas, crianças brincando junto a animais domésticos. Para esses habitantes, o fator deslocamento é bastante restritivo, muitos vão apenas ao centro, outros, nem isso. Muitos, nunca saíram de Guarapuava, conforme dados apresentados e discutidos no capítulo 3. As questões referentes à comunicação, seja por telefone ou *internet*, também resultaram em muitas respostas negativas.

Iniciávamos sempre às 13h00 e conseguíamos percorrer nas tardes de sábado, sempre três bairros. Por ser a periferia mais extensa, foi dedicado mais tempo a esse Setor, também

pela necessidade em permanecer mais com os respondentes, tanto para esclarecimentos sobre o trabalho e demora em responder quanto para diálogos afins.

Nas conversas direcionadas, procurávamos adentrar ao universo da existência e convivência do sujeito-respondente com a cidade objeto de pesquisa. Percebemos que as relações capitalistas estabelecidas afastam aqueles que não possuem poder de troca e a força de trabalho que podem oferecer, em função da pouca qualificação, são sub remuneradas pela economia vigente. Quando estão empregados, o alto número de desqualificados favorece a desvalorização salarial, a precarização das condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida.

No Setor destacado com a renda média, encontramos pessoas que usufruem, como expressou Santos (2004), dos dois circuitos da economia, o superior e o inferior, e são os que mais se deslocam a trabalho em profissões como representantes comerciais, motoristas, pessoas concursadas, que prestam serviços em municípios da região como advogados, promotores, dentistas, professores, agricultores entre outros.

Nesse Setor de pesquisa, que apresenta uma interface com o Setor 1e também com o 3, tivemos condições de esclarecer algumas hipóteses ligadas à dinâmica socioeconômica da cidade e a outras questões vinculadas ao deslocamento para atividades de trabalho, lazer, compras e serviços, além do fluxo de informações via telecomunicação e *internet*.

Conforme adentrávamos ao perímetro central, por um lado tivemos respostas mais completas com conteúdo diverso, por outro, foi mais difícil o acesso às pessoas. Deparamo-nos com indivíduos muito desconfiados, apressados e reclusos em suas fortalezas (apartamentos, casas e sobrados murados com cercas elétricas e cães de guarda). O Setor 1 foi o mais demorado para completarmos a quantidade de questionários e exigiu mais empenho devido aos esclarecimentos prévios que tínhamos que dar antes de obter as informações necessárias e à dificuldade em sermos atendidos.

A finalização desse trabalho em Guarapuava propiciou novas reflexões sobre a pesquisa e o conteúdo das respostas, sinalizando que os dados coletados, constituíram subsídios importantes, reveladores e confirmadores de hipóteses presentes em nossa pesquisa o que detalharemos no Capítulo 3.

Em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, a aplicação dos questionários obedeceu a mesma metodologia de Guarapuava. A distribuição dos questionários foi aleatória do centro para os bairros obedecendo a ordem de 01 questionário a cada 4 residências e possibilitou observar a dinâmica socioeconômica predominante e a produção do espaço intraurbano.

Considerações gerais sobre o campo e o questionário

Após a experiência de trabalho nas três cidades, compreendemos a existência de elementos distintos em cada urbe, que não se restringem ao tamanho demográfico e à extensão urbana. Destacam-se questões referentes aos fatores de ocupação histórica, produção econômica e a organização socioespacial relacionada a valores culturais. Prudentópolis, por exemplo, distingue-se pelo potencial turístico proporcionado por suas formações rochosas e cachoeiras, pela presença dos faxinais²⁰, como uma forma de organização socioespacial peculiar em que predomina o uso coletivo pelos moradores, pela gastronomia atribuída, sobretudo, aos imigrantes ucranianos e italianos entre outros (HAURESKO, 2009). Guarapuava e Laranjeiras do Sul, embora com características produtivas e culturais vinculadas à sociedade campeira, apresentam diferenças, como o fato de Laranjeiras do Sul ter sido instituída por Getúlio Vargas como capital do Território do Iguaçu²¹, em 1944, e em função disso ter recebido investimentos como a elaboração e implantação do plano urbanístico e rodoviário, construção de hospital e escolas (FERREIRA e CORADELI, 2008). Na época, a cidade ganhou projeção nacional e atraiu um contingente populacional diversificado, principalmente, pessoas oriundas de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que estimulou as atividades comerciais e as relações sociais (MUSSOI, 2004). Mesmo com a extinção do referido território, em 1946, as transformações socioespaciais instauradas permaneceram na cidade.

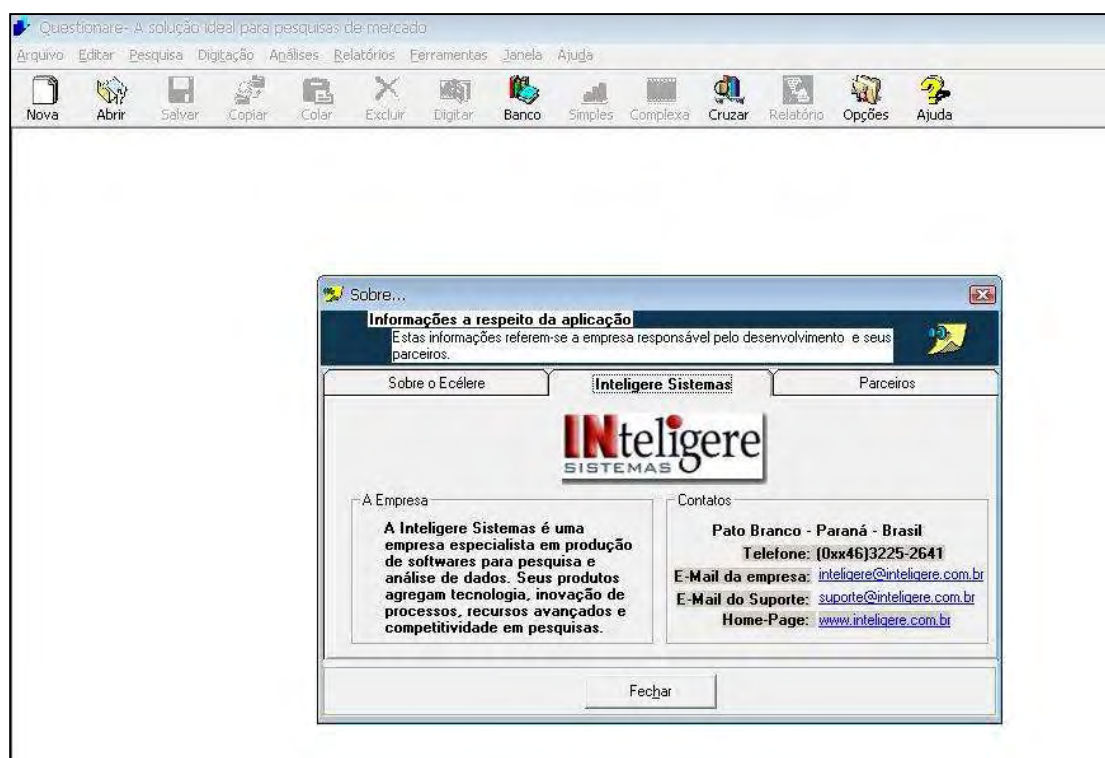
²⁰ Sobre os faxinais consultar: HAURESKO, Cecília. Entre tradição e modernidade: o lugar dos faxinais das comunidades de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul- PR) e Anta Gorda (Prudentópolis) Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de São Paulo/ UNESP, Rio Claro, 2009.

²¹ O Território do Iguaçu foi instituído por Getúlio Vargas, em 1944, como parte das políticas territoriais, determinando a fusão da parte Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina formando um território único denominado Iguaçu. A ocupação definitiva dessa faixa de fronteira visava romper o isolamento e afastar os estrangeiros, sobretudo, os argentinos e os paraguaios (FERREIRA E CORADELI, 2008, p.223).

Procuramos levar em consideração as diferenças nas análises empreendidas nos capítulos 2 e 3 e, pois como afirma Kayser (1985, p.25), “sem a pesquisa de campo, ninguém tem direito de falar”. Acreditamos ter sido a pesquisa de campo, acompanhada, precedida ou completada pela observação, discussão, reflexão e análise, um procedimento adequado para a construção e entendimento de nossa pesquisa.

Após a coleta dos dados, os questionários com as respostas obtidas passaram por outro processo: o lançamento das respostas, segundo cada questão, numa base de dados criada a partir de tais lançamentos. Primeiro, trabalhamos com os questionários aplicados em Guarapuava. Visando à qualidade da pesquisa, e pensando numa melhor opção para cruzamento dos dados, optamos em trabalhar com um *software shareware*²², denominado *Questionare Pesquisador 3.1*.

Figura 4: Interface do software Questionare Pesquisador 3.1



²² **Shareware** é um programa de computador disponibilizado gratuitamente, porém com algum tipo de limitação. *Sharewares* geralmente possuem funcionalidades limitadas e/ou tempo de uso gratuito do *software* limitado. Após, o usuário é requisitado a pagar para acessar outras opções do *software* ou continuar utilizando o programa.

Tal ferramenta permite gerar questões pertinentes à pesquisa, tais como relacionar o motivo dos deslocamentos em cada cidade, o destino das ligações telefônicas e dos contatos por *internet* entre as cidades etc. Os resultados das questões solicitadas podem ser obtidos no formato de tabelas e gráficos. O usuário pode gerenciar todas as etapas e realizar diferentes cruzamentos entre os dados.

Utilizamos, também, para a pesquisa, diferentes cartogramas, cujas bases foram coletadas em institutos e órgãos públicos como: IBGE, IPARDES e Prefeitura Municipal de Guarapuava. Além de mapas, figuras, gráficos e tabelas que forneceram informações para subsidiar as análises, associado, é claro, à parte teórica e conceitual. Para as análises concernentes à cidade média, além do referencial teórico e conceitual, pautamo-nos na proposta metodológica da ReCiMe, assim como, outras variáveis que julgamos pertinentes à nossa pesquisa conforme esclarecemos na sequência desse texto.

Proposta metodológica para o entendimento da cidade média

Além das considerações apresentadas anteriormente sobre o universo de questões que envolvem a definição das cidades médias, distinguindo-as de cidades de porte médio, apresentamos a proposta da ReCiMe com o objetivo de definir uma base metodológica para a investigação de Guarapuava quanto ao desempenho ou não da função de cidade média.

Para a elaboração metodológica, Sposito *et al* (2007, p.63) indicam a importância do estabelecimento de alguns caminhos a serem percorridos para a realização de pesquisas sobre cidades médias. Dentre eles, os autores destacam as principais variáveis, sucintamente apresentadas no Quadro 6, as quais constituíram a base para a construção desta pesquisa no que se refere à funcionalidade de Guarapuava como cidade média.

No quadro, estão em evidência diferentes abordagens no plano socioespacial que procuram identificar a(s) potencialidade(s) da cidade no desempenho de papel(is) de cidade média. A proposta busca fundamentar e orientar o trabalho do grupo de pesquisa e constitui fontes para a definição e entendimento da cidade média em diferentes contextos, mas, com dinâmicas suficientes que signifiquem e indiquem funcionalidade na rede urbana. Devido à afinidade com a pesquisa, propusemo-nos a averiguar a cidade média na rede urbana regional,

apoiando nossos procedimentos metodológicos na proposta publicada em SPOSITO (*et al*, 2007) e procurando investigar as variáveis propostas segundo os objetivos de cada eixo que visa, em seu conjunto, fornecer subsídios à compreensão de algumas dinâmicas e agentes econômicos que atribuem papéis às cidades médias, mesmo em meio à diversidade socioeconômica e cultural.

Quadro 6: Grupos de variáveis para pesquisas sobre cidades médias	
Ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos	Grandes equipamentos industriais e/ou tecnologia avançada; supermercados e hipermercados; serviços de saúde especializados; ensino superior, com destaque para a pós graduação; empresas (comércio e serviços) associadas à agricultura científica, à rede bancária e financeira; empresas de consultoria; redes e filiais de venda de eletrodomésticos e eletrônicos; empresa do setor imobiliário; empresas de consultoria.
Dinâmica populacional e mercado de trabalho	Evolução população total, rural e urbana; migração campo-cidade de mão-de-obra especializada da cidade maior para a cidade menor; distribuição do emprego formal, segundo os diferentes setores da economia; evolução da PEA; evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
Equipamentos infraestrutura	<i>Shoppings centers</i> ; aeroportos; terminais intermodais; hotéis de alto padrão; distritos industriais modernos; espaços fixos e transitórios para a realização de eventos (festas, feiras, convenções).
Condições de Moradia	Favelas e áreas de risco; loteamentos irregulares e clandestinos; programas habitacionais de interesse social públicos e não governamentais; loteamentos e condomínios fechados; intervenções do mercado imobiliário de locação; déficit habitacional: co-habitação, improvisação e uso de materiais rústicos; uso residencial e diversificado nas áreas centrais associado à verticalização; condições inadequadas de moradia: densidade excessiva, irregularidade fundiária, carência de infraestrutura e de instalações sanitárias no domicílio; interfaces entre a questão habitacional e os conflitos de uso do solo, problemas de mobilidade, precariedade da redes de infraestrutura, acessibilidade do deficiente aos equipamentos sociais e serviços urbanos; políticas habitacionais nas diferentes esferas de governo habitacional; Processos de planejamento urbano habitacional; Instrumentos de gestão do solo.
Fonte: SPOSITO et al, 2007, p. 64-65 Org.: S. C. FERREIRA, 2010.	

O primeiro eixo, **Ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos** refere-se tanto à tendência contemporânea de separação territorial das atividades de produção das atividades de comando e gestão quanto à atuação de grandes grupos econômicos, que instalam novas fábricas onde são menores os custos da produção devido ao valor da terra e dos salários, por exemplo. Esse tipo de empreendimento tem prevalecido em aglomerações de menor porte, cidades médias ou cidades locais (SPOSITO, *et al*, 2007) e seus processos produzem efeitos que podem estimular a competitividade e aumento da dinâmica socioespacial devido ao aumento de consumo e de investimentos em infraestruturas. Podem, entretanto, também enfraquecer a economia regional em função da entrada de capital externo que reverte os lucros ao local de origem, ao mesmo tempo em que os empreendedores locais são desestimulados pelo superior poder de competição desses grupos. Esse tipo de relações pode ser observado também nos setores de comércio e serviços. nesta variável subentende-se também às atividades vinculadas ao setor rural/agrícola que não foram por nós priorizadas nesse trabalho.

Em relação à **Dinâmica populacional e mercado de trabalho**, com as redefinições socioespaciais ocasionadas pela modernização agrícola, urbanização e a industrialização, além do aumento populacional, o país passou a concentrar, após 1970, maior número de habitantes nas cidades, multiplicando problemas urbanos com a ocupação de áreas institucionais e de risco, expansão das periferias e proliferação de favelas. Concomitante a isso, o mercado imobiliário atua na valorização e especulação urbana, ampliando a desigualdade espacial nas cidades.

Com oferta de empregos menor que a demanda de população liberada pelo campo, o setor informal torna-se crescente. Por um lado, a predominância desse setor e o baixo poder aquisitivo expresso na capacidade de consumo da população enfraquecem o denominado setor terciário, ou seja, o de comércio e serviços. Por outro lado, a oferta de empregos formais e um mercado de trabalho mais equilibrado que ofereça condições de renda e consumo para a população contribui para maior dinamização socioeconômica. Portanto, a dinâmica populacional com o número de população economicamente ativa (PEA) e sua relação com o mercado de trabalho interferem na dinâmica da cidade e em seu papel na rede urbana.

A presença de **equipamentos e infraestrutura** nas cidades tem apresentado insuficiência em relação à demanda populacional, principalmente aqueles referentes aos órgãos públicos, como escolas, creches, hospitais áreas de lazer e redes de água, energia e esgoto. Além destes, outros equipamentos e infraestruturas são importantes para a cidade desempenhar funções de cidade média de maneira que viabilize a produção e o consumo. Assim, infraestrutura em transportes, incluindo rodovias e aeroportos com disponibilidade diária de voos, e a presença de hotéis de alto padrão, espaços para feiras e eventos e *shoppings centers* denotam que a cidade apresenta condições de atendimento de sua população e de receber demandas externas, promovendo interações espaciais; daí sua importância na qualificação de cidades médias.

Quanto às **Condições de Moradia**, as cidades médias passam a apresentar a formação dos bairros residenciais em áreas nobres e condomínios fechados atendidos por redes de transportes e outras infraestruturas disponibilizadas para áreas privilegiadas ocupadas por uma população de alto poder aquisitivo. Emergem também espaços direcionados para os grupos sociais de renda média, como os loteamentos e edifícios que estimulam a habitação verticalizada. Esse tipo de construção tem sido ofertado para diferentes padrões sociais por construtoras que disseminam, na cidade média, o estilo de moradia verticalizada. Em contrapartida, devido ao valor do solo urbano ampliam-se a periferia, o processo de segregação socioespacial e as ocupações irregulares pela população desfavorecida, de maneira que a cidade média passa a apresentar problemas sociais, urbanos e ambientais como os identificados nas grandes cidades e metrópoles.

Tais questões emergem da rápida urbanização e do aumento demográfico em direção às cidades de porte médio, do nível de ampliação das desigualdades espaciais no tocante à habitação, e são resultado da maneira como são formuladas e aplicadas as políticas de planejamento e habitação, se buscam ou não atender aos diferentes setores da sociedade. A identificação das variáveis solicitadas por cada eixo contribuirá para a compreensão da dinâmica socioeconômica de Guarapuava, da infraestrutura e equipamentos urbanos existentes e da relação entre demanda populacional e o mercado de trabalho e consumo. O potencial de consumo e a oferta de um mercado amplo em bens e serviços influenciam na geração de

fluxos e interações espaciais intra e inter-regional em função dos deslocamentos para a aquisição de mercadorias e serviços.

Apesar dessa opção metodológica, levamos em conta as delimitações inerentes à pesquisa de maneira que algumas variáveis pertencentes ao eixo “Condições de Moradia” não foram priorizadas, sendo elas: loteamentos irregulares e clandestinos; programas habitacionais de interesse social públicos e não governamentais; loteamentos e condomínios fechados; intervenções do mercado imobiliário de locação e densidade excessiva, irregularidade fundiária, carência de infraestrutura e de instalações sanitárias no domicílio; interfaces entre a questão habitacional e os conflitos de uso do solo; problemas de mobilidade; precariedade da redes de infraestrutura; acessibilidade do deficiente aos equipamentos sociais e serviços urbanos; políticas habitacionais nas diferentes esferas de governo habitacional; processos de planejamento urbano habitacional e instrumentos de gestão do solo.

O não desenvolvimento dessas variáveis deve-se, prioritariamente, à escassez de dados e informações contundentes que pudessem atender ao solicitado e ao fato de que uma investigação empírica com a identificação e mapeamento de loteamentos irregulares e clandestinos, áreas de risco e ocupações irregulares, por exemplo, desprenderia tempo e equipe de trabalho além dos disponíveis para o desenvolvimento de outras etapas relevantes para o andamento da pesquisa.

Sobre as questões referentes aos programas habitacionais de interesse social públicos e não governamentais, às irregularidades fundiárias, às interfaces entre a questão habitacional e os conflitos de uso do solo, aos processos de planejamento urbano habitacional, aos instrumentos de gestão do solo, até a data de pesquisa, em setembro de 2008, conforme o Senhor Leonides Fernandes, funcionário do setor responsável por esses projetos na Prefeitura Municipal, não haviam informações por não haverem políticas instituídas para tais questões.

Ainda sobre o mesmo eixo, “Condições de Moradia”, foram investigadas as demais variáveis como: favelas; déficit habitacional com co-habitação, improvisação e uso de materiais rústicos; uso residencial e diversificado nas áreas centrais associado à verticalização; condições inadequadas de moradia, com densidade excessiva e precariedade da redes de infraestrutura. Como Guarapuava constitui um Centro Sub-regional e centraliza o atendimento público de saúde representado pelo CIS (Consórcio Intermunicipal de Saúde), incluímos nas

pesquisas dados referentes aos equipamentos de saúde disponibilizados na cidade e a sua capacidade de atendimento quanto ao número de leitos, centros cirúrgicos, UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e equipamentos para exames mais complexos como, tomografia computadorizada e ressonância magnética, entre outros.

Também foram incorporados, do ponto de vista do referencial, os aspectos que corroboram com a proposta de formação socioespacial que, conforme Santos (1977), a cidade, em seu contexto regional, tem a finalidade de trazer à tona os processos e agentes que participaram de sua produção, bem como o papel político-econômico de tais agentes frente aos processos de modernização agrícola, a urbanização e industrialização que se intensificaram no Brasil e no Paraná a partir de 1970.

Alertamos que o termo “região” é empregado fazendo menção à divisão administrativa instituída pelo IBGE e que não temos a intenção de discutir o conceito de acordo com a abordagem clássica da Geografia.

Capítulo 1

**A REDE URBANA BRASILEIRA, AS CIDADES DE PORTE MÉDIO E AS
CIDADES MÉDIAS**



1. Rede e rede urbana: uma introdução à temática

A discussão em torno do conceito de rede não é recente e abrange diversas áreas do conhecimento como a Sociologia, a Economia, Arquitetura e a Geografia, entre outras. A referência mais comum à idéia de rede remete ao entrelaçamento de fios e nós articulados formando uma malha. Essas redes, todavia, configuram-se como elementos mutáveis que se reconfiguram e se adaptam a novas realidades socioespaciais. O espaço possui várias redes que articulam-se e distribuem-se dando suporte às ações da sociedade. Podem ser compreendidas como redes sociais, redes transnacionais-econômico-política e, sobretudo, as redes técnicas e a rede urbana, (DIAS, 2005).

Estudos clássicos que envolvem redes influenciaram as pesquisas geográficas. Muitos deles com raízes na economia, foram elaborados com a finalidade de entender o espaço, seja rural, urbano ou industrial, e organizá-lo de maneira articulada o que justifica a necessidade do estabelecimento e do conhecimento das redes. Entre os vários autores podemos destacar alguns, como o de Walter Christaller (1933), que buscou compreender a dinâmica das cidades, sobretudo no Sul da Alemanha, a partir de conceitos como centralidade, localidade central e região de influência das cidades, fundamentando a proposta numa relação hierárquica entre os centros urbanos, quanto ao fluxo de distribuição de bens e serviços das localidades centrais para suas hinterlândias e envolvendo o tamanho, o número e a distância entre as localidades.

Contemporâneo a Christaller, August Lösch elaborou a Teoria do Equilíbrio Espacial Geral (1967), original em alemão de 1939, na qual, também considerava a hierarquia na relação entre as cidades. Em sua teoria, dedicou especial atenção à definição das áreas de mercado e o determinante da escolha da localização é a maximização do lucro dos produtores. Para Christaller, o determinante foi a minimização dos custos de deslocamento dos consumidores, embora tenham envolvido a rede de transporte na interação entre a cidade, o mercado e os consumidores.

Outros autores como Johann-Heinrich Von Thünen (1826), Alfred Weber (1909) e François Perroux (1955-6), contribuíram com investigações nessa perspectiva e continuam a embasar pesquisas e a suscitar debates.

Para Von Thünen, considerado o fundador da análise econômica espacial, as variações na renda dos bens fundiários e a distância dos mercados (cidades) permitiram interpretar a organização do espaço agrícola. Considerava os custos de transporte do produto em virtude da distância do centro consumidor (cidade), assim, quanto mais próximo do mercado, maior seria o lucro obtido pelo produtor. Nesse sentido, as culturas mais frágeis teriam que ser cultivadas próximas ao mercado para evitar longos trechos de transporte que pudessem levar à deteriorização do produto, diminuindo, assim, ainda mais o lucro. A preocupação do autor recaía sobre o deslocamento do produto e não das pessoas até o mercado, como pensava Christaller. Por isso, aconselhava a localização das culturas em círculos concêntricos em torno da cidade.

A abordagem de Weber evidenciava a minimização dos custos partindo da existência de três fatores que determinam a localização da indústria: o custo de transporte, os custos da mão-de-obra e as vantagens associadas à aglomeração. Observou fatores relacionados à despesa com o custos de mão-de-obra sendo relevante, também, considerar a localização da mão de obra próxima à indústria, que leva à diminuição dos custos dos transportes e, conseqüentemente, dos salários para a manutenção do trabalhador. Dessa forma, “a organização do espaço e a implantação de empresas industriais dependem do custo da mão-de-obra e do transporte (distância) até o centro de atração” (MALDANER, *et al* 2007).

François Perroux elaborou a Teoria da Unidade Econômica Dominante que, passou a ser conhecida como Teoria dos Polos de Crescimento. O polo de crescimento na teoria de Perroux surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz que realiza a separação dos fatores da produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização. (ANDRADE, 1987, p.58). A principal função da indústria motriz é gerar ou produzir economias externas, quer sejam tecnológicas, quer sejam pecuniárias. Segundo Perroux (1977, p. 105), “a influência desestabilizante das indústrias motrizes gera ondas de inovações”, acelerando setores anteriormente implantados e estimulando o surgimento de outros. Assim, o polo de crescimento pode se tornar polo de desenvolvimento a partir do momento em que provoca transformações estruturais no local em que está inserido, ao expandir a produção e, conseqüentemente, o número de empregos. É sempre um ponto ou uma área que influencia uma determinada região. Para que essa influência realmente seja exercida em toda sua dimensão, o polo

precisa dispor de canais que estabeleçam sua ligação com toda a região por ele influenciada. As estradas, os meios de transporte e de comunicação, desempenham esta função possibilitando o crescimento dos polos principais, pela formação do que Perroux chama de “nós de tráfego” e de “zonas de desenvolvimento, utilizando, no Brasil, esse princípio para a constituição das cidades médias²³ .

Os autores supracitados embora com propostas teóricas distintas, apresentam em comum, preocupações e reflexões sobre a produção agrícola e industrial, o comércio e o deslocamento de pessoas e mercadorias. Com as inovações tecnológicas incorporadas gradativamente à sociedade e ao espaço, sobretudo, a partir da década de 1970, podemos acrescentar ao movimento mencionado as informações e o capital, constituindo um conjunto de fluxos materiais e imateriais intensificando a geografia das redes e aproximando teorias clássicas da análise econômica da geografia. Ao passo em que a cidade tornou-se o local de maior concentração de pessoas, atividades econômicas e gestão, diálogos mais constantes são travados entre a Geografia Urbana e a Economia Urbana numa aproximação importante para o entendimento de processos sociais e econômicos no espaço enquanto um conjunto complexo, diverso e dinâmico de objetos e de ações.

Especificamente sobre a temática da rede urbana, mencionamos outros autores como: Corrêa (1989, 2006), para quem a rede urbana se constitui simultaneamente em um reflexo e uma condição para a divisão territorial do trabalho, sendo um reflexo à medida que em razão de vantagens locais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos.

Para o autor, a cidade, em suas origens, constitui-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, como também em um ponto do espaço geográfico que, através da apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a

²³ Essa discussão será detalhada mais adiante, neste capítulo e no capítulo 2, mas, antecipamos ao leitor que, no decorrer do texto, aparecerão termos como cidade média e de porte médio escritos em fidelidade às referências bibliográficas utilizadas. Alguns autores utilizam cidade média referindo-se ao porte ou tamanho demográfico no mesmo sentido de porte médio. O número de habitantes para a classificação das cidades como de porte médio pode variar conforme o momento histórico em que o autor se refere à cidade, ao objetivo ou à opção metodológica de cada autor. Tomaremos o cuidado de, em nota, avisar ao leitor quanto a essas especificidades quando as mesmas não se apresentarem de maneira explícita no texto. E, esclarecemos que, para nós, os termos não são sinônimos, sendo que, a cidade de porte médio (tamanho demográfico) pode vir a tornar-se uma cidade média (no sentido de sua funcionalidade e capacidade de atendimento de uma demanda regional com serviços de qualidade e maior complexidade). Sobre o parâmetro demográfico, empregamos o definido pelo IBGE, que classifica como cidade pequena aquelas com até 100 mil habitantes, de porte médio entre 100 a 500 mil habitantes e grandes cidades com mais de 500 mil habitantes.

controlar a produção rural. Este papel de condição é mais tarde transmitido à rede urbana: sua gênese e evolução são verificadas na medida em que, de modo sincrônico, a divisão territorial do trabalho assume, progressivamente, a partir do século XVI, uma dimensão mundial por meio do desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação e tecnológico, acelerando a produção e a distribuição das mercadorias.

Em seus estudos sobre a rede urbana, o autor apresenta enfatiza que “a rede urbana é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel é (...) articular toda a sociedade em uma dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução” (CORRÊA, 2006, p.56).

Os trabalhos de Fresca (2000, 2004) apresentam importantes elementos para a discussão da rede urbana com desdobramentos para a rede urbana do Norte do Paraná e para as transformações recentes pelas quais tem passado. Nesses estudos, a autora faz uma análise comparativa às cidades de: Jacarezinho, Cornélio Procópio e Cianorte, evidenciando como cada uma se insere na rede de cidades frente às mudanças emanadas pela modernização agrícola, tecnológica, urbana e industrial que sucederam, principalmente, após a segunda metade do século XX.

Michel Rochefort (1998)²⁴ discorre sobre a rede urbana de Alsácia e Lorena na França e evidencia os conceitos de rede e hierarquia urbana definidos por critérios que classificam as cidades em função da disponibilidade, complexidade e raridade dos equipamentos de comércio e serviços. A partir de tais estudos, produz uma série de trabalhos sobre a rede urbana francesa e de países denominados do terceiro mundo, entre, eles o Brasil. Participou, entre outros estudos, da elaboração de políticas de desenvolvimento territorial por meio das cidades médias.

As referências, acima mencionadas, apresentam em comum pesquisas que envolvem a economia, a sociedade e o espaço assim como a integração desses três elementos na formação de redes. Tais estudos constituem importantes fontes de referência para a produção dessa pesquisa que apresenta compatibilidade temática e conceitual, mas, com problemática distinta das que originaram os trabalhos supracitados.

No tocante à rede urbana, os estudos, de modo geral, partem, do princípio de que cada cidade, em função da concentração de pessoas e atividades, constitui-se num importante *lócus* de convergência de várias redes: de informação, energia,

²⁴ Pesquisas realizadas na segunda metade da década de 1950.

telecomunicação, transporte entre outras redes técnicas. Essa infraestrutura acionada pelos grupos sociais propicia a comunicação entre os centros urbanos passando a constituir um conjunto de nós funcionalmente articulados, formando assim, a rede urbana.

1.1. Sobre a rede urbana

Os estudos sobre rede urbana no Brasil intensificaram-se a partir de meados do século XX, quando as transformações políticas, econômicas e sociais somadas às inovações tecnológicas atribuíram maior complexidade e funcionalidade à rede, estimulando o surgimento de um maior número de pesquisas.

O desenvolvimento científico e informacional intensificado no Brasil a partir da década de 1990 criou novas possibilidades para a configuração da rede urbana mundial ao permitir a conexão entre áreas distantes em menor tempo. As trocas comerciais e crescente movimento populacional estimularam a formação dos sistemas de cidades e a definição de papéis entre as urbes com a especialização produtiva vigorando em diferentes contextos, conforme a DTT (Divisão Territorial do Trabalho). Segundo Corrêa (1989, p.87), através da rede urbana passaram a se realizar os “processos de criação, apropriação e circulação do valor excedente”, acentuando as diferenças existentes na rede urbana, uma vez que o valor excedente não é acumulado e reinvestido igualmente em toda a rede.

Por um lado, o capital privilegia locais que oferecem maiores condições para sua reprodução como a quantidade e qualidade das redes de transportes e comunicação, mercado consumidor e mão-de-obra qualificada. Esses atributos geralmente se concentram em cidades ou regiões que já apresentam maior desenvolvimento socioeconômico.

Por outro lado, mesmo com a desconcentração econômica e a facilidade locacional proporcionada pela tecnologia da informação, a existência de empresas de capital externo²⁵, por exemplo, pode resultar no envio dos valores excedentes ao local de origem do empreendimento, enquanto que o investimento onde a empresa encontra-se localizada é irrisório²⁶, apenas o suficiente para sua manutenção. A definição dessas práticas,

²⁵ Pode ser de outra cidade, região, estado, país.

²⁶ Em Irati-PR, cidade com população total de 45.299 mil habitantes, com a população urbana de 42.195, a localização das empresas multinacionais Yazaki Wiring, de origem japonesa, e Iracome, de capital francês, não garantiu à cidade o significativo crescimento econômico e desenvolvimento urbano e social. O setor industrial ocupa o segundo lugar na economia da cidade com 26,18% da receita e segue liderada pelo setor agropecuário com 57,89% e pelo comércio com 15,93 (FERREIRA, 2009; SANDERSKI, 2004).

geralmente, depende das políticas de governos federal, estadual e municipal, sendo relevante o poder de negociação e os interesses das representações político-econômicas do local que recebe tais empresas. Além disso, muitas vezes, a guerra fiscal acaba por não beneficiar, a curto e médio prazo, a cidade contemplada com a vinda da empresa em virtude de uma série de incentivos, como isenção temporária de impostos, doação de terrenos e investimentos em infraestrutura de maneira que o retorno financeiro pode ser demorado. Há casos em que antes de o retorno financeiro acontecer a empresa se retira do local, como o caso da Chrysler, na cidade de Campo Largo, na Região metropolitana de Curitiba, no estado do Paraná, que inaugurou uma unidade de produção de cabines da *Pick up Dakota* em 1998 e encerrou²⁷ as atividades em 2001, deixando a prefeitura e o estado com a dívida feita para os investimentos iniciais para a abertura da fábrica²⁸.

A implantação das atividades econômicas que promovem maior dinâmica espacial, como as indústrias, compreende uma lógica que inclui as motivações dos diversos agentes sociais, bem como o entendimento dos conflitos de interesses entre eles (CORRÊA, 2006). Nesse contexto, os grupos sociais são importantes agentes na produção da rede urbana como uma complexa trama que é política, econômica e também social. Nesse sentido, a elite campeira, que se constituiu após a ocupação do território centro Sul do Paraná, representa o principal agente na formação da base econômica, política, social e espacial de Guarapuava, como discutiremos nos capítulos 2 e 3. Uma influência que, com o tempo e a inserção de novos grupos sociais com poder econômico, como os novos proprietários de terras e comerciantes, deixou de ser determinante, mas, se mantém presente até os dias atuais.

Compreender a formação da rede urbana, portanto, implica assim em colocar em evidência “as práticas que viabilizaram a articulação entre distintos centros urbanos e suas hinterlândias, bem como compreender a inércia que, pelo menos durante um certo tempo, cristaliza um determinado padrão espacial de funcionalidades urbana” (CORRÊA, 2006, p.27). A rede enquanto uma produção social, expressa o movimento da sociedade que a produz. A condição e o padrão da rede, portanto, podem sofrer alterações através do

²⁷ Sobre o processo de abertura e fechamento da Chrysler no Paraná e suas implicações consultar: LOURENÇO. Gilmar Mendes. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Ed. do Iparde. Curitiba, 2003.

²⁸ O empreendimento recebeu a prorrogação por dez anos do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) do governo do Paraná. Com os carros já vendidos, isso significaria uma dívida de R\$ 100 milhões. A Prefeitura de Campo Largo, além de dar o terreno, isentou a empresa de recolher IPTU e Imposto sobre Serviços (ISS) por dez anos.

tempo, por meio das ações dos grupos sociais como profícuos instrumentos de transformações, funcionando como disseminadores ou inibidores do desenvolvimento e das inter-relações socioespaciais. Para Fresca (2004a, p.38), a rede urbana com seu conjunto de cidades, de infraestruturas de transporte, comunicação, informação, dentre outros, “envolve inúmeras relações de integração interna e externa, e ao mesmo tempo manifesta novos padrões de desigualdades vinculados aos processos sociais”.

Nos países de urbanização antiga e economia desenvolvida, a rede urbana é mais complexa e tende a ter um padrão mais difuso com a distribuição de núcleos urbanos mais equilibrada. Em países com economia em desenvolvimento e urbanização recente como o Brasil, a rede urbana costuma ser menos equilibrada, com áreas densamente povoadas e permeadas por redes técnicas e tecnológicas, como as Sul e Sudeste e outras com menor quantidade de cidades, distribuição rarefeita e redes de transporte e telecomunicações mais frágeis quanto à qualidade dos serviços e à quantidade dos fluxos, ocasionando menor fluidez, como as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do país.

O padrão de rede menos equilibrado quanto à distribuição, tamanho e funções das cidades condiz com a formação territorial segmentada no tempo e no espaço, cujo componente social deriva de diferentes segmentos socioculturais atribuindo especificidades ao modelo de formação da rede (CORRÊA, 2006). Os espaços de equilíbrio e desequilíbrio numa mesma rede urbana denotam o sentido fragmentado-articulado que aproxima, por meio da fluidez, os diferentes lugares que a compõem. E, “ao tornar livres a população e as coisas para o movimento territorial, a relação em rede elimina as barreiras, abre para que as trocas sociais e econômicas se desloquem de um canto para outro” (MOREIRA, 2006, p.162), oportunizando as mudanças.

Nesse ponto, incide uma das contradições da sociedade em rede: quando se consegue somar diferenças, excluir e incluir pessoas e lugares por meio de processos desigualmente combinados de verticalidade e horizontalidade²⁹ na interligação de nós que, para as redes, são cidades, lugares de conexão no espaço e,

²⁹ Empregamos as expressões verticalidade e horizontalidade no sentido da interdependência entre os lugares baseada em Milton Santos. As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares reunidos por uma continuidade territorial, enquanto verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.” (SANTOS, 1996a, p. 284) Num entendimento geral, a horizontalidade se explica pelas relações socioeconômicas entre os seus habitantes e destes com a natureza local, enquanto que a verticalidade se define pelas relações que se estabelecem do local com o global. Para aprofundamento, ler SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** Edusp, 1996.

de um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidades, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, são as verticalidades. [...] enquanto as horizontalidades são sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o lócus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla tanto econômica e política, como geograficamente. (Santos, 2004, p.284)

Percebemos assim que mesmo distante uns dos outros, os lugares podem ser conectados até mais profundamente na rede, por meio da verticalidade que rompe as barreiras geográficas e a distância, portanto independente da localização. Não há necessidade de contiguidade e tudo depende de como se estabelecem as correlações de forças entre seus componentes sociais dentro da conexão em rede (MOREIRA, 2006). Lembramos que nessa *correlação de forças*, o capital se faz presente como um elemento fundamental para a intensificação dos fluxos, para a renovação dos fixos, assim como para que pessoas e coisas possam exercer sua “liberdade no território”. A inter-relação entre os elementos sociais, materiais e imateriais constitui o movimento dialético que atribui mutabilidade e vitalidade à rede urbana.

Entendemos a rede urbana como uma dimensão socioespacial nos permite pensá-la segundo as categorias de análise: estrutura, processo função e forma como um caminho teórico-metodológico para adentrarmos ao universo de sua construção e movimento. Conforme Santos (1985, p. 50), tais categorias,

são quatro termos disjuntivos mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.

Nessa perspectiva, partimos do entendimento da rede urbana enquanto um aspecto da realidade e que seu estudo e compreensão devem transitar por diferentes escalas, considerando os agentes e processos que produzem a rede, como buscaremos explicitar no decorrer deste capítulo. Contudo, considerando que a realidade à primeira vista, “é apenas um mundo fenomênico que ao mesmo tempo esconde e indica a essência” (FRESCA, 2004, p. 18), buscamos ir além dessa manifestação real aparente da rede urbana e

compreendê-la em totalidade o que significa uma realidade estruturada, não acabada e em constante mudança.

1.2 A urbanização e a industrialização no Brasil: rede urbana e cidades médias em contexto

Para pensarmos a rede urbana brasileira e adentrarmos à realidade de sua existência enquanto forma e processo, optamos por combinar uma análise espaço temporal elegendo alguns períodos que deflagraram ações políticas que ocasionaram transformações econômicas e sociais e contribuíram para a formação socioespacial do país, para a expansão da urbanização e produção da rede urbana, tendo como novos pontos de concentração populacional as cidades médias. Embora não possamos abarcar em totalidade os processos (urbanização e industrialização) e os agentes (sociedade, representantes políticos nas escalas municipal, estadual e federal e econômicos do capital nacional e internacional, estatal e privado), buscamos, nesse exercício, trazer à tona parte do contexto político-econômico sob o qual ocorreu a produção da rede de cidades concomitante à industrialização no país. A amplitude do tema exige a delimitação de alguns contornos históricos, não rígidos, mas, como tentativa de estabelecer critérios de periodização para a elucidação do fenômeno investigado.

Para tanto, consideramos o período que vai do início do século XX ao início do século XXI, por ter implicado em mudanças políticas e econômicas e na Divisão Territorial do Trabalho, em função da incidência e expansão no espaço, ao longo do tempo, dos meios técnicos, científicos e informacionais, estabelecendo, assim, a organização e configuração da rede urbana.

Apresentamos essa discussão numa sequência que inicia com o item 1.2.1 e versa sobre a expansão do Brasil urbano cujos desfechos econômicos da cafeicultura foram preponderantes para a acumulação de capital e fomentaram as bases para a indústria e a urbanização, sendo que a cidade de São Paulo foi o principal centro disseminador desses processos. Vários foram os fatores que desencadearam o aumento do número de cidades e sua expansão para o interior do país, tais como a criação de órgãos e instituições governamentais, grande parte vinculada ao planejamento, além de empresas estatais nos setores de energia, siderurgia, entre outras, que deram suporte à efetivação da indústria e à

urbanização no país. Essas empresas, além da produção, geravam um quadro significativo de empregos capacitando um grupo significativo de pessoas para o consumo.

No item 1.2.2, enfatizamos que, até aproximadamente a década de 1970, os planos de governo, principalmente o Plano de Metas, constituíram as bases de infraestruturas em energia, transportes e comunicação para a implantação de indústrias de capital estatal e privado (nacional e estrangeiro) para a consolidação do modelo urbano industrial. A criação das superintendências SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) e SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste) constituíram parte das estratégias de governo pautadas sob a teoria dos polos de crescimento de François Perroux que tinha por meta a desconcentração econômica e populacional para o desenvolvimento do território brasileiro.

Em seguida, no item 1.2.3, avançamos com o enfoque sobre a expansão e a descentralização urbana e industrial, do meio técnico-científico e informacional e as políticas governamentais vinculadas em grande parte aos I, II e III Planos de Desenvolvimento, que fundamentaram as transformações socioespaciais, favorecendo as cidades de porte médio na criação de condições para a interiorização das atividades econômicas e da rede urbana. A migração campo cidade e a formação de um mercado consumidor de produtos industrializados favorecem à ampliação no país do processo de globalização.

No item 1.2.4, evidenciamos que o paradigma das relações em rede favorecidas pela tecnologia da informação intensificada, sobretudo, após a década de 1990, ao mesmo tempo em que se abre à possibilidade de estender setores produtivos para áreas mais distantes dos principais centros urbanos e industriais, torna o espaço mais fluído, competitivo e mais seletivo quanto às exigências para o estabelecimento de atividades econômicas. As cidades, nesse contexto, representam importantes nós na concentração de pessoas e atividades e na geração e disseminação de fluxos materiais e imateriais, oportunizando a ampliação das cidades médias e promovendo maior equilíbrio na rede urbana.

1.2.1 Urbanização e cidades no Brasil no limiar do século XX

A proliferação das cidades no país, no início do século XX, e o deslocamento do foco produtivo para o estado de São Paulo teve como influência as transformações de cunho político-econômico e sociais desencadeadas por fatores como: final do regime de escravidão (1888); a constituição da república (1889); a crise na Europa no final do século XIX com rumores de guerra e a intensa emigração para o Brasil entre os anos 1888 e 1900, quando cerca de 140.0000 pessoas emigraram para o Brasil, sendo a maioria de origem italiana e se instalando, sobretudo, no estado São Paulo (FURTADO, 1997). A soma dessas questões internas e externas repercutiu sobre a organização socioespacial e favoreceu a incipiente indústria que despontava.

O momento exigia novas técnicas para a produção e tanto o incentivo ao desenvolvimento tecnológico quanto à importação de bens de produção acenaram para mudanças no perfil produtivo do país. O crescimento da produção cafeeira em larga escala foi possível devido à decadência da cultura tradicional açucareira e da atividade de mineração. O fim da exclusividade comercial de Portugal e a constituição de um mercado nacional representou a formação e fortalecimento do próprio Estado e a interiorização do crescimento urbano, a partir do avanço do complexo cafeeiro paulista (EGLER, 2001, p.47). Enquanto isso, no Nordeste prevaleciam as relações de parcerias e, no Sul, a pequena propriedade familiar, principalmente em Santa Catarina, e a criação de animais e exploração vegetal (madeira, mate) em grandes propriedades no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Desde a segunda metade do século XIX, as produções isoladas foram fortemente reduzidas e São Paulo tornou-se o polo dinâmico de uma vasta área que abrange os estados mais ao Sul do Brasil e foi incluindo, ainda que de modo menos expressivo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (SANTOS, 1993) e, indiretamente, outras áreas do país.

A melhoria dos portos, como o de Santos, e a criação dos meios de comunicação atribuíram uma nova fluidez a essa parte do território brasileiro (SANTOS, 1993), constituindo as condições para a produção, nesse caso, a produção industrial. A DIT (Divisão Internacional do Trabalho) envolvia nações industrializadas detentoras do capital e nações produtoras de matéria-prima, não mais nos moldes metrópole-colônia, mas ainda com fortes influências do período colonial, com a importação de muitas mercadorias para o

consumo brasileiro.

A produção cafeeira, realizada em larga escala com disponibilidade de mão-de-obra, alcançou preços competitivos ao longo do século XIX o que permitiu a acumulação de capital. (MELLO, 1984; PRADO JÚNIOR, 1974). Internamente, “tratou-se de limitada integração do espaço e do mercado, de que apenas participou uma parcela do território nacional [...], constituindo diferenciação em relação ao resto do território”, conforme Santos, (1993, p.27). As mudanças econômicas foram significativas o bastante para inserir uma nova dinâmica nas relações comerciais e socioespaciais que se alastraram pelo país em tempo, espaço e intensidade diferentes.

Silva (1985, p.97) afirma que a indústria nascente, em particular a indústria de São Paulo, “encontrou a força de trabalho necessária ao seu desenvolvimento no mercado de trabalho constituído pela expansão cafeeira e organizada pela grande burguesia cafeeira através do Estado que ela controlava diretamente”, ao mesmo tempo que constituíram um mercado consumidor. Os imigrantes nesse contexto, além de fonte de trabalho para a cafeicultura e a indústria nascente, contribuiu para o surgimento interno de um setor produtor de bens de consumo para assalariados.

Não obstante, é relevante o fato de que a economia cafeeira foi a responsável por fornecer os bens de produção necessários a esse segmento urbano que surge com a expansão do setor cafeeiro (MELLO, 1984). Mesmo frente à crise de 1929, tal produção seguiu sob outras circunstâncias políticas e econômicas, conduzindo novos processos de urbanização e industrialização a partir da produção cafeeira em outros estados, como parte de Minas Gerais e Região Norte³⁰ do Paraná.

A localização das cidades no Brasil, que de aproximadamente 1534 até 1870 era predominantemente na costa marítima, após 1870 e, principalmente, após o início do século XX, passa a caracterizar-se por expansão direcionada para o interior do país com forte concentração no Sudeste, mais intensa no estado de São Paulo, formando a base para o sistema urbano. As cidades foram seguindo da costa para o interior também em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, entre outros, sinalizando a vanguarda da urbanização por tais regiões. Um adensamento começou se formar na Região Sul e no litoral Norte do

³⁰ A região norte do Paraná é subdividida para fins administrativos pelo IBGE em: Norte velho ou Pioneiro, ocupado desde o final do século XIX até aproximadamente 1930, destacando-se entre as cidades, Jacarezinho e Cornélio Procópio, norte Novo ou Central, ocupado rápido e intensamente entre as décadas de 1930 e 1940, onde localizam-se Londrina e Maringá e Norte Novíssimo ou Noroeste, onde com ocupação iniciada na década de 1940, onde destacam-se as cidades de Cianorte e Umuarama.

país, enquanto poucas urbes localizavam-se no Centro, Centro Sul e região Norte (EGLER, 2001). Nesse período, entre 1870 e início do século XX, na região chamada Paraná Tradicional, algumas vilas interiorizadas foram elevadas à categoria de cidades como Guarapuava (1871), Palmas (1896), assim como no mesmo Estado, no Norte Pioneiro e Central, respectivamente, foram criadas as cidades de Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Londrina (1934), Rolândia (1944), entre outras.

Contudo, o poder político e econômico permaneceu centralizado no Sudeste, que concentrou também a expansão da sociedade urbana, passando a atrair e manter muitas pessoas e investimentos, enquanto no restante do país, prevalecia a agropecuária e exploração vegetal, com indícios pontuais de indústrias nas principais cidades, principalmente as capitais.

No caso do Sudeste, o capital industrial dependia do capital cafeeiro em dois aspectos cruciais: para gerar a capacidade de importar máquinas e equipamentos industriais, assim como bens e salários para a reprodução da força de trabalho. Pretendia-se fortalecer um mercado para produtos industrializados, os quais, se disseminariam principalmente nas cidades e expandiriam a infraestrutura urbana para atender à demanda populacional existente e vindoura.

No início de 1930, além dos impactos da guerra, a crise do setor cafeeiro abalou as estruturas políticas, econômicas e sociais do país durante a vigência da primeira república. Em consequência, teve início a diversificação agrícola e a substituição dos bens manufaturados que antes eram importados, passando a ser produzidos nacionalmente. Isso ocorreu a partir do momento em que o setor industrial brasileiro passou a se aproveitar da capacidade industrial instalada já existente no país, em função das primeiras políticas governamentais de incentivo à produção interna. A indústria dessa época se caracterizava basicamente pela produção de bens de consumo que exigiam máquinas e equipamentos comuns, destacando-se as indústrias alimentícias, farmacêuticas, metalúrgicas, artigos de higiene e limpeza, perfumaria, entre outras (FURTADO, 1997).

Nos anos referentes ao “Estado Novo” (1937-45), com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, apoiado na centralização do poder estatal, surgiu com espantosa rapidez todo um arcabouço de instituições³¹ de regulação e controle das atividades econômicas do

³¹Foram criados seis órgãos de planejamento com atribuições de alcance nacional: o DASP (Departamento de Administrativo do Serviço Público); o CFCE (Conselho Federal do Comércio Exterior); o CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças); a CME (Coordenação de Mobilização Econômica); o CNPIC (Conselho

país, que serviria de base para o fortalecimento do Estado capitalista no Brasil. Nesse sentido, as cidades, especificamente São Paulo e Rio de Janeiro, receberiam a infraestrutura necessária para desempenhar novos papéis relacionados à economia e à política brasileira.

Na década de 1940, a localização industrial, como fruto do processo iniciado era restrita às maiores cidades da época com mais de 500 mil habitantes, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, enquanto nas demais capitais, a indústria era de base regional ou para a exportação, como o mate, no Paraná. Na produção da rede urbana, o fluxo entre São Paulo e Rio de Janeiro e as cidades menores interligadas a estes centros maiores por estradas conformavam a área mais dinâmica do país (FARIAS, 1983) como a ligação na década de 1950, do estado de São Paulo por estrada de ferro e de rodagem com as prósperas cidades do Norte do Paraná.

A atuação do Estado, nesse período, no setor industrial, foi marcante na criação de indústrias estatais³². Tais políticas ampliaram a oferta de emprego para o funcionalismo público, grupo que constituía a classe média e um significativo número de consumidores, moradores das cidades e, portanto, agentes difusores do modo de vida urbano.

Apesar da iniciativa estatal para a criação de diversas instituições e mecanismos para a dinamização do território, em 1950, a população brasileira era predominante rural com 33.361.506 de habitantes para 18.582.891 habitantes urbanos (Censo IBGE, 1960). A distribuição desse contingente populacional urbano se encontrava dispersa pelo território e mais concentrada em algumas regiões como Sul e Sudeste. Com a expansão da malha viária e instalação do setor automotivo em São Paulo, por (JK) Juscelino Kubitschek, nessa mesma década, a rede de cidades começa a ganhar nova configuração e complexidade.

A Segunda Guerra Mundial, no sentido econômico, representou para o Brasil, o impulso à industrialização, num momento em que se buscava a articulação das diferentes regiões para a constituição de um mercado interno, sendo esta uma das perspectivas para a expansão econômica e de urbanização. Outra perspectiva importante que se somava, residia no estímulo de formação de uma sociedade de consumo que deveria estar localizada principalmente nas cidades, nas quais essa população passaria a depender de produtos

Nacional de Política Industrial e Comercial) e a CPE (Comissão do Planejamento Econômico).

³² A criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942; do Conselho Nacional do Petróleo, em 1940; da Companhia Vale Do Rio Doce, em 1943; e a criação da Companhia Nacional de Álcalis, em 1944.

industrializados, não mais produzindo para consumo próprio.

As circunstâncias expressaram o crescimento de algumas cidades e o aumento no índice de urbanização, que passou de 31,24% em 1940, para 36,16%, em 1950 (REIS FILHO, 1996; SANTOS, 1993; DAVIDOCICH, 1995). Contribuíram para esses dados a elevada taxa de natalidade e a redução da taxa de mortalidade com os progressos sanitários e a melhora relativa nos padrões de vida³³.

A concentração de pessoas no campo foi gradativamente sendo modificada e o modelo urbano industrial foi crucial para o crescimento econômico que esteve até a década de 1940 fortemente vinculado às atividades extrativas e agrário-exportadoras. Modificava-se então, a estrutura produtiva que passou, a partir de 1950, a ser considerada urbana e industrial e teve como principal característica, segundo Santos (1993, p.36), “a introdução do meio técnico-científico e informacional na cidade”, sendo também fundamental para a integração do território.

Junto à proposta de modernização econômica, necessitava-se modernizar a cidade com espaços para consumo de mercadorias, infraestrutura e equipamentos urbanos públicos para atender tanto ao modelo de desenvolvimento quanto à quantidade de população que aumentava. Com isso, incorreram transformações no comportamento social e cultural quanto às práticas cotidianas no urbano. Além dos inúmeros eletrodomésticos e bens eletrônicos incorporados ao cotidiano, o automóvel, produzido pela indústria fordista, promoveu, a partir dos anos de 1950, mudanças significativas no modo de vida dos consumidores, na habitação e nas cidades. O consumo dos bens modernos, dos eletroeletrônicos e também do automóvel pelos indivíduos com poder aquisitivo suficiente para adquiri-los, conforme Maricato (2000, p.55),

muda radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homogeneamente moderna. Ao contrário, os bens modernos passam a integrar um cenário em que a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente na moradia ou no padrão de urbanização dos bairros da periferia.

A crescente demanda por moradias urbanas exigiu políticas habitacionais para

³³ A redução da mortalidade e a melhora relativa nos padrões de vida em virtude de melhores condições sanitárias não se aplicam a todo o país, tampouco a todo um Estado. Eram resultados pontuais em regiões ou estados diretamente ligados às novas determinações político-econômicas como no Sul e Sudeste onde o fato ocorreu com maior intensidade.

viabilizar o acesso à casa própria e “foi com o Banco Nacional da Habitação integrado ao Sistema Financeiro da Habitação, criados pelo regime militar a partir de 1964, que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção” (MARICATO, 2000, p.15). Outro fator interno às cidades é que, além dos conjuntos habitacionais populares, a drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional estimulou a mudança no perfil das grandes cidades com a verticalização intensa promovida pela valorização da moradia em edifícios.

A expansão das atividades industriais, na década de 1950 e 60, permitiu que a partir de porções do território (Sudeste, Sul), se objetivasse buscar a formação de um mercado nacional e a integração do território via produção e consumo. O país passou a produzir bens duráveis e, até mesmo, bens de produção. Para Furtado (1997, p.47), gerou-se uma "nova dependência", pois o “centro das decisões não é mais interno ao país e nem tem o mercado nacional como seu epicentro”.

A dependência se aprofunda, bem como a inserção subalterna do país na divisão internacional do trabalho. Tal afirmação se deve ao fato de que a internacionalização econômica após a Segunda Guerra ocorreu de modo intenso, dando abertura demasiada para o capital externo e sua ação pelo território nacional, tanto para proveito dos investidores externos, quanto para o atendimento das políticas governamentais de desenvolvimento interno e consolidação do modelo urbano industrial.

1.2.2 O Estado e o Capital na produção do espaço urbano nacional

Embora o Estado tenha desempenhado papel significativo na promoção e consolidação da indústria como setor dinâmico da economia, estimulando concomitantemente o crescimento urbano, os resultados não repercutiram na mesma proporção em todo o território. Dessa maneira, desde a década de 1950, as áreas favorecidas com as políticas de desenvolvimento passaram a concentrar estabelecimentos industriais e constituíram ponto de atração para a população das demais regiões culminando na mobilidade populacional oriunda, sobretudo, da Região Nordeste em direção ao Sudeste na busca por melhores empregos e melhores condições de vida que a existente no local de origem.

O modelo de desenvolvimento priorizado refletiu sobre a organização interna das cidades e sua capacidade de desempenhar o conjunto de funções exigidas e absorver

adequadamente, com conforto e segurança, a crescente demanda populacional, necessitando um planejamento específico para as questões intraurbanas. Entretanto, a elaboração do Plano de Metas (1956-61) “se caracterizou por uma intensa diferenciação industrial num espaço de tempo relativamente curto e articulado diretamente pelo Estado” (SERRA, 1982, p.89). Somente a partir dos anos de 1960, um conjunto de estratégias explicitamente espaciais, designadas de políticas de urbanização, foi implementado. Segundo Davidovich (1995, p.81), tais políticas compreenderam:

- 1) Medidas de caráter intraurbano, objetivando aparelhar a grande cidade como base de acumulação e de reprodução das relações capitalistas;
- 2) Políticas de caráter interurbano que, atendendo ao lema de segurança nacional e desenvolvimento econômico, sustentado pelo regime militar, visaram a consolidação de uma rede hierárquica de cidades, assumida como um componente espacial de estratégias de desenvolvimento e de ‘equilíbrio’ do sistema. Iniciativa de ‘desconcentração concentrada’ em alguns pontos do território nacional, envolvendo inclusive a transferência de certos ramos industriais para regiões economicamente mais atrasadas, contribuíram para estruturar um escalão metropolitano de periferia;
- 3) Políticas de internacionalização de novas estruturas urbanas, formada pela concentração geográfica de recursos, as regiões metropolitanas.

Essas medidas propiciaram, em termos gerais, a concentração urbana e populacional nas metrópoles, não contemplando a integração territorial. Com o desenvolvimento dos setores de siderurgia, exploração e refinamento de petróleo, eletricidade e transporte, entre outros, a atividade terciária aumenta nas áreas de maior concentração populacional para atender à demanda propiciada pela reprodução das relações capitalistas e não capitalistas segundo um circuito superior e um circuito inferior de economia (SANTOS, 2004).

Essas duas dimensões econômicas passam a conviver no espaço, de maneira que, enquanto o circuito superior constitui o resultado direto das modernizações que atingem o território, o circuito inferior compreende as formas de fabricação menos sofisticadas, os serviços não modernos fornecidos a varejo e o comércio de pequena dimensão, voltados, sobretudo, ao consumo da população de baixa renda.

Para consolidar o circuito superior, foi necessária a participação conjunta entre Estado e Capital privado nacional e estrangeiro e coube às empresas transnacionais a implantação no país de indústrias que exigiam maior complexidade tecnológica e possibilitavam um considerável volume de capital e divisas internas implicando na

expansão de pessoal administrativo e gerencial, que deu margem, segundo Davidovich (1995, p.83) “à formação de uma classe média diversificada e à ampliação de seus estratos superiores”.

As mazelas dessas relações políticas e econômicas foram inscritas na sociedade e no espaço com uma divisão social entre os que têm e os que não têm condições de acesso ao emprego, à educação de melhor qualidade, à saúde, ao lazer, ao consumo entre outras necessidades inerentes à vida na cidade. Embora a parcela da população representante do circuito inferior seja maior, o menor volume de capital envolvido e o baixo nível tecnológico empregado nas atividades não superam o valor financeiro gerado e a importância atribuída ao circuito superior da economia.

O distanciamento socioeconômico seguiu com o próximo plano de governo denominado “milagre econômico” que demonstrou durante o período de vigência (1968-73) a incapacidade de estruturar um eficiente estado de bem-estar social num país com tamanhas desigualdades. Enquanto o fordismo norte-americano tinha no aumento dos salários importante instrumento para o desenvolvimento socioeconômico e uma forma de ampliar o mercado através da inclusão dos trabalhadores na esfera do consumo, no Brasil, o consumo restringiu-se a setores da população, ampliando a segmentação social. A concentração de renda era naturalizada pelos formuladores da política econômica da época, como condição para o processo de crescimento.

Essa concentração de renda imprimiu no espaço a concentração de papéis mais diversificados e sofisticados em determinadas cidades e regiões do país. A criação de uma base técnica e econômica dos processos modernos de comunicação foi destinada ao desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em seu sentido econômico, como elo de articulação entre mercados (SANTOS, 1993). Desse modo,

o espaço nacional fica dividido entre áreas onde os diversos aspectos da vida tendem a ser regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista, e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes [...] demandando uma nova divisão regional do país determinando novas hierarquias; entre regiões com grande conteúdo (nos objetos, nas instituições, nas pessoas, nas empresas), e regiões desprovidas dessa qualidade (SANTOS, 1993, p. 46).

Essa diferenciação no conteúdo espacial não permaneceu somente entre as grandes regiões brasileiras, mas do mesmo modo, nas escalas intraregional e, consecutivamente, intraurbanas. Os adventos do aumento da produção de bens e progresso técnico-

tecnológico na base da produção desses bens, segundo Souza (2001, p.97) “influenciam o nível de bem-estar e justiça social em uma sociedade”, assim como o acesso aos bens e tecnologias produzidas, que, no caso brasileiro, devido ao baixo nível de renda da maioria da população, restringe o acesso aos setores modernos da economia, habitação, educação e saúde entre outros .

As cidades, de maneira geral (pequena, média) e, em especial, as grandes com forte poder de atração não apresentavam³⁴ condições em infra-estrutura suficiente para receber a população que para ela se dirigia, tanto pelo desejo de mudança, quanto pelas transformações nas relações de trabalho impostas por novas políticas trabalhistas e pela mecanização do campo, o que intensificou o fluxo migratório na década de 1970.

Em consequência das políticas de modernização e diversificação agropecuária e ao movimento de desconcentração econômica, em meados da década de 1960 e 1970, intensifica-se o surgimento fora do eixo Rio São Paulo de cidades com mais de 100 mil habitantes na área urbana, dentre elas, Londrina e Maringá, no Paraná (IBGE, 1970, 1980), assunto ao qual voltaremos nossa atenção noutra parte desse capítulo. As regiões Norte e Centro Oeste do país, também experimentaram um processo de urbanização progressiva que foi estimulado pela atuação das superintendências da SUDAM, SUDENE, SUDECO que atuaram no sentido de urbanizar as capitais e cidades estratégicas (COSTA, 2001).

Tais medidas seguiam orientadas pela proposta de criação de polos de crescimento e desenvolvimento³⁵, de François Perroux³⁶, na qual a disseminação de cidades pólos exerceriam influência hierárquica sobre outras cidades menores localizadas próximas, com a intenção de estimular a desconcentração econômica (indústria, comércio e serviços), populacional e o desenvolvimento territorial.

Assim, além dos principais polos econômicos constituídos (São Paulo e Rio de Janeiro), pretendia-se intensificar o desenvolvimento em regiões com a implantação de novos polos, como o criado em Curitiba, no início da década de 1970, com a instituição da Cidade Industrial de Curitiba e a implantação das indústrias New Holland e Volvo.

³⁴ As cidades continuam apresentando desigualdades socioespaciais e com infraestruturas insuficientes para a população.

³⁵ Entende-se por polo de desenvolvimento, a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável, seu produto real, global; e por polo de crescimento apenas um aumento do produto global e, conseqüentemente, da renda per capita (PERROUX, 1977).

³⁶ A **Teoria dos Polos de Crescimento** foi elaborada por François Perroux, em 1955, quando estudou a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale do Ruhr. (Perroux, 1977).

Enquanto isso, muitas cidades mantinham-se vinculadas às atividades primárias, que, de acordo com Corrêa (2001, p.360), “caracterizavam-se por uma relativamente pequena complexidade funcional dos seus centros urbanos por um pequeno grau de articulação entre estes referidos centros, com interações espaciais predominantemente regionais e pela existência de padrões espaciais simples com que a rede urbana estava construída”. Com essa descrição, identifica-se Guarapuava e os municípios de seu entorno, nos quais, a predominância das atividades agrícolas e extrativistas, associadas às questões socioespaciais e culturais mantiveram a cidade nesse contexto de isolamento em relação a outras regiões do estado, como o Norte e Oeste.

Passava a despontar no cenário urbano brasileiro as cidades de porte médio que receberam nesse período (década de 1970) intenso fluxo migratório, engendrando nova articulação entre as cidades e atuando como polos de atração da atividade industrial, conforme destaca Pereira & Lemos (2004):

Uma das direções do processo de desconcentração da atividade industrial da Área Metropolitana de São Paulo foi para as cidades médias³⁷, especialmente do Sul e Sudeste, que se tornaram localidades potenciais para a absorção dos empreendimentos, pois possuem, em geral, algum tipo de economia de aglomeração, ao mesmo tempo em que não incorrem em deseconomias de aglomeração típicas das grandes metrópoles. Dentre as cidades médias existem algumas que apresentam um grau maior de polarização de capacidade de desenvolvimento de seu entorno. (PEREIRA & LEMOS, 2004, p.1).

Com os investimentos realizados, as cidades de porte médio que participaram dos programas tiveram oportunidade de se firmarem socioeconomicamente como cidades médias e se destacarem na hierarquia da rede de cidades com participação mais representativa, apresentando, como enfatizam os autores “um grau maior de polarização de capacidade de desenvolvimento de seu entorno.”

A partir desse momento, embora o país continuasse com marcantes características vinculadas às atividades no campo, a industrialização encontra por meio dos interesses políticos e econômicos nacionais e estrangeiros, o caminho para a expansão para outras cidades e regiões. Com a proposta da integração produtiva, segundo os polos de desenvolvimento por um lado,

³⁷ Aqui, o autor emprega a expressão cidade média no sentido demográfico.

ampliaram-se e diversificaram-se as funções desempenhadas pelos centros urbanos, tornando-se mais complexas suas atividades; por outro, ampliaram-se as demandas de articulação e integração entre eles. Esses movimentos, configuraram-se, simultaneamente, como reflexo e suporte à desconcentração das atividades econômicas e à interiorização do desenvolvimento, com um padrão de urbanização restrito até então, aos maiores centros urbanos nacionais. (IPEA, 2000, p. 35)

Os programas de governo, incluindo a participação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contribuíram para o ordenamento e o avanço horizontal e vertical das redes de infraestruturas para a indústria e às cidades de porte médio. O I e II PND (1972-74) e (1974-78), respectivamente, com uma sequência de medidas no âmbito do planejamento urbano e regional, deram continuidade à implantação das condições gerais³⁸ de produção no território brasileiro.

O Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio³⁹ (PNCCPM) (1974-1978) era parte integrante do II PND, por meio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana do Ministério de Planejamento (CNPU) da época, somando um conjunto de iniciativas com o intuito de agir também no sentido da distribuição, fortalecimento interno e no relacionamento entre as cidades, sobretudo, as de porte médio como lugares centrais na disseminação da economia e da urbanização. Essas políticas receberam investimentos externos do *Bird* (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) a partir de 1978, sobretudo, após a década de 1980, quando demonstraram interesse por esse segmento de cidades no Brasil (BRUNA, 1984).

1.2.3 Expansão e descentralização urbana e industrial: condições para o aumento do número de cidades de porte médio

Com a finalidade de colocar em prática os projetos governamentais elaborados com vistas a promover a desconcentração das grandes aglomerações e evitar o contínuo movimento migratório rumo às grandes cidades e regiões metropolitanas, o governo

³⁸ O conceito Condições Gerais de Produção tem origem em *O Capital*, de Karl Marx, tendo sido desenvolvido e sofisticado por Jean Lojkine no que tange à sua aplicação às questões urbanas. O conceito denota a aglomeração espacial dos meios de produção, circulação material e de consumo coletivos, além das relações trabalhistas, jurídicas, financeiras. Pode também ser encontrado em: LENCIONI, S. Condições Gerais de Produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. In: **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre, maio/junho de 2007. Disponível em: www.scriptavova.com. Acessado em 25/10/2009.

³⁹ Na época, foi definido o número de 50 mil habitantes pela referida comissão para considerar a cidade como de porte médio.

estabeleceu diretrizes que favoreceram o desenvolvimento das cidades de porte médio. O I PND (1972-74) estava inserido nas estratégias do governo para dar continuidade aos planos até então voltados para a modernização urbana e desenvolvimento territorial. Para Costa (2001, p.63), esse plano,

acentuava a tendência do Estado de procurar enfocar suas políticas territoriais através de estratégias de integração nacional, ou seja, procurar expandir a “fronteira econômica” do país, a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste.[...] o conceito de fronteira econômica era aplicado a partir de suas várias instancias: agrícola, industrial, agroindustrial, urbana, de povoamento, de infraestrutura regional, etc. [...] o Plano definia estratégias de planejamento urbano a nível nacional, a partir da criação das “Regiões metropolitanas” e criava estratégia de desenvolvimento regional baseada nos “pólos de desenvolvimento”.

No mesmo sentido, foi editado, em 1974, o II PND, ancorado em volumosos investimentos concentrados nas indústrias de insumos básicos, sendo os mesmos realizados pelas empresas estatais e pela indústria de bens de capital privada nacional, mantendo o objetivo de substituição das importações. No quadro de uma política de autonomia tecnológica, a ação governamental revelava “a preocupação em assegurar a coerência entre: de uma parte, a política científica e tecnológica, de outra parte, a política industrial” (DIAS, 2002, p.121), e reduzir a dependência brasileira em relação ao petróleo e aumentar a produção de energia elétrica.

Tais investimentos recaíam sobre as cidades já dotadas de melhores infraestruturas, contradizendo os projetos que visavam corrigir as desigualdades regionais quanto à economia e à urbanização (BRASIL, 1974, p.87). As determinações do II PND buscavam facilitar a ação dos agentes urbanos pelo território nacional, sendo que seus objetivos estavam voltados para:

1 ÁEAS DE CONTENÇÃO - eixo Rio - São Paulo, áreas que cresciam em ritmo acelerado, responsáveis pelos desequilíbrios regionais;

2 ÁREAS DE CONTROLE - áreas com boa estrutura industrial, elevados níveis de renda e uma base econômica em final de consolidação, como por exemplo: Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Santos e Brasília. Estas não poderiam chegar ao estágio das áreas de contenção;

3 ÁREAS DE DISCIPLINA E DINAMIZAÇÃO: áreas que já apresentavam um visível desenvolvimento urbano e industrial, mas que, no

entanto, não poderiam deixar de crescer, tampouco, crescer desordenadamente, para tanto, seria imprescindível ações de planejamento e gestão;

4 ÁREAS DE DINAMIZAÇÃO: áreas estrategicamente mais importantes para viabilizar a política urbana, aptas para receber atividades capazes promover o desenvolvimento;

5 ÁREAS DE PROGRAMAS ESPECIAIS - segundo SOUZA (2004), havia cinco tipo de áreas que mereceriam tratamento diferenciado: as periféricas, as áreas com fraca urbanização e em fase de ocupação recente, regiões vinculadas aos grandes investimentos públicos, áreas turísticas carentes de uma melhor infraestrutura urbana para o desempenho de suas funções e áreas estagnadas e/ou decadentes.

6 REGIÕES DE TURISMO: Regiões dotadas de qualidades apreciáveis ao turismo e que deveriam ser inscritas no roteiro turístico do país e, para tanto, necessitariam de investimentos para exercerem tal função econômica;

7 NÚCLEOS DE APOIO AO PROCESSO DE OCUPAÇÃO: tais núcleos teriam sua implantação viabilizada pelos eixos viários de penetração.

Para Souza (2004), as políticas de contenção e dinamização eram específicas para determinadas regiões e tinham visão setorialista do urbano: suas prioridades eram estabelecidas com bases nos setores, não na promoção do desenvolvimento e na totalidade do território, o que fragmentou ainda mais a sociedade e o espaço. O eixo Rio-São Paulo como área mais dinâmica do país continuou recebendo maior atenção nas políticas de desenvolvimento, tanto no sentido das inovações contínuas nessas áreas, quanto pela manutenção da estrutura criada e resolução das crescentes dificuldades sociais que envolviam segurança, habitação, saúde, entre outras. Internamente, as cidades dessa região tinham os setores vinculados às atividades econômicas como as áreas industriais, os espaços urbanos onde se concentram a gestão financeira, o comércio sofisticado e os bairros residenciais de alto padrão como prioridade para investimentos.

Reproduzia-se, internamente, as desigualdades interregionais, embora o II PND defendesse o estabelecimento de mecanismos operativos para que a estrutura urbana acompanhasse a estratégia de desenvolvimento e a política de ocupação do espaço no interior do país. Notamos um distanciamento entre o que se pretendia fazer e o que foi realmente posto em prática.

Nesse sentido, para estimular o desenvolvimento socioespacial por meio do crescimento econômico, foram implantadas⁴⁰, em 1973, nove regiões metropolitanas já previstas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém; identificação das funções que deviam ser cumpridas pelas metrópoles nacionais; desconcentração econômica e populacional do sudeste para outras regiões e a definição de polos secundários ancorados por cidades de porte médio⁴¹.

A partir da década de 1980, evidencia-se mais nitidamente o sistema de cidades numa hierarquia urbana⁴², com interação ao longo da rede pelo comércio, serviços e demais fluxos que a urbanização produz. O aumento do número de cidades com mais de 100 mil habitantes, entre as décadas de 1940 e 1980, conforme informações do Quadro 7, demonstram esse incremento na geografia urbana do país.

População	1940	1950	1960	1970	1980
Entre 100 e 200 mil hab.	11	15	28	60	95
Entre 200 e 500 mil hab.	5	9	11	19	33
Mais de 500 mil hab.	2	3	6	9	14
Fonte: Censos demográficos IBGE. Org.: FERREIRA, S. C. 2010					

Entre 1970 e 1980, o aumento do número de cidades com mais de 100, 200 e 500 mil habitantes foi significativamente superior às décadas anteriores. A expansão e diversificação econômica, elevação do nível de renda e a difusão dos transportes modernos junto a uma divisão do trabalho mais acentuada fizeram, segundo Santos (1993, p.73), “com que as funções de centro regional passassem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades e que somente nas áreas mais atrasadas é que tais funções continuaram sendo exercidas por núcleos menores.”

Embora a maior parte dessas cidades tenham se concentrado no Sudeste e Sul do país, as demais regiões⁴³ passaram a apresentar e ampliar o número de núcleos urbanos com esse porte demográfico, diversificando o tamanho e a localização das cidades na rede urbana e dando sentido ao que Santos (1997) apontou como uma nova geografia, com

⁴⁰ O projeto de criação das Regiões Metropolitanas foi instituído em 1972, ano da formulação do I PND, mas implantado um ano depois.

⁴¹ As cidades participantes desse programa estão listadas no capítulo 2.

⁴² Essa hierarquia será apresentada nesse capítulo nos tópicos referentes aos estudos do IBGE/REGIC e à rede urbana brasileira.

⁴³ A tabela com a taxa de urbanização por regiões segue apresentada nesse capítulo.

mudanças no conteúdo e na forma de uso do espaço, oportunizadas principalmente, pela ampliação da produção industrial e do consumo, de maior estratificação social, melhoria e expansão das redes de transportes e telecomunicações viabilizando as interações espaciais e a intensa industrialização do campo. Segundo Corrêa (2006, p.318) essa nova geografia “implica na reestruturação do *habitat* rural e a criação de uma paisagem destituída de homens graças ao fluxo migratório que acompanha a industrialização do campo, na qual, os diversos complexos agroindustriais são as expressões mais visíveis.”

Isso resultou num complexo e variado processo de reestruturação da rede urbana, a partir da redefinição dos conteúdos e dos papéis das cidades, sejam elas metrópoles, grandes cidades, cidades médias ou cidades pequenas e, para tanto, o desenvolvimento tecnológico e informacional era imprescindível (SANTOS, 1997).

Em virtude disso, com a finalidade de diminuir a dependência científica e tecnológica do país, as políticas elaboradas no III PND (1979-85) estabeleceram investimentos no âmbito da ciência e tecnologia visando: ampliar a capacidade de absorção e geração de tecnologia das empresas brasileiras e de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia; estimular demandas tecnológicas direcionadas à adequação com as necessidades e interesses sócioeconômicos e culturais vigentes.

O papel do Estado, nesse período, mais uma vez, limitou-se àqueles setores considerados básicos para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, com ênfase na indústria. As propostas visavam, de modo geral,

acelerar o crescimento da renda e do emprego; melhorar a distribuição da renda, com redução dos níveis de pobreza e elevação dos padrões de bem-estar das classes de menor poder aquisitivo; reduzir as disparidades regionais, com ênfase para o Nordeste; conter a inflação; equilibrar o balanço de pagamentos e controlar o endividamento externo; fortalecer o setor energético; e promover o aperfeiçoamento das instituições políticas visando o estabelecimento dos ideais democráticos. (Brasil, 1980, p.8)

Um dos entraves do plano era que, sendo o país fortemente vinculado às atividades agropecuárias, muitas cidades permaneciam sem indústrias uma vez que a desconcentração não é um processo equitativo. Diante disso, a modernização do campo, associada à seletiva industrialização, acarretou em aumento das desigualdades socioespaciais. Do mesmo modo que o maior número de cidades permanecia concentrado nas regiões Sul e Sudeste,

das quinhentas maiores empresas do Brasil, em 1980, 71,00% estavam no Sudeste e 15,60%, no Sul. As demais se encontravam distribuídas no Nordeste, com 9,60%, Centro Oeste, com 1,80 e Norte, com 2,00 (Santos, 1993).

Embora as regiões do país tenham se tornado mais integradas, o desequilíbrio na distribuição espacial das atividades econômicas não foi superado com as novas transformações⁴⁴ político-econômicas oriundas de escala internacional e deflagradas mundialmente no início da década de 1990. A mudança do sistema de governo brasileiro, do militar para ao democrático, em meados de 1980, além de atender aos anseios da sociedade dominante, convergia com as exigências do mercado mundial em formação, no qual, a liberdade era sinônimo de consumo.

Desse modo, a partir da década de 1990, novas configurações espaciais foram estimuladas com a possibilidade de localização industrial distantes dos grandes centros urbanos favorecidas pelas redes informacionais e de transportes além da dispersão de agências bancárias, das mudanças nos setores de distribuição atacadista e varejista, por exemplo, com a relação direta entre industriais e varejistas por intermédio de filiais de vendas ou representações, difusão de cadeias de lojas, entre elas, supermercados, hipermercados e *shoppings centers* (CORRÊA, 2006).

Nesse contexto, as cidades, sobretudo, as médias, “constituem cada vez mais, uma ponte entre o global e o local, em vista das necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações”, conforme Santos e Silveira (2001, p. 281), e nessas cidades, não apenas o contingente demográfico, mas a complexificação funcional é que as diferenciam na rede urbana.

A partir da década de 1990, e principalmente depois de 2000, os tradicionais movimentos migratórios do tipo campo-cidade, que fizeram crescer as cidades centrais ou metrópoles brasileiras, foram cedendo lugar para um movimento mais difuso do tipo cidade-cidade que aumentou o número de cidades de porte médio e aquelas funcionalmente médias com maior autonomia administrativa. Essas cidades receberam sedes de órgãos e instituições administrativas e educacionais como Receita Federal, Núcleos de Educação, Universidades, entre outros, e econômicas, com mercado ofertando uma gama mais ampla de serviços e mercadorias.

⁴⁴ Referimo-nos ao fim da bipolaridade, a hegemonia americana e a economia globalizada propiciada pela tecnologia da informação.

Nesse sentido, as transformações políticas e econômicas como as apresentadas no decorrer deste capítulo e a presença do meio técnico- científico-informacional, proporcionaram modificações no modo de inserção das cidades na rede urbana, pois alteraram o tamanho, a densidade, as funções e as interações espaciais entre os centros urbanos e, por conseguinte, a forma espacial da rede urbana, que passa a ser mais complexa quanto ao conteúdo e aos tipos de relações (CORRÊA, 2006).

1.2.4 A globalização e a tecnologia na redefinição do papel das cidades e o enfoque às cidades médias

Os paradigmas tecnológicos, científicos e informacionais permearam o território e a sociedade brasileira com maior intensidade a partir da década de 1990 e 2000, adentrando, definitivamente na era digital, e considerando, certamente, as diferenças têmporo-espaciais na distribuição e na consolidação do processo urbano-industrial e tecnológico.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o aumento do valor da terra na capital do estado de São Paulo já vinha acelerando o processo de desconcentração das indústrias para a periferia e para outros estados, oportunizando, como já ressaltado, o crescimento urbano e populacional em cidades de porte médio, atraindo a presença do trabalho intelectual e agregando novos valores ao espaço urbano, sobretudo, pelas exigências de consumo de tais profissionais.

Essa nova racionalidade na produção do espaço não significou a descentralização dos centros de gestão que continuaram servindo-se da avançada infraestrutura de São Paulo, como é o exemplo das empresas que transferiram unidades produtivas para cidades no Paraná, dentre elas, a Furukawa (cabos de fibra óptica) em Curitiba, com escritório de vendas e representações na cidade de São Paulo; a Hexal (empresa alemã de medicamentos), instalada em Cambé no Norte do Paraná com gestão sediada em São Paulo; a Ingersoll (fábrica de compressores), em Londrina no Norte paranaense, com gestão em Barueri-SP; a Cimplast (embalagens plásticas), em Londrina com matriz em Osasco-SP; e Dixie-Toga (embalagens) e Atlas (elevadores), para Londrina, ambas mantendo a gestão na cidade de São Paulo (FIRKOWISK, 2001; FRESCA 2004b).

O papel do Estado, seja na esfera federal estadual ou municipal, foi relevante na criação de infraestrutura (redes de energia, telefone, internet, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos) e na oferta de benefícios para que fossem implantadas. Tornou-se importante

fortalecer o domínio do conhecimento científico, diminuindo os estrangulamentos existentes nos programas de pós-graduação e aumentando o acesso desse conhecimento nos níveis de graduação e de formação técnica especializada, ampliando no país o trabalho intelectual (SANTOS, 1997).

A disseminação tecnológica e intelectual aconteceu de maneira hierárquica, concentrando e fortalecendo os grandes centros e estendendo-se em menor proporção e em tempos diferentes para outras escalas no país e, as cidades de porte médio representaram importante papel nessa disseminação de inovações rumo ao interior ao constituírem demanda inicial para o desenvolvimento e desempenho de funções mais complexas que lhes garantiriam a denominação de cidades médias, pela importância que passaram a representar no contexto regional e na rede urbana. Segundo essa lógica de desconcentração econômica, os equipamentos tecnológicos abriram a oportunidade para uma demanda de profissionais qualificados e com nível de informação mais ampla que passaram a se concentrar nas cidades médias.

No que diz respeito à organização do trabalho, instaura-se a flexibilização e a desregulamentação, com contratos de trabalho por tempo determinado, terceirização, pagamento por tarefas, etc., que conduzem e ampliam a precarização do trabalho e do trabalhador num nível avassalador. A flexibilização da organização do trabalho tem consequências diretas na compressão do tempo-espaço (HARVEY, 2001). Nesse sentido, o sujeito trabalha mais horas quando maximiza as atividades com o apoio da tecnologia e dos transportes. As redes tecnológicas e informacionais adentraram nas indústrias, agroindústrias, setores do comércio, serviços e à vida privada, evidenciando que “o poder de controle sobre a economia e o espaço, vai cada vez mais se assentar na aptidão de certos lugares a manipular a informação” (DIAS, 2002, p.136).

Concordamos, entretanto, que as transformações tecnológicas e econômicas recentes levaram a rede urbana brasileira a “perder aos poucos sua forma essencialmente concentrada no litoral” (IPEA, 2000, p.36) e, preponderantemente, nas capitais e que um grande elemento nessa interiorização deve-se às cidades de porte médio como elementos não determinantes, mas, relevantes para a constituição das cidades médias. As taxas crescentes de urbanização demonstra as diferenças que caracterizam uma rede urbana em construção, conforme aponta a Tabela 1.

Tabela 1 - Brasil: taxas regionais de urbanização de 1940 a 2000							
Regiões	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Norte	27,75	29,64	37,80	45,13	51,63	59,05	69,87
Nordeste	23,42	26,40	34,24	41,82	50,46	60,65	69,07
Sul	27,73	29,50	37,58	44,29	62,40	74,12	80,94
Sudeste	39,42	47,55	57,36	72,70	82,81	88,02	90,52
Centro-Oeste	21,52	25,91	35,02	42,17	62,20	80,81	81,23

Fonte: Censos IBGE, 1940 a 2000.

Org.: FERREIRA, S. C. 2010

É evidente a superioridade nas taxas de urbanização da região Sudeste em todas as décadas frente às demais regiões. Enquanto o Nordeste manteve sempre a menor taxa de urbanização dentre todas as regiões, a região Sul apresentou taxa inferior ao Norte do país até a década de 1970 e, em 1980, superou os índices dessa região e manteve um crescimento gradativo até 2000. No entanto, a partir da década de 1990 cede o segundo lugar para a região Centro-Oeste, que teve aumento substancial até 2000, quando foi registrada a menor taxa, de 69,07, no Nordeste, e a maior, de 90,52, no Sudeste.

Para Santos (1993, p.60), a diferença entre taxas de urbanização de várias regiões,

está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho se deu, e que [...] a situação anterior de cada região pesa sobre os processos recentes. Quando da intensificação da urbanização, algumas áreas eram de antigo povoamento, servidas por infra-estruturas antigas, representativas de necessidades do passado, e não respondendo, assim, às vocações do presente. [...] por isso, a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento e urbanização.

Em poucas décadas, o país elevou sua população urbana e seguiu disseminando o modo de vida urbano, definindo com mais velocidade um processo que vinha se propagando lentamente a partir de uma constelação de cidades originadas segundo “uma sucessão de tempos, mas também em coexistência de tempos” (SANTOS, 1997, p.163).

Como demonstra o Quadro 8, a concentração urbana se define a partir da década de 1970, com 55,93% da população na cidade, elevando-se até 89,10%, em 2006, com contínua diminuição da população rural.

Quadro 8: População urbana e rural no Brasil (1940-2006)					
Ano do Censo	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1940	41.236.315	12.880.182	31,24%	28.356.133	68,76%
1950	51.944.397	18.582.891	35,77%	33.361.506	64,23%
1960	70.070.457	31.303.034	44,67%	38.767.423	55,33%
1970	93.139.037	52.089.984	55,93%	41.049.053	44,07%
1980	119.002.706	82.436.409	69,27%	36.566.297	30,73%
1991	146.825.475	110.990.990	75,59%	35.834.485	24,41%
2000	169.799.170	145.800.000	85,87%	23.999.170	14,13%
2006	186.119.238	165.832.920	89,10%	20.286.318	10,90%

Fontes: Estimativas da população residente 1940-2000 (IBGE) e estimativas com base em índices do IBGE para 2006.
Org.: FERREIRA S. C. 2008.

Quanto à distribuição da população urbana, os resultados do Censo Demográfico de 2000 indicaram o crescimento das chamadas cidades de porte médio, principalmente aquelas localizadas no Centro Sul, o que demonstra o fenômeno de interiorização da população. Não se pode afirmar ainda quais os fatores que propiciaram essa dinâmica, mas torna-se evidente que o crescimento econômico, a abertura de novas oportunidades de trabalho e negócios e a expansão de fronteiras agrícolas e industriais foram fatores que alteraram as características de crescimento e distribuição da população brasileira.

O mesmo censo constatou ainda que aproximadamente 80% da população brasileira vive em cidades, sendo que 40% desse total reside em cidades de porte médio e pequenas. Esses dados expressam o movimento da população rumo ao interior do Brasil, denotando a desconcentração populacional nas metrópoles e grandes cidades.

Com a concentração populacional nas cidades e sua maior distribuição pelo território consolida-se o projeto de um mercado consumidor dependente de mercadorias industrializadas e serviços. A construção do perfil da sociedade urbana industrial brasileira, extrapola a cidade e se dissemina pelo campo integrando-se ao movimento do sistema produtivo global que é organizado em torno da sociedade de consumo, que realiza-se, inclusive, por comunicação *on line*. No âmbito socioespacial as duas dimensões (campo e cidade), geralmente fragmentadas para os princípios analíticos, são formadas e deformadas pelo mesmo sistema, reduzindo a possibilidade de dominação de uma pela outra, ao passo em que ambas estão sujeitas a uma relação de dominação mais ampla, manifesta em escala mundial.

Em países de urbanização antiga, como na Europa, construída lentamente ao ritmo

de sucessivas revoluções tecnológicas, tanto as cidades como as redes urbanas se organizaram lentamente (SANTOS, 1997, p.08). No Brasil, além das profundas desigualdades socioeconômicas, a rápida urbanização⁴⁵, o sistema de cidades⁴⁶ e a redeurbana⁴⁷ resultam de efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo, “as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos” (CORRÊA, 2006, p.27). Esse processo refletiu em constantes mudanças territoriais no país, no qual, as alternativas de localização das atividades econômicas têm um importante papel transformador da rede.

O avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação ampliaram a organização em redes de produção e distribuição, de prestação de serviços e de gestão política, cujos nós são constituídos pelas cidades conectadas ao modelo de produção e consumo global.

Não obstante as transformações recentes pelas quais a cidade (a rede urbana) brasileira tem passado, em função das profundas desigualdades de renda e de acesso a mercados consumidores, ainda existem no país amplos espaços em que é inegável a determinação de relações tradicionais de articulação e hierarquização dos diversos centros. Regiões onde a atividade econômica é comandada por setores tradicionais e a renda gerada é relativamente reduzida (IPEA, 2000).

Ainda, de acordo com pesquisas realizadas pelo IPEA/IBGE/UNICAMP-NESUR (1999, p. 35), constatou-se que, em termos demográficos, o estágio atual da urbanização no Brasil tem conformado padrões relativamente baixos de crescimento das regiões

⁴⁵ O processo de urbanização relaciona-se ao maior aumento da população urbana em relação à população do campo, ou seja, quando ritmo de crescimento da população urbana é superior ao ritmo da população rural. Contudo, não restringe-se às questões demográficas e, por ser processual, envolve transformações ou mudanças sociais e econômicas (espaciais e não espaciais), impulsionadas por modernizações tecnológicas e científicas nos setores da produção industrial, serviços e intercâmbio comercial. Para Sposito (1999, p.86), ele constitui um processo de larga amplitude histórica, devendo-se considerar que, mesmo tendo se iniciado na Antiguidade, com a origem das primeiras cidades, esse processo tomou novos rumos com o desenvolvimento do capitalismo e seu padrão correlato de produção e consumo o industrialismo.

⁴⁶ Os Sistemas Urbanos - compreendem sistemas territoriais organizados a partir de metrópoles (globais, nacionais ou regionais) e centros regionais, que possuem encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco, isto é, entre cidades do mesmo nível, seja hierárquico, dos níveis superiores de polarização para os inferiores. Os Sistemas urbanos-regionais presentes na rede urbana brasileira, podem ser vistos como circuitos que possuem características estruturais e dinâmicas próprias e diferenciadas entre si. A rede urbana é formada pelo sistema de cidades, no território de cada país, interligadas umas às outras através dos sistemas de transportes e de comunicações, pelos quais fluem pessoas, mercadorias, informações etc. (IPEA, 1998).

⁴⁷ Um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados e suas hinterlândias (CORRÊA, 2006).

metropolitanas, sobretudo de suas sedes, e uma crescente no conjunto das cidades de porte médio.

Nesse sentido, a conotação dada às cidades médias visa equilibrar o quantitativo e o qualitativo como um local com melhores condições de trânsito, moradia, segurança, meio ambiente, entre outras características com indicadores de saturação nas cidades grandes. A cidade média teria ainda, à oferta de comércio e serviços com nível médio a elevado de complexidade e vantagens locacionais devido à menor extensão urbana.

Tais cidades, assim qualificadas, contribuem para a geração de fluxos que dão conteúdo à rede urbana, expandindo-a para além das metrópoles e capitais. Desse modo, a rede urbana brasileira, como apontam os estudos do IBGE/REGIC (1972, 1987, 2000, 2008), evidencia uma configuração que é fruto de uma construção contínua, propiciada pela ação de diferentes agentes, com as ações do presente se sobrepondo às do passado, resultando em espaços diferenciados geográfica e funcionalmente.

Esses espaços articulados pelas cidades somam-se na constituição dessa rede em sua totalidade, conforme as interações entre seus principais centros, dentre os quais, as cidades médias têm importante participação. Essa configuração segue apresentada, segundo os estudos mais recentes do IBGE/REGIC, sobre as áreas de influência das cidades e a formação da rede urbana no Brasil.

1.3 Configuração da rede urbana brasileira segundo estudos do IBGE/REGIC

A caracterização da rede urbana brasileira estudada pelo IBGE/REGIC em 2007 e apresentada em 2008, que demonstra uma rede mais equilibrada com a participação das cidades médias dividindo áreas de influência com os grandes centros, sinaliza um sistema de localidades centrais que comandam sua hinterlândia e um sistema de cidades articuladas em rede.

Essa caracterização abre espaço para discutirmos as cidades na rede urbana paranaense por meio da formação histórica das cidades, da dinâmica demográfica, de suas articulações e funcionalidades. Destacamos as principais urbes do estado quanto ao desempenho socioeconômico e espacial, direcionando o enfoque para Guarapuava, sua área de influencia e posição na rede urbana do Paraná.

1.3.1 Sobre o IBGE/REGIC: histórico e aspectos teórico-metodológicos

O estudo sobre as regiões de influência das cidades, desenvolvido pelo IBGE, descreve fluxos entre cidades brasileiras, identificando a hierarquia entre os centros e dimensionando a abrangência de sua polarização.

Foram realizadas pesquisas em 1966 (IBGE, 1972), em 1978 (IBGE, 1987), em 1993 (IBGE, 2000), e em 2007 (IBGE, 2008) com a articulação metodológica para o estudo da temática, como pode ser observado no Quadro 9 com a evolução dos estudos de hierarquização da rede urbana. Todos os estudos foram operacionalizados com base na definição de um rol de bens e serviços que, medidos o volume e a origem da procura, traduziram a diferenciação entre as localidades centrais e ofereceram condições para que fosse estabelecida a escala hierárquica dos centros.

Quadro 9: Evolução dos estudos de hierarquização da rede urbana – IBGE/REGIC (1966, 1978, 1993, 2007)

Ano	Base Teórica e Metodológica	Classificação
1966	As propostas de Rochefort (1961, 1965) e Rochefort e Hauteux (1963), usadas para análises da rede urbana francesa, buscando identificar os centros polarizadores, dimensionar as áreas de influência desses centros e os fluxos realizados nessas áreas. Valiam-se da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e serviços (ligados ao capital, administração e direção, educação e saúde, e divulgação).	Foi aplicado questionário, em municípios com população superior a 10 mil habitantes, que pesquisava locais onde eram buscadas 12 atividades não existentes no município. Com base nos resultados das buscas, as classes de centros definidas foram: Classes de centros com nível de 1 a 3, sendo: nível 1 - Grande Metrópole Nacional (São Paulo), Metrópole Nacional (Rio de Janeiro), Centros Metropolitanos Regionais (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador), Centros Macrorregionais (Belém, Curitiba, Fortaleza e Goiânia); nível 2 - Centros Regionais A e B; nível 3 - Centros Sub-regionais A e B; e nível 4 - Centros Locais A e B.
1978	A Teoria das Localidades Centrais, de Christaller (1966), que define as centralidades urbanas como decorrentes do papel de distribuição de bens e serviços para a população. Para essa teoria, bens e serviços de consumo frequente distribuem-se mais amplamente, estando presentes em um grande número de municípios, e atendem a áreas de maior proximidade, enquanto aqueles de uso raro têm alcance espacial maior, tendendo a localizar-se em um número menor de centros urbanos, que por essa qualificação funcional posicionam-se em patamar mais elevado na hierarquia urbana.	Foram pesquisadas 1.416 sedes municipais, consideradas capazes de exercer centralidade além de seus limites municipais. O questionário apoiou-se em 76 funções centrais (bens e serviços), cuja concentração permitiu agrupar os municípios em seis conjuntos hierarquizados, designando os níveis de Metrópole Regional (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), Centro Sub-metropolitano, Capital Regional, Centro Sub-regional, Centro de Zona e Município Subordinado.
1993	A Teoria das Localidades Centrais.	Foram pesquisados 2.106 municípios com indicativos de centralidade extramunicipal, além daqueles com mais de 20 mil habitantes. Consideraram-se 46 funções centrais (bens e serviços), das quais 14 eram de baixa complexidade e frequentes nas cidades de hierarquia mais baixa, 30 eram geradoras de fluxos de média à alta complexidade e 2, de fluxos relativos à busca de serviços de informação. Foram definidos oito níveis de centralidade: máximo (Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco.
2007	Retoma a concepção dos primeiros estudos (1966 e 1978), estabelecendo uma classificação dos centros e a delimitação de suas áreas de influência.	Classifica os municípios do Brasil em: Grande Metrópole Nacional (São Paulo); Metrópole Nacional (Rio de Janeiro); Metrópole (Brasília), Capitais Regionais A: 11 cidades; B: 20 cidades; C: 39 cidades, Centros Sub-regionais A: 85 cidades; B: 79 cidades, Centros de Zona A: 192 cidades; B: 364 cidades e Centros Locais com 4.473 cidades, formando uma rede urbana comandada por São Paulo.

Fonte: IBGE/REGIC (1966, 1978, 1993, 2007).

Org.: FERREIRA, S. C. 2010.

ROCHEFORT, M. Método de estudo das redes urbanas (interesse da análise e do setor terciário na população ativa).

Boletim Geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 160, p.3-18, 1961;

ROCHEFORT, M. La armature urbaine et le réseau urbain. Notions et problèmes méthodologiques d'analyse. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, n.63, t. 35, p.33-50, jul./dez. 1965.

ROCHEFORT, M.; HAUTREUX, J. **La fonction régionale dans l'armature urbaine française**. Paris: Ministère de La Construction et de l'Équipement, 1963.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966. 230 p.

O primeiro estudo teve como matriz teórica e metodológica, as propostas de Rochefort³⁷ (1961, 1965) e Rochefort e Hautreux³⁸ (1963), empregadas para análises da rede urbana francesa, que buscavam identificar os centros polarizadores, dimensionar as áreas de influência desses centros e os fluxos realizados nessas áreas.

Valeram-se da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e serviços (ligados ao capital, administração e direção, educação, saúde e divulgação).

A pesquisa de 1978 teve como base metodológica a teoria das localidades centrais, de Walter Christaller³⁹, que define as centralidades urbanas como decorrentes do papel de distribuição de bens e serviços para a população.

Para essa teoria, bens e serviços de consumo frequente distribuem-se mais amplamente, estando presentes em um grande número de municípios e atendendo áreas de maior proximidade, enquanto aqueles de uso raro têm alcance espacial maior, tendendo a localizar-se em um número menor de centros urbanos que, por essa qualificação funcional, posicionam-se em patamar mais elevado na hierarquia urbana. Os estudos posteriores, realizados em 1993 e 2007, seguiram orientados por essas duas bases teóricas e metodológicas.

1.3.2 A rede de cidades brasileira em 2007

Segundo o IBGE (2008, p.8), "a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades".

Tais mudanças, associadas ao avanço da divisão técnica e territorial do trabalho, estimularam a organização em redes – da produção e distribuição, da prestação de serviços, da gestão política e econômica – cujos nós são constituídos pelas cidades. Com base em Offner (2000) *apud* IBGE (2008), os pesquisadores do IBGE assinalam a convivência de

³⁷ ROCHEFORT, M. Método de estudo das redes urbanas (interesse da análise e do setor terciário na população ativa). **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 160, p.3-18, 1961; ROCHEFORT, M. La armature urbaine et le réseau urbaine. Notions et problèmes méthodologiques d'analyse. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, n.63, t. 35, p.33-50, jul./dez. 1965..

³⁸ ROCHEFORT, M.; HAUTREUX, J. **La fonction régionale dans l'armature urbaine française**. Paris: Ministère de la Construction et de l'Équipement, 1963.

³⁹ CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1933. 230 p

dois tipos de sistemas urbanos: o sistema de localidades centrais, com regiões formadas no entorno dos centros; e o sistema reticular, em que a cidade funciona como nó de uma rede mundial. Acrescentam que em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades de renda e de acesso a mercados consumidores, a rede urbana divide-se entre uma arquitetura clássica desenhada pelos fluxos materiais – muitas vezes limitada aos níveis hierárquicos mais elementares para parcela significativa da população (CORRÊA, 2006) e os pontos inseridos nas redes globais, mais dinâmicos economicamente.

Com esse entendimento, o desenho da rede é estabelecido e, a partir dele, são explorados os padrões de relacionamento para avaliar "em que medida, e onde, as relações entre os centros mantêm o padrão hierárquico característico das estruturas de localidades centrais ou em que medida, e onde, tendem a fortalecer as ligações horizontais entre centros de mesmo nível" (VELTZ⁴⁰, 1996, p.60, *apud* IBGE, 2008, p.9).

Demarcando os nós das redes hierárquicas, a gestão – pública e empresarial – estabelece relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. Caracterizam, assim, os centros de gestão do território, que influenciam os demais centros. "As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades e pela oferta diferencial de serviços." (IBGE, 2008, p.9).

Assim, o estudo atual das Regiões de Influência das Cidades privilegia a função de gestão do território nos termos acima apresentados e será detalhado a seguir, como definidora das hierarquias urbanas. Segundo Corrêa (1995, p.83), *apud* IBGE (2008, p.131), o estudo concebe centro de gestão do território como "aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas".

Para identificar esses centros, foram levantadas informações secundárias e registros administrativos de órgãos federais (Executivo e Judiciário) e de empresas privadas, ou seja, de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal e de localização das sedes e filiais de empresas e para estabelecer a gestão empresarial. Complementarmente, foram consideradas informações secundárias correspondentes a

⁴⁰ VELTZ, P. **Mondialization, villes et territoires**: l'économie d'archipel. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. 262

equipamentos e serviços, informações sobre conexões aéreas, deslocamentos para internações hospitalares, áreas de cobertura das emissoras de televisão, oferta de ensino superior nos níveis de graduação e pós-graduação, diversidade de atividades comerciais e de serviços, instituições financeiras e oferta de serviços bancários e presença de domínios de *internet* capazes de dotar uma cidade de centralidade, complementando a identificação dos centros de gestão do território.

Do total de municípios, 1.082 foram identificados segundo o critério de gestão, sendo 906 centros de gestão federal e 724 de gestão empresarial. Desses dois grupos, 711 foram definidos como centros de gestão do território. Identificados os centros, foram definidas as suas regiões de influência, com base nas redes de interação que conectam as cidades. Para esse procedimento, foi incorporada a intensidade das ligações entre as cidades, considerada esclarecedora da articulação das redes no território.

Além de dados secundários, foram consideradas as informações colhidas em questionamentos específicos. Nesse caso, como as informações disponíveis em fontes secundárias sobre fluxos materiais e imateriais entre cidades nem sempre apresentaram a abrangência necessária, o IBGE realizou um levantamento específico nos municípios que não foram identificados como centros de gestão e, "de um universo de 5.564 municípios vigentes em 2007, foram pesquisados 4.625, dos quais cerca de 85% têm menos de 20.000 habitantes." (IBGE, 2008, p. 9).

O questionário⁴¹ preenchido pela Rede de Agências do IBGE, em fins de 2007, investigou as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão, e os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços (compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários).

Assim, a hierarquia dos centros urbanos levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais. Dada a diversidade e a riqueza das informações coletadas e a variedade de análises que propiciam, o IBGE recomenda que os diferentes temas pesquisados sejam trabalhados a partir de múltiplas

⁴¹ Essas informações não foram quantificadas, o informante é o próprio agente do IBGE que, "por realizar pesquisas regulares e percorrer o território, tem conhecimento de sua área de jurisdição e acesso a fontes locais para confirmar as informações solicitadas". (IBGE, 2008, p.09).

visões e enfoques, ressaltando ainda a variedade de escalas. "Este trabalho tem visão necessariamente nacional e estudos em níveis menores poderão estabelecer recortes e articulações específicas" (IBGE, 2008, p.10). Nesse sentido, é que realizamos nossas pesquisas em escala local/regional e região de influência sob o enfoque da cidade média na rede urbana. Por meio das interações espaciais realizadas entre Guarapuava Laranjeiras do Sul, Prudentópolis e destas com outros centros em virtude da aquisição de bens e serviços e a comunicação por telefone e *internet*.

Os processos de industrialização, urbanização e as mudanças socioespaciais que se propagaram diferentemente pelo território brasileiro contribuíram para a formação da rede urbana com hierarquias entre as cidades desde os maiores centros urbanos, representados pelas metrópoles nacionais, aos centros locais, sendo estes considerados pelo IBGE/REGIC(2008) como aqueles com população até 10 mil habitantes.

Embora as relações hierárquicas entre as cidades de diferentes portes no Brasil sejam históricas devido às descontinuidades nos processos de formação territorial e econômica, com a distribuição da tecnologia da informação e das telecomunicações as cidades, conforme o papel que desempenha na Divisão Territorial do Trabalho, as cidades podem estabelecer relações não hierárquicas, articulando-se diretamente a escalas mais amplas espacialmente, assim como, estabelecer relações hierárquicas e não hierárquicas ao mesmo tempo em que desempenha de funções junto à sua hinterlândia.

1.3.3 Classificação das cidades brasileiras: hierarquia urbana e área de influência

As cidades que compõem a rede urbana brasileira foram subdivididas segundo padrões hierárquicos, sendo: as Metrópoles, subdivididas em Grande Metrópole, Metrópole Nacional e Metrópole; as Capitais Regionais subdivididas em A, B e C; os Centros Sub-regionais, subdivididos em A e B; os Centros de Zona A e B e os Centros Locais.

Essa rede se configura a partir de doze centros urbanos principais, caracterizados como metrópoles por seu grande porte e forte relacionamentos que mantêm entre si e por possuírem extensas áreas de influências diretas. As doze Metrópoles foram divididas em subníveis segundo a extensão territorial e intensidade destas relações, sendo:

a) Grande Metrópole Nacional: representada exclusivamente pela ACP⁴² de São Paulo, considerado o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;

b) Metrópole Nacional: representada pelas ACPs do Rio de Janeiro e de Brasília, as quais reúnem, respectivamente, 11,8 e 3,2 milhões de habitantes em 2007, ambas no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o país;

c) Metrópole: representada pelas ACPs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte) e constituindo o segundo nível da gestão territorial – exceto Goiânia e Manaus, que se inserem no terceiro nível da gestão territorial, mas "têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto". (IBGE, 2008, p.11).

A partir das metrópoles, distribuem-se as Capitais Regionais que integram setenta centros que, "como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, elas têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios" (p.11). Subdividem-se em três sub-níveis: A) que inclui onze cidades, as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas; B) constituído por vinte cidades; C) constituído por trinta e nove cidades. Esses últimos se diferem do A pelo porte e pelo padrão de localização regionalizado, com o B mais presente no Centro-Sul e o C nas demais regiões do país.

Os Centros Sub-regionais representam 169 centros com atividades de gestão menos complexas, área de atuação mais reduzida e relacionamentos com centros externos à sua própria rede, ocorrendo, em geral, apenas com as três Metrópoles Nacionais. Têm presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste. Subdividem em: Centro Sub-regional A (85 cidades) e Centro Sub-regional B (79 cidades).

Os Centros de Zona compõem um nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita a sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares. Subdividem-se em Centros de Zona A, com 192 cidades, e B, com 364 cidades. As demais

⁴² Área de Concentração de População.

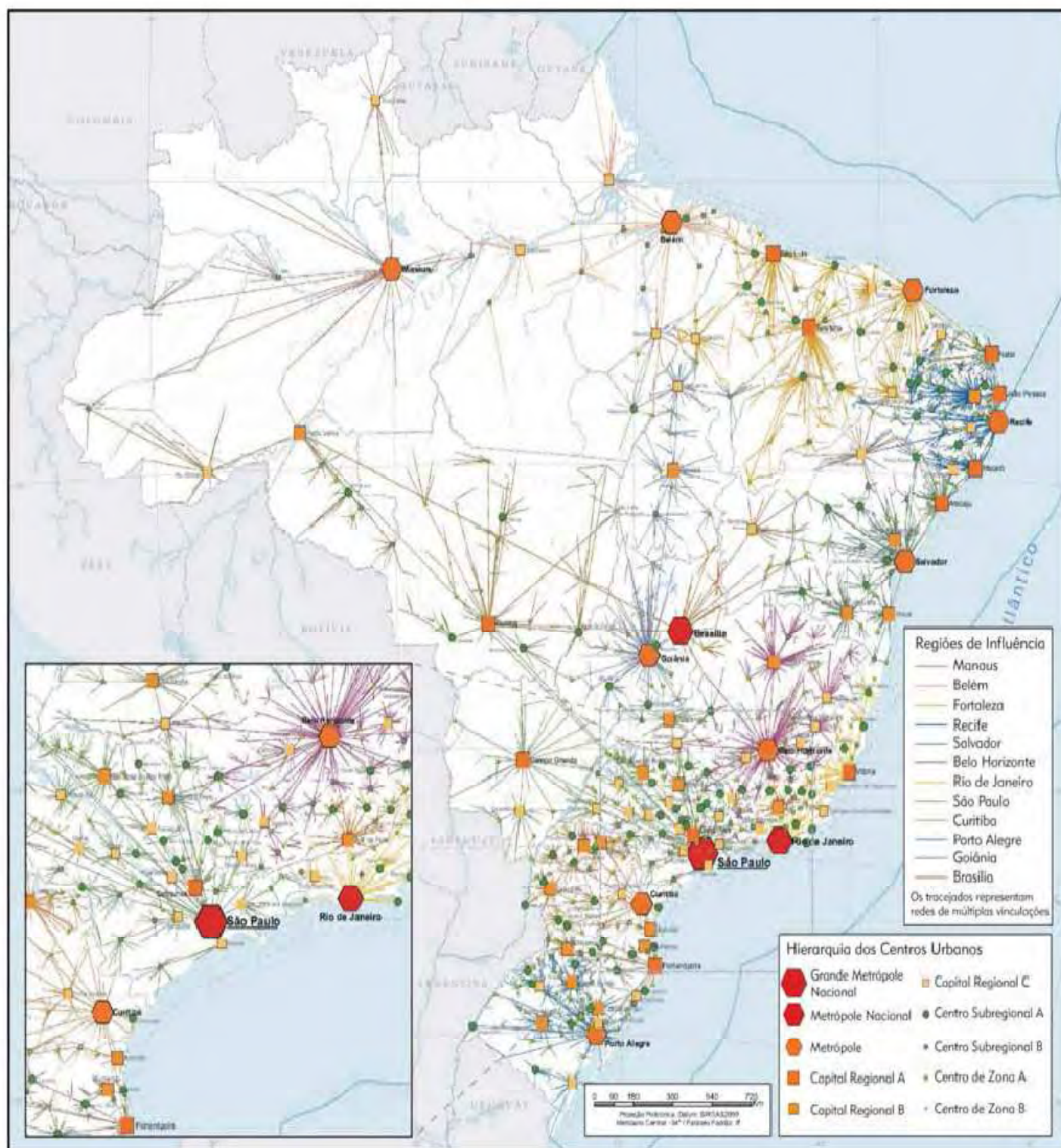
4.473 cidades, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do município, servindo apenas aos seus próprios habitantes, e que têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes, constituem os Centros Locais.

O Quadro 10 apresenta uma síntese metodológica dessa distribuição e classificação de cidades e destaca as urbes paranaenses segundo suas posições hierárquicas na rede. As regiões mais dinâmicas do país continuam sinalizando para o Sul e Sudeste, como evidenciam os fluxos expostos na Figura 5, onde encontram-se os sistemas urbanos mais densos e interligados.

Quadro 10: Classificação e hierarquia das cidades – 2007						
Classificação		Nº de cidades Total	Nº de Cidades Paraná	Cidades paranaenses	Nº de habitantes aproximado	
Metrópole	A: Grande Metrópole Nacional	01 (São Paulo)	-		19,5 milhões	
	B: Metrópole Nacional	02 (Rio de Janeiro e Brasília)	-		11,8 e 3,2 milhões de hab. respectivamente	
	C: Metrópole	09	01	Curitiba	Entre 1,6 milhões (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte)	
Capital Regional	Capital Regional A	11 cidades	-		Em média de 955 mil	
	Capital Regional B	20 cidades	03	Londrina e Maringá e Cascavel	Em média 435 mil	
	Capital Regional C	39 cidades	01	Ponta Grossa	Em média 250 mil	
Centro sub-regional	Centro sub-regional A	85 cidades	10	Guarapuava, Paranaguá, Pato Branco, Umuarama, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Toledo, Apucarana, Campo Mourão, Paranavai	Em média 95 mil	
	Centro sub-regional B	79 cidades	04	União da Vitória, Ivaiporã, Santo Antônio da Platina, Cianorte	Em média 71 mil	
Centro de Zona	Centro de Zona A	192 cidades	17	Palmas, Irati, Telêmaco Borba, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Dois Vizinhos, Assis Chateaubriand, Araçongas, Bandeirantes, Cornélio Procopio, Ibaiti, Jacarezinho, Jandaia do Sul, Loanda.	Em média 45 mil	
	Centro de Zona B	364 cidades	23	Matinhos, Venceslau Brás, São Mateus do Sul, Pitanga, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Chopinzinho, Cel. Vivida, Guaíra, Jaguaraíva, Palmeira, Capanema, Barração, Andirá, Faxinal, S. J. do Ivaí, Siqueira Campos, Paranacity, Campina da Lagoa, Goioerê, Roncador, N. Londrina, Rio Negro.	Em média 23 mil	
Centro Local	-	4.773 cidades	344	Diversas cidades.	Inferior a 10 mil	

Fonte: IBGE/REGIC(2008)
Org.: FERREIRA, S. C. 2010.

Figura 5: Rede Urbana do Brasil – 2007*



FONTE: IBGE - REGIC 2007

NOTA: Extraída de IBGE (2008b, p. 12)

*A imagem não pode ser melhorada a partir do original. Caso haja a necessidade de visualização de detalhes consultar diretamente no site do IBGE o material que se encontra disponível no REGIC, 2008.

Novos e semelhantes posicionamentos entre as cidades brasileiras derivam da capacidade diferenciada na divisão territorial do trabalho entre as urbes. Mas, apesar do surgimento de novos centros intermediários, por exemplo, e a emergência de redes em territórios rarefeitos, não se produziu mudança de comando na rede desde os primeiros estudos dessa natureza realizados pelo IBGE, em 1966, 1978 e 1993, que mantêm São Paulo como principal centro difusor e concentrador no país e Rio de Janeiro também como metrópole global, mas esta com evidente perda de hegemonia no cenário da rede urbana.

Isso demonstra pouca mudança nos padrões mais elevados de hierarquia urbana, pois os padrões gerais de centralidade e de relacionamento derivados das informações pesquisadas⁴³ são recorrentes, ou seja, os centros urbanos que concentraram as atividades industriais desde o início da implementação e desenvolvimento dessa atividade não perderam importância ou posição na rede. Contudo, outros estratos da rede apresentaram mudanças significando a dinamização de outros centros como as metrópoles que elevaram de quatro em 1966 para nove em 2007 (IBGE, 1966, 2007), sendo ainda maior a dinâmica entre as Capitais regionais e Centros Sub-regionais. Por um lado, “a rede urbana brasileira apresenta notável estabilidade, principalmente, no que se refere aos níveis hierárquicos mais altos, que, de modo geral mantêm-se os mesmos. Por outro, são nas redes menos dinâmicas em que as transformações são mais significativas quanto às articulações entre as cidades (IBGE/REGIC, 2008, p. 18).

Essa combinação de centros com diferentes funções e intensidades socioeconômicas estimula a dinâmica de fluxos na rede por meio das trocas, das complementaridades e o(s) papel(is) que cada cidade desempenha é fruto de um processo que envolve ações ao longo do tempo. Isso nos ajuda a compreender a soberania de São Paulo no processo de construção e comando da rede urbana. Em vista disso, “as conexões entre rede urbana e formação socioespacial são extremamente fundamentais para o entendimento da rede” Corrêa (1997b, p.125), por demonstrarem sob quais bases ou contextos socioeconômicos e espaciais cada cidade teve sua origem e se desenvolveu.

Além das particularidades do processo de formação socioespacial, a atuação do Estado na promoção de políticas de desenvolvimento e do capital com investimentos,

⁴³ As questões solicitadas pela Rede de Agências do IBGE em fins de 2007 referiam-se a: principais ligações de transporte regulares, principais destinos dos moradores dos municípios pesquisadores para obter produtos e serviços, tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e destino dos produtos agropecuários.

ambos em consonância aos interesses locais e entre as esferas de poder político e econômico são fundamentais para o entendimento das diferenças manifestas entre as urbes na rede urbana.

Nesse sentido, apresentamos, a seguir, um panorama sobre o processo de ocupação do território paranaense, considerando os principais aspectos econômicos que propiciaram o surgimento das principais cidades no Estado. As transformações de ordem nacional que ocorreram a partir da segunda metade do século XX fizeram emergir e consolidaram as cidades de porte médio, dentre as quais, algumas se tornariam cidades médias, contribuindo, assim, para a configuração de sistemas urbanos diferenciados com cidades que exercem maior e menor influência na rede urbana, como explicita o texto que segue.

1.4 A população e as cidades na formação da rede urbana do Paraná: uma contextualização

O surgimento das cidades e o desenvolvimento da rede urbana no Paraná, estão estreitamente ligados ao processo histórico de sua ocupação incentivado pelas atividades econômicas e pelas políticas territoriais brasileiras. Inicialmente, as atividades predominantes estavam vinculadas às vantagens naturais como a mineração, a extração da erva-mate e da madeira, a criação de gado e a cafeicultura. Essas atividades foram desenvolvidas por agentes distintos em tempos e lugares também distintos, mantendo as cidades desarticuladas e uma economia oscilante e dependente de mercados externos ao estado e ao país, condição esta que passou a ser revertida a partir de meados do século XX com os processos de modernização agrícola, investimentos em infraestruturas em redes de transporte, energia, comunicação e o estímulo à industrialização no Paraná.

A configuração espacial atual com a distribuição populacional e das cidades expressa a maneira como o estado foi sendo espacialmente ocupado, produzido e transformado, desde as primeiras iniciativas no litoral, nos séculos XV a XVI, à formação do Paraná Tradicional com a ocupação dos campos de Curitiba (século XVII), Campos Gerais (século XVIII); Campos de Palmas e Guarapuava (século XIX); região Norte Velho ou Pioneiro (final do século XIX à aproximadamente 1930); Norte Central ou Novo (entre 1920 e 1940); Norte Novo ou Noroeste (início da década de 1940) e Sudoeste do estado (1950-60).

A formação das cidades ocorreu segundo singularidades quanto à geografia e à sociedade que se formavam, incluindo, o dinamismo econômico dos grupos locais frente às transformações de ordem político-econômicas oriundas de escalas mais amplas. Dessa forma, constituiu um espaço heterogêneo e fragmentado, resultado de uma ocupação lenta e descontínua (PADIS, 2006), formando a base para a configuração da rede urbana enquanto “um produto e uma condição social historicamente construída” (CORRÊA, 1997a, p.8).

O Quadro 11 apresenta uma periodização por séculos com processos político-econômicos selecionados segundo o objetivo analítico da formação, evolução e a distribuição populacional e do número de cidades que redundaram na configuração da atual rede de urbana do Paraná. Esse breve retorno aos acontecimentos históricos passados que deram início à formação da rede de cidades no estado visa à compreensão da configuração dessa rede e da forma como Guarapuava, no Centro Sul do Paraná, encontra-se nesse contexto. A formação territorial diferenciada além das questões econômicas é pautada nas ações governamentais expressas em projetos de “colonização” e, reforçadas pelas políticas de desenvolvimento econômico com áreas prioritárias definidas na década de 1970 e que até a reestruturação econômica dos anos 1990 e 2000, pode-se observar que as regiões mais dinâmicas e mais urbanizadas do Paraná permanecem centradas nos mesmos municípios (MOURA, 2009) priorizados em 1970, e que emergiram como polos econômicos conforme poderá ser confirmado no decorrer desse texto.

A partir dessa década, em virtude das mudanças estruturais referentes à economia, a intensa dispensa de mão-de-obra rural e à expansão da fronteira agrícola para o Sudoeste encaminha-se a definição da ocupação territorial no estado. Deflagra-se a modernização e diversificação agrícola, o movimento campo-cidade, a concentração populacional em algumas cidades, a urbanização e a industrialização. É, sobretudo a partir da década de 1970, que podemos pensar na organização do que seria o Paraná moderno sob as determinações políticas e econômicas que afetaram de maneira diferenciada seu espaço e sociedade.

Até a década de 1960, existiam dois “Paraná”, o do Norte cafeeiro e o restante do estado, ambos desarticulados em suas próprias regiões e em relação à economia nacional, embora com uma incipiente produção industrial (IPARDES, 1982).

Quadro 11: Processos que contribuíram para a formação da rede urbana paranaense (sec. XVI a 1970)		
Período	Processos político-econômicos	Resultados socioespaciais
Sec. XVI, XVI e XVII	Mineração no litoral	Fundação das primeiras cidades: Paranaguá, Guaratuba, Curitiba, Almirante Tamandaré São Jose dos Pinhais, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Araucária, Antonina, Morretes e Piraquara
Sec. XVIII e XIX	Atividades: tropeirismo, pecuária, exploração e comercialização da erva-mate, madeira, Emancipação do Paraná	Surgiram ao longo do caminho das tropas: Lapa, Castro, Jaguariáiva, Campo Largo; Ponta Grossa, Pirai do Sul, Rio Negro, Palmeira, Palmas, Guarapuava, Imbituva, Tibagi, Colônia Militar Jataí; Construção da estrada de ferro litoral a Curitiba; ampliação da manufatura da erva mate; fortalecimento de político econômico de algumas cidades como Curitiba e Ponta Grossa
Século XX à década de 1970	Primeira Guerra Mundial, atividades de pecuária, madeira e erva mate; crise da economia ervateira; construção e funcionamento dos aeroportos de Curitiba e Londrina; interligação por estradas de rodagem e de ferro de Londrina a São Paulo e outras cidades no Paraná; ascensão da economia cafeeira; Segunda Guerra Mundial, implantação do Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná (PLADEP); Criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR); criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE); decadência da exploração madeireira; expansão da cafeicultura para o Noroeste do Paraná; erradicação de parte dos cafezais no norte central do estado; diversificação e modernização agrícola; êxodo rural; expansão agrícola para o Sudoeste; estímulo à industrialização no Paraná; implantação do Programa Cidades de Porte Médio; criação da RMC; construção do polo petroquímico na RMC de Curitiba (Araucária); Construção da hidrelétrica de Itaipu; formação do polo automotivo em Curitiba; decadência da cafeicultura no norte do estado. Políticas do I, II PNDs.	Estímulo à exploração de madeira (Campos de Guarapuava, Curitiba); indústria em Curitiba; vinda de imigrantes da Europa e Japão; construção e consolidação da estrada que ligava União da Vitória, Palmas e Clevelândia no Sudoeste do estado; início da colonização do Norte pioneiro com o surgimento de cidades como Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Cornélio Procópio (1924), entre outras; atuação da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) na colonização do Norte Central com a inauguração de Londrina, em 1934, Cambé (1930), Rolândia (1932), Arapongas (1935) e Apucarana (1938), entre outras cidades na região; ligação do Norte do Paraná à São Paulo por estradas de ferro e rodovia; construção da estrada ligando Londrina a Curitiba; elevação de Maringá a cidade em 1947; decadência da sociedade campeira; fluxo de migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina originando novas cidades no Sudoeste; ampliação das redes técnicas; origem de Cianorte (1953), Umuarama (1955); Expansão das rodovias pavimentadas, criação da Cidade Industrial de Curitiba (1973); êxodo rural; ampliação das agro-indústrias e da urbanização; participação de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Guarapuava do Programa Cidades de Porte Médio (1974).
Fonte: Balhana A. P.; Machado, B. P.; Westphalen, M. C., (1969), Brasil (1972,1974); Padis (2006); Prado Junior (1974).		

Nos anos de 1970, tendo como suporte os projetos iniciados na década anterior⁴⁴, o Paraná recebeu incentivos à expansão industrial com investimentos do governo estadual e federal, pautados na concessão de benefícios físicos, fiscais e financeiros, e apoio político, resultando numa relativa inversão quanto à situação geográfica do comando da atividade econômica, que nas décadas de 1960 e 70 era representada pela economia norte paranaense e passou a ser liderada por Curitiba e região metropolitana (IPARDES, 1982).

A Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná (PDU) formulada em 1972 para consubstanciar alternativas ao equilíbrio territorial entre os centros urbanos, identificava na época como área mais forte do estado as centralidades de Londrina e Maringá, formadas por numerosos centros de diversas ordens articulados entre si. E, outra área forte, a de Curitiba, com um vasto conjunto de cidades subordinadas em seu entorno. No restante do território, apontava as regiões Sudoeste e Oeste, que se revelavam como áreas com potencialidade econômica (PARANÁ, 1974).

Com a finalidade de assegurar o equilíbrio econômico e o fortalecimento da rede de cidades no Paraná, foram propostas pelo governo três alternativas de desenvolvimento para um conjunto de cidades paranaenses. As políticas foram denominadas: polinuclear, biaxial e tripolar. O sistema polinuclear visava reforçar as centralidades identificadas, ou seja, as cidades que demonstrassem ter centralidade e influência regional bastante expressiva; o sistema biaxial visava reforçar eixos de exportação integrando-se às metas do I Plano Nacional de Desenvolvimento.

A atividade urbana se integraria a partir de Curitiba formando, junto com Paranaguá e Ponta Grossa, em direção ao Norte, até as cidades de Londrina e Maringá, um corredor de exportação. E outro também rumo à direção Oeste até as cidades de Cascavel e Toledo. Esta alternativa valorizaria as conexões e os fluxos entre os diversos pontos do território paranaense, criando uma rede contínua de relações entre as áreas melhor articuladas e as áreas passíveis de grande desenvolvimento. O sistema tripolar objetivava fortalecer três polos de dinamismo.

O primeiro polo compreende a cidade de Curitiba, somado à potencialidade do Centro Industrial da Transformação de Ponta Grossa. O segundo polo é formado pelas cidades de Maringá e Londrina, as quais dariam atendimento a todo o Norte do Estado. O terceiro pólo fica no eixo das cidades de Cascavel e Guaíra provocando a concentração

⁴⁴Na década de 1950 foi implementado o Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná (PLADEP) com a primeira iniciativa de industrialização do estado; na década de 1960, foram criadas várias estruturas de apoio ao desenvolvimento do Paraná como a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) e, como apoio financeiro, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE).

daquelas atividades necessárias a suportar e impulsionar o dinamismo do Sudoeste e do Oeste paranaense. (PARANÁ, 1974, p.41).

As três políticas evidenciam que se destinavam as cidades anteriormente apontadas como relevantes. Portanto, as demais regiões seguiriam gravitando no entorno dessas centralidades com superioridade econômica e populacional. A partir desse período, o estado passa gradativamente a expandir e aprofundar o conteúdo técnico-científico e informacional construindo, assim, uma rede de infraestruturas imprescindíveis à criação de condições para a expansão do número de cidades, entre elas, as de porte médio e aquelas que se tornariam cidades médias.

A existência de cidades de porte médio e, principalmente, as cidades médias dariam suporte ao desenvolvimento de uma rede de urbana com possibilidades de realizar interações espaciais com o Brasil e o mundo, por meio das modernas redes de transporte, telecomunicação e a tecnologia da informação. A dinâmica demográfica do Paraná aponta para a concentração dos fluxos populacionais em consonância à concentração de infraestruturas, bens e serviços que dariam suporte à consolidação do modelo urbano industrial preconizado.

1.4.1 Dinâmica demográfica e a consolidação do Paraná urbano

As atividades agroindustriais até a década de 1960, que estavam ligadas basicamente à produção primária e de baixo grau de elaboração, como é o caso do beneficiamento de produtos agrícolas como madeira, erva-mate e café (PADIS, 2006), passaram gradativamente a uma produção mecanizada e diversificada criando bases para a ampliação da divisão territorial do trabalho.

Além do movimento demográfico campo/cidade iniciado entre 1960 a 1970, a população paranaense dobrou de tamanho, passando de 2.115.547 pessoas para 4.268.239 habitantes (LUZ, 1988, p. 68). O aumento demográfico no estado foi consequência, em grande parte, da ação bem sucedida de companhias colonizadoras nas regiões Norte, Noroeste e, por último, no Sudoeste para onde se dirigiu o fluxo migratório mais recente. De oitenta cidades existentes em 1950, elevou-se o número para 162 na década de 1960 (IBGE, 1950, 1960). Apesar do aumento populacional e do número de cidades nessa década, não se caracterizou um rápido processo de urbanização, pois, das 162 cidades, 114 tinham menos de cinco mil habitantes. A maioria das pessoas ainda vivia no meio rural e

as cidades eram carentes em serviços e mercadorias, ou seja, de um setor terciário (MOURA, 2004). Na década de 1970, o número de cidades chegou a 288, abrigando 2.504.378 habitantes, enquanto na zona rural, a população ainda era de 4.425.490 habitantes.

As políticas de desenvolvimento vinculadas ao I e II PND, voltadas para a criação de indústrias, segundo o modelo nacional, em concordância com o governo estadual, priorizaram investimentos em infraestrutura de energia e transporte para criar condições de atração de indústrias segundo a política de desconcentração industrial do Sudeste ou novas plantas industriais, de outros estados ou países. Como parte do processo de modernização do país, a agricultura paranaense⁴⁵ se tornaria cada vez mais capitalizada, com novas tecnologias em fertilizantes, defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos para a produção que voltou-se para a diversificação e exportação.

Na região Norte paranaense, por exemplo, enquanto a economia cafeeira se esgotava, novas culturas agrícolas foram sendo introduzidas como a soja e o trigo. Estes produtos estavam vinculados às atividades agroindustriais e assim ocorreu a transferência em massa de pessoas do campo para as cidades dessa região, intensificando o processo de urbanização. Londrina, como a maior cidade desse contexto, no início da década de 1960, ao contrário do total urbano estadual, tinha população urbana superior à rural, sendo 77.382 e 57.439, respectivamente (IBGE, 1970), e atingiu o número de 100 mil habitantes na área urbana em meados dessa mesma década.

Essa dinâmica urbana e populacional não ocorreu de maneira homogênea no espaço geográfico paranaense. No Centro Sul do Paraná, por exemplo, uma região de ocupação mais antiga com formação socioespacial e econômica vinculada ao tropeirismo, extração e transformação da madeira e erva-mate, os impactos desse processo de modernização agrícola, urbano-industrial aconteceram mais tardiamente. Guarapuava, como maior cidade dessa região, atingiu concentração urbana superior à rural na década de 1980, com 89.951 urbana e rural de 68.636, destacando-se entre as cidades paranaenses com maior número de habitantes, ultrapassando, em 1980, os 50 mil na área urbana⁴⁶ e

⁴⁵ Alertamos para o fato de que a modernização agrícola, embora tenha alcançado grande parte das lavouras, se deve prioritariamente às grandes propriedades com produção voltadas para a agroindústria e para a exportação. O nível e a intensidade de modernização foi diferenciado quanto às propriedades e às regiões do país. No caso do Paraná, a atuação das cooperativas reforçaram e estimularam a modernização da produção.

⁴⁶ Sobre a formação e desenvolvimento socioespacial de Guarapuava, discutiremos no capítulo 2.

atingindo mais de 100 mil na década de 1990, quando tornou-se uma cidade de porte médio segundo os parâmetros do IBGE.

No decorrer da década de 1980, além do gradativo aumento demográfico, a população urbana paranaense tornou-se maior que a rural. A migração intensa desencadeou problemas urbanos e socioambientais, pois, a maior parte das pessoas se dirigiram para periferia das maiores cidades paranaenses que, na época, correspondia a Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, com mais de 100 mil habitantes, e Guarapuava, São José dos Pinhais, Colombo, Apucarana, Paranavaí, Umuarama com população entre 50 e 100 mil habitantes (IBGE, 1991). A partir dessa década (1980), o aumento demográfico geral no estado não vincula-se mais a processos migratórios ou de colonização, mas, a fatores como melhoria nas infraestruturas urbanas com as redes de água, esgoto e das condições sanitárias, investimento na área de saúde e crescimento vegetativo (IPARDES, 1982).

Como podemos observar no Quadro 12, após a década de 1970 foi rápida e intensa a transição do Paraná de rural para urbano.

Quadro 12: Dinâmica populacional do Paraná (1940-2007)				
Ano	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização	Total
1940	302.272	934.004	24%	1.236.276
1950	528.288	1.587.259	26%	2.115.547
1960	1.305.927	2.962.312	28%	4.268.239
1970	2.504.378	4.425.490	36%	6.929.868
1980	4.472.561	3.156.881	42%	7.629.392
1990	6.197.953	2.250.760	78%	8.448.713
2000	7.786.084	1.777.374	81%	9.563.458
2007	-	-	84%	10.284.503

Fonte: Censos demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000
Contagem e estimativa da população 2007.
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.

O movimento populacional, entre os anos de 1970 e 1990, elevou o número de habitantes na área urbana e o grau de urbanização de 36% para 78% respectivamente,

prossequindo em elevação até o início do século XXI, quando, com 399 cidades, atinge 81% de urbanização em 2000 e 84% em 2007.

Entre 1990 e 2000, consolida-se no Paraná o modelo urbano industrial, superando o setor primário que, em 1940, respondia por 40% da renda gerada passando a ser superada pela produção industrial em 1996, com quase 50% dessa renda que continuou elevando-se (IPARDES, 2005). O estado integrou-se à economia nacional com indústrias de capital estrangeiro, principalmente as localizadas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC)⁴⁷ e Região Metropolitana de Curitiba, como as automobilísticas em São José dos Pinhais, em 1998, a refinaria de petróleo da Petrobrás, em Araucária, e outras em grande parte, desdobramentos econômicos gerados pelos grandes empreendimentos.

O interior do Paraná não ficou estagnado, mas, nesse momento apresentou ritmo mais lento e fortemente baseado em setores ligados à transformação de produtos de sua agropecuária. Também aumentou sua participação nos gêneros mobiliário, papel e papelão, vestuário e calçados, couros e peles, materiais plásticos, mecânicos e material elétrico e de comunicação (TRINTIN, 2006, p. 153).

Os desdobramentos da concentração populacional, da industrialização, modernização agrícola e urbanização, no que tange à constituição da rede de cidades, resultaram, além da capital com 1.851.215 habitantes (IBGE, 2009), em 371 pequenos centros locais com população até 50 mil habitantes, 15 cidades de pequeno porte com população entre 50 e 100 mil habitantes e 12 cidades de porte médio com população entre 100 e 500 mil habitantes⁴⁸. Na década de 1970, além da capital, despontava Paranaguá, com população entre 50 e 100 mil habitantes, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, como cidades de porte médio entre 100 e 500 mil habitantes. Nas décadas que seguiram até 2007, outras cidades apresentaram evolução populacional como Guarapuava que alcançou 50 mil habitantes na década de 1980 e mais de 100 mil em 1990 (Quadro 13).

⁴⁷ Implantada em 1973, como objetivo das políticas de desenvolvimento estadual e nacional.

⁴⁸ Denominamos as sedes de municípios com população até 50 mil habitantes como pequenos centros locais. O IBGE não realiza essa subdivisão e classifica como pequenas as cidades com população até 100 mil habitantes.

Quadro 13: Cidades entre 50 e 100 e 100 e 500 mil habitantes por décadas no Paraná		
Década	Cidades entre 50 e 100 mil hab.	Cidades entre 100 e 500 mil hab.
1970	Paranaguá.	Londrina, Maringá, Ponta Grossa.
1980	Guarapuava, São José dos Pinhais, Colombo, Apucarana, Paranavaí, Umuarama.	Foz do Iguaçu, Cascavel.
1990	Almirante Tamandaré, Arapongas, Araucária, Cambe, Campo Largo, Campo Mourão, Telêmaco Borda, Toledo.	São José dos Pinhais, Colombo, Guarapuava.
2000	Cianorte, Fazenda Rio Grande, Pato Branco, Sarandi, Francisco Beltrão.	Apucarana, Paranaguá, Pinhais.
2007	Rolândia.	Araucária.
Fonte: Censos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e estimativa IBGE, 2007. Org.: FERREIRA, S. C., 2010		

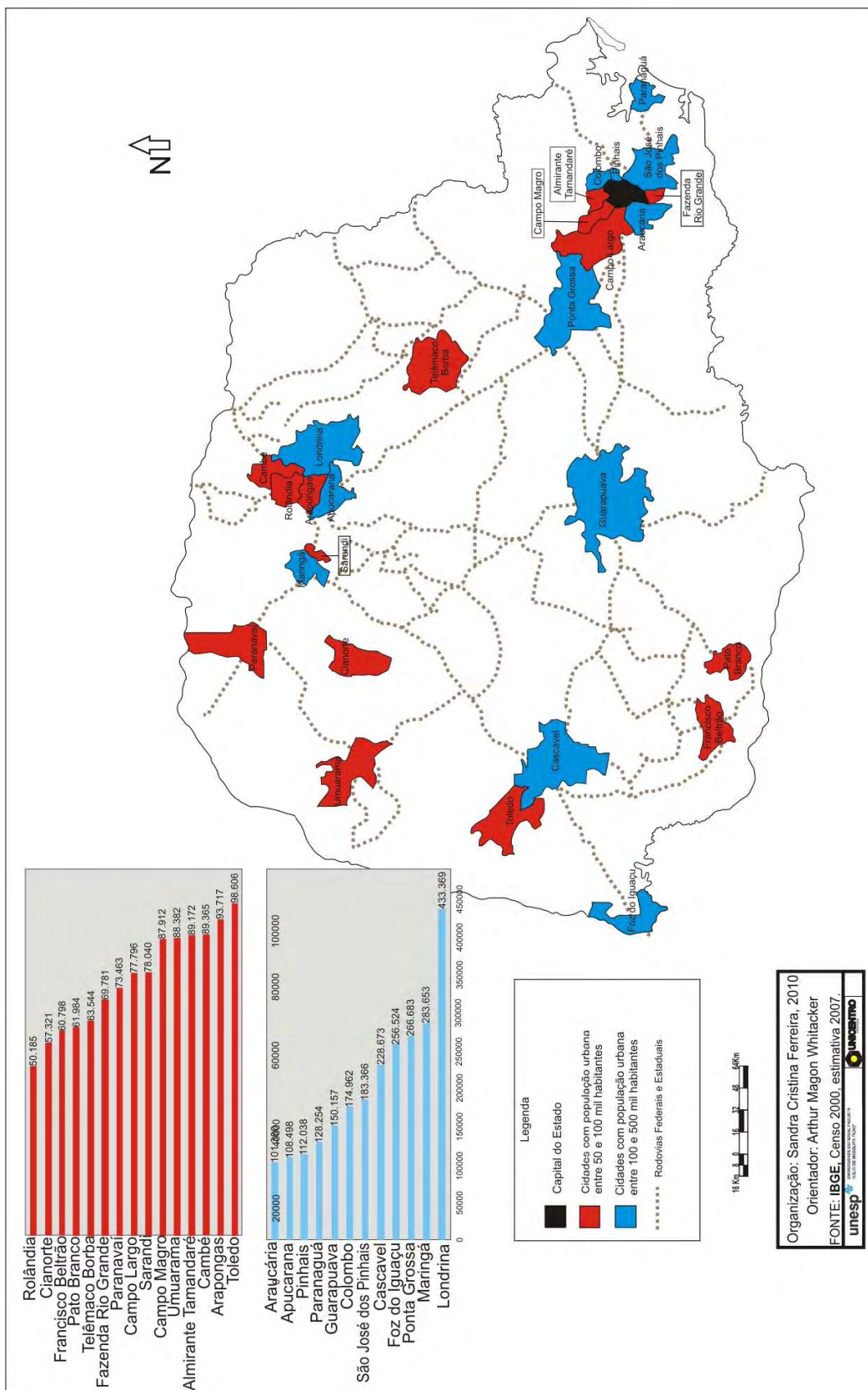
As cidades dispostas no quadro, com população entre 50 e 100 mil e entre 100 e 500 mil habitantes, somadas aos pequenos centros locais com população menor que 50 mil habitantes, configuraram no estado espaços com redes mais densas de cidades como Londrina, Maringá e seu entorno, Cascavel e seu entorno, Ponta Grossa articulada a Curitiba e seu entorno, além de outros espaços com descontinuidade e poucas cidades com mais de 50 ou mais de 100 mil habitantes, como Guarapuava e seu entorno. A Figura 6 auxilia na compreensão da distribuição dessas cidades em 2007.

As regiões Norte, Oeste e a de Curitiba e Região Metropolitana estendendo até Ponta Grossa concentram maior número de cidades dos portes referidos, constituindo pontos importantes para a realização de interações em rede. Desde a década de 1980, quando o Paraná apresenta maior população urbana, as cidades entre 50 e 500 mil habitantes exercem papel de dinamização apresentando níveis de desenvolvimento urbano, econômico e populacional demarcando geograficamente a rede urbana do estado (MOURA, 2004).

Essa categoria de cidades no Paraná teve importância reforçada com às políticas de desenvolvimento do I e II PND, pelo Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – PNCCPM⁴⁹. Entre 1979 e 1980, foram incluídas nesse programa Londrina Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Paranaguá e Guarapuava, como potenciais para o desenvolvimento de suas respectivas hinterlândias.

⁴⁹ Ressaltamos que a referida equipe adotou, em 1974, como critério o patamar demográfico de cidades entre 50 e 250 mil habitantes para tal categoria de cidades e, nesse caso, o Paraná apresentava cinco cidades sendo estas: Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Paranaguá e Guarapuava.

Figura 6: Cidades no Paraná com população entre 50 e 100 mil e 100 mil e 500 mil habitantes.



Grande parte dos investimentos estiveram voltados para a implantação de infraestruturas em energia, transportes, telecomunicações e de empreendimentos que alavancassem a cidade economicamente. No entanto, as políticas empreendidas em âmbito estadual pelo PND, elaborado em 1972, como apresentamos anteriormente nesse subitem, não atuou em total convergência ao I e II PND do governo federal no que diz respeito ao PNCCPM. Foi mantido o projeto original do governo paranaense, no qual, os investimentos principais deveriam se destinar para Curitiba, Paranaguá pelas conexões favorecidas por meio do porto, Londrina, Maringá, estendendo à região Oeste na qual o objetivo foi Cascavel. Portanto, embora fizesse parte do programa do governo federal, Guarapuava e sua região não foram priorizadas pelo programa de desenvolvimento estadual na década de 1970 como área potencial, havendo assim, uma divergência entre as propostas nesse aspecto.

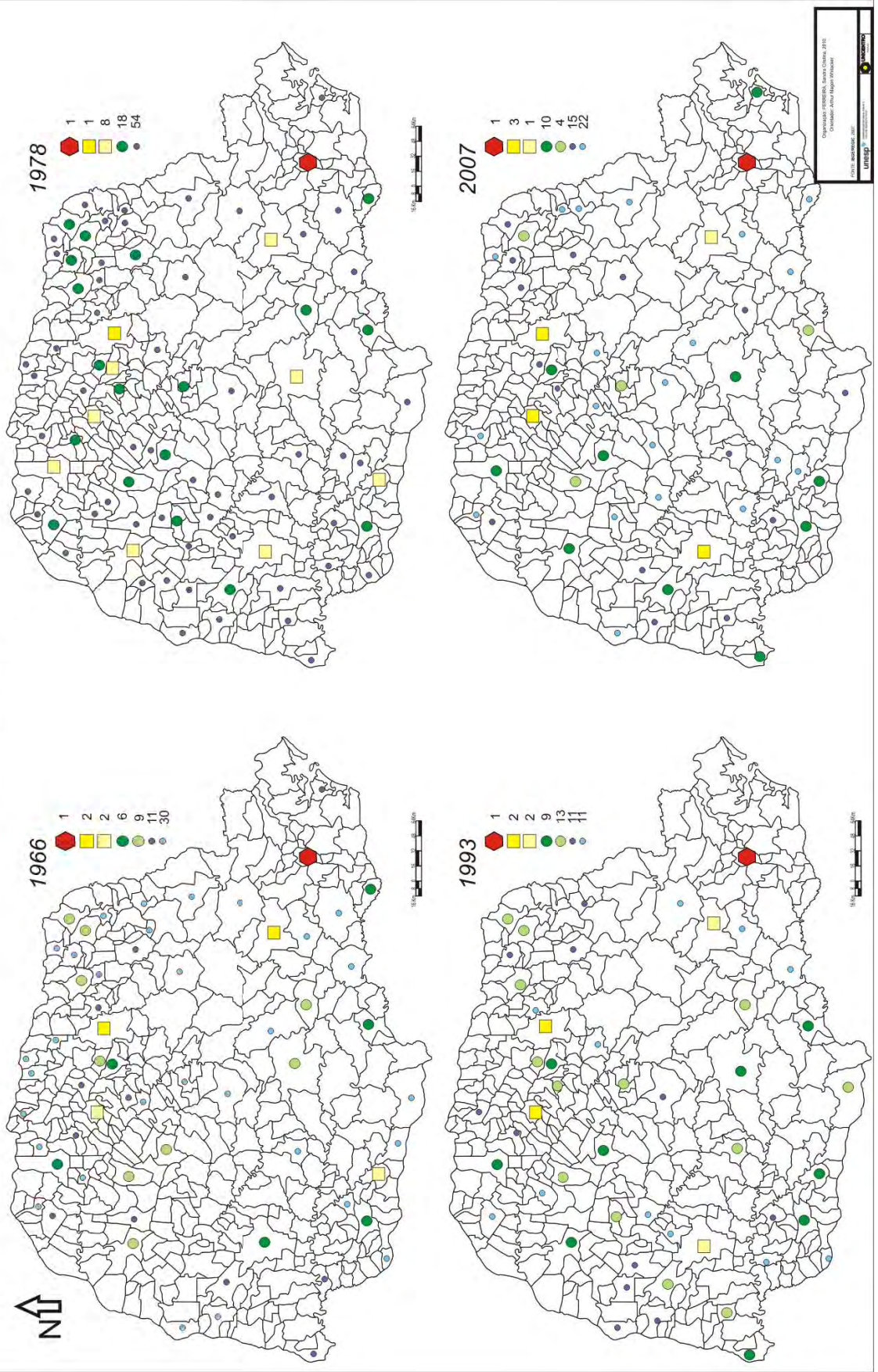
Dessa maneira, as transformações socioespaciais que ocorreram no Paraná no decorrer do tempo, sobretudo após a década de 1970, com a reorganização de seu espaço em função da modernização agrícola, da industrialização, da dinâmica demográfica, o movimento populacional rumo às cidades e a distribuição espacial dos centros urbanos com maior número populacional, resultaram na configuração de uma rede urbana com cidades distribuídas regionalmente demonstrando diferenças quanto ao nível de centralidade e de interações espaciais nessa rede, como abordamos no texto a seguir.

1.4.2 Evolução hierárquica das cidades na rede urbana do Paraná de 1966 a 2007

Tomando por referência os estudos realizados pelo IBGE/REGIC de 1966 a 2007, e o estudo denominado “Comentários sobre os resultados do REGIC 2007”, produzido e publicado pelo IPARDES em 2008, apresentamos as principais alterações na posição das cidades na hierarquia urbana no decorrer do mencionado período e a configuração da rede urbana paranaense em 2007.

Na Figura 7 encontra-se a distribuição das principais hierarquias no estado segundo o ano em que foi realizada a pesquisa e auxilia na leitura e entendimento da evolução da hierarquia de centros da rede urbana do Paraná por décadas por meio de um número que corresponde ao posicionamento de cada cidade na hierarquia urbana.

EVOLUÇÃO DA HIERARQUIA URBANA - PARANÁ - 1966, 1978, 1993 E 2007



Em 1966, na sequência hierárquica da rede urbana do Paraná, apareciam Londrina e Ponta Grossa, como Centros Regionais A, e Maringá e Pato Branco como Centros Regionais B, destacando-se o importante papel desempenhado por Ponta Grossa e Pato Branco nessa época, bastante modificado, cada qual por suas especificidades, comparativamente a 2007, que classifica Ponta Grossa como Capital Regional C, tendo em posições superiores Londrina, Maringá e Cascavel (Capitais Regionais B); Pato Branco se mantém como Capital Regional na pesquisa de 1978, mas na atual é classificado como Centro Sub-regional A.

Entre essas categorias superiores, cabe menção a Cascavel, que em 1966 classificava-se como Centro Sub-regional A, passando em 1978 à Capital Regional, posição na qual se mantém na pesquisa mais recente, como Capital Regional B. A pesquisa de 1993 adotou um novo padrão classificatório, mas que guardava correspondência com as categorias anteriormente definidas. Revelou um reequilíbrio na rede de cidades, seja por detalhes metodológicos seja pelo próprio rearranjo sofrido e consolidado pelo conjunto de centralidades.

A classificação resultante se expressa em níveis de centralidade, e, no nível máximo, enquadra-se apenas Curitiba. No nível muito forte enquadram-se Londrina e Maringá, havendo um descenso de Londrina, ofuscada tanto pelo crescente poder concentrador de Curitiba quanto pela ascensão de Maringá, que se posiciona entre os principais centros do Paraná. Ressalte-se que as duas Capitais Regionais A, identificadas em 1966, diziam respeito a Londrina e Ponta Grossa, e que esta última deve seu declínio na hierarquia pela proximidade com Curitiba.

A pesquisa de 1978 introduziu a categoria de Centro Sub-metropolitano, como segunda posição na hierarquia de centros do Brasil, que não se manteve nas pesquisas sub-sequentes. Londrina ocupou essa posição num momento em que a economia do Estado ainda não estava tão concentrada no entorno de Curitiba, durante o apogeu econômico do Norte Central, ficando na segunda posição entre os centros da Região Sul.

O declínio de Londrina na escala estadual da rede da urbana associa-se à consolidação da indústria no espaço metropolitano, com a implantação da Refinaria da Petrobrás e a criação dos distritos industriais de Curitiba e Araucária, que impulsionaram a concentração da renda, a diversificação produtiva e o âmbito do comércio e serviços, assim como a qualificação do

espaço metropolitano, distanciando, nessa escala, cada vez mais a metrópole de Curitiba de Londrina e dos demais centros paranaenses.

Os resultados da pesquisa de 1978 registram também o período em que a modernização do campo provocou intenso êxodo do rural para o urbano, reforçando um grande conjunto de centros regionais no interior do estado, sendo identificados quatro Centros Regionais na pesquisa de 1966, passando a oito, na categoria compatível da pesquisa de 1978 (Figura 7).

Estavam, assim, definidos em 1993 dois conjuntos importantes de centralidades no estado: o metropolitano, considerando Ponta Grossa em seu entorno mais distante, com um centro de nível máximo e outro de nível forte; e o do Norte Central, com dois centros de nível muito forte. Esses conjuntos se mantêm como os mais expressivos do Estado na pesquisa de 2007. Estudos do IPARDES (2004; 2005) apontam para uma aproximação espacial de centralidades no Norte Central paranaense, com as ACPs (Áreas de Concentração Populacional) de Londrina e Maringá polarizando um conjunto urbano que ainda conta com Apucarana, classificado como Centro Sub-regional A, e para uma organização mais complexa, unindo, numa mesma espacialidade, as ACPs de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, com seus respectivos municípios aglomerados.

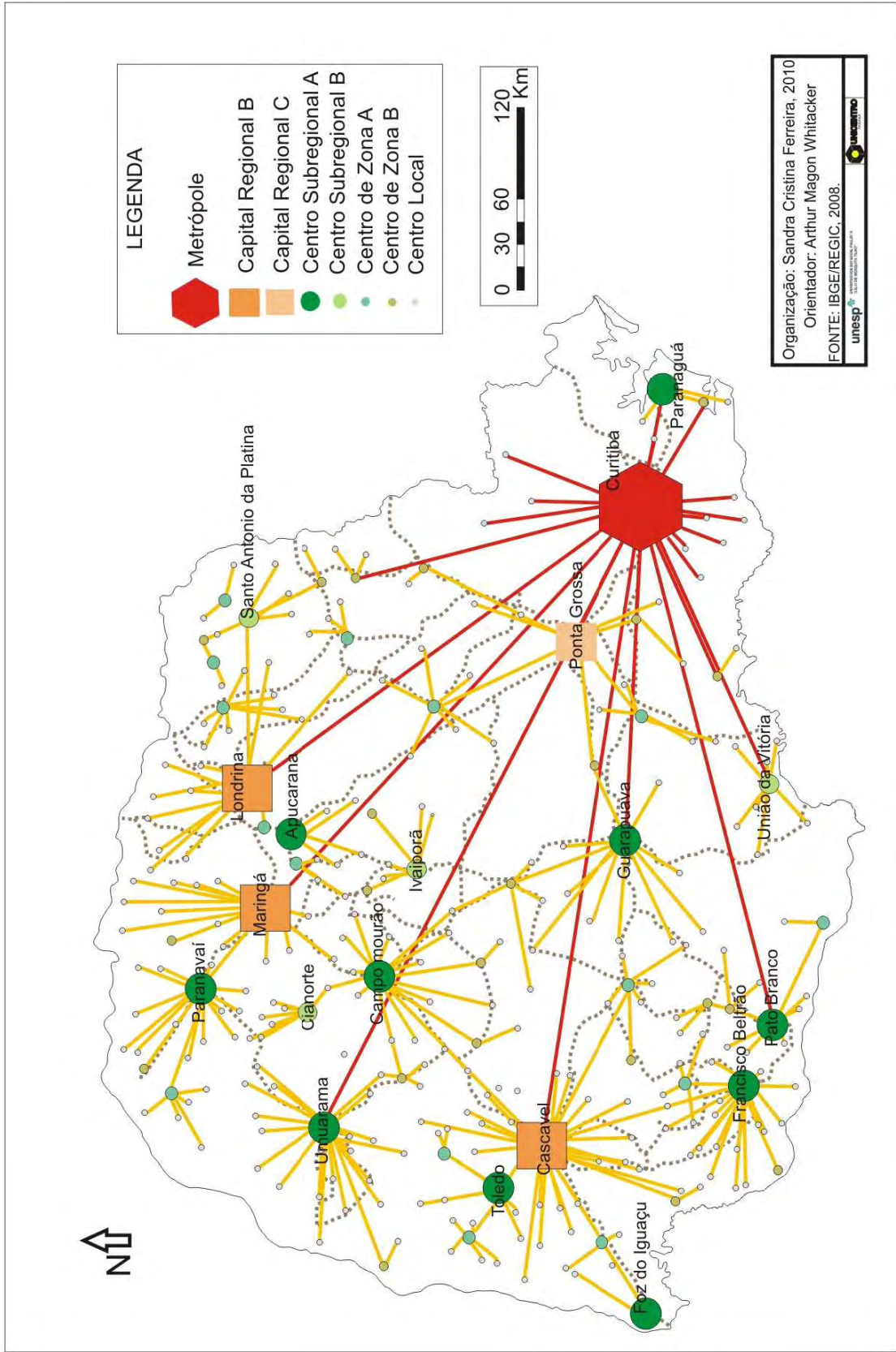
A pesquisa de 2007 ainda revela um novo elo importante da rede, que se fortalece no Oeste paranaense, com a ascensão de Cascavel à categoria de Capital Regional B. Alguns estudos (IPARDES, 2008; REOLOM, 2007) apontam inclusive a configuração de uma aglomeração bipolarizada por Cascavel e Toledo, este classificado como Centro Sub-regional A, além da conformação de um eixo, a partir dessa aglomeração, articulando um conjunto de pequenas centralidades, sendo Foz do Iguaçu, também classificado como Centro Sub-regional A (IBGE/REGIC, 2008). Os Centros Sub-regionais mostram pouca alteração nesses anos, elevando-se de 15, em 1966, para 18, em 1978, declinando para 14, em 2007. Ocorreu um movimento de ascensão e declínio entre os centros nessa hierarquia; alguns tiveram elevação em sua posição hierárquica ao longo do período, outros oscilaram, elevando-se ou decaindo na pesquisa intermediária, enquanto outros perderam posição:

- Apucarana, Paranaíba, Umuarama e Guarapuava classificaram-se como Capitais Regionais em 1966, elevando-se à categoria de Centros Regionais, em 1978, retornando à posição inicial, em 2007, como Centros Sub-regionais.
- Francisco Beltrão, União da Vitória, Campo Mourão, Cianorte e Santo Antônio da Platina mantiveram-se na classificação de Centros Sub-regionais nas três pesquisas. - Ivaiporã e Toledo elevam-se de Centros Locais, em 1966, para Centros Sub-regionais nas demais pesquisas; e Foz do Iguaçu e Paranaguá mantiveram-se como Centros Locais . em 1966, na categoria correspondente Centros de Zona, em 1978, elevando-se para Centros Sub-regionais em 2007.
- Arapongas, Cornélio Procopio, Irati, Jacarezinho e Rio Negro declinam de Centros Sub-regionais, nas pesquisas de 1966 e 1978, para Centros de Zona, na de 2007. - Jandaia do Sul, Ibaiti, Loanda, Nova Esperança e Bandeirantes, em 1966, foram considerados Centros de Zona, elevando-se para Centros Sub-regionais, em 1978, retornando à posição de Centros de Zona em 2007.

Entre os demais centros, percebe-se ainda alguma alteração favorável no grau inferior da hierarquia em Laranjeiras do Sul e Palmas, que ascendem de Centros Locais B, em 1966, para Centros de Zona A, em 2007. Laranjeiras do Sul, havia apresentado nível Médio em 1993 que equivaleria a Centro Sub-regional B em 2007, tendo portanto, regredido em sua posição de 1993 para 2007, embora tenha elevado de 1966 para 2007.

Desse conjunto de cidades resultou, em 2007, a configuração de uma rede urbana com poucas alterações quanto aos papéis das cidades na rede que reforça algumas centralidades como Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa estendendo até Curitiba conforme demonstra a Figura 8, com a distribuição das cidades e respectivas regiões de influência, permitindo perceber as áreas de maior e menor concentração de cidades e a formação de fluxos. Assim como nas hierarquias inferiores dessa rede, como uma tendência anteriormente mencionada, ocorreu um maior número de ascensões, principalmente entre centros que atingiram 50 e 100 mil habitantes nesse período ou que declinaram em população e dinâmica. A área com menos fluxos e articulações à rede compreende a região Central do estado.

Figura 8: Classificação e região de influência das cidades no Paraná-2007



Considerando a divisão em mesorregiões geográficas, como expõe a figura apresentada nas considerações iniciais sobre esse trabalho, a região Centro Sul configura um espaço com cidades mais dispersas e menos articuladas, principalmente de Guarapuava em direção às cidades de Ivaiporã, União da Vitória, Francisco Beltrão, Pato Branco e Cascavel.

As informações referentes à dinâmica demográfica do estado; a distribuição das cidades com população entre 50 e 100 mil habitantes e; naquelas com população entre 100 e 500 mil habitantes e nas centralidades expressas na Figura 4, demonstram a inexistência de concentração desse tipo de cidades no Centro Sul do Paraná o que reforça a indagação sobre a existência de uma rede urbana na referida região com dinâmica que propicie o desempenho de funções de cidade média por Guarapuava nesse contexto.

O detalhamento da região de influência de Guarapuava, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa apresenta a relação das cidades e respectiva população urbana que estão sob a influência direta das cinco cidades referidas. As figuras que representam cada região de influência, demonstram a origem e a direção dos fluxos que se formam em cada recorte espacial permitindo a compreensão do alcance (próximo ou distante) das centralidades abordadas. Por serem os Centros Locais considerados pelo IBGE/REGIC (2008) com população predominantemente de até 10 mil habitantes os apresentaremos agrupados segundo esse patamar populacional.

1.4.3 Região de influência de Guarapuava, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa

As informações evidenciam a estabilidade que Guarapuava apresenta quanto ao nível de centralidade, com predominância a Centro Sub-regional na rede urbana do Paraná diferenciando-se das maiores centralidades representadas por Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, e ocupou a posição de Capital Regional apenas uma vez em 1978 quando se equiparou com Ponta Grossa e Cascavel.

A quantidade e o porte demográfico das cidades pertencentes às respectivas áreas de influência auxiliam na compreensão dessas dinâmicas tendo em vista que, nesse caso, as áreas mais populosas convergem com as mais dinâmicas socioeconomicamente e, apesar dessa característica, concentram também volumosos problemas socioambientais (MOURA, 2004).

1.4.3.1 Região de influência de Guarapuava

Guarapuava, apresenta poucas modificações quanto a suas funções na hierarquia urbana paranaense, passando de Centro Sub-regional B, em 1966, à Capital Regional em 1978, depois à classificação segundo o nível de centralidade de Forte para Médio, em 1993, nível esse, equivalente ao Centro Sub-regional A, classificação recebida em 2007 (IBGE/REGIC, 2008).

Segundo a pesquisa de 2007, Guarapuava exerce influência direta sobre doze municípios distribuídos em sua região, além de Prudentópolis, localizado geograficamente na mesorregião Sudeste. Dos doze municípios, nove têm suas sedes como Centros Locais com até 10 mil habitantes e 3 Centros de Zona B, sendo estes, Pitanga, Prudentópolis e Quedas do Iguaçu (Tabela 2).

Tabela 2: Cidades na região de influência de Guarapuava, classificação e população – 2007		
Cidades	Classificação	População Urbana
Pitanga.	Centro de Zona B	18.865
Prudentópolis.	Centro de Zona B	21.661
Quedas do Iguaçu.	Centro de Zona B	19.973
Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Goioxim, Palmital, Pinhão, Reserva do Iguaçu, Turvo.	Centros Locais	Cidades com até 10 mil habitantes

Fonte: IBGE/REGIC(2008, p.68), IBGE (2007) Contagem da População.
Org.: FERREIRA, S. C. 2010.

Prudentópolis teve sua posição hierárquica na rede incrementada de Muito Fraco em 2000, equivalente a Centro Local (2007), para Centro de Zona B, em 2007, correspondente ao nível Fraco, em 2000. Esse centro de zona, com produção econômica vinculada à agricultura, relaciona-se, além de Guarapuava, com Ponta Grossa e Irati e polariza o Centro Local de Guamiranga.

Pitanga reduziu sua posição na hierarquia de Médio para Fraco, em 2000, equivalente a Centro de Zona A, em 2007, para Centro de Zona B, em 2007 equivalente a posição Fraca em 2000. Quedas do Iguaçu, localiza-se vizinha à mesorregião de Cascavel, mas, segundo IBGE/REGIC(2008) pertence à área de influência de Guarapuava como centro de Zona B.

Laranjeiras do Sul, embora se localize na mesorregião de Guarapuava e apresente-se como uma das cidades mais bem posicionadas quanto à hierarquia urbana, não está sob a área de influência direta de Guarapuava, mas na de Cascavel.

Perdeu centralidade passando de nível Médio (2000) equivalente a Centro sub-regional B (2007), para Centro de Zona A (2007), equivalente ao nível Médio para Fraco, em 2000, enfraquecendo a influência sobre as cidades de sua hinterlândia.

Entre as cidades que se encontram sob a área de influência de Guarapuava, nenhuma possui população maior que 50 mil, pelo contrário, o maior número de habitantes na área urbana concentra-se em Prudentópolis com 21.661 (IBGE, 2007) como evidencia a Figura 9.

O fator demográfico, associado à quantidade de cidades que constituem a referida região de influência configura uma dinâmica menos expressiva que a representada por Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, como cidades que estabelecem maiores fluxos e interações na rede urbana do estado como antecipamos nessa discussão.

Entretanto, ressaltamos que a inexpressividade regional não se atribui somente à dinâmica demográfica, mas, principalmente às condições socioeconômicas que resulta na restrição das atividades de produção e consumo podendo ser comparado em relação às demais cidades pelo VAF/T (Valor Adicionado Fiscal Total).

Guarapuava em 2008 segundo a SEFA/PR(Secretaria de Estado e Fazenda do Paraná) o VAF/Total foi de R\$ 1.528.972.999, quase a metade do valor de Cascavel que foi R\$2.849.669.946. Guarapuava teve também o menor VAF frente aos valores apresentados por Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

1.4.3.2 Região de influência de Londrina e Maringá

Londrina e Maringá formam juntas um adensamento de interações que se estendem desde os centros com proximidade imediata a outros mais distantes. Sob a influência direta de Londrina encontram-se as cidades dispostas na Tabela 3, com suas respectivas classificações na hierarquia urbana do estado e número de habitantes na área urbana.

Tabela 3: Cidades na região de influência de Londrina classificação e população – 2007		
Cidades	Classificação	População Urbana
Apucarana	Centro Sub-regional A	108.498
Ivaiporã	Centro Sub-regional A	26.397
Santo Antônio da Platina	Centro Sub-regional A	34.194
Arapongas	Centro de Zona A	93.717
Bandeirantes	Centro de Zona A	27.785
Cornélio Procópio	Centro de Zona A	43.865
Ibaiti	Centro de Zona A	21.966
Jacarezinho	Centro de Zona A	34.667
Jandaia do Sul	Centro de Zona A	17.449
Andirá	Centro de Zona B	19.847
Faxinal	Centro de Zona B	11.318
Siqueira Campos	Centro de Zona B	12.135
Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Centenário do Sul, Curiúva, Figueira, Florestópolis, Guaraci, Jaboti, Jaguapitã, Jardim Alegre, Jataizinho, Lupionópolis, Mirasselta Pinhalão, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Ribeirão do Pinhal, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, São João do Ivaí, Sapopema, Sertanópolis, Tamarana.	Centros Locais	Cidades com até 10 mil habitantes

Fonte: IBGE/REGIC(2008, p.67-68), IBGE (2007) Contagem da População, 2007.
Org.: FERREIRA, S. C. 2010.

Sob a influência direta de Londrina, se localizam três Centros Sub-regionais A, Santo Antonio da Platina, Ivaiporã e Apucarana com mais de 100 mil habitantes. Entre os seis Centros de Zona A as cidades mais populosas são Arapongas com 93. 717 mil habitantes e Cornélio Procópio com 43.865 mil habitantes. Os Centros de Zona B, são três cidades com menos de 20 mil habitantes e mais 27 Centros Locais. Estas cidades se articulam a Londrina e estabelecem relações com outros centros urbanos de sua hinterlandia. Na região de influência de Maringá (Tabela 4), se encontram menor número de cidades que Londrina e com menor número de habitantes. Os Centros Sub-regionais A que correspondem às cidades de Campo

Mourão com 77.796 mil habitantes e Paranavaí com 77.463 mil habitantes na área urbana respectivamente. Cianorte como Centro Sub-regional B com 57.321 mil habitantes, um Centro de Zona A e três Centros de Zona B com menos de 30.000mil habitantes e 29 Centros Locais. Juntas, Londrina e Maringá formam uma densa rede de cidades articuladas entre si e à centros maiores. No Norte paranaense, “as redes de Londrina e Maringá passaram a integrar a rede de Curitiba e não mais somente a rede de São Paulo”, como prevalecia desde o estudo de 1966 (IBGE/REGIC⁵⁰, 2007, p.18), ampliando, assim, o alcance da rede de Curitiba e a integração dessas regiões e mantendo ainda relacionamento com outros estados, como São Paulo e Mato Grosso do Sul.

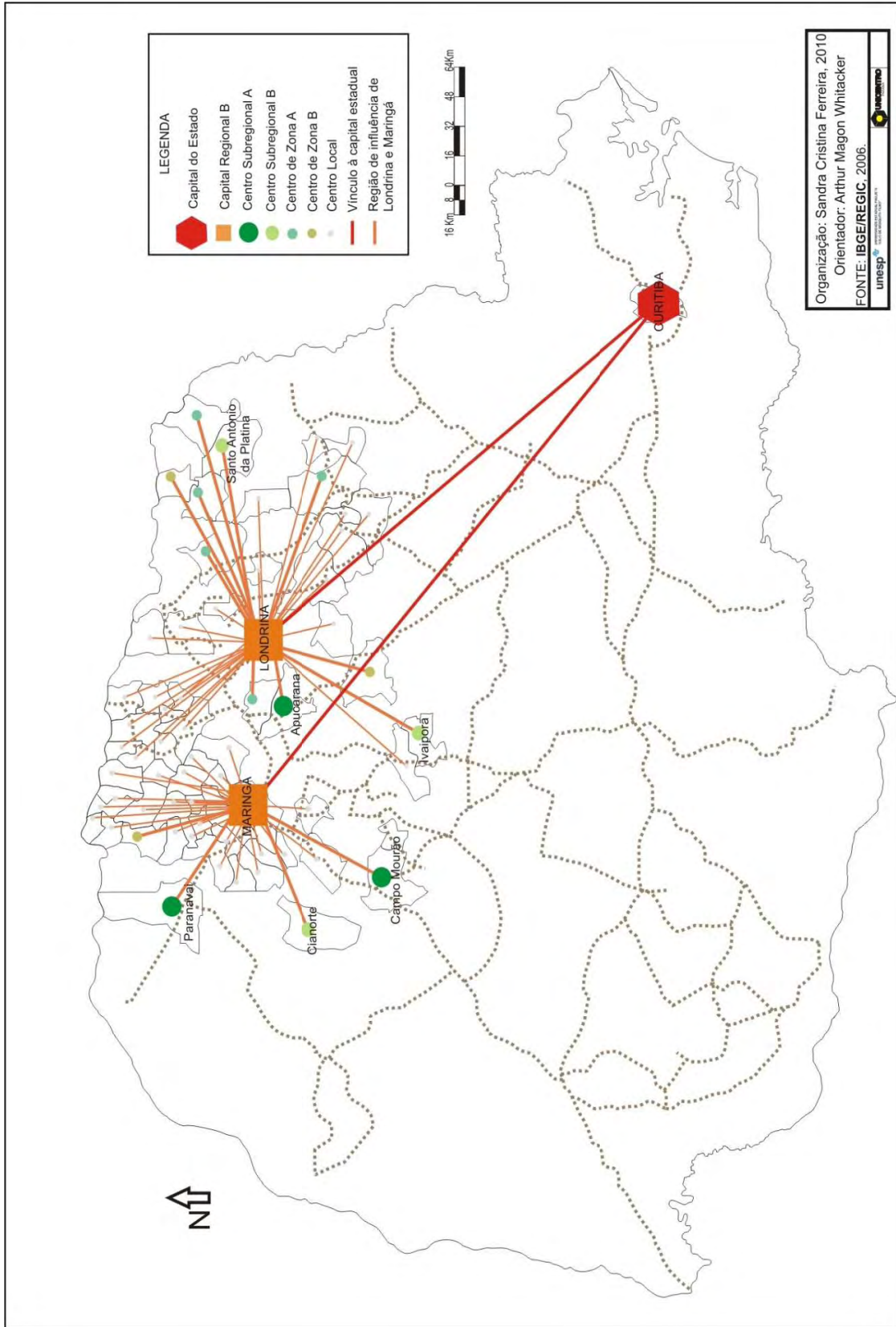
O conjunto de atividades econômicas realizadas na região Norte do Paraná (Figura 10) e as interações entre os demais municípios constituem um espaço com matriz produtiva que se assemelha a Curitiba e Região Metropolitana. Diferenciam-se por manter a participação no total na produção do estado por meio da agropecuária e o setor industrial, enquanto Curitiba e RM destacam a indústria e o terciário. Como as principais centralidades da região Norte paranaense Londrina contribuiu em 2008 segundo SEFA/PR com R\$ 4.096.279.347 de VAF/Total para o estado e Maringá com R\$ 3.645.288.146.

Cidades	Classificação	População Urbana
Campo Mourão	Centro Sub-regional A	77.796
Paranavaí	Centro Sub-regional A	73.463
Cianorte	Centro Sub-regional B	57.321
Loanda	Centro de Zona A	17.234
Campina da Lagoa	Centro de Zona B	12.752
Goioerê	Centro de Zona B	24.991
Nova Londrina	Centro de Zona B	10.963
Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Floraí, Flórida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Jardim Olinda, Lobato, Mandaguaçu, Munhoz de Melo, N. ^a Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paranapoema, Paranacity, Roncador, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Uniflor.	Centros Locais	Cidades com até 10 mil habitantes

Fonte: IBGE/REGIC(2008, p.69), IBGE (2007) Contagem da População.
Org.: FERREIRA, S. C. 2010.

⁵⁰ Região de Influência de Cidade (REGIC) é um estudo realizado pelo IBGE para avaliar o nível de desenvolvimento da rede urbana por meio de critérios como: oferta de comércio, serviços, comunicação em seus diversos desdobramentos, etc.

Figura 10: Região de Influência de Londrina e Maringá - 2007



1.4.3.3 Região de influência de Cascavel

As cidades que estão sob a região de influência de Cascavel (Tabela 5 e Figura 11) é composta por Foz do Iguaçu como Centro Sub-regional A, com 325.137 mil habitantes com quem estabelece relação de complementaridade numa situação particular pois embora Foz do Iguaçu apresente esse volume populacional e forte comércio com relação internacional, têm suas atividades mais voltadas para as relações de fronteira e em torno da Usina de Itaipu não estendendo centralidade significativa sobre os municípios da região que são polarizados por Cascavel. Os outros dois Centros Sub-regionais são Francisco Beltrão e Toledo com 60.798 e 98.606 mil habitantes respectivamente. Além destas cidades, estão cinco Centros de Zona A, com população entre 24 e 35 mil habitantes, um Centro de Zona B e vinte e oito Centros Locais.

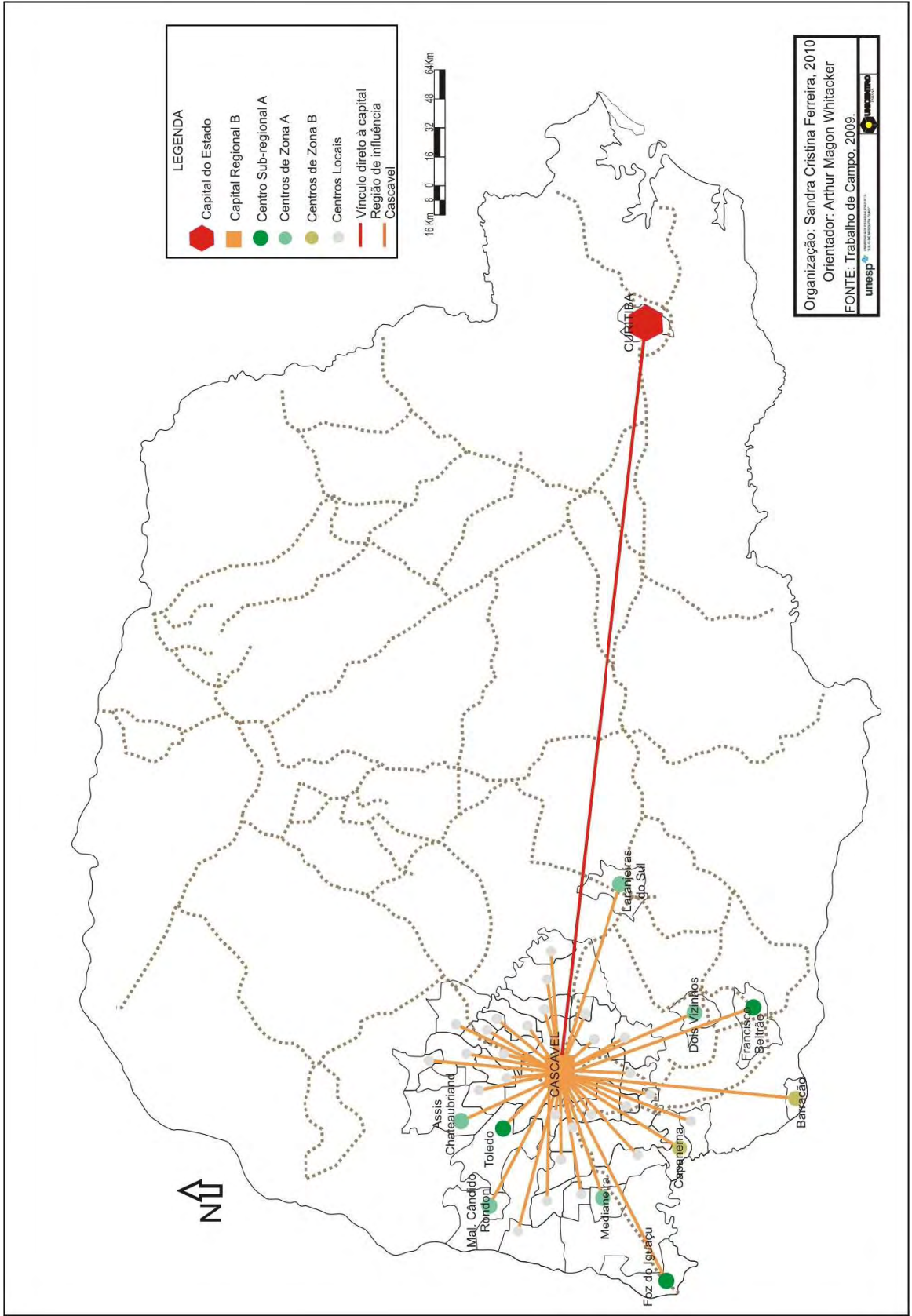
Tabela 5: Cidades na região de influência de Cascavel: classificação e população urbana – 2007		
Cidades	Classificação	População urbana
Foz do Iguaçu	Centro Sub-regional A	311.336*
Francisco Beltrão	Centro Sub-regional A	60.798
Toledo	Centro Sub-regional A	98.606
Laranjeiras do Sul	Centro de Zona A	24.256
Marechal Candido Rondon	Centro de Zona A	35.451
Medianeira	Centro de Zona A	34.138
Dois Vizinhos	Centro de Zona A	25.142
Assis Chateaubriand	Centro de Zona A	27.791
Capanema	Centro de Zona B	10.074
Anahy, Barracão, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante d'Oeste, Formosa do Oeste, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Matelândia, Nova Aurora, Planalto, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Ubitatã, Vera Cruz do Oeste.	Centros Locais	Cidades com até 10 mil habitantes

Fonte: IBGE/REGIC(2008, p.68), IBGE (2007) Contagem da População.

*População estimada pelo IBGE em 2007.

Org.: FERREIRA, S. C. 2010.

Figura 11: Região de Influência de Cascavel – 2007



Localizada na região Oeste do Paraná, Cascavel (Capital Regional B), apresenta vetores de dinamismo para Foz do Iguaçu e Toledo. Articula-se à capital do estado do Paraná e a outros centros como Francisco Beltrão, Marechal Candido Rondon e Pato Branco no Sudoeste. A inserção de Cascavel à DST (Divisão Social do Trabalho) dá-se a partir de um número maior de atividades ligadas fundamentalmente à produção agroindustrial e serviços.

A proximidade com Foz do Iguaçu estimula a atividade turística, comércio e relações internacionais, contribuindo para a geração de riquezas, e estreita vínculos com países do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Cascavel desempenha o complexo papel de polarizar uma aglomeração de fronteira internacional (IPARDES, 2008) e contribuiu com R\$ 2.849.669.946 do VAF/Total do município em 2008 (SEFA/PR, 2008).

1.4.3.4 Região de influência de Ponta Grossa

Ponta Grossa tem seu dinamismo intensificado pelas atividades industriais voltadas para os segmentos metalquímicos, químicos, plásticos e de alimentos agregando também um diversificado setor de comércio e serviços. Sob sua região direta de influência estão as cidades apresentadas na Tabela 6 abaixo.

Tabela 6: Cidades na região de influência de Ponta Grossa: classificação e população – 2007		
Cidades	Classificação	População Urbana
Irati	Centro de Zona A	42.196
Telêmaco Borba	Centro de Zona A	63.544
Jaguaraíva	Centro de Zona B	27.633
Palmeira	Centro de Zona B	18.480
Prudentópolis*	Centro de Zona B	21.661
Carambeí, Castro (PR), Ipiranga (PR), Ivaí (PR), Piraí do Sul (PR), Porto Amazonas.	Centros Locais	Cidades com até 10 mil habitantes
Castro**	Centro Local	47.294

*Encontra-se também sob a área influência de Guarapuava.

Fonte: IBGE/REGIC(2008, p.68), IBGE (2007) Contagem da População.

Org.: FERREIRA, S. C. 2010.

**O fato de o município de Castro ter sido classificado como Centro Local está ligado a sua proximidade em relação a Capital Regional C de Ponta Grossa, a qual atrai diretamente os fluxos dos centros menores segundo IBGE, 2008.

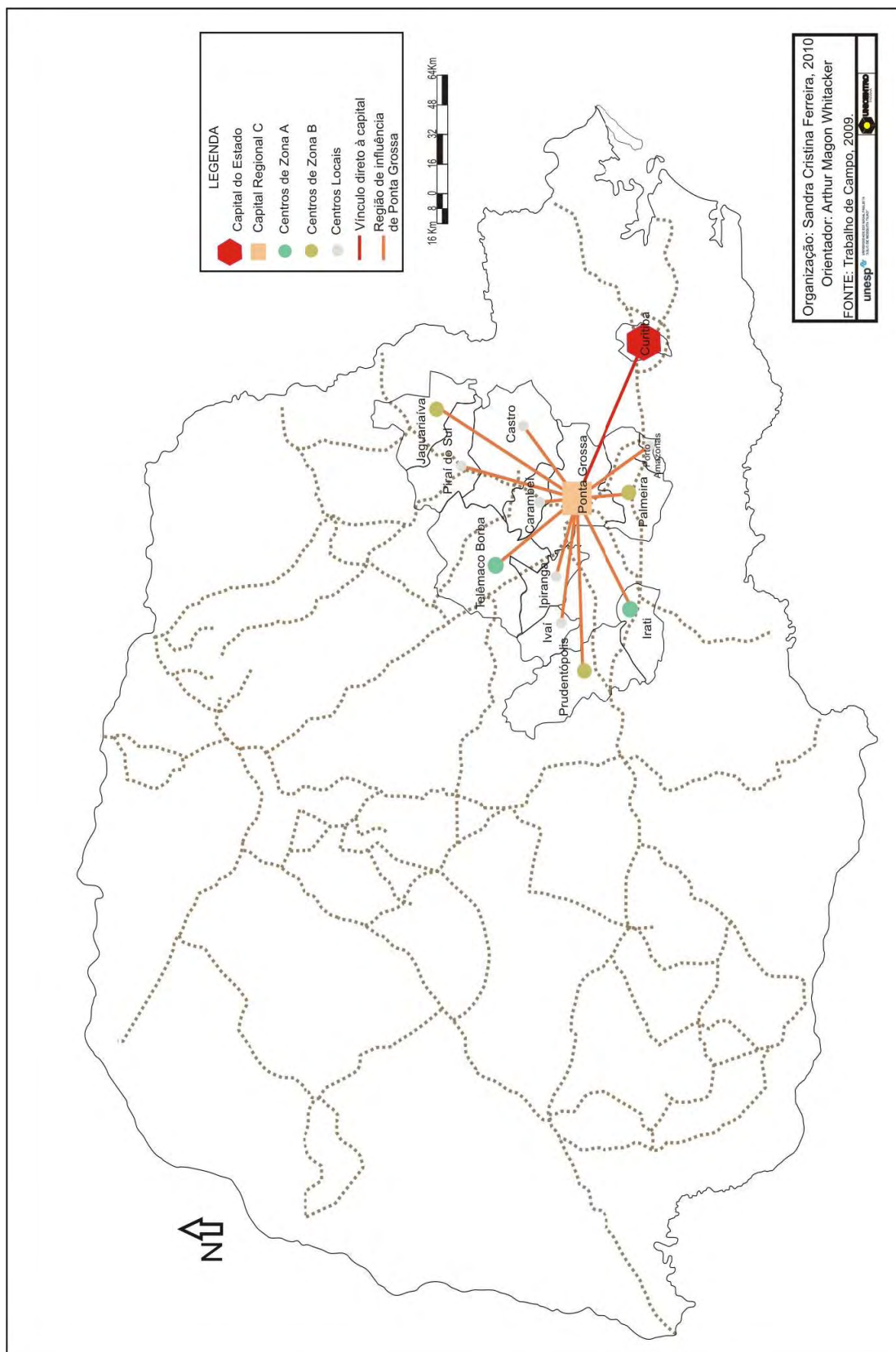
Ponta Grossa (Capital Regional C), exerce centralidade sob dois Centros de Zona A, Irati com 42.196 mil habitantes e Telêmaco Borba, com 63.544 mil habitantes, ambas com produtividade vinculada a madeira.

Mantêm ainda sob sua influência direta três Centros de Zona B, com população entre 18 e 30 mil habitantes e seis Centros Locais, entre eles Castro que nos chama a atenção por apresentar população urbana de 47.294 mil habitantes e ter sido classificada como Centro Local pelo IBGE/REGIC(2008), como a menor centralidade na hierarquia da rede urbana conforme a Figura 12.

Não localiza-se na região de influência de Ponta Grossa nenhum Centro Sub-regional, como acontece com Londrina Maringá e Cascavel. Sob a influência dessa cidade, encontram-se apenas centros de Zona A e B e Centros Locais da mesma forma que na região de influência de Guarapuava.

No entanto, os dois Centros de Zona A são maiores em número de habitantes na área urbana que os que se localizam na área de influência de Guarapuava e, em função da dinâmica econômica de Ponta Grossa com um consolidado setor industrial, sua centralidade se estende a maior número de cidades e habitantes que Guarapuava. Segundo a SEFA-PR (2008), contribuiu com R\$ 4.170.084.887 do VAF/Total do município, nesse caso, equiparando-se ao VAF de Londrina.

Figura 12: Região de Influência de Ponta Grossa – 2007



1.5 Síntese analítica sobre a rede urbana paranaense e Guarapuava

Na caracterização da rede urbana paranaense em 2007, levando-se em conta os parâmetros demográficos e econômicos, torna-se evidente a primazia de Curitiba frente às demais cidades do estado. Destacam-se, também, importantes centros paranaenses como Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa que dinamizam e contribuem para um relativo equilíbrio na intensidade dos fluxos que caracterizam a rede urbana, diminuindo vetores ou a intensidade destes rumo à Curitiba. No entanto, a rede urbana paranaense prossegue com áreas caracterizadas por uma dinâmica econômica menos intensa, assentadas em municípios menos pujantes e distantes de áreas de influência das principais cidades que continuam fortemente dependentes de Curitiba.

Guarapuava, no contexto dessa rede, figura como um dos municípios de menor expressividade. Ocupa a posição de Centro Sub-regional em 2007, com atuação entre os pequenos centros urbanos do Centro Sul do Paraná, integrando-se a Curitiba e Ponta Grossa como cidades de hierarquia superior no suprimento das demandas não contempladas por seu mercado em bens e serviços, como apontam os resultados da Pesquisa de Campo (2008) discutidos no Capítulo 3.

Tendo em vista a presença de Guarapuava entre os municípios avaliados com sinais de perda de dinamismo econômico e populacional (MOURA, 2009); a característica do quadro regional com vinte e quatro Centros Locais e três Centros de Zona com menos de 50 mil habitantes; o tempo que transcorreu desde o início da ocupação dos Campos de Guarapuava (1810) até a formação regional atual; a distância entre as urbes e a dinâmica econômica e populacional delas, emergem algumas questões, como:

- Quais elementos promovem as interações espaciais entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis?
- Qual a frequência dessas interações que possam indicar continuidade de fluxos e formação de redes?
- Com quais cidades a população de Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis estabelecem interações materiais, em virtude da aquisição de bens e serviços, e imateriais devido à comunicação (telefone e *internet*), direcionando assim os fluxos na rede urbana?

- Os fluxos revelam a existência de interações espaciais a longas distâncias?
- Qual a intensidade desses fluxos de longo alcance?
- As interações existentes permitem a caracterização de uma rede urbana regional que permita o desempenho de funções de cidade média por Guarapuava?

A posição que Guarapuava ocupa na rede urbana do Paraná tem relações intrínsecas à dinâmica socioeconômica da cidade e sua relação com o contexto regional produzida através do tempo. Para identificar quais são as funções predominantes de Guarapuava no contexto urbano regional, sua atuação como cidade de porte médio ou como cidade média, consideramos a atuação política a partir dos Planos de Desenvolvimento federal e estadual no estímulo à proliferação das cidades de porte médio no Paraná e como Guarapuava foi considerada por tais planos.

A consideração como média ou de porte médio perpassa por discussões referentes aos parâmetros demográficos para tal definição e por outra complexa discussão sobre a diferença entre cidades de porte médio e cidades médias, assim como, os critérios que auxiliam na classificação das cidades médias. Tendo claros os parâmetros que diferenciam a cidade de porte médio da cidade média, Guarapuava será analisada segundo a proposta metodológica para estudo de cidades médias da ReCiMe e suas variáveis serão acrescentadas por meio do trabalho de campo e em dados secundários, conforme explicitado nas considerações iniciais do trabalho.

Capítulo 2

**GUARAPUAVA À LUZ DA TEORIA E METODOLOGIA PARA ESTUDOS
SOBRE CIDADES MÉDIAS**



2. As cidades de porte médio e médias nos planos nacionais de desenvolvimento

Na década de 70, do século XX, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, começou a incentivar a interiorização e dinamização de áreas tidas como estagnadas com a finalidade de criar novos centros de desenvolvimento no território, frear a migração rumo às metrópoles e incentivar o desenvolvimento de cidades de porte médio. O Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – o PNCCPM-, integrante do II PND, por meio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana do Ministério de Planejamento (CNPU), estabeleceu intervenções de acordo com os objetivos governamentais.

Essa Comissão, para fins metodológicos, dividiu as cidades de porte médio brasileiras em dois grandes grupos: um formado pelas cidades integradas à rede urbana e, o outro, pelas cidades situadas às margens das redes urbanas hierarquizadas. O primeiro grupo de cidades foi representado por capitais que estão sob a influência da metrópole, localizadas predominantemente no Sul e Sudeste do país. O segundo grupo foi constituído por cidades de porte médio, caracterizadas como centros terciários das zonas de agricultura tradicional, que são as cidades que servem de ponto de apoio às zonas de colonização agrícola, as cidades essencialmente administrativas e as cidades que canalizam produtos básicos destinados à exportação (PONTES, 2000).

Para Rochefort (1998, p.93), as ações de desenvolvimento das cidades de porte médio objetivavam desenvolver, prioritariamente, “algumas cidades para refrear o crescimento das metrópoles e, à medida que as cidades são escolhidas no interior do território, levar para esses espaços subdesenvolvidos atividades e homens que permitam um desenvolvimento da economia regional.” As medidas de caráter interurbanas almejaram que as cidades, ao expandirem sua capacidade produtiva e o mercado da região por elas liderado, apresentassem economias de aglomeração.

Para tanto, pretendia-se localizar equipamentos terciários de alcance regional como hospitais, universidades, *shoppings centers* e oferecer incentivos, com o fim de atrair capitais industriais para as cidades selecionadas. Ao mesmo tempo, previa-se uma atuação intraurbana nas áreas carentes de tais cidades com a pavimentação de ruas, extensão da rede de transportes coletivos, construção de postos de saúde e áreas de lazer, supondo-se que essa seria uma maneira de redistribuir renda. Além disso, a assistência técnica, a ser fornecida às prefeituras, visava preparar as administrações locais para orientar o

crescimento físico-territorial e ser mais eficiente na prestação de serviços urbanos, garantindo-lhes, portanto, condições de se auto-gerenciar (STEINBERG & BRUNA, 2001). O programa, em 1974, envolveu 39 cidades. Entre 1978 e 1980, ampliou-se com cidades distribuídas pelas cinco macrorregiões nacionais, que contabilizavam uma população total de 13,5 milhões de pessoas residentes nas sedes dos municípios, segundo o Censo de 1980. Dentre essas, a Sudeste e a Nordeste tiveram maior número de cidades beneficiadas, como pode ser conferido no Quadro 14.

Tais medidas, segundo Bruna (1984, p.36), objetivavam alcançar uma população de 18,2 milhões, quando incluídos os habitantes das áreas polarizadas pelas cidades beneficiadas. A partir de 1982, os recursos consignados ao programa no orçamento da União foram insuficientes para montar uma programação consistente em nível de cidades de porte médio. A paralisação do PNCCPM (Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio) não só comprometeu o andamento de diversas obras como redundou na interrupção de um processo de trabalho já aceito pelos estados e municípios.

Com o início do governo da Nova República, poucas cidades⁹⁰ tiveram continuidade nos programas de desenvolvimento para as cidades de médio porte, que tiveram o encerramento em 1986. Como proposta do novo governo, em 1987, o programa passou a ser denominado “Fortalecimento de Núcleos Urbanos Intermediários” e segundo Bruna e Steinberg (1984, p.53), a proposta não logrou grandes êxitos até os anos de 1990, quando teve as atividades encerradas. O programa de 1977 a 1980 esbarrou em dificuldades para a concretização de seus objetivos. Em grande parte, além da escassez de recursos frente aos objetivos, pela homogeneidade com que foram tratadas todas as cidades, sem levar em conta, as especificidades quanto aos problemas urbanos e sociais, nem todas conseguiram alcançar o fortalecimento previsto (BRUNA & STEINBERGER, 1984, p.55).

No caso das cidades paranaenses selecionadas para o programa federal, o governo estadual deu sustentação política e financeira às cidades desencadeando processos socioespaciais que transformaram o perfil do Paraná, nas últimas décadas do século XX, em um estado eminentemente urbano, tendo a concentração econômica e populacional nas cidades de porte médio e na capital.

⁹⁰ As cidades **previstas** para essa fase foram Campos (RJ), Manaus (AM), Porto Velho (RO) Rio Branco (AC) e as aglomerações foram Aracaju (SE), Caxias do Sul (RS), Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CE), Londrina e Maringá (PR), Maceió e Arapiraca (AL) e João Pessoa (PB).

Quadro 14: Cidades brasileiras contempladas com o Programa Cidades de Porte Médio (1974, 1977 a 1980)		
Período de execução	Região	Cidades
1974	Centro-Oeste	Goiânia e Anápolis (GO); Campo Grande (MS); Cuiabá(MT).
1974	Nordeste	Petrolina, Juazeiro, Feira de Santana e Vitória da Conquista (BA); Maceió (AL); Aracaju (SE); João Pessoa e Campina Grande (PB); Natal (RN); Crato e Juazeiro do Norte (CE); Terezina (PI); Imperatriz (MA).
1974	Norte	Santarém (PA).
1974	Sudeste	São José dos Campos, Jacaré, São João do Rio Preto e Bauru (SP); Barra Mansa e Volta Redonda (RJ); Vitória (ES); Montes Claros, Teófilo Otoni, Juiz de Fora e Uberlândia (MG).
1977/1978	Cidades isoladas	Manaus (AM), Goiânia (GO), Vitória (ES) e Florianópolis (SC)
1977/1978	Nordeste	Bacabal, Caxias, Imperatriz e São Luís (MA); Floriano, Parnaíba, Picos e Teresina (PI); Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte e Sobral (CE), Mocau e Mossoró (RN); Bayeux, Cajazeiras, João Pessoa, Patos e Souza (PB); Caruaru, Garanhuns, Petrolina e Vitória de Santo Antão (PE); Arapiraca e Maceió (AL), Aracaju (SE); Alagoinhas, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro e Vitória da Conquista (BA).
1977/1978	Sudeste	Americana, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Araras, Assis, Avaré, Barretos, Bauru, Bebedouro, Bragança Paulista, Botucatu, Catanduva, Cubatão, Fernandópolis, Franca, Itapetininga, Itapeva, Jaboticabal, Jaú, Limeira, Lins, Marília, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Ourinhos, Pinhal, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São Vicente, Sorocaba, Tatuí, Tupã e Votuporanga (SP).
1979/1980	Centro Oeste	Anápolis, Goiânia, Gurupi, Iumbiara, Rio Verde e Araguaína, essa última atualmente no novo Estado de Tocantins (GO); Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três Lagoas (MS); Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis e Várzea Grande (MT).
1979/1980	Nordeste	Campina Grande (PB), Estância (SE), Salgueiro (PE) e Paulo Afonso (BA).
1979/1980	Norte	Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena (RO); Boa Vista (RR); Rio Branco (AC); Macapá (AP); Manaus (AM).
1979/1980	Sudeste	Barra Mansa, Barra do Piraí, Campos e Volta Redonda (RJ); Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Teófilo Otoni, Uberlândia e Uberaba (MG); Cachoeiro do Itapemirim, Colatina e Vitória (ES); e 13 cidades de São Paulo, selecionadas na programação anterior e mantidas nessa; Araçatuba, Araraquara, Bauru, Botucatu, Franca, Itapetininga, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Carlos, Sorocaba, São José do Rio Preto e Tatuí; as três novas cidades de São Paulo foram: Campinas, São José dos Campos e Santos.
1979/1980	Sul	Alegrete, Bagé, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Erechim, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo e Uruguaiana (RS); Cascavel, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaíba e Ponta Grossa (PR) ; Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Lages e Tubarão (SC).

Org.: FERREIRA, S. C., 2010.

Fonte: CNDU/MINTER. **Avaliação da política de desenvolvimento urbano. Programa de cidades de porte médio.**

Brasília: Seminário sobre Política de Desenvolvimento Urbano, 1984.

BRUNA, G. C. (coord.). **Avaliação do programa nacional de cidades de porte médio e revisão de critérios de seleção das referidas cidades.**

São Paulo, FAU/USP 19 v., 1984.

Por meio do PDU-PR (Políticas de Desenvolvimento urbano do Paraná), na década de 1970, foram identificadas as cidades que deveriam se converter nas principais polaridades paranaenses, apoiadas pelos investimentos propostos pelo I PND do governo federal, delineando, assim, o percurso para a consolidação das mesmas.

Entre as cidades elencadas no PDU/PR, Guarapuava não fazia parte como no PNCCPM, mas, somente Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Paranaguá. Em Londrina e Maringá, grandes projetos imobiliários e um sistema de circulação foram indutores das aglomerações e centros que atualmente se localizam entre elas e articulam espacialmente a porção Norte do estado. Essas cidades, no decorrer do tempo, têm atraído investimentos comerciais, industriais e de serviços, integrando-se à economia nacional e internacional por meio de atividades industriais modernas, dentre elas, o setor de telefonia, informática, química, mecânica entre outras (MOURA, 2004).

Cascavel, no Oeste do estado, emerge do processo concentrador da atividade econômica, particularmente a industrial, nos anos 1990, fortemente impulsionada pela atividade agroindustrial, e rapidamente se aproxima da participação mantida pelo Norte Central na economia paranaense (IPARDES, 2005 e 2006).

Paranaguá tem sua importância intensificada pelas atividades portuárias beneficiando-se da rede de infraestruturas que interligam-na a Curitiba. No entanto, tem sua centralidade ofuscada pela proximidade com a capital. Ponta Grossa, assim como Paranaguá tem seu papel reduzido frente à demanda regional pela proximidade com Curitiba, mas, devido ao amplo setor industrial, apresenta atividades comerciais e de serviços diversificados (IBGE/REGIC, 2008).

Embora contemplada pelo plano federal, a despeito das ações governamentais, Guarapuava demonstrou menor desenvolvimento frente às demais urbes paranaenses participantes do mesmo plano federal. Em Guarapuava não ocorreu o desenvolvimento do setor industrial para novos segmentos, permanecendo as tradicionais atividades desempenhadas vinculadas principalmente à madeira, alimentos e bebidas segundo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP, 2010).

A consolidação desse quadro entre as cidades paranaenses pode ser atribuída a duas questões em especial: a divergência de objetivos entre as políticas de desenvolvimento federal e estadual e as especificidades da formação socioespacial, considerando ainda a atuação dos agentes locais quanto aos interesses político-econômicos para o

desenvolvimento da cidade, como discutiremos com mais propriedade no decorrer desse capítulo e no Capítulo 3. As medidas adotadas em relação ao fortalecimento das cidades de porte médio tinham por objetivo na época em que foram pensadas, eliminar ou minimizar a macrocefalia como característica da urbanização brasileira. No Paraná, a dispersão de cidades e populacional não foi totalmente eliminada. As redes de energia, telecomunicações, as rodovias e ferrovias que interligam as principais cidades do Paraná até ao porto de Paranaguá, não foram suficientes para a promoção do desenvolvimento socioespacial no Centro do estado que se caracteriza segundo os estudos do IPARDES (2004, 2005, 2006, 2008) como uma área sócioeconomicamente crítica e carente de investimentos que revertam essa condição.

As transformações socioespaciais ocasionadas pela desconcentração, ampliação e diversificação das atividades industriais, modernização e capitalização do campo e a urbanização, intensificadas após a década de 1970, propiciaram a reconcentração das atividades econômicas no Paraná que incidiu sobre as cidades selecionadas pelo governo estadual para constituírem os chamados polos de desenvolvimento, sendo estas atualmente as cidades de porte médio com características mais evidentes de desempenho de funções de cidade média.

Tendo em vista a análise sobre cidade média, precisamos considerar que nem todas as cidades que correspondem a essa classificação são necessariamente pólos industriais. Isso também justifica que, independente das diferenças apresentadas em relação às outras cidades paranaenses apresentadas, Guarapuava constitui possibilidade de estudos quanto ao desempenho de funções de cidade média na região.

Essa nova lógica, ampliada do fim da década de 1990 em diante, favoreceu a atribuição de novos papéis às cidades médias diferenciando-as ainda mais, e tornando sua análise mais complexa. Uma das dificuldades inerentes aos estudos sobre cidades médias consiste em sua definição além do parâmetro demográfico.

Em função da proliferação do número de cidades médias no Brasil, sobretudo, em virtude das políticas de governo empreendidas entre 1970 e 1980, da migração campo/cidade e da ampliação das atividades econômicas (indústria, comércio, serviços), nas décadas ulteriores, intensificam-se as pesquisas sobre essa categoria de cidade.

Além das preocupações relativas à diminuição do fluxo de pessoas para as capitais e às principais metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro), tais cidades adquirem importância

com a intensificação das suas funções econômicas referentes à indústria, ao comércio e à prestação de serviços. Essas cidades realizam ligações com as metrópoles nacionais podendo, ainda, por meio das trocas e interações espaciais, dinamizar economicamente núcleos menores de localização próxima, principalmente em áreas de menor dinamismo social e econômico, desempenhando, assim, a função de cidades médias.

2.1 Problematizações e estudos sobre cidades de porte médio e médias no Brasil

As cidades de porte médio, além de fazerem parte de planos de governo, continuaram como objeto de preocupação, sendo estudadas por outros profissionais no campo das pesquisas científicas; entre estes, geógrafos brasileiros têm se dedicado à investigação e publicações sobre o tema.

Diversos trabalhos como os de Santos (1993, 1997), Amorim Filho (1976), Amorim Filho, Serra (2001), Soares (2000, 2005, 2007), Pontes (2000, 2001) Sposito (2001, 2007), Andrade e Lodder (1979), Andrade e Serra (2001), Steinberger e Bruna (2001), dentre outros, têm estimulado debates sobre as cidades de porte médio e sobre cidades médias no intuito de compreendê-las e contribuir com pesquisas empíricas com reflexões teórico-metodológicas que destas partam. Tais trabalhos abrem espaço tanto para uma necessária distinção das cidades de porte médio das cidades médias quanto para as particularidades observáveis em cada cidade que se encontre num dado patamar demográfico ou numa dada situação de intermediação.

Nos anos da década de 1970, Andrade e Lodder (1979) definiram como critério norteador para o tamanho das cidades o número de habitantes considerando: pequenas até 50 mil habitantes; porte médio de 50 mil a 250 mil habitantes, grandes de 250 mil a 2 milhões de habitantes, metrópoles, acima de 2 milhões de habitantes. Em estudo mais recente, Andrade & Serra (2001, p.129) adotaram parâmetros demográficos mais amplos para a definição de cidades de porte médio, ao considerarem centros com população entre 50 e 500 mil habitantes divididos em cidades com população entre “50 a 100mil, 100 a 250 mil e 250 a 500 mil habitantes”, não fazendo exceção entre cidades com posições distintas na rede urbana e trabalhando, inclusive, com aquelas inseridas em regiões metropolitanas.

Amorim Filho e Serra (2001) tomaram para os estudos o critério do tamanho demográfico, considerando como cidades de tamanho médio aquelas com população urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes. Essa é também a definição adotada pelo IBGE,

desde 1990. Para a PNCCPM, no momento de sua implantação, na década de 1970, as cidades consideradas de porte médio eram aquelas aglomerações com população entre 50 mil a 250 mil habitantes.

Além da dificuldade de definição de um parâmetro demográfico para a cidade de porte médio, outra questão relevante em torno dessas cidades incide no emprego da terminologia cidade média em referência à cidade de porte médio. Soares (2005, p.2) destaca a diferença entre ambas, esclarecendo que “[...] as diferenças entre cidades de porte médio, que considera o tamanho demográfico, e cidades médias, regionais ou intermediárias, cuja compreensão passa por um caminho metodológico mais complexo, tendo em vista seu caráter funcional, influência regional, existência de equipamentos urbanos e políticas públicas de preservação, entre outros”.

A cidade média exige mais que o número de habitante para sua definição e o emprego desse parâmetro para defini-la, além de insuficiente, pode representar equívocos uma vez que, algumas cidades [...], com número inferior de habitantes, podem exercer funções de cidades médias em regiões menos desenvolvidas e urbanizadas (AMORIM FILHO; BUENO; ABREU, 1982, p.35); assim, nem sempre uma cidade de porte médio é uma cidade média e da mesma forma uma cidade média não necessariamente deve apresentar porte médio no sentido demográfico.

Para qualificar uma cidade como média, além do tamanho populacional, deve-se observar o papel que a mesma desempenha na rede urbana regional e em outras escalas da rede, sua funcionalidade urbana (indústrias, comércio e serviços), a relação com a região onde está situada, a complexidade de equipamentos urbanos e a infraestrutura. A qualidade de vida oferecida por uma cidade média reflete a singularidade que esta possui ao concentrar características tanto de pequenas cidades como de grandes (SANTOS, 1997). A oferta de bens e serviços associada a fatores como segurança e qualidade ambiental são importantes indicadores que auxiliam na classificação de uma cidade média.

Para Sposito (2001), existem outros indicadores importantes para a definição de cidade média; conforme a autora, pode-se caracterizar as cidades médias afirmando que,

a classificação delas, pelo enfoque funcional, sempre esteve associada à definição de seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a produção na estruturação dos fluxos que definem o papel intermediário dessas cidades. (SPOSITO, 2001, p.635)

Nesse sentido, além dos dados secundários as pesquisas empíricas são imprescindíveis para a obtenção de informações referentes ao consumo e que demonstrem as interações espaciais, sejam materiais ou imateriais, estabelecidas no âmbito da rede urbana. As redes urbanas redefiniram a inter-relação entre as cidades, inserindo-as dentro de uma escala de importância, sendo que cada cidade se constitui numa “função” (Santos, 1996) dentro da rede, função diferenciada, já que as redes apresentam desigualdade em sua formação e uso.

O aumento do número de cidades de porte médio no Brasil coincidiu com o período em que se fortaleceu o processo industrial e se constituiu um mercado consumidor a partir do Sudeste, tendo como marco cronológico a década de 1970. Com a expansão e intensificação do meio técnico-científico-informacional, o papel dessas cidades foi ampliado, assim como a rede urbana tornou-se mais difusa e complexa, permitindo a ampliação das interações espaciais entre as redes de cidades por meio da circulação, possibilitada pela telecomunicação e transporte, incidindo em novas, multidirecionadas e intensas redes de fluxos.

Reafirmamos que isso não significa que todas as cidades apresentaram essas transformações em igual intensidade, mas, certamente, essas reestruturações causaram alterações significativas não somente no padrão de acumulação como também na organização espacial. Houve repercussão sobre o processo de urbanização no âmbito da rede e conseqüentemente no arranjo da hierarquia urbana, que não se define por um padrão rígido, fato que torna ainda mais complexo o estabelecimento de critérios, os encaminhamentos metodológicos e a definição conceitual de cidade média por critérios além do demográfico, que inserem atributos qualitativos à análise.

Nessa perspectiva de discussão Amorim Filho e Serra (2001) apontam três grandes problemas geográficos e socioeconômico, que, entre outros, estiveram na raiz da preocupação com o tema das médias e pequenas cidades na década de 1970:

a exacerbção de problemas de desequilíbrios urbano-regionais, o agravamento das condições de qualidade de vida nas grandes aglomerações urbanas, bem como um aumento acelerado dos problemas sociais aí verificados; a frágil organização hierárquica das cidades e, obviamente, o fluxo insuficiente das informações e das relações socioeconômicas nas redes urbanas da maior parte dos países do mundo, com reflexos negativos sobre o funcionamento dos sistemas político-econômicos. (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p.5)

Frente ao contexto apresentado pelos autores, e a partir das intervenções governamentais por meio do PNCCPM no Brasil, na década de 1970, e das mudanças socioeconômica internacional e nacional houve o estímulo às redefinições territoriais. Assim, na década de 1990, renasceu fortemente o interesse pelas cidades médias, não mais apenas como concentradoras de população constituindo barreira aos fluxos demográficos em direção às metrópoles e capitais, mas, com funções mais complexas na região ou na rede urbana de que fazem parte.

Em virtude de preocupações quanto à definição das cidades médias, Amorim Filho (2001, p.9) reforça que as cidades médias devem manter “interações, constantes e duradouras, com seu espaço regional e com as aglomerações urbanas de hierarquia superior, como também tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque largo de bens e serviços à sua área de polarização”. O referido autor salienta, ainda, as diferenças em definições a partir do critério demográfico entre países da América Latina e outros distribuídos mundialmente.

Para Pontes (2000 e 2001), o papel das denominadas cidades médias ou intermediárias na organização urbana está sofrendo profundas transformações, tendo em vista o atual ambiente da globalização. Essas transformações dizem respeito ao notável incremento populacional e econômico que tais cidades vêm apresentando, refletindo quase que simultaneamente nos mais altos padrões de vida por elas apresentados.

No entanto, quando se trata de empreender uma pesquisa sobre cidades médias, estabelecem-se algumas variáveis norteadoras da análise como as que denotam a intensidade de fluxos ou intensidade de demanda; a extensão ou alcance espacial da áreas de influência de cada cidade e a disponibilidade de equipamentos funcionais, como verificado em pesquisa sobre a repercussão das mudanças no processo produtivo capitalista sob as cidades médias nordestinas (PONTES, 2006, p. 336-337). Na proposta, a autora emprega variáveis do IBGE, 2000 que referiam-se a bens e serviços de:

Baixa complexidade: produtos para a agricultura e pecuária (sacaria e arame farpado, inseticidas e ferramentas agrícolas; ferragens e louças em geral; aparelhos eletrodomésticos em geral, filmes fotográficos e serviços de revelação, móveis estofados, automóveis novos, óculos com receita médica, hospital geral, público e privado, laboratórios de análise clínica, (pertencentes ou não a hospitais), cirurgiões dentistas, agências bancárias, serviço gráficos (impressos em geral); serviços de contabilidade e de advocacia; **Média e elevada complexidade:** tratores e arados mecânicos e seus acessórios, caminhões novos, aviões de

pequeno porte, motores e bombas hidráulicas em geral, serviços autorizados em eletroeletrônicos (conserto de videocassetes, aparelhos de som, filmadoras e fornos de micro ondas), persianas, cortinas e tapetes, pratarias, cristais e objetos de decoração, artigos importados (perfumes, bebidas e eletroeletrônicos), instrumentos musicais, móveis para escritórios, máquinas de escrever (manual, elétrica e eletrônica, computadores, microcomputadores e periféricos, médico pediatra, oftalmologista, cardiologista, oncologista e/ou nefrologista, cirurgias especializadas (de olhos, cardiovasculares, neurocirurgias e transplantes), serviços especializados de saúde (tomografia computadorizada, medicina nuclear e hemodiálise), equipamentos e instrumentos médico-cirúrgicos, serviços de ortodontia, material e equipamentos para dentistas, oxigênio para hospitais, instrumentos ópticos de precisão (binóculos, lupas, microscópios entre outros), agências de turismo (incluindo compra e venda de passagens aéreas e terrestres), escritórios e agências de publicidade (não incluindo serviços de propaganda volante e de auto-falantes), serviços de engenharia (não incluindo reformas e construções residenciais), escritório de consultoria e planejamento, cursos de nível superior (terceiro grau), cursos de pós-graduação (somente mestrado e doutorado) e livros técnicos e/ou importados. (IBGE, 2000, p.21-22)

A diversificação do consumo, conforme exposto acima, constitui as cidades médias em lugares ideais para a localização de serviços, distribuição de bens e terceirização de tarefas, atividades que exigem uma mão-de-obra mais especializada. Desse modo, as cidades médias estão se tornando, dado o ritmo de seu crescimento, o local de concentração da técnica e do trabalho intelectual, atividades necessárias para o desenvolvimento da economia de sua região, de sua hinterlândia (CORRÊA, 2007).

Nesse contexto, Santos e Silveira (2001) acrescentam que as cidades médias são atrativas para grandes fluxos das classes médias, enquanto as metrópoles continuarão a receber os pobres e os despreparados, embora as mesmas, também, continuem atraindo a riqueza, mesmo porque permanecem concentrando as atividades de gestão do território. No entanto, cidades médias, segundo suas especificidades socioespaciais, também consistem em ponto de atração das pessoas desfavorecidas e passam a apresentar problemas socioambientais, de segurança e habitabilidade, como as grandes cidades.

Sobre a complexidade que envolve tal objeto, Sposito (2001, p.632) enfatiza a situação geográfica como um dos elementos determinantes dos papéis desempenhados pelas cidades médias na rede urbana, quanto ao consumo, e que tal situação, “dependerá das infraestruturas que articulam cada cidade média a diferentes sistemas de circulação ou às redes de comunicação que possibilitam o consumo à distância.” Por isso, a

modernização da estrutura de transportes e comunicações é primordial para uma cidade intermediária exercer os papéis que a caracterizam, permitindo a sobreposição de redes, o movimento dos fluxos independente de uma hierarquia rígida e a locomoção de pessoas para consumir determinados bens e serviços.

Outras questões referentes à localização geográfica devem ser considerados, como o isolamento ou a proximidade com outros centros urbanos de maior centralidade. O isolamento em uma determinada região, por exemplo, pode tanto estimular quanto dificultar sua atuação como cidade média. Por um lado, o estímulo acontece quando a cidade consiste no principal centro de atração da população de seu entorno e, além disso, desenvolve atividades econômicas que atendam a contento essa população.

Por outro, o isolamento acarreta em dificuldade quando a urbe não apresenta uma dinâmica econômica que a torne atrativa para seu entorno e competitiva com outros centros, mesmo que distantes. Também quando o contexto em que está inserida apresenta características socioeconômicas que limitam a capacidade de consumo dos habitantes como baixo IDH, atividades econômicas com menor geração de empregos e valor de mercado.

A cidade, nesse sentido, tem sua capacidade de atuação limitada se estiver sob a influência direta ou indireta de uma metrópole nacional, metrópole regional, de uma capital estadual ou se posicionar próxima a uma importante cidade com melhor infraestrutura em serviços e oferta de bens, exercendo, assim, maior centralidade na rede urbana.

Portanto, a classificação de uma cidade média envolve questões como: o tamanho demográfico, a formação socioespacial, a localização geográfica, a oferta de bens e serviços, o setor industrial desenvolvido com atividades voltadas para segmentos modernos da economia, população com potencial de consumo, infraestrutura em redes modernas de transportes, telecomunicações, equipamentos urbanos como *shoppings centers*, super e hipermercados, estabelecimentos de ensino superior e pós-graduação, índices favoráveis às questões de segurança e qualidade ambiental.

Acrescentamos ainda que a existência de infraestrutura em transportes e comunicação pouco contribui para o desenvolvimento socioespacial se não for utilizada, ou seja, se a população residente nesse dado recorte, devido ao poder aquisitivo, tiver a frequência de deslocamentos e de consumo inviabilizados. A referida autora enfatiza ainda que a importância de uma cidade média “tinha e, ainda tem, relação direta com a área sobre

a qual ela é capaz de exercer influência, [...] ou a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços” (SPOSITO *et al*, 2007, p. 37).

Dessa maneira, entendemos que uma cidade de porte médio localizada numa região com predominância de pequenos centros locais com menos de 50 mil habitantes, caracterizada como uma região socialmente crítica e economicamente inexpressiva, depara-se com limitações significativas para a atuação como cidade média. Mesmo polarizando alguns serviços como saúde e educação, a oferta de bens e serviços fica restrita aos padrões de consumo de sua população e do seu entorno.

Um setor industrial reduzido e atividades ligadas à exploração vegetal e a segmentos tradicionais, madeira, papel, alimentos, bebidas, diminui a possibilidade de geração de empregos formais e de riquezas para o município. Embora em menor quantidade, os grupos sociais de maior poder aquisitivo existentes, como os servidores públicos, comerciantes e a própria elite política e econômica, favorecidos pelas redes de transportes, podem optar pelo deslocamento a centros maiores e melhor equipados para satisfação de suas necessidades ou desejos concernentes ao lazer, serviços especializados e aquisição de mercadorias mais sofisticadas.

Ao mesmo tempo, por meio da comunicação virtual, acessar mercados *on line* evitando o deslocamento material, atribuindo novo sentido a relação espaço-tempo. Segundo Sposito (2001, p.630),

Podemos concluir que as relações, com base nas quais se considera a situação geográfica de uma cidade estão, na atualidade, medidas por duas escalas – a das distâncias espaciais e a da conectividade que as redes de transmissão de informações possibilitam – expressando a indubitável indissociação entre espaço e tempo.

Portanto, destaca-se como característica ímpar das cidades médias a capacidade de exercer função articuladora com a demanda regional, resultando numa necessidade metodológica a consideração tanto da continuidade quanto da contiguidade (SPOSITO *et al*, 2007), definida pelas interações materiais e imateriais. Nesse sentido, entre cada cidade média existem singularidades no espaço e no tempo em que se localizam (SOARES, 1999, SPOSITO, 2007), levando à diferenciação de papéis e função na rede urbana.

No tocante à funcionalidade, essas cidades são caracterizadas pelos processos de especialização funcional e produtiva, como aponta Silveira (2002, p.14), “as cidades

médias parecem consagradas a desenvolver uma alta e competitiva especialização funcional.” Tal processo de especialização, criado internamente ou induzido de fora, confere às cidades médias uma particularidade funcional.

No contexto da globalização econômica, segundo Santos e Silveira (2001, p. 281), as cidades, sobretudo, as médias, “constituem cada vez mais, uma ponte entre o global e o local, em vista das necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações”.

A integração espacial de tais cidades foi incrementada, tanto com seu espaço contíguo, assegurando hierarquizações como centros regionais, quanto com cidades de hierarquia superior, em decorrência das especializações produtivas, que impuseram complementaridades regionais e nacionais, resultando no surgimento de uma rede de relações, marcada tanto pela contiguidade como pela descontiguidade territorial (SANTOS, SILVEIRA, 2001).

A desconcentração das atividades industriais para as cidades médias tem revelado que essa categoria de cidade passou a receber unidades de produção de grupos capitalizados, sobretudo, aquelas que podem associar uma boa qualidade de vida a mercados complexos, sendo assim, atrativos para profissionais qualificados (SPOSITO, 2001). Sobre a construção do objeto de estudo denominado cidade média, para Corrêa (2007, p.23), ainda, “trata-se de uma expressão vaga, aberta a múltiplos significados e impregnada do idealismo que a concebe como um ideal a ser alcançado, apresentando as vantagens da pequena cidade sem ter, contudo, as desvantagens das grandes”; por tais motivos, a noção é de difícil conceituação.

Com diversos trabalhos dedicados à rede urbana, as considerações de Corrêa (2007) apontam para a idéia de se pensar a cidade média a partir da rede urbana, na qual ela pode ser vista como um importante nó, indicando, contudo, a relevância do tema que emerge com a idéia de desconcentração em diversos países, entre eles, o Brasil.

Essa realidade criou perspectivas para abertura e avanço de pesquisas e produções científicas sobre a temática, principalmente porque o autor aponta alguns elementos para a construção do quadro teórico e metodológico sobre as cidades médias, dentre os quais destaca três elementos essenciais:

A elite empreendedora: entendendo que é a elite empreendedora que marca a diferença com outras cidades com a mesma dimensão demográfica, porque é ela que estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores de atividade com as grandes cidades e centros metropolitanos. O autor orienta a buscar a origem e a natureza dessa elite afim de entender as intenções e o movimento que conduz a dinâmica da cidade em seu contexto regional; **A localização relativa:** verificar a função hierárquica da cidade média, se essa localização é expressiva constituindo um foco de vias de circulação e tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços. Se a localização é herança do passado, resultado de um modo mais atrasado de circulação ou é parte de empreendimentos realizados por um grupo social que, tornava-se elite ou reforçava essa posição. **As interações espaciais:** se estas são intensas, complexas, multidirecionais, e marcadas por multiescalaridades. Por meio dela, a cidade média, conecta-se à rede global de cidades e interações, ainda que outras interações sejam controladas por grupos externos. As interações extra-regionais são decisivas para a identificação de uma cidade média, distinguindo-a de uma usual capital regional. [...] admite-se ser necessário estabelecer as diferenças entre as interações regionais e extra-regionais, assim como as conexões entre ambas, diferenças associadas à natureza dos bens e serviços, agentes e mercados envolvidos. Admite-se que o tema das interações espaciais constitua um dos mais fecundos para a construção de um quadro teórico sobre a cidade média. (CORRÊA, 2007, p.29-30) [grifo nosso]

Para o referido autor, as possibilidades de estudo sobre as cidades médias apontam para uma pluralidade de elementos a serem considerados; em primeiro lugar, para a identificação destes núcleos e, em segundo, dos papéis por eles desempenhados na rede urbana. Diante das investidas para a construção de um arcabouço teórico e metodológico para estudo das cidades médias e de toda a complexidade que envolve tal tarefa, Corrêa (2007) indaga sobre o caráter transitório sugerido por essa posição intermediária, questionando sobre como essa categoria de cidade reagirá, “à medida em que o processo de concentração capitalista prossegue, não estarão as cidades médias, assim conceitualizadas, destinadas a desaparecer” (CORRÊA, 2007, p. 25).

Sobre essa pertinente preocupação apresentada pelo autor, pode-se ressaltar também que nem toda cidade pequena tornar-se-á média, ou grande e, do mesmo modo, nem toda a cidade média, necessariamente, tornar-se-á grande, podendo permanecer média por vários fatores, dentre eles, os padrões de atividades nela desenvolvidos, a atuação dos agentes socioeconômicos, ou da elite empreendedora, como menciona o autor.

Diante da problemática exposta em relação aos parâmetros demográficos na definição de uma cidade de porte médio e quanto à classificação de cidades médias, apresentamos as seguintes considerações:

Em primeiro lugar, em relação à cidade de porte médio, o parâmetro populacional de 100 mil habitantes parece pertinente para grande parte do território nacional em função da crescente dinâmica populacional e econômica e do aumento do número de cidades com esse contingente populacional. Como afirma Santos (1993,p.73), a partir dos anos 70,

a expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos meios de transportes, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades, e que somente nas áreas mais atrasadas é que tais funções são exercidas por núcleos menores.

Assim como Santos (1993), as pesquisas do IBGE (1966, 1978, 1993, 2007) sobre a rede de cidades também ressaltam o aumento no número de cidades com mais de 100 mil habitantes no país, considerando esse número de habitantes na definição de uma cidade de porte médio.

No entanto, não deve prevalecer uma rigidez nessa definição, havendo que se considerar que existem contrastes na configuração da rede urbana brasileira com áreas em que a distribuição do número de cidades com mais de 100 mil habitantes é rarefeita, com poucos centros regionais, como na região Norte e no interior de outras regiões, como o Nordeste e Centro Oeste do Brasil. Nesses casos, cidades com menor número de população podem ser a referência regional, consideradas de porte médio entre as demais cidades menores e a capital.

Também, no que se refere à classificação das cidades como médias, deve-se levar em conta os aspectos referentes às interações espaciais e articulação à rede urbana, bem como, à capacidade de oferta de bens e serviços que atendam a sua população e do seu entorno regional, podendo, inclusive, estender a outras escalas o alcance de suas funções.

Amorim e Serra (2001) acrescentam que uma cidade média não é média, ela está média em uma determinada situação e em um contexto específico. Essa posição na rede urbana pode permanecer estável, bem como elevar à categoria de cidade grande agregando funções e população ou diminuir a importância com a perda de expressividade econômica, que pode acontecer acompanhada de perda de população.

Assim, determinados contextos não chegam a permitir a configuração de uma cidade média, alcançando apenas o porte médio. Mesmo em áreas com cidades espacialmente mais isoladas umas das outras, a função de articuladoras em “eixos ou corredores de desenvolvimento” é imprescindível para exercer papel de cidade média na rede urbana (AMORIM e SERRA, 2001), sendo imprescindível também a existência da rede urbana (CORRÊA, 2007), na qual e por meio da qual a cidade desenvolve seus papéis de cidade média.

O processo de formação socioespacial com ênfase aos agentes sociais, às representações políticas e às atividades econômicas predominantes no decorrer do tempo contribuem para a compreensão sobre os fatores que colaboram para o entendimento dos elementos que favorecem o desempenho ou não de funções de cidade média no contexto regional.

Devido à dificuldade de conceituação das cidades médias, tal objeto de estudo segue sendo tratado apenas como noção. Os argumentos aqui apresentados, referentes à adoção de parâmetros demográficos na definição das cidades de porte médio, às diferenças entre cidade de porte médio e cidade média e aos elementos que qualificam as cidades médias, contribuíram para a fundamentação teórica e para o estabelecimento de critérios metodológicos para a realização de estudos sobre cidades médias.

Tendo em vista os objetivos de nossa pesquisa essas informações foram consideradas juntamente com o processo de formação socioespacial e a proposta da ReCiMe para estudos sobre cidades médias.

2.2 Gênese e desenvolvimento da base social e produtiva: eventos e agentes na produção do espaço



Antes de tratarmos sobre a cidade atual analisada a luz da metodologia para estudos sobre cidades médias e por meio de dados e informações sobre sua dinâmica intraurbana, e verificarmos o nível de interação espacial que esta realiza com outras cidades, apresentamos um quadro de periodização com os principais processos e agentes que contribuíram para a formação socioespacial de Guarapuava no contexto regional.

As informações consideradas no Quadro 15, têm por objetivo evidenciar as principais transformações espaciais ocorridas no decorrer do tempo que contribuíram para

produção e a interação entre sociedade e espaço sob influências político-econômicas, oriundas de outras escalas, articulando-se às práticas locais.

Conforme Santos e Silveira (2001, p.20), “cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do estado e da Nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais.”

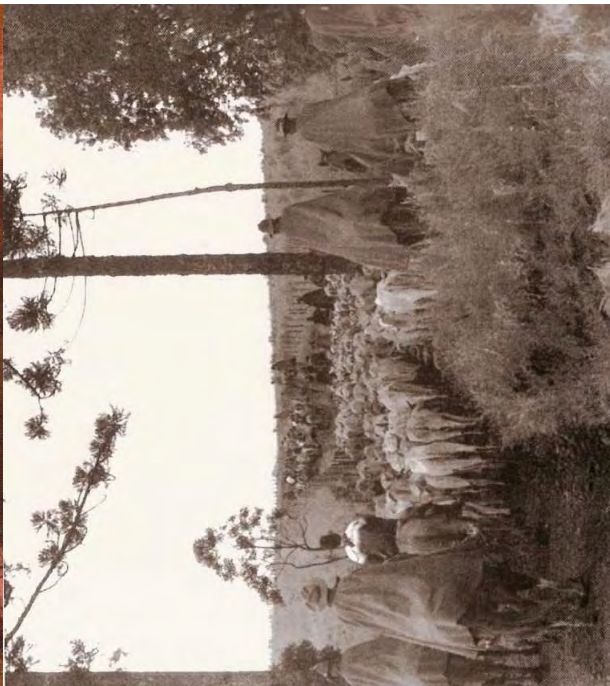
Quadro 15: Períodos, processos e agentes relevantes na formação socioespacial de Guarapuava-PR

Período	Processos e agentes	Resultados Socioespaciais	Imagens
1808	Proteção e manutenção dos limites territoriais, o comércio de animais, muare, cavalos e vacunos, a conquista e acumulação de terras; D. João VI; Afonso Botelho Diogo Pinto de Azevedo, Padre Francisco Chagas de Lima, fazendeiros dos Campos de Curitiba e Gerais, homens, mulheres e crianças, pessoas pobres, escravos, degredados e criadores de gado pertencentes à oligarquia dos Campos Gerais e de Curitiba; indígenas	Excursão em direção aos Campos de Guarapuava, enfrentamento com os nativos da região	
1810	Expulsão, aculturação e escravização de indígenas, distribuição de sesmarias na localidade para os indivíduos que se dispusessem a povoar a região; Afonso Botelho, Diogo Pinto de Azevedo, Padre Francisco Chagas de Lima, posseiros, sesmeiros, famílias e indígenas	Conflito com nativos, ocupação dos Campos de Guarapuava, construção do Fortim Atalaia e expansão dos ideais da sociedade campeira	
1816	Descoberta do caminho das missões Jesuítas, indígenas e tropeiros	Ligação entre Guarapuava, Rio Grande do Sul e a feira de Sorocaba	
1818	Doação de sesmarias; D. João VI, sesmeiros e respectivas famílias	Ocupação oficial de 6 sesmarias, porque dois sesmeiros não se dispuseram a enfrentar as adversidades da região.	
1819	Elaboração urbanística da cidade, Padre Chagas e líderes da expedição	Fundação da Freguesia Nossa Senhora de Belém	
1820	Ocupação das sesmarias; Fazendeiros dos Campos de Palmeira: Antonio da Rocha Loures e Manuel Mendes de Araujo, tio de Antonio de Sá e Camargo, o Visconde de Guarapuava.	Efetivação da posse das terras	

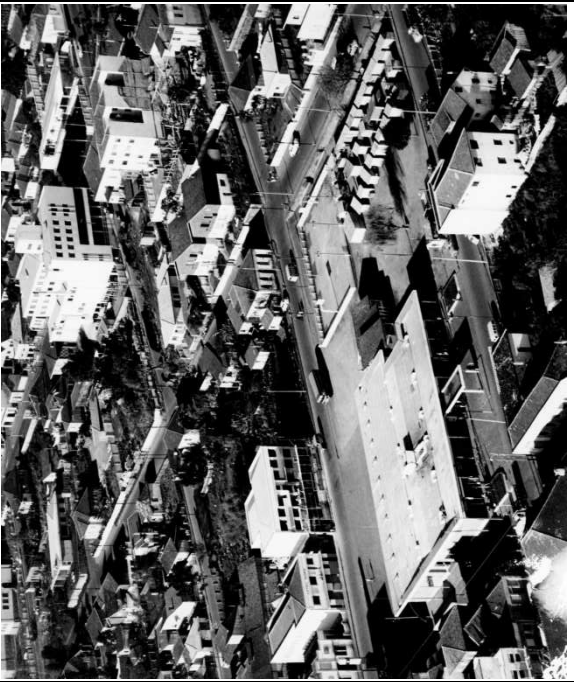
De 1830 ao final do século XIX

Atender ao mercado interno; Estabelecer uma ordem social local; manutenção dos interesses da elite campeira; a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado; manter-se vivos e superar as adversidades naturais e sociais; Desenvolver políticas voltadas aos interesses internos à Guaranuava e ao Estado, transporte de mercadorias por trem; desenvolvimento de atividades com base no trabalho escravo e na criação do gado. Senhores e escravos; controle administrativo e político exercido, na maioria das vezes, pelo proprietário, o que aumentava o seu poder privado e o arbítrio desses senhores; apropriação e monopólio dos cargos públicos pelos membros da elite campeira; sucessão hereditária; pouca separação entre o público e o privado; Regras e ordens sociais; indígena; degredados enviados para cumprirem penas na região; escravos para cuidarem dos rebanhos de gado e mear e também dos serviços domésticos; soldados para a defesa da Vila; jornaleiros para trabalharem na abertura dos caminhos; carpinteiros para trabalharem na construção das casas; e os fazendeiros criadores de gado e tropeiros; elevação à categoria de vila em 1852, emancipação política da Província do Paraná em 1853; aumento das linhas férreas em São Paulo; elevação à categoria de cidade (1871); enfraquecimento da atividade tropeira.

Origem de uma organização política eminentemente privatista e doméstica; grande extensão territorial, rarefação da população e grandes distâncias que separavam o interior e a sede do governo; isolamento e sentimento de posse sobre o espaço e controle sobre a sociedade por parte da elite local; posse e manutenção do poder restrito às famílias de origem; formação do grupo social coletivo e a convivência próxima, margem ao sentimento de restrição ao estrangeiro no sentido de pessoas externas ao grupo; expansão da produção de erva mate e do comércio de animais; enfraquecimento do poder econômico da elite campeira;



<p>Início do século XX à década de 1970</p>	<p>Inauguração da iluminação pública na cidade (1912); criação de leis para regulamentare o domínio da terra urbana, embora, as antigas formas de concessão tenham continuado(1917); Proibição de construção das casas de madeira no perímetro urbano (1925); Abertura da estrada tropeira ligando Guarapuava ao Mato Grosso (1918); Não reinvestimento de capital na atividade pecuária; Baixa qualidade dos rebanhos e pastagens naturais empobrecidas; isolamento da região pela falta de boas estradas para o deslocamento do gado; a crise de 1929; ausência de alternativas econômicas; chegada da energia elétrica; chegada do trem em 1954; novo contingente populacional entre eles: italianos, alemães, poloneses, árabes, sírios libaneses, entre outros, alguns ocuparam as matas com a produção agrícola e outros estabeleceram-se na cidade; chegada do trem em Guarapuava; Instalação de um posto telefônico (1954); Estabelecimento de uma rede urbana de telefonia com mesa de comunicação (1956); Construção do Corpo de Bombeiros (1956); substituição dos antigos estabelecimentos comerciais urbanos; Construção do aeroporto (1956); Criação da Cia. Força e Luz do Oeste (Empresa de distribuição municipal);ointensificação da exploração e transporte de madeira pelas companhias Southern Lumber & Colonization Co. e a Brazil Railway Company; principal base produtiva vinculada ao atendimento de</p>	<p>Iluminação da área central; predomínio da distribuição de terras urbanas para proprietários rurais; Coexistência de construções residenciais de alvenaria e madeira na cidade; Esgotamento das pastagens e da atividade pecuária; ampliação da exploração da vegetal: erva mate e madeira; comercialização; transformação da madeira em Ponta Grossa; loteamento de propriedades rurais para levantamento de recursos financeiros; Decadência da econômica campeira; Venda de lotes rurais aos migrantes; Possibilidade de comunicação a longas distâncias; Introdução de novas atividades agrícolas com técnicas de manejo do solo mais modernas; Ampliação do núcleo urbano; Emergência da produção agroindustrial; Substituição das antigas residências de madeira e valorização da residência em edifícios, principalmente com construções de até quatro andares; Investimento para implantação da rede de esgoto; Construção de conjuntos habitacionais; Pavimentação de áreas de acesso aos conjuntos</p>	
--	--	--	--

	<p>necessidades do mercado externo; Inauguração da Empresa de Transportes Coletivos urbanos Pérola do Oeste (1964); Instalação da SANEPAR para captação de água (1965); deficientes condições de transporte e comunicação; esgotamento das atividades pecuárias e extrativas (madeira e mate); desintegração de algumas grandes propriedades e a venda em lotes; ampliação da produção agrícola e agroindústrias; reorganização produtiva e de consumo; Intensificação da especulação imobiliária com a retenção de terras para valorização; Plano Nacional de Saneamento (PLANASA); Recursos do BNH e municipal para melhorias urbanas; Criação da SURG (Copanhia de Serviços da Urbanização).</p>	<p>habitacionais e construção de Ginásio de Esportes.</p>	
<p>Fonte: KRUGER(2007); ABREU, A. T.; MARCONDES, G.(1986, 1992); Arquivo Histórico Municipal (2009); SILVA (1995, 2002); MARQUES(2000). Org.: FERREIRA, S. C. 2010.</p>			

Consonante às transformações de ordem política e econômica manifestas no país e estado, Guarapuava, a partir da década de 1970, adentra, segundo suas condições socioeconômicas, às transformações que resultariam na constituição de uma sociedade moderna, pautada na urbanização, na industrialização e no consumo. Essa nova lógica imposta pelo capital seleciona espaços e age na exploração do território e a velocidade de sua reprodução depende das condições socioespaciais que encontra para a realização desse processo.

2.2.1 Guarapuava: produção e reorganização do espaço urbano após 1970

A política agrícola nacional, durante a década de 1970, estimulou a vinda de novos contingentes populacionais para a região de Guarapuava, como os gaúchos, catarinenses e descendentes de japoneses de São Paulo e Norte do Paraná, conforme Marques (2000). Muitos ocuparam áreas de campos nativos da região e passaram a cultivar novos produtos como soja, trigo, aveia, cevada, arroz, batata inglesa.

Essa frente agrícola abriu o caminho para a formação de novos grupos sociais e favoreceu o surgimento de uma população com nível de renda médio mais participante e com maiores percepções de seu espaço social e geográfico, que introduziu hábitos diferentes de consumo e, mais uma vez, uma nova configuração urbana (ABREU, 1986).

Com a ampliação do fluxo migratório, o número de habitantes na área urbana evoluiu de 16.362, em 1960, para 43.264, em 1970, demonstrando um significativo incremento populacional (IBGE, 1970, 1980). A cidade, no entanto, não estava provida de infraestrutura necessária compatível para atender a tal demanda. Nesse momento,

casas de comércio, instituições financeiras e pequenas indústrias passaram a integrar o cenário citadino. Muitas construções foram efetuadas também no centro da cidade, assim como deu-se o alargamento da periferia, criando problemas de infra-estrutura como saneamento e abastecimento de energia elétrica e água. (ABREU, 1986, p. 75)

As condições estruturais internas e externas, da estrada de rodagem principal não favoreceram durante muito tempo o tráfego de caminhões com mercadorias para a cidade e para o escoamento de produtos. A precariedade da Estrada Estratégica, sem pavimentação, aliada às intensas chuvas, fazia com que ela ficasse longos períodos interditada,

repercutindo na economia guarapuavana que, mesmo assim, chegou aos anos de 1970, com expectativa de crescimento (Kruger, 2008).

A condição descrita manteve-se até as primeiras melhorias implantadas com o calçamento, em 1958, e asfaltamento, em 1968, quando passou a chamar Rodovia Federal 277, ligando Curitiba a Foz do Iguaçu e passando por Guarapuava (TEMBIL, 2007). Porém, a rodovia não favoreceu o desenvolvimento econômico, uma vez que a cidade não teve o setor industrial aprimorado, mantendo as tradicionais indústrias, a atividade agrícola e as atividades predatórias. A extensão da rodovia de Curitiba a até Foz do Iguaçu, passando por Guarapuava, proporcionou o incremento industrial e a modernização das atividades comerciais e serviços, que ocorreu em proporção bem mais significativa no Oeste paranaense e passou a se articular com o mercado de Curitiba e ao Porto de Paranaguá pela maior facilidade de acesso.

As políticas estaduais de desenvolvimento nos anos de 1970, estavam voltadas para os três polos, Curitiba e seu entorno, Norte Central com Londrina e Maringá e Oeste com Cascavel. Dessa forma, além da extensão da rodovia, ocorreram investimentos internos para que Cascavel se tornasse um centro urbano com capacidade de atendimento regional, com interações espaciais entre Foz do Iguaçu, Toledo e demais cidades de seu entorno.

Não contemplada pela prioridade de investimentos estaduais e devido suas características socioeconômicas e culturais locais, Guarapuava teve inserção mais lenta ao modelo econômico de desenvolvimento, acentuando o distanciamento com a estrutura dos governos estadual e nacional. A modificação do uso da terra pela agricultura mecanizada, a presença de proprietários não constitutivos da sociedade tradicional campeira, originada na época da ocupação, e a formação da cidade com dedicação às atividades de criação e comércio de animais (cavalos e gado), não representaram uma ampliação do acesso à terra para a população guarapuavana.

Embora tenha sido importante esse processo devido à diversificação social e das culturas agrícola, deu margem para a reconcentração das terras, enquanto a população expropriada e todos os desfavorecidos do rural e do urbano continuaram desprovidos de condições de acesso à terra em função da falta de recursos para adquiri-la e manter uma produção. Em pesquisa realizada junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), sobre os proprietários de terras do município de Guarapuava, Silva (2007) verificou que:

A sociedade tradicional campeira ainda detém a maior parte das terras, com um total de 46,6%; aos descendentes de imigrantes japoneses, italianos, poloneses, ucranianos, alemães e ingleses pertencem 18,26%; 14,68% são dos suábios e; as empresas possuem 20,55% das terras. (SILVA, 2007, p.78)

Os suábios não ultrapassam 2.500 pessoas e são proprietários de uma das empresas, a Cooperativa Agrária, que é grande detentora de terras cultiváveis com mecanização moderna. Portanto, nota-se uma redefinição da propriedade da terra e do poder político econômico sem, contudo, alterar significativamente a condição desprivilegiada em que vivia a maioria da população do município.

A desigualdade social, a concentração da riqueza consolidada no decorrer do tempo têm contribuído para a manutenção da deficiência educacional, limitação do comércio e dos serviços, pouca oferta de empregos formais e dificultam a interação espacial com outras cidades e regiões, assim como, a efetiva diversificação das atividades econômicas.

O processo de modernização agrícola, o aumento do valor da terra e as novas exigências em investimentos equipamentos e insumos para a produção em larga escala, no decorrer da década de 1970 e 1980, representaram para os pequenos proprietários dificuldade de competir no mercado com os produtos da agricultura capitalizada. Os recursos ou equipamentos disponíveis via créditos também restringiram àqueles desprovidos de documentação legal da terra, fato que, devido à forma de ocupação regional, é bastante comum, especialmente entre pequenos proprietários.

Nesse período, ocorreram alterações no sistema de produção tradicional representado por parceiros e meeiros e a expulsão de mão-de-obra com significativa redução, especialmente dos pequenos proprietários cuja, capacidade técnica não permitiu produtividade compatível com o sistema implantado.

Os pequenos proprietários então com dificuldade em utilizar o crédito agrícola permaneciam à margem desse tipo de financiamento, também pelo fato desse crédito ser intermediado pela rede bancária que dava preferência aos agricultores que possuísem um amplo volume de negócios no banco (SILVA, 1995). A mudança nas relações de trabalho no campo refletiram na cidade, que passou a absorver o excedente populacional das propriedades agrícolas mecanizadas; os ex-agricultores somaram-se a outros grupos na formação das periferias urbanas de Guarapuava.

2.2.2 Características intra-urbanas de Guarapuava: da formação à cidade atual

A extensão territorial de Guarapuava representava, na época de sua ocupação inicial, cerca de 49% do território paranaense, sendo aproximadamente 98.044,07 Km². Desde que foi desmembrada de Castro (1818), seu território passou por várias fragmentações, originando diretamente 11 municípios (Quadro 16); a partir destes, novos desmembramentos ocorreram dando origem a um total de 189 municípios.

Quadro 16: Desmembramentos territoriais de Guarapuava-PR (1889-1995)		
Município	Ano desmembramento	Área Reduzida de Guarapuava Km²
Palmas	18/12/1889	22.525,66
Prudentópolis	05/03/1906	2.320,37
Foz do Iguaçu	14/03/1904	19.566,67
Pitanga	30/12/1943	34.287,10
Laranjeiras do Sul	30/11/1946	7.542,45
Inácio Martins	25/07/1960	898,43
Pinhão	18/02/1964	3.017,27
Cantagalo	12/05/1982	1.807,05
Turvo	12/05/1982	936,26
Candói	28/07/1990	1.638,98
Campina do Simão	04/10/1995	450,00
Guarapuava	Atual	3.053,83
Total da área		98.044,07
Fonte: AMERICANO, E. R. (2007) Org.: FERREIRA, S. C. 2009.		

O primeiro desmembramento foi o de Palmas, em 1889, ano em que foi proclamada a República do Brasil, e o último foi Campina do Simão, em 1995, com o país consolidado como urbano e industrial, sob a economia flexível de mercado com a sociedade e o espaço brasileiro sendo gradativamente permeado pela tecnologia da informação (Figura 13).

Pela dimensão espacial e pelo tempo transcorrido, podemos ter uma noção de quão singular é Guarapuava. O contexto da extensão e fragmentação do território e da população em função da grande área resultou na desarticulação socioespacial, dificultando, assim, o fortalecimento econômico do conjunto de cidades da região. A organização inicial do povoamento expressava as normas e regulamentos de concessão de terras, através das ordenações do reino que deveriam atender a todos os núcleos urbanos nascentes e a

qualquer realidade. A Igreja Católica, representante da religião oficial, agregada ao poder do Estado, determinava minuciosamente as ordenanças da sede do novo povoamento.

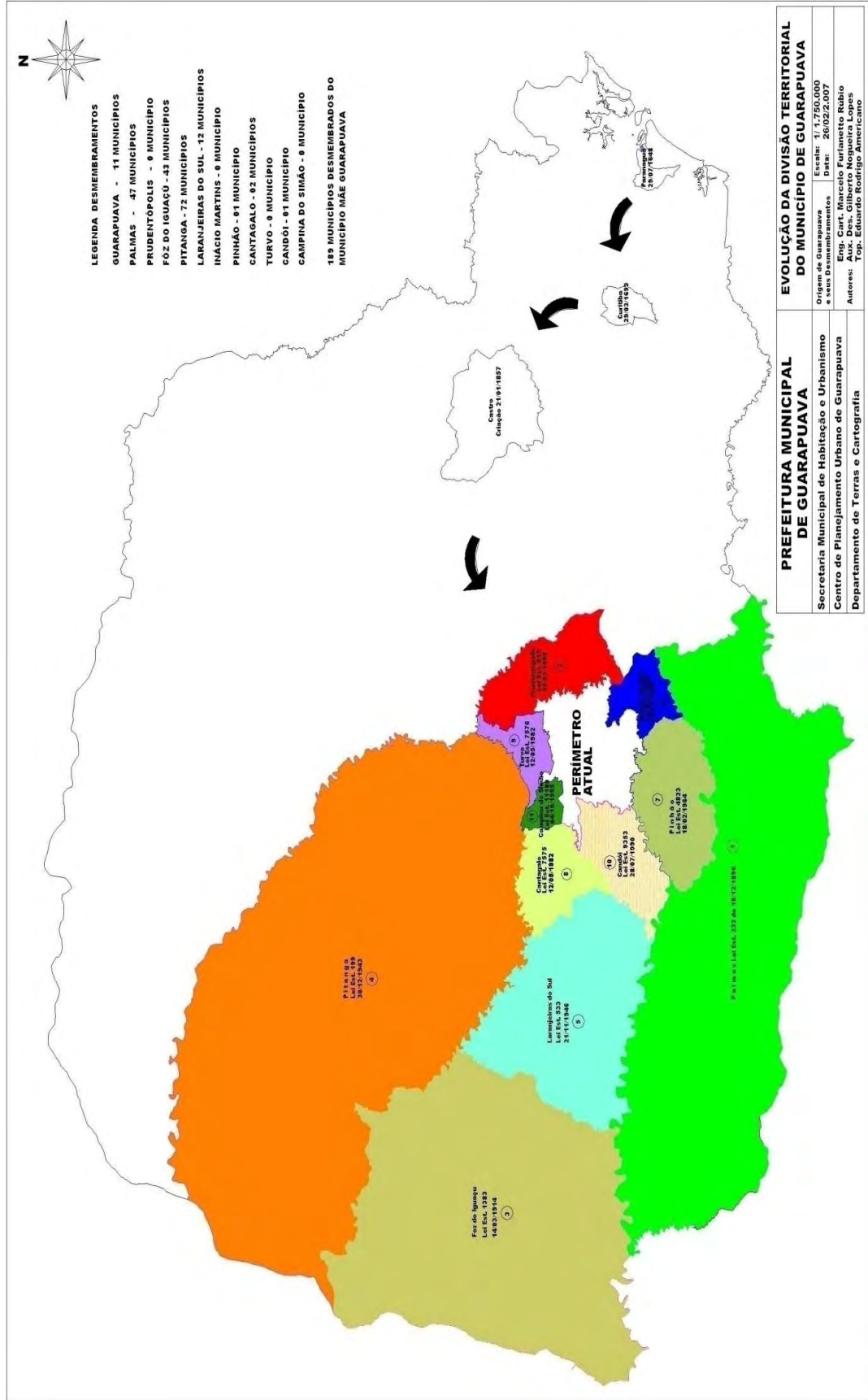
A autonomia municipal adquirida com a elevação da Freguesia à condição de Vila ocorreu em 1849, com a instalação da Câmara Municipal numa conjuntura de apogeu da atividade tropeira na região. Em 1871, recebeu os foros de cidade. Os símbolos dessa autonomia eram dois monumentos importantes, o prédio da Câmara Municipal e a Cadeia Pública, que se integravam ao templo pré-existente e compunham o quadro de símbolos que caracterizaram um local privilegiado, a área principal e mais prestigiada da cidade.

A expansão e adensamento do núcleo inicial deu-se em torno desses marcos centrais, todos eles localizados em privilegiado ponto topográfico. Com o advento da República e a separação entre o Estado e a Igreja, esta perdeu suas antigas funções e prerrogativas no espaço urbano sem, contudo, perder a localização e as propriedades já adquiridas. O sistema de distribuição de terras na cidade, no período da ocupação, com o parcelamento do solo influenciou na organização do espaço urbano, pois o poder religioso era quem delimitava e ordenava quem construía e onde. Os religiosos exerciam papel de agentes do governo, pois, com a distância e ausência de cartórios, eram eles quem faziam os registros das posses dos lotes.

Com a elevação à condição de Vila, novas exigências sobrevieram aos líderes locais, pois as áreas urbanas deveriam ser melhor organizadas, sob a perspectiva de aumento populacional e de expansão urbana. Enquanto Vila, a organização urbana tinha em suas imediações um "logradouro público" que comumente foi chamado de "rossio" e era utilizado coletivamente como pasto, mas, servia de reserva urbana para o crescimento da cidade.

A partir de 1850, já vigorava no Brasil a Lei de Terras para a aquisição de novos lotes somente pela compra e não mais por doação. Entretanto, em Guarapuava as doações seguiram sob moldes nada equitativos, uma vez que o critério adotado para a doação era que o receptor do lote já fosse proprietário rural. A justificativa histórica dessa manobra era de que o futuro proprietário de terra urbana tivesse condições de cuidar do terreno.

Figura13: Perímetro atual de Guarapuava e municípios desmembrados



A Figura 14 esboça o traçado urbano e a distribuição de alguns dos principais estabelecimentos de comércio e serviços da cidade até a década de 1950. Segundo Silva (1995, p.89), o domínio da posse no meio rural e no urbano eram distintos:

os concessionários que obtinham tanto as "datas", concessões de solo urbano, como as "sesmarias", concessões de solo rural, tinham obrigações de beneficiar o chão obtido e corriam o risco de perdê-las caso não as cumprissem em prazo determinado. Só que as cessões do solo urbano eram gratuitas e as sesmarias estavam sujeitas formalmente ao dízimo para a "Ordem de Cristo". Qualquer cessionário de uma sesmaria poderia requerer um chão urbano. Era comum nas sedes municipais os fazendeiros terem uma segunda habitação, mas sua residência principal estava na fazenda cercada dos peões e agregados.

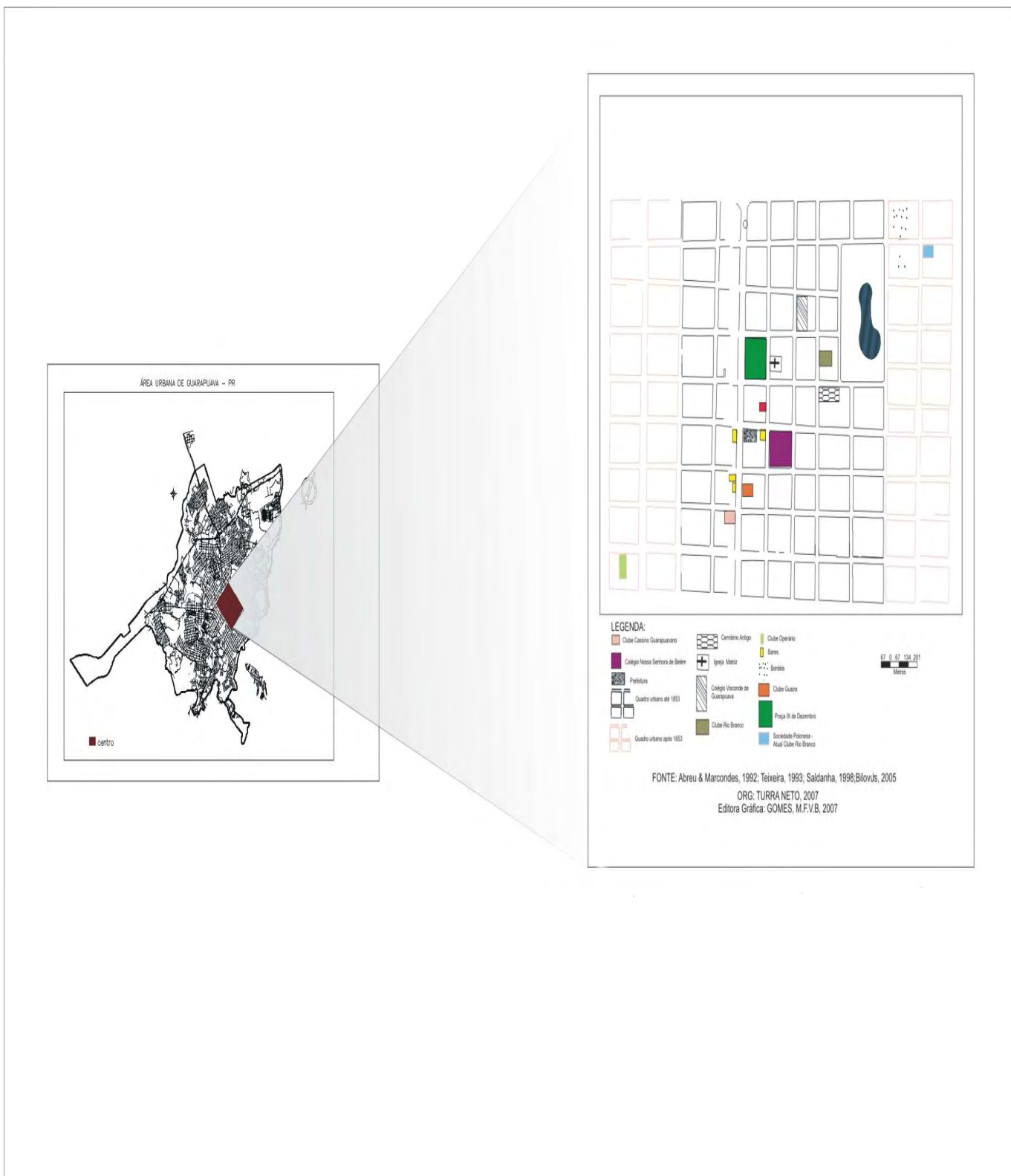
Reproduziu-se, portanto, o benefício aos que já dispunham de propriedades, mantendo tal feito a partir do momento em que as "datas" do rossio, mais tarde, nas áreas mais distantes do núcleo urbano, passaram a ser concedidas sob a forma de "aforamento"⁹¹. Assim, muitas chácaras formaram-se no rossio da cidade e seu parcelamento não obedeceu a uma regra uniforme, pois estas tinham sempre que se adequar à disponibilidade de fontes de água, estabelecendo as bases para o ordenamento do solo e a distribuição hierárquica da sociedade urbana.

Apesar de todas as transformações pelas quais o país, a região e a cidade passaram no decorrer do tempo, estas não foram capazes de dissolver a estrutura da sociedade tradicional e as práticas de concentração de propriedades que transcenderam do rural para o urbano. Mesmo com a diversificação dos grupos sociais, a elite continuou composta por pessoas (famílias) oriundas da sociedade campeira, suábios, industriais madeireiros emergentes e um terceiro grupo, a dos comerciantes e prestadores de serviços de diversas naturezas.

Com a apresentação desse quadro social, sob a forte influência cultural, que predomina em Guarapuava, objetivamos demonstrar como se constituíram as forças representativas da cidade e como isso se relacionou com sua formação e desenvolvimento socioeconômico no decorrer do tempo.

⁹¹ Tal sistema era uma espécie de aluguel da terra, com vencimento anual, criado com objetivo de obtenção de rendas para a municipalidade.

Figura 14: Área Central de Guarapuava-PR (1853 – 1950)



Pretendemos, ainda, evidenciar que além das questões referentes à política de governo, as características sociais internas podem oferecer elementos à compreensão sobre o processo de formação de uma rede urbana regional e o desempenho de função de cidade média por Guarapuava, tendo em vista ser a cidade e a rede urbana a expressão da sociedade que a produz (CORRÊA, 2006), sendo que essa produção é permeada por processos de ordem econômica, política e também cultural. As relações sociais que se estabeleceram no princípio da ocupação estavam assentadas sob lógicas hierárquicas que tinham como ápice da hierarquia a Coroa portuguesa no Brasil, seguida dos grupos políticos dominantes nacional e estadual. A partir destes, por meio dos desbravadores, constituiu-se a base dominante local com moradores flutuantes sempre com relações e propriedades mais sólidas em outros locais. Portanto, macroprocessos político-econômicos prevaleceram na formação dessa região e, uma vez que a partir do espaço ocupado e produzido pelos indivíduos brancos, as regras locais passaram a prevalecer.

Outro fator relevante foram as condições naturais e o isolamento geográfico em relação a outras cidades, como Castro e Ponta Grossa, que se estendeu por um longo período e que favoreceu a criação de regras próprias de sobrevivência e sociabilidade frente às condições encontradas. O primeiro e importante caminho de ligação entre Guarapuava e outros centros mais distantes como Rio Grande do Sul e São Paulo, somente tornou-se precariamente estrada em 1844 (Kruger, 2008). Esse isolamento, de certa maneira, estendeu-se até 1952, com a chegada do trem facilitando o acesso à região e à cidade. Nesse sentido, predominou a Divisão Social do Trabalho constituída entre senhores e escravos numa organização privatista e doméstica por todo o século XIX.

A partir do século XX, com as novas relações econômicas disseminadas no país, o contexto social passou por mudanças. Escravos e não escravos tornaram-se contratados temporários, assalariados ou foram dispensados. Em meio a isso, muitos se viram obrigados a dirigirem-se para a cidade. Na cidade, a produção do espaço urbano seguiu a lei do privilégio com a distribuição de terras urbanas apenas aos proprietários rurais; portanto, os demais grupos teriam que comprar um lote para morar, o que acentuou o quadro de desigualdade socioespacial no campo e na cidade.

Desenvolveu-se um setor de comércio e serviços para atender à nova demanda social e produtiva, mas, ampliou significativamente o contingente de desfavorecidos sócioeconomicamente em relação aos grupos de renda média e aos principais grupos

dominantes política e economicamente (MARQUES, 2000). Desse contexto resultou a pouca diversidade econômica e um conteúdo com acentuado nível de desigualdade, influenciando na produção do espaço intraurbano e no nível de participação da cidade na rede urbana do Paraná.

2.3 Avaliando a função de cidade média

A partir desse tópico, trabalhamos com as variáveis para estudos sobre cidades médias propostas pela ReCiMe buscando contemplá-las com as informações sobre Guarapuava, acrescentando à análise quando pertinente aos objetivos desta pesquisa, informações sobre Cascavel e outros dados que contribuem para o desenvolvimento do processo investigativo.

2.3.1 Atividades econômicas predominantes e atuação de novos agentes

Com a expansão urbana e o aumento populacional na cidade, a reorganização da economia face à moderna agricultura esteve ligada à especialização do setor terciário com a concentração de serviço e comércio urbanos, enquanto o setor industrial manteve-se inexpressivo. O setor industrial não constitui um forte gerador de empregos, tendo sido responsável, em 2006, pela oferta de 6.954 empregos; o setor de comércio e serviços gerou 15.210 mil empregos (MTE/RAIS, 2006). Uma limitação ao desenvolvimento econômico por meio da indústria refere-se à baixa agregação de valor aos produtos locais. Grande parte dos produtos, como já mencionado, não são transformados em Guarapuava, que possui reduzidas iniciativas para a industrialização e mantém a exportação ou distribuição nacional *in natura*. Uma das maiores indústrias que agrega valor ao produto local é a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios. Seus cooperados produzem milho, soja, trigo, cevada e aveia e, por meio da cooperativa são agro-industrializados mais de 50% dos produtos (alimentos e ração animal).

A Cooperativa Agrária Mista Entre Rios possui moinho de trigo e inclui-se entre as grandes indústrias de alimentos do Paraná com a incorporação, em 2002, da Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais (Coopersul) a indústria de óleo e farelo de soja. Destaca-se também na produção do malte cervejeiro pela Agromalte, principal unidade industrial da cooperativa (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2008). Essa cooperativa tem um poder econômico que, de certa forma, resulta em representação política regional e foge à cultura madeireira. No entanto, forma um grupo bastante fechado em sua cultura e constitui

outro ponto de conservadorismo em Guarapuava, com forte aspecto de segregação e autosegregação socioespacial⁹².

A indústria madeireira e seus desdobramentos também são responsáveis pela dinamização do setor e a maioria dos estabelecimentos industriais em Guarapuava é voltada para esse tipo de atividade, pois são eles que mais oferecem empregos no setor, como demonstraremos detalhadamente no quadro sobre os estabelecimentos industriais e o número de empregos ofertados em Guarapuava e Cascavel, no subitem sobre a dinâmica populacional e o mercado de trabalho. Vinculadas geográfica e historicamente à exploração madeireira, em Guarapuava, as serrarias foram sinônimo de atividade econômica, entretanto, com o esgotamento da vegetação natural e a intervenção de leis ambientais, o reflorestamento tomou parte na nova realidade produtiva.

O reflorestamento é a base para a produção de lâminas de compensado, assim como a pasta de papel e celulose, entre outros desdobramentos do segmento madeireiro que se consolida na indústria regional. Houve uma diminuição da atividade desde 2005, o que forçou uma reorganização do setor, demonstrando a importância de ter propriedades para o plantio da matéria-prima (pinus, pinheiro e eucalipto, entre outras espécies), dando suporte à produção em períodos de crise no mercado. Destacam-se, em Guarapuava, empresas como a Repinho (compensados) e a Santa Maria (papel) e reflorestadoras como Manasa, Golden Tree e Sharam, dedicadas à produção de sementes e mudas próprias.

Apesar da tradição e da quantidade de estabelecimentos, verifica-se que as atividades vinculadas à produção de madeira em Guarapuava contabilizaram inexpressivas taxas de crescimento no território, comparativamente ao Paraná (IPARDES, 2007). A indústria de derivados da madeira, no Paraná, encontra-se distribuída com unidades produtivas, por exemplo, de produção de janelas, portas e esquadrias em União da Vitória e a produção de móveis em Arapongas, no Norte do Estado, enquanto em Guarapuava e região não ocorreu a expansão de atividades derivadas da madeira.

Em Guarapuava, o evento de diversificação não acontece em reciprocidade a alguns ramos de alto dinamismo, como acontece em outros municípios da esfera estadual, como a produção de peças de metais sanitários (Loanda), confecções (Cianorte e Sudoeste do Paraná), vestuário infantil (Terra Roxa), entre outros. A inexpressividade de atividades que são dinâmicas em nível Estadual estende-se também a ramos voltados ao processamento de

⁹² Os alemães (Suábios) que compõem esse grupo residem no distrito de Entre Rios, que é formado pelas Colônias Vitória, Samambaia, Jordãozinho, Cachoeira e Socorro.

algumas matérias-primas originadas em Guarapuava e região, indicando insuficiente desenvolvimento de segmentos complementares à produção primária. Evidentemente, tal deficiência pode estar relacionada a fatores estruturais, como a reduzida escala de produção de alguns bens básicos na região (IPARDES, 2007). Além da tradicional indústria madeireira, de papel e papelão e da Cooperativa Agrária como significativas representantes do setor industrial quanto à geração de empregos e capital, as indústrias de bebida, de alimentos e de embalagens são responsáveis pela diversificação da produção industrial em Guarapuava.

Em 2007, instalou-se na cidade um novo segmento industrial, a Agrogen⁹³, uma empresa de capital externo ao estado do Paraná que trabalha com pesquisa em desenvolvimento genético de aves e instalou uma unidade de incubadora de aves em Guarapuava e uma granja no distrito de Palmeirinha. Em 2009, foi inaugurada uma indústria de balas e chocolates, com matriz no Rio Grande do Sul, que tem a produção voltada para o mercado local e regional, ofertando em torno de 60 empregos formais (Jornal do Oeste, outubro de 2009) e ampliando o número das indústrias alimentícias na cidade. No entanto, frente ao contexto socioeconômico tais iniciativas continuam insuficientes para a geração de trabalho e renda para a população. O Quadro 17 expressa o resultado da participação de Guarapuava na economia paranaense em relação a outros centros urbanos no estado segundo desempenho econômico.

Quadro 17: Maiores economias – Paraná – 2005		
Município	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)
Curitiba	29.821.203	23,6%
Araucária	7.023.743	5,5%
São José dos Pinhais	6.796.402	5,4%
Londrina	6.217.351	4,9%
Foz do Iguaçu	4.853.331	3,8%
Maringá	4.592.923	3,6%
Ponta Grossa	3.992.451	3,2%
Paranaguá	3.970.088	3,1%
Cascavel	2.914.239	2,3%
Guarapuava	1.908.654	1,5%
Outros municípios	54.531.540	43,1%
Paraná	126.621.925	100%
Fonte: IBGE, IPARDES, 2005. Org.: FERREIRA, S. C., 2008.		

⁹³ Empresa com matriz no Rio Grande do Sul (Montenegro), fundada em 1990, trabalha com o desenvolvimento genético para a multiplicação de aves (perus e frangos). Instalou uma unidade em Guarapuava em 2007.

Dentre as urbes citadas, Guarapuava ocupa o 10º lugar. A partir de 1970, com a expansão da atividade industrial e de outras atividades econômicas, como o comércio e serviços ela não acompanhou o ritmo de crescimento de outras cidades no estado, como Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, por exemplo. Devemos ter em conta que, além de questões inerentes aos grupos sociais locais e aos interesses dos representantes políticos e econômicos que devem ser consideradas, para as quatro últimas cidades, foram designadas na década de 1970, políticas de desenvolvimento pelo governo do Paraná para o fortalecimento econômico e consolidação dessas urbes no contexto regional.

Esses centros, como visto no Capítulo 1, exercem influência sobre cidades de sua hinterlândia formando uma rede de fluxos mais intensa e dinâmica, que favorece o relacionamento entre as cidades nas respectivas microrregiões. No Centro Sul, as duas microrregiões⁹⁴ representadas por Guarapuava e Pitanga são compostas por uma distribuição rarefeita de pequenas cidades com pouca articulação entre si, tendo apenas Guarapuava com porte médio e maior dinâmica socioeconômica.

A dinâmica industrial contribui para a expansão das atividades comerciais e para a prestação de serviços, que tende a desenvolver atividades tanto para o atendimento das indústrias quanto das pessoas que nelas trabalham, de maneira que o comércio e os serviços ampliam também a oferta de empregos e atividades. Embora não haja uma dependência determinante do comércio pela indústria, o fortalecimento industrial contribui para a expansão e dinamização das atividades comerciais e de prestação de serviços.

2.3.2 Comércios e serviços: atividades socioespacialmente seletivas

No setor comercial, em Guarapuava, as empresas locais são as mais representativas. A rede de supermercados, por exemplo, tem no Grupo Superpão, presente em Guarapuava desde 1924, uma demonstração da concentração da comercialização de alimentos⁹⁵. Este grupo diversificou os investimentos; além do alimentício migrou para o imobiliário, atuando como loteadora e incorporadora. Na cidade não existia, até o ano de 2010 quando finalizamos essa pesquisa, nenhuma loja das grandes redes de supermercados como

⁹⁴ A Microrregião Geográfica de Palmas, em concordância com a lei estadual nº 15.825 de 28/04/2008, passou a integrar a Mesorregião do Sudoeste Paranaense e não mais a do Centro-Sul Paranaense.

⁹⁵ No ramo alimentício, o grupo possui três lojas Superpão, duas lojas Super Baratão, Super Baratão Atacado e distribuidora. Também duas panificadoras-mercados.

Carrefour, *Wall Mart*, sendo o comércio de alimento representado somente por empresas locais.

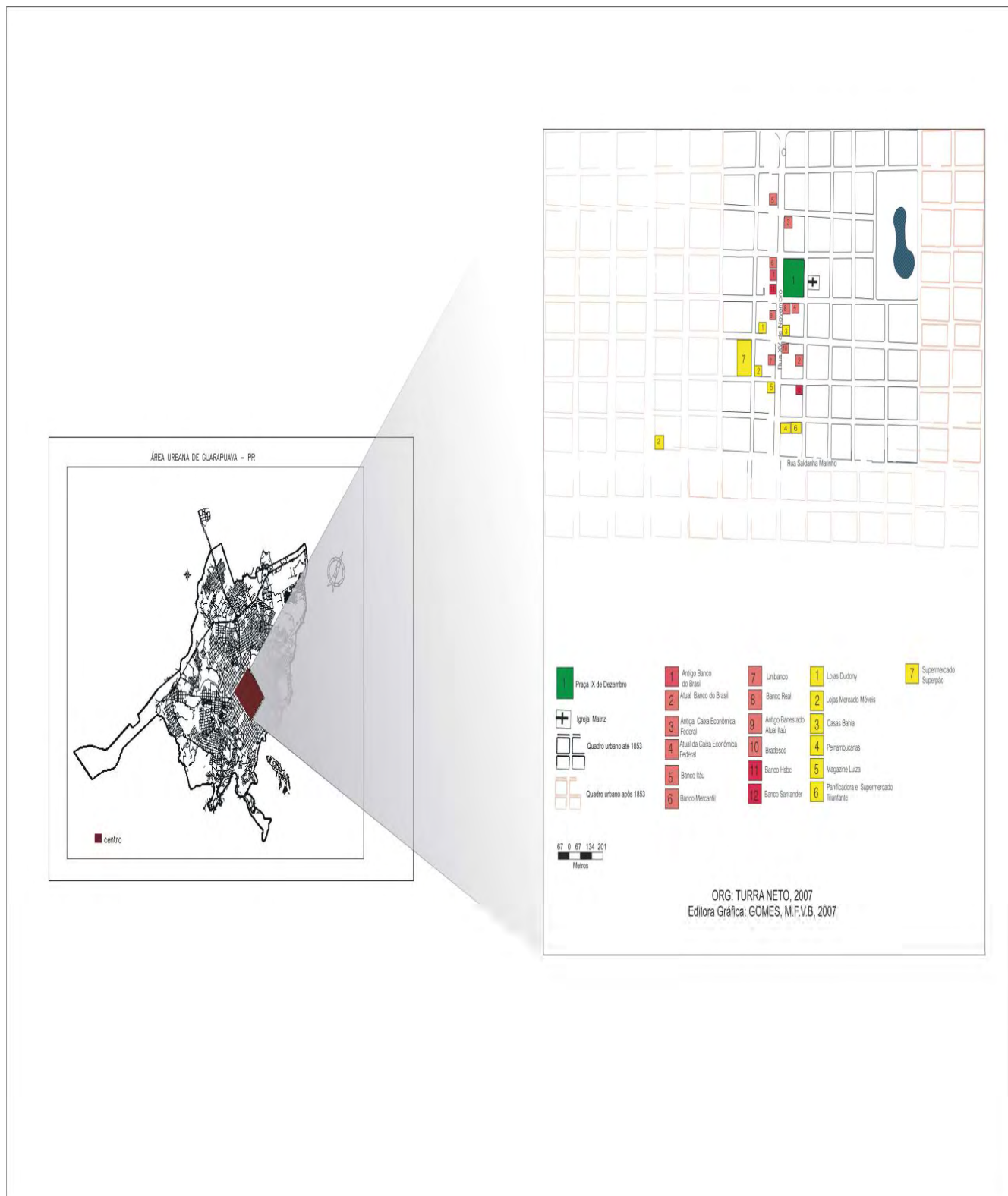
Grande parte dos estabelecimentos de comércio e serviços localiza-se na área central, como as instituições financeiras (bancos), com apenas uma agência descentralizada. Comparando o número de agências bancárias entre Guarapuava e Cascavel, verificamos que, além da superior quantidade dos serviços, Cascavel possui uma agência do Rio Grande do Sul, enquanto em Guarapuava não há agências de outros estados, conforme mostra a Tabela 7. Das 14 agências de Guarapuava, quatro são públicas e nove de capital privado. Em Cascavel, são 10 públicas e 27 de capital privado. Instituições financeiras como *Bank Boston* e *City Bank*, no Estado do Paraná, em 2010, são encontradas somente em Londrina e Curitiba.

Tabela 7: Agências Bancárias em Guarapuava e Cascavel – 2010			
Guarapuava		Cascavel	
Agências	Qtde.	Agências	Qtde.
Banco de Brasil	1	Banco de Brasil	6
Caixa Econômica Federal	2	Caixa Econômica Federal	4
Bradesco	2	Bradesco	8
HSBC	1	HSBC	3
Itaú	3	Itaú	8
Mercantil	1	Mercantil	1
Real	1	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	1
		Banco Safra	1
		Banco Triângulo	1
TOTAL	14		37

FONTE: FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), 2010
Org.: FERREIRA, S. C. 2010.

Em Guarapuava, não somente as agências bancárias são centralizadas como também outros estabelecimentos de serviços e comerciais, inclusive as principais lojas de rede (Casas Bahia, Casas Pernambucanas, Magazine Luiza, Lojas Colombo entre outras) como ilustra a Figura 15.

Figura 15: Distribuição espacial das agências bancárias e rede de lojas de móveis locais, regionais e nacionais



A presença dos estabelecimentos que compõem o setor de comércio e serviços é uma expressão da dinâmica socioeconômica, pois esse demonstra as potencialidades e fragilidades quanto à atração tanto de pessoas quanto de empresas.

Presente em maior quantidade e diversidade nos grandes centros urbanos e industriais do país, os serviços, por exemplo, reforçam seu caráter espacialmente seletivo, segundo o potencial de cada cidade. Áreas densamente ocupadas tendem a apresentar maior oferta de serviços, uma vez que a demanda exige quantidade e diversificação.

A seletividade dos investimentos, no entanto, relaciona-se a fatores como variação do nível de renda com perspectivas para a ascensão socioeconômica, dinâmica econômica, políticas públicas locais e regionais e de dotação de infraestrutura, que são aspectos que tornam os locais vantajosos e atrativos e que coincidem com a diversidade de oferta de comércio e serviços (IBGE/REGIC, 2008, p.143).

A dinâmica econômica depende, entretanto, de uma ampliação da renda populacional, da oferta de empregos que garantam às pessoas condições financeiras que permitam consumir além do básico e investir em qualificação profissional, lazer, entre outros setores que promovem a qualidade de vida.

Dentre as cidades paranaenses⁹⁶ mais bem estruturadas no setor de serviços, destaca-se conforme o Quadro 18, Curitiba que possui diversidade muito elevada como a maioria das capitais estaduais do país.

Londrina e Maringá aparecem na sequência com diversidade elevada; Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, entre outras, com nível intermediário nesse setor IBGE/REGIC (2008). Tal classificação justifica as considerações feitas sobre a maior seletividade e concentração dos serviços.

⁹⁶ A pesquisa realizada pelo IBGE/REGIC foi divulgada em mapa tendo como recorte espacial o país, no qual, as cidades classificadas com nível nos dois setores (comércio e serviços) são somente São Paulo e Rio de Janeiro como cidades completas. A leitura que fizemos e os dados expostos, têm como base a dinâmica econômica do Paraná.

Quadro 18: Cidades no Paraná segundo nível de diversidade em comércio e serviços em 2007					
Comércio		Serviços		Comércios e Serviços	
Cidade	Nível	Cidade	Nível	Cidade	Nível
Curitiba	1	Curitiba	1	Curitiba	1
Londrina Maringá	2	Londrina Maringá	2	Londrina, Maringá Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu.	2
Cascavel, Ponta Grossa Foz do Iguaçu	3	Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu	3	Guarapuava, Toledo, Pato Branco, Francisco Beltrao	3
Guarapuava, Toledo Pato Branco, Francisco Beltrão, Cianorte, Arapongas, Paranavaí Apucarana	4	Guarapuava, Toledo Pato Branco, Francisco Beltrão, Cianorte, Apucarana	4	Cianorte Apucarana, Paranavaí, Arapongas	4
Fonte: IBGE-REGIC (2008) Org. e adaptação: FERREIRA, S. C., 2008.					

Nesta adaptação, por meio da leitura do mapa, foram elencadas cidades até o nível quatro, onde é contemplada Guarapuava, a cidade objeto central desta pesquisa. O trabalho realizado pelo IBGE, em 2007, segue até o nível 5, com outras cidades de menor relevância econômica além das apresentadas no quadro. Os níveis são referentes à seguintes intensidades: 1 (máxima), 2 (muito elevada), 3 (elevada), 4 (intermediária) e 5 (fraca). Considerando as cidades mencionadas e sua dinâmica econômica, observa-se que,

a concentração de atividades aumenta a atração de população e conduz a variações positivas de renda, remuneração, demanda por políticas públicas e maior dinamismo econômico, Tais características reforçam a permanência de um padrão de rede já tradicionalmente consolidada no Brasil, onde pesam as condições urbanas construídas no passado. (IBGE-REGIC, 2008, p.143)

Guarapuava expressa no setor de comércio e serviços a realidade socioeconômica e cultural, com base produtiva ainda fortemente vinculada à agropecuária e à indústria de papel e papelão, seguida da indústria química, de bebidas, madeireira e alimentícia, respectivamente, por ordem de importância na cidade (FIEP-PR, 2009). A pouca diversificação industrial expressa um baixo rendimento salarial da população.

Os dados referentes aos serviços originados em instituições de crédito, seguro e de capitalização reforçam o exposto anteriormente, sendo que Cascavel possui 110 estabelecimentos que oferecem 1.401 empregos, enquanto em Guarapuava havia 40 estabelecimentos com a oferta de 402 empregos (MTE/RAIS, 2006). O Valor Adicionado Fiscal (VAF), segundo o ramo de atividade comercial e de serviços fornecido pela SEFA-PR (Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná) de 2007 e 2008, demonstrado no Quadro 19, e a arrecadação do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) com dados de 2007, 2008 são indicadores que nos auxiliam na compreensão sobre o nível de desenvolvimento dos setores de comércio e serviços em Guarapuava quando comparado ao de Cascavel.

Quadro 19: Valor Adicionado Fiscal da Atividade Comercial e de Serviços de Guarapuava e Cascavel 2007/2008 - (R\$ 1,00)		
Ano	Guarapuava	Cascavel
2007	479.581.888	1.157.390.368
2008	641.373.836	1.521.872.366
Fonte: SEFA-PR, 2007. Org.: FERREIRA, S. C., 2010.		

A diferença no valor e o incremento de um ano para outro entre as duas cidades coadunam com as informações anteriormente consideradas em relação ao nível de influência sobre os habitantes de suas hinterlândias em relação à prestação de serviços e oferta de mercadorias, sendo que Cascavel se caracteriza como uma das cidades de maior dinâmica no estado, depois de Curitiba, Londrina e Maringá. As informações sobre a dinâmica econômica do setor terciário das duas cidades é complementada pelos valores de arrecadação do ICMS, em 2007, 2008 e 2009, de ambas, conforme o Quadro 20.

Quadro 20: Arrecadação de ICMS de Guarapuava e Cascavel em 2007, 2008 e 2009 - (R\$1,00)		
Ano	Guarapuava	Cascavel
2007	53.848.736.82	71.923.383.62
2008	64.871.840.50	102.696.865.22
2009	54.027. 198.66	83.356.801,92
Fonte: SEFA-PR, 2007, 2008, 2009. Org.: FERREIRA, S. C., 2010.		

Não obstante os valores de Cascavel serem mais elevados que os de Guarapuava nos dois anos, de 2007 para 2008 a arrecadação do ICMS teve um incremento significativo,

enquanto que, de 2007 para 2008, a arrecadação de Guarapuava, embora tenha elevado, foi tímida em relação aos valores arrecadados por Cascavel. E mesmo que em 2009 os valores de ambas as cidades tenham sido reduzidos, Cascavel ainda permanece em superioridade, evidenciando a diferença entre o Centro Sub-regional A e a Capital Regional B, no que se refere ao potencial em comércio e serviços.

A arrecadação do setor de comércio e serviços em Guarapuava e em Cascavel é superior à indústria e à produção primária, como demonstram os dados do Quadro 21. Tais dados confirmam o setor como o mais dinâmico do ponto de vista da geração de recursos financeiros para o município e para o estado. Esse setor também se destaca frente aos demais setores da economia nas cidades de Curitiba, Londrina e Maringá, no Paraná, segundo dados da SEFA-PR (2008).

Quadro 21: Valor Adicionado Fiscal por setores de atividade em Guarapuava e Cascavel – 2008 (R\$1,00)		
Setores	Guarapuava	Cascavel
Produção Primária	341.420.119	649.596.869
Comércio/serviços	641.373.836	1.521.872.366
Indústria	545.174.971	674.543.221
Fonte: SEFA-PR (2008) Org.: FERREIRA, S. C., 2010.		

Em Cascavel, as contribuições oriundas do comércio e serviços são mais elevadas do que outros setores, enquanto que em Guarapuava as diferenças são menores, mas o setor de comércio e serviços ainda se sobressai. Esse setor corresponde à maior quantidade de estabelecimentos e à oferta de empregos, que supera o setor industrial, como apresentamos no texto que segue que inclui a caracterização da dinâmica populacional quanto ao aumento e à distribuição da população no meio urbano e rural e informações sobre a situação socioeconômica dos habitantes de Guarapuava e Cascavel.

2.3.3 Dinâmica populacional e mercado de trabalho

A dinâmica demográfica sugere algumas interpretações (Tabela 8). O município, em 1940, tinha 96.235 mil habitantes no total, com 90.476 de população rural, o que foi reduzido-se para 67.436 em uma década, mantendo-se com 61.947 de população rural.

Tabela 8: Dinâmica demográfica de Guarapuava-PR (1940-2007)			
Ano	População Total	População Rural	População Urbana
1940	96.235	90.476	5.759
1950	67.436	61.947	5.489
1960	96.947	80.585	16.362
1970	110.903	67.639	43.264
1980	158.585	68.636	89.951
1991	159.573	52.551	107.022
2000	155.161	13.467	141.694
2007	165.567	14.410	150.157

Fonte: Censos demográficos (IBGE): 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem da população 2007.

Org.: FERREIRA, S. C., 2008.

A população rural foi reduzida na década de 1950, tendo como principal motivo, os desmembramentos territoriais, com a emancipação dos distritos de Pitanga (1943) e Laranjeiras do Sul (1946) (AMERICANO, 2007). Na década de 1960, elevou-se novamente o contingente de população na área rural, que teve como fator responsável por essa alteração a chegada de pessoas oriundas de outros estados brasileiros e de outras regiões do Paraná.

De 1970 em diante, a população concentrou-se em maior número na cidade, apresentando acréscimo entre 1970-80, sendo que, a partir de 1980, a população urbana ultrapassou a rural significativamente e continuou crescendo, como evidenciam os dados do censo de 1991 e 2000, que demonstram que a cidade absorveu o contingente populacional oriundo da área rural do município. Guarapuava, em 1991, apresentava-se como uma cidade de porte médio, com mais de 100 mil habitantes na área urbana, contudo, esse princípio demográfico não significou, naquele momento, indício positivo para a atuação de papel de cidade média frente às demais cidades.

O acúmulo de habitantes urbanos, além das mudanças no processo produtivo agropecuário, também resultou do esgotamento de parte das economias de base extensivas, iniciando em 1980 o fechamento das serrarias liberou a mão-de-obra que ficou ociosa e os trabalhadores dirigiram-se para a cidade. Em função dessa concentração, a implantação de equipamentos urbanos coletivos tornou-se uma necessidade, devido à expansão que se materializava de maneira fragmentada, com a ocupação das áreas distantes do centro. A cidade, desde a década de 1970 contava com abastecimento de água, fornecido pela SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), e energia, pela Companhia Força e Luz

do Oeste⁹⁷, mas, tais redes necessitavam de expansão o que acontecia à medida em que a população responsável pela ocupação de novas áreas apresentava condições de pagamento pelos serviços.

Enquanto a periferia expandia-se com loteamentos e ocupações, na área central, a renovação foi representada pela verticalização, em grande parte para uso residencial, considerada como sinônimo de prestígio político e social da classe dominante, que eliminou sucessivamente muitos resquícios arquitetônicos do passado. Nessa fase, os edifícios passaram a fazer parte da paisagem urbana de Guarapuava não apenas como um ícone da modernidade, mas como uma prática definitiva, que permitiu a coexistência entre o velho e o novo em suas formas e conteúdos.

Na rua XV de Novembro, concentrava-se, desde a década de 1960, grande parte dos estabelecimentos de comércio, serviços e lazer (bares, restaurantes, club). Privilegiada pelo calçadão, inaugurado em 1981, a rua seguiu concentrando também edifícios residenciais com mais de 4 andares. Na década de 1990, com o fenômeno urbano consolidado, outros hábitos da vida urbana foram incorporados, como a individualidade incentivada pelos meios de telecomunicação e a descartabilidade dos objetos de consumo, substituídos por constantes modismos oriundos de grandes centros, tecendo redes de conexão entre os lugares.

A cidade não permaneceu isolada e apática às transformações político-econômicas externas, contudo, a materialização dessas transformações no cotidiano limitava-se aos grupos sociais privilegiados que externalizavam-nas em âmbito material com a ostentação de vestuário, arquitetura de residências e aquisição de automóveis. Quanto aos equipamentos produtivos, o setor agropecuário e agroindustrial foram os que mais se modernizaram, viabilizando a produção.

A relação histórica da cidade com outros centros, principalmente com Ponta Grossa e Curitiba, resultou em investimentos mais amplos que foram realizados naquelas cidades, nas quais um pequeno grupo adquiria mercadorias mais sofisticadas e buscava serviços de lazer, restringindo o luxo. A cidade reflete, pelo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)⁹⁸, algumas características que inibem o consumo de bens e serviços

⁹⁷ Consiste na única empresa privada de fornecimento de energia do Paraná. Nas demais regiões o serviço é oferecido pela Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) de origem estatal.

⁹⁸ O IDH é a síntese de três dimensões do desenvolvimento humano, quais sejam: longevidade, educação e renda. Este índice expressa de maneira ampla a condição socioeconômica da população, pois tais dimensões são calculadas tendo como base outros sub-índices específicos como, no caso da educação, taxa de frequência à escola e taxa de alfabetização; a longevidade leva em consideração a esperança de vida ao nascer; a dimensão renda considera a renda familiar *percapita*.

desde o básico aos mais sofisticado para grande parte da população e restringem a circulação de capital. A Tabela 9 oferece um panorama para o entendimento dessa realidade, na qual, a soma dos indicadores mencionados resulta no IDH-M de 0,706 e 0,773, em 1991 e 2000, respectivamente, ambos considerados baixos, por serem inferiores ao ideal que é 0,8. Em Cascavel, a soma dos indicadores mantiveram a posição, sendo os mesmos, superiores aos de Guarapuava.

Informação	Guarapuava		Cascavel	
	Índice 1991	Índice 2000	Índice 1991	Índice 2000
Longevidade (IDHM-L)	0,680	0,713	0,668	0,743
Educação (IDHM-E)	0,780	0,886	0,817	0,937
Renda (IDHM-R)	0,659	0,720	0,705	0,749
IDH-M	0,706	0,773	0,730	0,80
Classificação no Paraná	53	82	15	15

Fonte : Atlas de desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD, IPEA, FJP
IPARDES, IBGE, 1991, 2000.
Org.: FERREIRA, S. C., 2008.

Guarapuava perdeu posição relativa no índice estadual, demonstrando que o aumento populacional e a expansão urbana, não foram acompanhados por investimentos que elevassem o desenvolvimento humano, embora o indicador para educação demonstre maior expressão.

Outro dado que demonstra e reforça a característica socioeconômica, refere-se ao número da PEA (População Economicamente Ativa), fornecido pelo IBGE (2000), no qual apresentamos informações sobre Guarapuava e Cascavel, juntamente com o número de pessoas ocupadas e de habitantes total das duas cidades no mesmo ano (Quadro 22). Guarapuava, com total de 155.101 mil habitantes em 2000, apresentava 71.303 pessoas economicamente ativas e, destas, 60.112 pessoas estavam ocupadas.

Informação	Guarapuava	Cascavel
População Total	155.101	245.369
População Econômica Ativa	71.303	122.737
População Ocupada	60.112	105.508

Fonte: IBGE/IPARDES, 2000
Org.: FERREIRA, S. C., 2010.

Em Guarapuava, subtraindo o número de pessoas ocupadas das economicamente ativas, temos 10.191 pessoas desocupadas que, somadas ao número de pessoas fora da atividade econômica resultam num total de 93.949 pessoas sem exercer atividade remunerada.

Em Cascavel, considerando o total de habitantes de 245.369 em 2000, e mais a população econômica ativa de 122.737, e subtraindo o número de 105.508 ocupados o valor resulta em 17.229 desocupados que, somados aos não ativos, corresponde a 139.861 habitantes que não exercem atividade econômica. Assim como em Guarapuava, em Cascavel, a quantidade de pessoas que não exerciam atividades remuneradas em 2000, por estarem fora da PEA ou por estarem desocupadas, é mais da metade do total da população.

Contudo, o IDH em Cascavel é superior, assim como a taxa de pobreza geral é menor que Guarapuava. Em 2000, a taxa de pobreza de Guarapuava era de 24,85 enquanto em Cascavel essa taxa era de 17,03 (IBGE/IPARDES, 2000). Para ampliar a condição de entendimento desse indicador em relação a Guarapuava, acrescentamos as taxas equivalentes às cidades que destacamos nesse trabalho como as de maior centralidade no estado do Paraná, segundo REGIC(2008). São elas: Londrina, com taxa de pobreza de 12,35; Maringá com 8,74; e Ponta Grossa com 18,55. Portanto, a taxa geral de pobreza de Guarapuava é superior às taxas correspondentes às cidades de posição hierárquica superior na rede urbana e com região de influência mais ampla.

Essa taxa foi considerada tomando por base a renda *percapita* por família de até meio salário mínimo no município. Nesse sentido, quanto mais bem distribuída for a renda menor será a proliferação da pobreza. A diferença na taxa de pobreza entre Guarapuava e Cascavel é a expressão da quantidade de famílias e pessoas em situação de pobreza e, ao considerarmos o total populacional das duas cidades, percebemos a maior concentração desse indicador em Guarapuava.

Segundo IBGE/IPARDES (2000), em Guarapuava havia 11.104 famílias e 44.787 pessoas em situação de pobreza. Em Cascavel, embora numericamente seja um índice pouco mais elevado, comparando-o com o total de habitantes, ele torna-se inferior a Guarapuava, pois, em Cascavel, são 12.100 famílias e 48.361 pessoas, conforme informações do Quadro 23 a seguir.

Quadro 23: População total, famílias e pessoas em situação de pobreza em Guarapuava e Cascavel (2000)		
Informação	Guarapuava	Cascavel
População Total	151.101	245.369
Famílias em situação de pobreza	11.104	12.100
Pessoas em situação de pobreza	44.787	48.361
Fonte: IBGE/IPARDES, 2000 Org.: FERREIRA, S. C., 2010.		

Entre os indicadores que quantificam a situação de pobreza, a renda familiar constitui referencial analítico capaz de expressar aspectos da privação humana, relacionados às necessidades básicas insatisfeitas. A área Central e Centro Sul do Paraná, destaca-se pela concentração dos piores indicadores sociais. A maior concentração de municípios com baixo contingente de pobres corresponde às regiões Norte e Oeste, seguidas em último lugar por Curitiba e Região Metropolitana (IPARDES, 2007). A renda *percapita* em Guarapuava era de R\$ 292,11, o que instiga à reflexão sobre a produção e distribuição das riquezas (PNDU, 2000). Em Cascavel, era pouco mais elevada, com 347,01, segundo PNDU (2000). A questão da renda está intrinsecamente ligada à oferta de empregos formais que garantam a condição de consumo das necessidades básicas à população. A geração de empregos, por sua vez, depende da quantidade e do tipo de atividades existentes na cidade, se industriais, comerciais, no setor de serviços ou na produção primária. Além dessa oferta, a qualificação da mão-de-obra deve convergir para os cargos oferecidos, caso contrário, continuará a crescer a demanda de desocupados ou de trabalhadores informais vinculados ao subemprego.

2.3.4 Mercado de trabalho em Guarapuava: breve caracterização

Mantendo a tradição com tendência à continuidade com a indústria madeireira e derivados, Guarapuava apresenta maior número de estabelecimentos nesse segmento, com 108 no total, responsável também, pelo maior número empregos, 2.878, seguido pela indústria de papel e papelão e pelo setor alimentício, de bebidas e álcool etílico que ocupa o terceiro lugar, conforme dados do IPARDES/RAIS(2006), expostos na Quadro 24.

Cascavel também mantém indústrias dessa natureza em segundo lugar, com 11 estabelecimentos e 1.161 empregos, contudo, o setor de destaque em número de empresas refere-se à metalurgia, com 123 estabelecimentos que geram 709 empregos, enquanto,

nesse segmento Guarapuava apresentava apenas 34 estabelecimentos gerando 146 empregos.

Em terceiro lugar em Cascavel, assim como em Guarapuava, está a indústria de produtos alimentícios e álcool etílico, com 109 estabelecimentos e 5.667 empregos em Guarapuava são 64 indústrias com 756 empregos. Segundo as comparações entre os segmentos destacados até o terceiro lugar, nota-se a superioridade tanto em número de estabelecimentos, mas, principalmente na quantidade superior de empregos oferecidos por Cascavel, que nos leva a perceber que em Cascavel a produtividade é maior.

Nos segmentos de madeira e mobiliário, de papel e papelão, em Guarapuava, o número de empregos é superior a Cascavel, enquanto o número de estabelecimentos seja menor. Essa diferença justifica-se pela utilização de equipamentos mais sofisticados que resultam em maior produção e redução da oferta de empregos.

Quadro 24: Número de Estabelecimentos e empregos formais no setor industrial em Guarapuava e Cascavel – 2006				
Atividades Econômicas	Guarapuava		Cascavel	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de extração de minerais	2	38	11	63
Indústria de produtos minerais não metálicos	21	116	32	235
Indústria metalúrgica	34	146	123	790
Indústria mecânica	10	115	54	720
Indústria de materiais de transporte	6	57	22	896
Indústria da madeira e do mobiliário	108	2.878	111	1.161*
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	39	2.118	73	829*
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod. Sim. E ind. Diversa	15	86	36	551
Indústria química, prod. Farmac., veterin., erf., sabões, velas e mat. Plástico	23	523	71	1.289
Indústria Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	17	63	85	996
Indústria de calçados	1	5	4	19
Indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico	64	756	109	5.667
Industria de utilidade pública	3	53	9	23
TOTAL	343	6.954	740	11.249

Equipamentos modernos que exigem menos mão-de-obra.
 Fonte: IPARDES/MTE-RAIS, 2006.
 NOTA: Posição em 31 de dezembro (2006)
 Org: FERREIRA, S. C. 2008.

O setor madeireiro em Guarapuava, que é responsável pelo maior número de empregos formais, contrata trabalhadores para corte e carregamento da madeira, assim como na operação de máquinas para a manipulação da matéria-prima em seu processo de transformação. Essas funções representam a menor base salarial, enquanto os cargos que exigem qualificação e melhor remuneração são em reduzido número, mantendo, assim, o quadro local com elevada proporção de chefes de família com rendimento de até dois salários mínimos (IPEA, 2000, p.118).

A pouca diversificação dos ramos industriais inviabiliza que se ampliem as ofertas de empregos e, com isso, mantém um elevado número de pessoas como mão-de-obra desqualificada, barata e flutuante, sem perspectivas para o desenvolvimento humano e, consecutivamente, da cidade, conforme explicitado anteriormente.

Guarapuava, segundo dados do IPARDES/MTE/RAIS(2006), mantém uma distribuição básica de serviços com menor oferta de empregos, se compararmos com a situação de Cascavel, conforme informações do Quadro 25.

Quadro 25: Atividades de serviços, número de estabelecimentos e empregos formais em Guarapuava e Cascavel – 2006				
Atividades	Guarapuava		Cascavel	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Construção civil	117	1.028	367	3.050
Instituições de crédito seguro e de capitalização	40	402	100	1.401
Administradoras de imóveis, serviços Técnicos, auxiliares de Ativ. Econômicas	227	1.506	629	5.233
Transportes e comunicações	237	1.582	335	4.710
Serviços de alojamento, alimentação, reparos, manutenção, radiodifusão e televisão	379	2.275	665	4.597
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	159	1.054	370	2.772
Ensino	38	1.573	98	3.091
Administração pública	7	3.486	9	5.918
Serviços em agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	726	2.304	521	2.224
TOTAL	1.930	15.210	3.094	33.496
Fonte: IPARDES, MTE/RAIS, 2006. Org: FERREIRA, S. C. 2008.				

Os três segmentos de destaque no setor de serviços em Guarapuava estão, primeiramente, vinculados às atividades agropecuárias, silvicultura, criação de animais e de extração vegetal com 726 estabelecimentos e 2.304 empregos. Em segundo lugar encontram-se as atividades de alojamentos, alimentação, reparos, manutenção, radiodifusão e televisão, com 379 estabelecimentos e 2.275 empregos e, por fim, a administração de imóveis, serviços técnicos, auxiliares de atividades econômicas com 227 estabelecimentos e 1.028 empregos. Nestes segmentos, em Cascavel, apenas no primeiro referente à silvicultura, agricultura, criação de animais e extração vegetal, a quantidade de estabelecimentos e empregos é menor. Nos demais, a quantidade de estabelecimentos e de empregos é superior aos de Guarapuava, evidenciando maior tendência das atividades extrativistas em Guarapuava e a tendência ao desenvolvimento de atividades de serviços mais modernos, no caso de Cascavel.

Nos comércios varejista e atacadista (Quadro 26), a superioridade de Cascavel se repete, somando em ambas as atividades, mais que o dobro de estabelecimentos e empregos que os oferecidos por Guarapuava, em 2006.

Quadro 26: Comércio varejista, atacadista, número de estabelecimentos e empregos Guarapuava e Cascavel – 2006				
Atividade	Guarapuava		Cascavel	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Comércio Varejista	1.134	6.529	2.707	15.144
Comércio Atacadista	125	1.254	382	4.818
TOTAL	1.259	7.783	3.089	19.962
Fonte: Iparides, Rais, 2006. Org: Ferreira, S. C. 2008.				

Devemos considerar a superioridade populacional de Cascavel, com 285.784 habitantes população total em 2007, em relação aos 164.507 habitantes totais de Guarapuava. No entanto, como enfatizamos anteriormente na discussão sobre população e cidades de porte médio e cidades médias, o dado demográfico isoladamente não define a dinâmica de uma cidade.

A diversificação das atividades econômicas das cidades, sobretudo, do comércio e dos serviços, por exemplo, não depende apenas de seu tamanho populacional, mas, como aponta Souza (2003, p.30), “ela ocorre muito em função da renda das pessoas que lá moram

(tanto da renda média, quanto evidentemente, da sua distribuição), que, somam-se a outros fatores histórico-culturais”.

Portanto, as características do mercado, os níveis de distribuição de renda e o perfil dos consumidores quanto à capacidade e hábitos de consumo são fundamentais para alavancar a economia da cidade e desempenhar função de cidade média integrada à rede urbana. Nesse sentido, a deslocalização das atividades produtivas industriais para as cidades não metropolitanas é importante para a geração ou ampliação dos segmentos de poder aquisitivo mais altos, relativos aos empregos de maior remuneração que se associam a essas atividades. Guarapuava não foi beneficiada com essa medida política motivadora de desenvolvimento socioeconômico.

A intensidade da procura por serviços e comércio constitui, assim, em elementos para a compreensão da dinâmica econômica. A criação de infraestruturas e equipamentos urbanos coletivos destinado ao atendimento da população estimula a dinâmica econômica, criando condições de mobilidade e consumo, assim como, atrai novos empreendimentos e o fortalecimento dos existentes.

2.3.5 Infraestruturas de transportes e equipamentos urbanos coletivos

A melhoria dos sistemas de transportes e a diminuição dos custos em função da demanda propiciam maiores oportunidades de mobilidade territorial e, com isso, segundo Sposito *et al* (2007, p.44), “ fortalecem os papéis das cidades médias no cumprimento de funções e no oferecimento de bens e serviços para moradores das cidades pequenas e de áreas rurais de municípios de diferentes tamanhos.” Além de pessoas, a circulação de mercadorias entre as cidades para o abastecimento do mercado tem nas facilidades de transportes, por exemplo, uma fonte de expansão da venda e da produção.

2.3.5.1 Rede de transportes: estabelecendo conexões entre os lugares

Corrêa (2007, p.29) define a localização relativa, como um elemento essencial para o estabelecimento de um quadro teórico sobre cidade média e, considera que uma cidade média é também um lugar central na hierarquia regional, pois

dispõe de expressiva localização relativa, constituindo-se em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviço. É esta localização uma herança do passado, resultado de um modo mais atrasado de circulação, submetido à conformação do relevo e das vias fluviais ou ainda do movimento de avanços e paradas de linhas ferroviárias, criando pontas de trilhos, ou é parte dos empreendimentos realizados por um grupo social que, simultaneamente, tornava-se elite ou reforçava essa posição.

Pensando Guarapuava segundo a racionalidade exposta, faz-se oportuno lembrar que as redes de transportes em Guarapuava foram adentrando lentamente e com interrupções em seu uso, como no caso do transporte aéreo. O aeroporto, como uma das infraestruturas mais relevantes por diminuir a distância espacial e temporal entre os lugares, foi construído na década de 1950, tendo, em princípio somente voos comerciais. Em 1980, a pista foi pavimentada e o aeroporto equipado para operar com voos para passageiros da empresa Rio Sul.

Entre 1995 e 1998 esteve em operação com a empresa Heli Sul, que mantinha voos regulares, com saídas pela manhã de Curitiba-Guarapuava-Cascavel, e retorno à tarde de Cascavel-Guarapuava-Curitiba, segundo Oliveira⁹⁹ (2008). Tais linhas entraram em decadência gradativa após a TAM (Transportes Aéreos Marília) ter assumido as operações em 1998. Com a chegada da empresa, houve alteração nas tarifas de R\$149,00, para R\$198,00, e na aeronave, que de um avião Bandeirante (bimotor) passou para a aeronave Caravam (monomotor). A tarifa alta fez com que os empresários, principais clientes desse serviço, fossem reduzindo o uso até tornar-se inviável a manutenção da linha, que encerrou as atividades entre 1999 e 2000.

Em 2004, a empresa Cruiser, que operava desde início de 2000, encerrou as atividades. A interrupção do serviço ocorreu devido à mudança para o Mato Grosso, onde a prestação do serviço mostrou-se mais viável financeiramente. Portanto, deduz-se que não havia demanda suficiente que justificasse o investimento. A cidade permanece sem esse serviço desde a referida data.

Essa informação justifica os dados apresentados pelo REGIC (2007, p.160), sobre as conexões aéreas, nos quais constam como referência no Paraná as cidades que oferecem esse serviço e aparecem no mapa, expressando o nível de importância, segundo o número

⁹⁹ Entrevista concedida em 16/12/2008. Nael Paulo de Oliveira foi funcionário do Aeroporto de 1995 a 1998, quando a TAM linhas Aéreas assumiu após comprar a empresa Heli Sul.

de conexões realizadas. Dentre as urbes hierarquicamente destacadas no Paraná estão: (1) Curitiba, (2) Londrina e Maringá, (3) Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu (4).

As redes de ligação por transporte aéreo refletem significativamente as concentrações de população e riquezas no território brasileiro, ligando as cidades mais ativas em termos econômicos suficientemente estruturadas e viabilizando o funcionamento de serviços aéreos com voos comerciais frequentes de passageiros.

Em julho de 2008, iniciou-se a negociação para a reabertura do aeroporto Tancredo Thomas de Farias com a operação de uma linha aérea para passageiros que seria realizada pela empresa gaúcha NHT, segundo o Diário de Guarapuava (2008, p.5). Entretanto, o mesmo jornal, em outubro de 2008, escreveu que “o retorno da linha comercial aérea ligando Guarapuava a Curitiba poderá demorar mais que o previsto para sair do papel” (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2008, p. 6).

Embora a sociedade e o setor econômico estejam vivenciando um processo de desconcentração de investimentos, o percurso a ser realizado por veículo limita o acesso, pois uma viagem de ida ou volta para Curitiba, por exemplo, tem a duração de cerca de 3 horas. Segundo o entrevistado, muitos investimentos foram desconsiderados por a cidade não possuir linha aérea.

A interação espacial por diversas finalidades sejam econômicas, intelectuais, políticas ou na área de saúde, entre outras, ficava significativamente reduzida sem o serviço aéreo para passageiro, sendo executada, apenas por vôos particulares. A questão foi resolvida em março de 2009 e a empresa NHT passou a operar com voos regulares, de segunda a sexta-feira saindo pela manhã com retorno à tarde, para Curitiba e Chapecó (Rede Sul de Notícias, 2009).

O retorno da operação aérea, abriu novas possibilidades para as interações espaciais com a cidade mas teve os serviços novamente cancelados por falta de passageiros (Rede Sul de Notícias, março de 2010). O presidente da ACIG, Valdir Grigolo, em entrevista ao jornal Rede Sul de Notícias, apontou a falta de apoio político e dos empresários como parte das causas do insucesso do empreendimento. O alto custo das passagens¹⁰⁰ e os horários inadequados complementam aos motivos. Grigolo (2010) foi incisivo em relação aos representantes políticos e econômicos de Guarapuava, afirmando que “não há interesse e

¹⁰⁰ Em Março de 2009, a empresa NHT passou a operar com voos regulares de segunda à sexta-feira que saía de Guarapuava às 13h29min com aterrissagem em Curitiba às 14h23min e retorno a Guarapuava às 12h15min do dia seguinte. A passagem começou custando R\$ 206,00 e chegou a custar R\$ 250,00.

existem pessoas que não desejam a implantação de uma linha aérea em Guarapuava, mas não assumem isso” (Rede Sul de Notícias, de 2010).

A afirmação condiz com o espírito de isolamento e restrição inerente aos representantes da sociedade guarapuavana tradicional, que, pelo evidenciado, ainda exercem influência sobre os acontecimentos na cidade. Insistimos nesse tema em consideração à importância que os grupos sociais e seus interesses assumem na viabilização de dinâmicas econômicas que propiciam a inserção da cidade na rede urbana e, mesmo não sendo essa a discussão central da tese, procuramos expor uma idéia de como isso é presente na cidade.

O transporte aéreo de cargas e valores, por sua vez, acontecia via terrestre até 1997, quando a empresa Trans Weiss iniciou funcionamento sem interrupção, enquanto o transporte de passageiros oscilou entre períodos em funcionamento e outros sem a oferta desse serviço. O Quadro 27 oferece um panorama histórico sobre a instalação das infraestruturas básicas para o transporte interligando Guarapuava a outras cidades.

Quadro 27: Meios de Transportes em Guarapuava-PR – 1928 à 2010.			
Transporte	Data	Ligação	Detalhes do processo
Trem	1928	Riozinho (RS) a Guarapuava	Iniciada a construção, em 1928, do ramal Riozinho-Guarapuava mas não foi concluído.
	1954	Riozinho(RS), Curitiba, Guarapuava	Após a construção ter sido interrompida devido a Revolução de 1930 e durante a Segunda Guerra Mundial, foi Inaugurada em 1954 em Guarapuava.
	1996	Guarapuava, Cascavel	O trecho foi completado até Cascavel em 1996, sob administração da Ferroeste.
Ônibus Rodoviário Inter-urbano	1900	Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba	Em 1900, teve início a construção da estrada ligando Guarapuava a Ponta Grossa e Curitiba;
	1942	Guarapuava, Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá	Passou a ser denominada Estrada Estratégica BR-35 que foi macadamizada em alguns trechos.
	1958	Guarapuava, Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá.	Todo o trecho recebeu calçamento.
	1968	Guarapuava, Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá.	Foi asfaltada passando a chamar BR-277.
	1970	Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu	O trecho foi completado até Foz do Iguaçu na década de 1970 pelo governo Federal.
Ônibus Rodoviário Coletivos Intra-urbano	1977	Do centro aos bairros cascalhados	Início das atividades da empresa “Pérola do Oeste”.
	1974	Novos bairros foram cascalhados e inseridos no trajeto e	Ampliação da frota para 10 veículos.

		alguns asfaltados	
	1980	-	Manutenção da mesma quantidade de veículos apesar do aumento populacional.
Aéreo	1958	-	Inaugurado o espaço físico em 1958.
	1980	Curitiba, Guarapuava, Cascavel.	Asfaltamento da pista em 1980 e início das atividades.
	1997	Guarapuava Curitiba	Início do transporte aéreo de cargas.
	2004	-	Encerramento dos serviços de vôos comerciais para passageiros.
	2009	Guarapuava, Curitiba, Chapecó	Retorno dos serviços de vôos comerciais para passageiros.
	2010	-	Encerramento dos serviços de vôos comerciais para passageiros.
Fonte: ABREU, 1986; MARCONDES, 1998; Diário de Guarapuava, 2008; Rede Sul de Notícias, 2009, 2010. DRUCIAKI(2006) Org.: FERREIRA S. C., 2008.			

As infraestruturas iniciais, como já mencionado, proporcionaram uma interação entre Guarapuava e outros centros. A estrada de ferro foi estendida de Paranaguá a Curitiba, entre 1880 e 1885, e entre Paranaguá e Ponta Grossa, em 1894, de Ponta Grossa a São Paulo e Rio Grande do Sul, em 1899. Portanto, em relação a estas cidades, que compõem o Paraná tradicional, a chegada do trem em Guarapuava foi tardia. Até 1930, grande parte da produção seguia por animais, em carroções e caminhões em extrema dificuldade (GOMES, 2009).

Atualmente o trem realiza o transporte dos grãos como milho, trigo, cevada, feijão, arroz etc., além de madeiras diversas e laminados, entre outros produtos da região, para o Porto de Paranaguá. Retorna para Guarapuava trazendo óleo diesel, gasolina entre outros produtos. As principais indústrias locais, como a Cooperativa Agrária de Entre Rios, a Santa Maria Ltda. Papel, Repinho Ltda. Compensados e Laminados, entre outras, usufruem desse meio para transporte. O setor de transporte rodoviário, em Guarapuava é mais diversificado para o deslocamento de pessoas e cargas. O Quadro 28, aponta empresas de transporte rodoviário, a cidade sede dessas empresas e as localidades contempladas.

Quadro 28: Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros – 2008			
Empresa	Cidade sede	Localidades atendidas	Municípios locais
Expresso Princesa dos Campos S/A	Ponta Grossa- PR	Regiões Oeste, sudoeste, bem como Ponta Grossa e Curitiba.	Prudentópolis, Guamiranga, Imbituva,
Expresso Nordeste LTDA	Campo Mourão- PR	De Guarapuava, passando por quase todas as cidades em direção ao norte do estado.	Turvo
Estrela do Sul de J. Araújo & Cia. LTDA	Curitiba- PR	Irati, Palmeira e Curitiba.	
Expresso Guarús e turismo LTDA.	Guarapuava- PR	Apenas localidades em torno de Guarapuava e um município vizinho	Entre Rios Colônia Vitória Grongoró Campina do Simão, Goioxim
Pluma conforto e Turismo S/A	Curitiba- PR	Rio, São Paulo, Florianópolis, Paraguai, Argentina e Uruguai	
Expresso Kaiowa	Foz do Iguaçu- PR	São Paulo, Vale do Paraíba paulista e fluminense, e Rio de Janeiro	
Empresa N. S. da Penha LTDA	Curitiba- PR	Nordeste do país	
Viação Itapemirim S/A	Guarulhos-SP	Estados do RJ, ES, SE, AL, e PE.	
Fonte: Levantamento de campo em Empresas de Transporte Rodoviário – 2008. Org.: FERREIRA, S. C. 2008			

São no total oito empresas, das quais, apenas uma tem sede local, com atendimento microrregional. A Princesa dos Campos é a empresa que mais executa os trechos entre Guarapuava e Ponta Grossa e Guarapuava e Curitiba, por isso dispõe de maior oferta de horários. Além do Centro Sul, a empresa abrange outras áreas no Estado, como Leste e Oeste. O trajeto para Curitiba é disputado pela concorrente J. Araújo que também realiza essa linha com passagem por Irati.

A pesquisa realizada na Princesa dos Campos, por Druciaki (2009), sobre o transporte de passageiros pela empresa na região de Guarapuava evidenciou que muitos trajetos são mantidos até hoje pelo fato de transportarem encomendas, pois só o fluxo de passageiros não seria o suficiente para a manutenção da linha, como ocorre com a linha Guarapuava – Mangueirinha, o mesmo acontece com a linha Guarapuava-Londrina realizada pela Expresso Nordeste que “são duas opções diárias entre essas cidades, mas o número de passageiros que se locomovem do início ao final da linha é pequeno” (DRUCIAKI, 2009, p. 142).

O fluxo de passageiros, portanto, não depende somente das condições de infraestrutura, como as rodovias, mas de uma densidade de consumidores para esse serviço. Em termos de infra-estrutura o município de Guarapuava é atendido por uma diversificada e extensa malha viária que permite ligação a outras cidades brasileiras, sendo essa malha composta, segundo o DER (2008), pelas seguintes rodovias:

- BR-277, rodovia federal que liga o Porto de Paranaguá a Foz do Iguaçu;
- BR-376, estrada federal que faz a ligação com o Sudoeste do Paraná;
- PR-170, rodovia estadual que liga Guarapuava ao Sul do Brasil;
- PR-466, rodovia estadual que permite a ligação com o Norte e Nordeste do Estado do Paraná.

A BR 466 atravessa o território Centro Sul longitudinalmente e absorve a maioria dos fluxos provenientes dos municípios do entorno por estradas locais, conduzindo-os para Guarapuava e, posteriormente, para a capital, e ao norte, para Pitanga, de onde partem rodovias para os centros maiores de Campo Mourão e do Norte Central.

Cruza o município de Guarapuava a BR-277 que percorre o Paraná no sentido leste-oeste, ligando Foz do Iguaçu a Curitiba e ao Porto de Paranaguá. É um importante eixo rodoviário como uma rota comercial e turística. Quanto à extensa malha de estradas municipais, estas se encontram em condições entre ruins e péssimas, segundo análise realizada em dezembro de 2006 pela EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) dificultando a mobilidade populacional rural e escoação de produtos.

A distância entre Guarapuava e alguns centros importantes para o deslocamento rodoviário, demonstra que o mais próximo (Ponta Grossa) localiza-se a 160 quilômetros e o mais distante São Paulo, a 681 quilômetros, segundo o DER (Departamento de Estradas e Rodagens).

- Curitiba: 247km;
- Distância de Ponta Grossa: 160Km;
- Distância do Porto de Paranaguá: 361km;
- Distância da tríplice fronteira em Foz do Iguaçu: 389km;

- Distância de Cascavel: 248km;
- Distância de Londrina: 325km;
- Distância de Maringá: 296km;
- Distancia de Florianópolis: 447 Km;
- Distancia de Porto Alegre: 570 Km;
- Distância de São Paulo: 681km;

A localização não constituiu em intensidade de circulação interna e, embora a cidade seja circundada por rodovias, estas servem apenas de passagem com o transporte de mercadorias, produtos do campo e pessoas, enquanto internamente, pouco se retém desse movimento no sentido qualitativo para a economia, tendo em vista que os maiores fluxos são direcionados para Cascavel e resultam em maior dinamismo socioeconômico dessa cidade, como expressam as informações apresentadas em relação a Guarapuava neste capítulo.

A distância entre Guarapuava e centros maiores eliminando uma concorrência direta não significou estímulo para que ela desenvolvesse com mais expressividade os setores econômicos. Apesar da localização no Centro do estado do Paraná, Guarapuava apresenta dinamismo inferior à Cascavel empregada como exemplo analítico. O dinamismo é inferior também a outras cidades como Londrina, Maringá, Ponta Grossa.

As interações espaciais verificadas pela pesquisa empírica demonstram a forte procura por Ponta Grossa pelos habitantes de Guarapuava, sobretudo, para questões de serviços. Demonstram, ainda, a significativa dependência por Curitiba REGIC(2008¹⁰¹), evidenciando que a rede de transportes, nesse caso, o rodoviário com disponibilidade de horários e infraestrutura viária, não define-se como preponderante para a mobilidade e interação espacial em direção a Guarapuava, de maneira que é mais relevante o movimento da população de Guarapuava para outras cidades de maior centralidade que a desempenhada por Guarapuava como Centro sub-regional A, com um nível de alcance mínimo sob uma realidade socioeconômica crítica segundo informações do IPARDES (2005, 2006).

Com a finalidade de não nos pautarmos somente na posição hierárquica para a definição da importância da cidade na rede urbana empreendemos outras análises sobre: a

¹⁰¹ A intensidade de relação e os motivos pelos quais a população se desloca para Ponta Grossa e Curitiba e outros centros será apresentada e discutida no capítulo 3.

dinâmica populacional, socioeconômica, sobre o mercado de trabalho e equipamentos urbanos coletivos. Com isso, pretendemos evidenciar a funcionalidade de Guarapuava na Divisão Territorial do Trabalho.

Na complexa lógica que envolve a inserção das cidades na rede urbana, ressaltamos que em alguns centros urbanos, emergem potencialidades funcionais ou são efetivamente criadas, enquanto outros perdem parte de suas funções (CORRÊA,1997a). Nesse sentido, as cidades médias se diferenciam das cidades de porte médio pela complexidade funcional e, as diferenças se manifestam segundo os processos socioeconômicos e políticos na formação e desenvolvimento socioespacial da cidade em seu contexto regional.

2.3.5.2 Equipamentos urbanos coletivos: elementos para a estrutura e dinâmica intra-urbana

Os equipamentos urbanos coletivos sinalizam o nível de bem-estar social proporcionado à população quanto ao atendimento em diferentes áreas como saúde, educação, lazer, entretenimento entre outras. Nessa análise, verificamos a disponibilidade de *shopping center*, hospitais públicos, aparelhos para a realização de exames, centros de eventos e hotéis com a intenção de compor o quadro de investigações que permitam entender Guarapuava e a possibilidade de sua atuação como cidade média.

A implantação e a consolidação do *shopping center* tem intrínseca ligação com os hábitos e a capacidade de consumo da população, por ser um empreendimento comercial e de lazer difundido no Brasil, a partir da década de 1960 com a inauguração do *Shopping Iguatemi* na cidade de São Paulo. Desde então, shoppings passaram a ser edificados no país, em cidades que apresentam dinâmica socioeconômica suficiente para usufruir do estabelecimento.

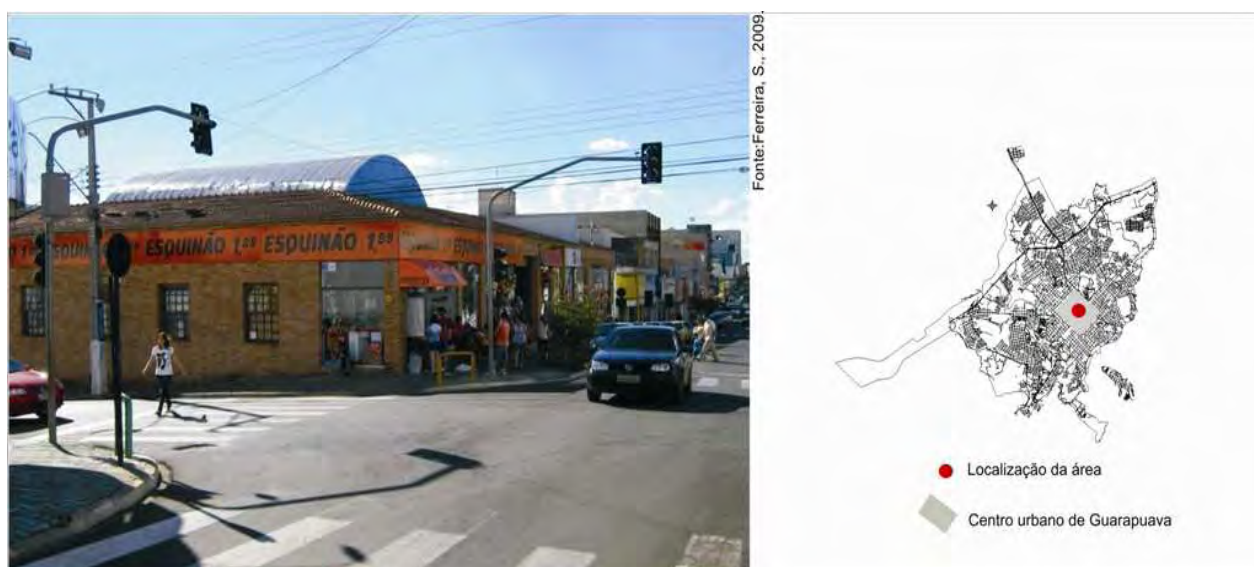
Em Guarapuava, houve uma tentativa insólita de edificação, na década de 1990, de uma galeria comercial vertical, com apenas um andar e lojas no térreo, com praça de alimentação em formato semelhante ao *shopping*, denominado *Shopping Maria Antônia* (Figura 16). No entanto, o empreendimento não teve receptividade por parte dos consumidores, permanecendo atualmente, com poucas lojas abertas e horário de funcionamento igual ao do comércio de rua. Com apenas um restaurante funcionando no espaço que deveria ser a praça de alimentação, o empreendimento configurou-se, mais propriamente, como um edifício residencial com comércio no térreo.

Figura 16: “Shopping” Maria Antonia – Guarapuava-PR



Outras galerias foram edificadas na cidade e maior parte das lojas permanecem vazias; grande parte é ocupada por atividades de prestação de serviços. A Figura 17 ilustra um espaço que foi planejado para ser uma galeria comercial com diversas lojas e que esteve em funcionamento por cerca de seis meses, sem contudo ter todas as lojas ocupadas. Durante esse período, o espaço atraía jovens em torno de uma lanchonete localizada no corredor. Contudo, o projeto inicial foi revisto, e o que seria uma galeria tornou-se uma grande loja de artigos populares “1, 99”.

Figura 17: Mudança de uso: de galeria comercial à loja de 1,99



A população parece não aderir à prática de compras em ambientes fechados, preferindo o comércio de rua. A manifestação verbal favorável por esse tipo de

estabelecimento comercial e de lazer vem, geralmente, de pessoas oriundas de centros maiores que se estabeleceram em Guarapuava. São pessoas com hábitos de consumo mais sofisticados e que valorizam realizar compras em *shoppings centers* como uma opção confortável para o consumo.

No tocante à infraestrutura para atendimento de demandas externas mais exigentes, como no ramo de hotelaria, a cidade dispõe de apenas um hotel classificado como 4 estrelas e dois com 3 estrelas, sendo que os demais estão abaixo dessa classificação, segundo os critérios da EMBRATUR (Instituto Brasileiro do Turismo) e da ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis)¹⁰². Para atender a uma demanda maior como em encontros científicos com a presença de várias delegações, Guarapuava apresenta dificuldades com hospedagens, pois o número de quatro hotéis de alto padrão é insuficiente nessas ocasiões.

No mesmo sentido, há mínima disponibilidade de espaços com cobertura, estacionamento, cozinha e banheiros, etc., com capacidade para abrigar pessoas para a realização de grandes eventos de distintas naturezas e *Shows* artísticos. A cidade dispõe apenas de um estabelecimento, denominado *Pahy* Centro de Eventos. O espaço em que se realiza a tradicional feira de exposições da Sociedade Rural de Guarapuava não se enquadra na categoria de espaço para eventos, pois não apresenta cobertura e calçamento interno, o que representa inadequação para atendimento frequente ao público, sobretudo, em condições climáticas desfavoráveis.

Na área de saúde, Guarapuava é referência principalmente devido ao Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS)¹⁰³. Além de atender à população do município, oferece serviços de saúde desde o atendimento médico até a realização de exames a treze¹⁰⁴ dos vinte municípios que fazem parte da Quinta Regional do Município de Guarapuava, que passaram a integrar o (CIS) Centro-Oeste, órgão que objetiva promover uma política intermunicipal de saúde.

As pessoas se deslocam dos municípios vizinhos em ônibus ou ambulância do município de origem e somam-se à população de Guarapuava, contribuindo para o aumento

¹⁰² A classificação é estabelecida em: simples (sem estrelas), econômico (uma estrela), turismo (duas estrelas), superior ou executivo (três estrelas), luxo (quatro estrelas) e super luxo (cinco estrelas).

¹⁰³ Os consórcios são parcerias estabelecidas entre os governos municipais de algumas cidades dentro de uma determinada microrregião, com regras de financiamentos de serviços e acesso de clientelas com base em recursos dos municípios associados. Essas parcerias têm se tornado alternativas para os municípios de pequeno porte solucionarem o problema crônico da distribuição de serviços especializados.

¹⁰⁴ Prudentópolis, Pinhão, Palmital, Pitanga, Goioxim, Canta Galo, Turvo, Laranjal, Boaventura de São Roque, Foz do Jordão, Cândói, Reserva do Iguaçu e Campina do Simão.

da circulação de pessoas e veículos na cidade, contudo, em pouco acrescentam para a circulação de capital, uma vez que a grande maioria são pessoas com baixa renda. O número de estabelecimentos de saúde em Guarapuava somam 63 no total, divididos entre hospitais, clínicas particulares e postos de saúde, sendo 798 leitos para internação. Contudo, ao se tratar de estabelecimentos públicos (SUS), o número de hospitais é reduzido a 3, sendo estes equipados com centro cirúrgico e CTI/UTI e apenas um equipado para neurocirurgia (Quadro 29).

Estabelecimentos	Qtde
Estabelecimentos com atendimento público e internação (SUS)	03
Estabelecimentos com atendimento de emergência com centro cirúrgico;	03
Estabelecimento com atendimento de emergência com neuro-cirurgia	01
Estabelecimentos com UTI/CTI	03
Fonte: IBGE, 2005. Org.: FERREIRA, S. C. 2008.	

A diversidade e a quantidade de equipamentos para exames médicos são evidenciadas por meio do Quadro 30, o qual expressa a insuficiência de equipamentos frente à demanda e populacional.

Equipamento	Qtde
Mamógrafo com comando simples	1
Mamógrafo com estéreo-taxia	1
Raio X para densitometria óssea	0
Tomógrafo	4
Ressonância magnética ¹⁰⁵	0
Ultrassom doppler colorido	3
Eletrocardiógrafo	23
Eletroencefalógrafo	5
Equipamento de hemodiálise	28
Raio X até 100Ma	7
Raio X de 100 a 500mA	7
Raio X mais de 500Ma	7
Total	86
Fonte: IBGE, 2005. Org.: FERREIRA, S. C. 2008	

¹⁰⁵ Em 2009, abriu, na cidade, uma clínica particular para a realização de exames especializados que possui equipamento para a realização de ressonância magnética, tendo o mesmo o custo de R\$ 900,00.

Os custos com os serviços de saúde são complementados pelo repasse dos municípios que têm uma participação financeira para a manutenção administrativa, consultas e exames de média complexidade. Há uma lei municipal que autoriza o município a participar do consórcio, sendo que o repasse financeiro é feito de acordo com o censo populacional do município, segundo os dados oficiais do IBGE, fornecidos de acordo com a estimativa do ano subsequente. Os valores repassados são provenientes de recursos próprios da receita orçamentária do município destinada à saúde.

A quantidade de vagas é dada pelo percentual populacional municipal, o CIS oferta aproximadamente três mil e oitocentas consultas ao mês. A oferta de consulta é semanal e o percentual de cada município é o seguinte: Prudentópolis tem 15,37%; Pinhão, 11,03%; Palmital, 10,72%; Pitanga, 9,18%; Goioxim, 9,11%; Cantagalo, 8,14%; Turvo, 7,21%; Laranjal, 5,84%; Boaventura de São Roque, 5,70%; Foz do Jordão 4,92%; Cândói, 4,54%, Reserva do Iguaçu, 4,40%; Campina do Simão, 3,98%. Os exames mais utilizados são os laboratoriais, RX com contrastes e de oftalmologia.

Nos casos em que o CIS não tem a qualificação necessária para o atendimento do problema, o paciente retorna a sua unidade de saúde de origem e esta então lhe encaminha para um centro maior, seguindo a hierarquia do sistema. Por meio do CIS, os deslocamentos entre os centros acontecem de maneira convergente, ou seja, numa só direção; neste caso, Guarapuava, para onde todos os municípios do consórcio se dirigem em busca de assistência.

A centralização desse serviço revela-se no contexto regional, no maior meio de interação espacial por ser uma atividade vital para os usuários e ter sido articulada para o atendimento em Guarapuava, como centro de maior expressão. Há, portanto, uma convergência de deslocamentos para a cidade por parte de pessoas oriundas de municípios menores, permitindo entender que “as interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas.” (CORRÊA, 1997b, p. 280).

A região passou por um lento processo de urbanização. O Paraná adentrou aos anos de 1980 com mais da metade de sua população vivendo em áreas urbanas, fato este que, em relação ao Centro Sul, somente ocorreu a partir da década de 1990, em virtude da tardia modernização agrícola ocorrida na região (IPARDES, 2006); assim, mesmo apresentando população urbana maior que a rural, Guarapuava ainda conserva características culturais

vinculadas ao campo que se mesclam às atividades e ao modo de vida urbano. Nas cidades menores, a predominância de população rural reforça o que comentamos sobre Guarapuava.

Devido ao êxodo rural na região de pesquisa, a população dirigiu-se gradativamente, em parte, para Guarapuava acarretando problemas relacionados à ocupação do espaço urbano. O setor imobiliário, desde a década de 1970, cresce abundantemente e, embora tenha se desenvolvido com a participação dos proprietários fundiários, teve, a partir da década de 1980, a abertura para as construtoras oriundas de outras cidades, principalmente para a construção de edifícios, condomínios e residências para pessoas de nível de renda média e alta.

Enquanto as construções voltadas para esse segmento de renda eram ampliadas, distinguindo espaços privilegiados, a questão da moradia popular ficou relegada às políticas públicas. A falta de acesso a moradias é resultado de um conjunto de fatores, dentre os quais destacam-se a baixa condição salarial, a especulação imobiliária que supervaloriza os lotes e as políticas de uso e zoneamento do solo que, em acordo com o loteador repassa o valor das benfeitorias urbanas para o futuro proprietário encarecendo o lote e afastando grande parte da população da possibilidade de adquiri-lo. Essa prática delineou um traçado urbano fragmentado correspondente a uma estrutura social de contrastes. O distanciamento físico e estrutural da área central e adjacências evidenciou, com o tempo, “um espaço urbano dividido entre a cidade legal, dotada de infraestrutura, e a cidade ilegal, ignorada pelo poder público, pelos órgãos de pesquisa, etc”. (MARICATO, 2000, p.44). Questões pertinentes a moradia na cidade serão apresentadas na sequência.

2.3.6 As condições de moradia como indicadores da estrutura urbana

Embora Guarapuava tenha sido elevada à categoria de cidade em 1871, a constituição de seu espaço urbano tornou-se expressiva no século XX. Desde a década de 1940, a cidade tornava-se mais dinâmica com a extração da madeira. Embora efêmera, a atividade repercutiu no espaço urbano pelos recursos gerados com o auge da comercialização da madeira, resultando em estímulo às construções residenciais e ao comércio local (SILVA, 2002).

A difusão das propostas político-econômicas de desenvolvimento nacional refletiram na cidade com a concentração de pessoas, iniciada desde a década de 1960, por meio de ocupações irregulares que formalizaram a primeira favela em Guarapuava,

denominada “Vila dos Aflitos”. Tanto o esgotamento das madeiras nativas como as ocupações irregulares e o próprio adensamento urbano deflagravam a degradação ambiental estimulando a relação conjunta entre problemas sociais e ambientais (SOUZA, 2001).

O “progresso” anunciado em nível nacional procurava ser reproduzido em Guarapuava com as adaptações necessárias aos moldes culturais locais, enfatizando o que Kovarick (1993, p.33) aponta ao escrever que “o crescimento econômico e a pauperização de vastas parcelas das classes trabalhadoras são dois processos frequentemente interligados.” Nesse momento Guarapuava já demonstrava forte tendência à segregação urbana a partir do traçado da área central como ponto mais valorizado, dotado de infraestrutura e de localização da elite local.

Reproduzindo a espacialização das desigualdades socioeconômicas, as populações mais carentes, acabaram ocupando áreas que deveriam ser destinadas à preservação permanente, mesmo não sendo adequadas para edificações em virtude da topografia ou da ausência de equipamentos coletivos (transporte, escolas, pavimentação, etc.), na esperança de conseguirem a posse da terra, garantida em época de campanha (SILVA, 1995) evidenciando que as práticas de expoliação do campo passaram a se repetir na cidade. Assim, os comandantes e os comandados continuaram os mesmos, havendo somente a mudança geográfica de reprodução da pobreza.

O custo da terra urbana, nesse caso, atuou como agente segregador induzindo a população a procurar outros meios para “habitar”. Com as mudanças socioeconômicas em nível nacional, o traçado urbano sofreu alterações, inicialmente ligadas a sua delimitação e expansão com a tendência a valorização de áreas frente a urbanização. Num primeiro momento, as chácaras, que ora margeavam o núcleo urbano tradicional, perderam suas funções de abastecimento da cidade e foram sendo parceladas para fins imobiliários. Os loteamentos visavam atender à população de baixa renda que fez da cidade seu local de moradia, embora na área central e num anel em torno dessa área, houvessem terrenos disponíveis, demonstrando que, em meados da década de 1960, a especulação imobiliária preparava o mercado da valorização fundiária (SILVA, 2002).

As determinações para a edificação residencial ou comercial na área central concluía o sentido excludente, enquanto a falta de moradias para a população de baixa renda se ampliava frente à modernização do campo e às transformações econômicas que geravam poucos empregos diretos. Devido a oferta de unidades produtivas insuficientes

para o contingente de trabalhadores dispensados do campo, ocorreu uma crescente pauperização de grande parcela da população urbana. Frente a esse quadro, evidencia-se que a cidade pensada pela elite não contempla a presença do pobre urbano (MARQUES, 2000).

2.3.6.1 Ocupações irregulares: favelas

Em Guarapuava, as favelas foram formadas em regiões periféricas, grande parte à margem das rodovias e ferrovia devido ao vínculo da população com a atividade agropecuária. Essas regiões, além da disponibilidade de espaço, facilitavam o acesso às fazendas nas quais, os bóias-frias trabalhavam em atividades esporádicas, como a colheita de batatas entre outras. Também ocuparam fundos de vale e terrenos públicos. Segundo Marques (2000, p.59), “as favelas na região central, representaram um número menor e foram removidas à medida em que o mercado imobiliário visava à ocupação do espaço ocupado por elas.”

O espaço urbano e sua ocupação desigual, denotam o fracasso e desinteresse por parte do governo e de empresas privadas em atender a demanda por moradias de baixo custo o que estimulou o crescimento das favelas, que acabaram por contribuir para o crescimento horizontal da cidade. Em Guarapuava, a extensão foi margeando o núcleo original, desenhando um quadro hierarquizado com a elite ao centro, um vazio providencial, como reserva de valor que seria ocupado pela classe média e, por fim, mais distante, os bairros populares e depois as ocupações irregulares. Com o alastramento das favelas, a burguesia local exerceu pressão sobre o poder público, porém, a questão sequer foi diminuída. Em 1981, um jornal local denunciava Guarapuava como a cidade que, proporcionalmente, mais tinha favelados no Paraná, com o seguinte texto:

Guarapuava destaca-se entre as cidades brasileiras com maior número de favelas, proporcionalmente, sendo assim, a primeira do Paraná. Segundo levantamentos estatísticos feitos pelo Departamento de Habitação do Município, atualmente mais de 1500 famílias residem nas regiões da periferia da cidade, nas chamadas favelas. (Jornal Esquema Oeste, agosto de 1981, p.3)

Na década de 1980, Guarapuava tinha um total de 158.585 mil habitantes, sendo 89.951 na área urbana e 68.636 na rural. Nesse sentido, observa-se que ainda havia um número significativo de população rural, da qual, a continuidade da migração poderia

agravar a situação de pobreza urbana. Tal fato aconteceu e, em 1985, o mesmo jornal editava nova notícia sobre o aumento de população favelada para cinco mil.

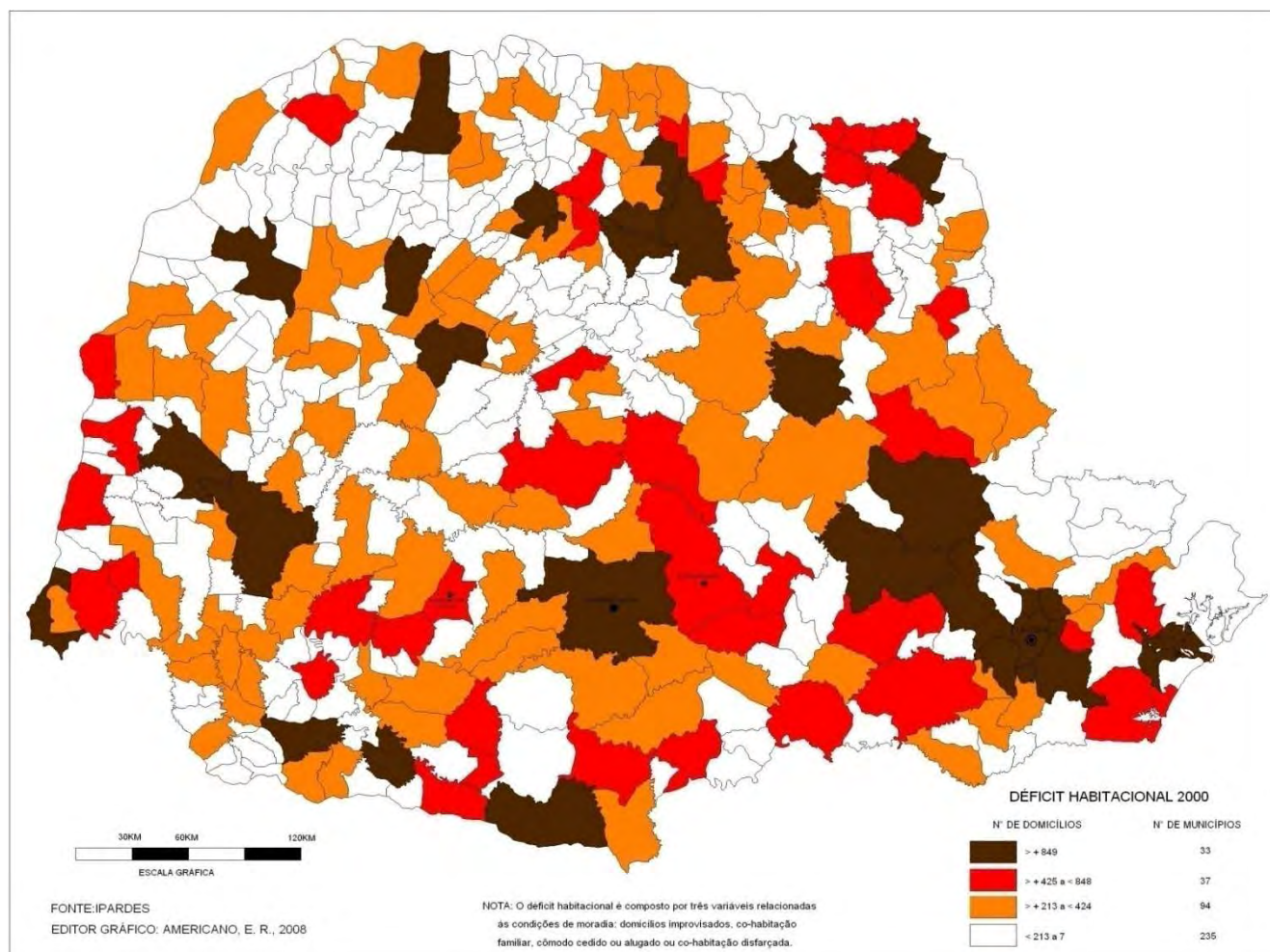
Enquanto buscava-se a modernização do centro e de áreas circunvizinhas, cresciam as diferenças socioespaciais com o aumento significativo de pessoas pobres e do *déficit* habitacional, que chegou em 1995, ao número aproximado de 7000 mil pessoas vivendo em 22 favelas, onde se incluíam as questões de co-habitação e de improvisação habitacional, que passava a ser permanente e comportava o uso de materiais rústicos para a construção dos barracos. O déficit habitacional era de 4000 unidades, segundo a Prefeitura Municipal de Guarapuava (1995). Na década de 1990, a população urbana era de 107.022 mil habitantes e 52.551 habitantes na área rural. Uma importante conclusão dos técnicos da Prefeitura Municipal sobre os dados e a realidade pesquisada foi que a favela não ficou como um local temporário para os recém-chegados do campo e para a população de baixa renda que foi se formando na cidade. A favela em Guarapuava apresentou-se como uma moradia definitiva para as pessoas (MARQUES, 2000).

Além dessa perspectiva duradoura por parte da população, o que contribuiu para o enraizamento físico e no plano das idéias, sobre as favelas como algo definitivo, foi a falta de atenção do poder público que voltou por longo tempo, o olhar somente para a valorização e criação de bem-estar em áreas destinadas à ocupação de grupos socioeconomicamente dominantes enquanto os desfavorecidos economicamente, sem poder de articulação e organização, permaneceram com as promessas eleitoreiras.

A expansão urbana produzida distante do perímetro privilegiado deu a falsa impressão de que os “pobres” ficariam longe para sempre. Mesmo distantes do campo visual, a população das favelas crescia e já não passava mais despercebida. Em 1997, a Prefeitura Municipal de Guarapuava, por meio da Secretaria de Promoção Social, registrou a existência de 27 favelas, o que denota a ampliação do déficit habitacional.

Foram consideradas favelas, no documento, todas as ocupações irregulares com população de baixa renda, que necessitam de programas relativos à produção e compra de lotes urbanizados, recuperação de áreas degradadas para uso habitacional, envolvendo ações de urbanização, melhorias habitacionais, proteção ambiental e urbanização, parcelamento de glebas e regularização fundiária de áreas ocupadas. Em 2000, Guarapuava foi classificada entre os municípios mais críticos do estado em relação à carência habitacional (Figura 18).

Figura 18: Distribuição dos municípios com déficit habitacional no Paraná



Os dados demonstram que as medidas tomadas em relação à habitação, até 2000, não foram suficientes e que a concentração e reprodução da pobreza agrava-se na cidade ampliando o número de favelados. A questão converge com a pouca oferta de emprego e a baixa qualificação profissional. Portanto, de nada adiantam a construção de núcleos habitacionais para quem não pode arcar com as prestações e o transporte, principalmente, porque os espaços destinados para tais construções populares costumam ser afastados do centro da cidade.

2.3.6.2 Políticas habitacionais públicas e privadas em Guarapuava: loteamentos, conjuntos habitacionais e “desfavelamento”

Para população que não pode comprar um lote de terra urbana para morar, a possibilidade oferecida pelo mercado imobiliário é a locação. Geralmente, essa opção

demanda uma parte do salário das famílias, da qual, muitas não dispõem. Em Guarapuava, durante a década de 1980 e 1990, havia um mercado inflacionado com poucos imóveis e apenas quatro imobiliárias no comércio de locação (TURRA NETO, 2008). Assim, a população desprovida de condições de alugar, comprar o imóvel, comprar um lote e construir, pagar um financiamento particular ou do programa de governo, teve na favela a opção mais próxima para moradia.

Pesquisas revelam que, em Guarapuava, o processo de expansão urbana se deu em função de interesses privados, através da transformação da terra rural em solo urbano. A valorização, tão almejada pelos proprietários fundiários, ocorreu predominantemente através da ação do Estado, que a promoveu em diferentes níveis no interior da cidade, Silva (1995, 2000), Marques (2000) Loboda (2008).

O capital privado local esteve fortemente presente na definição da produção do solo urbano desde a origem da cidade, juntamente com o poder público no papel do estado e do município, regulando, legitimando e participando das ações referentes ao parcelamento do solo, mas em pouco beneficiando a população de baixa renda que se agregava à cidade.

2.3.6.3 Loteamentos e a possibilidade de moradia

Os primeiros loteamentos em Guarapuava surgiram desprovidos de controle por parte do poder público, gerando uma problemática futura para a legalização dos lotes. Segundo Silva (1995, p.88), os primeiros loteamentos,

propiciaram o desatrelamento do quadro urbano primitivo em direção norte/nordeste e pouco afastados da malha urbana contígua. Na década de 1950, ocorre uma modificação do padrão de crescimento na década anterior e os loteamentos começaram a ficar bastante longe do quadro primitivo e atrelados às grandes vias de acesso, ocasionando o crescimento em direção a oeste. A década de 1960 apresentou uma paisagem de loteamentos dispersos em todos os sentidos da cidade, intercalados com chácaras ainda em restrita atividade e, ligado as grandes vias de entrada e saída da cidade.

Mesmo com o parcelamento do solo distante do centro para a venda de lotes, na década de 1960, também se evidenciava na cidade o adensamento de pessoas que não podiam pagar pelos terrenos, iniciando, como já mencionado, a formação de favela. As décadas seguintes, 1970 e 80, foram marcadas pela intensa atividade de loteamentos.

Grande parte dos terrenos foram vendidos sem as devidas preocupações com a implantação de infraestruturas, como pavimentação de ruas, galerias fluviais e rede de esgoto, além de iluminação pública precária. À revelia da Lei Federal 6766/79, que designava uma série de providências a respeito de infraestrutura em loteamentos urbanos, a própria prefeitura autorizava os loteamentos desprovidos dessa preocupação com a finalidade de atender à demanda habitacional.

Somente com a Lei 045/1987 passou-se a adotar uma regulamentação, para os loteamentos privados; antes, os lotes eram vendidos a baixo custo, devido à ausência de infraestruturas e a população, posteriormente, passava a reivindicar na prefeitura tais benfeitorias. A partir de tal regulamentação, como a maioria dos loteamentos são particulares, o custo do lote foi elevado devido à falta de contrapartida do poder público local, e o proprietário é quem passou a arcar com tais custos, dificultando ainda mais o acesso à terra urbana destinada à habitação.

Segundo a Lei de Zoneamento de 1987, o loteador deveria separar 35% do loteamento para o poder público local implantar infraestruturas públicas como escolas, postos de saúde ou áreas de lazer. Contudo, as áreas destinadas a essas benfeitorias, foram sempre de péssima qualidade para a edificação, ficando, assim, grande parte ociosa e tornando-se alvo das ocupações.

As práticas adotadas para a abertura de loteamentos particulares, em Guarapuava, e o insuficiente investimento em programas habitacionais para população de baixa renda por parte dos governos federal, estadual e municipal, redundaram na ampliação de ocupações irregulares que datam desde a década de 1960, paralelamente à intensificação de loteamentos privados.

A proliferação de barracos providenciados pela população desfavorecida passou a fazer parte da paisagem da cidade, denotando que as invasões são uma evidência irrefutável de que, “na cidade formal, existe uma cidade informal”, clandestina e indesejável que se faz cada dia mais presente (BRESCIANI, 1993, p. 246), pois as regras impostas pelo mercado imobiliário para a aquisição da casa própria constituem barreiras difíceis de serem transpostas pelos desfavorecidos.

Para atender à carência habitacional, algumas iniciativas foram empreendidas por parte do poder público municipal, individualmente ou em diferentes parcerias. Todavia, mesmo as ações governamentais apresentam exigências mínimas que afastam a

possibilidade de obtenção de uma propriedade legalizada. Quando se trata dos conjuntos habitacionais, é comum solicitar, para a inscrição, um comprovante de renda que permita a previsão do pagamento das prestações. Nesse item, muitos são excluídos, pois, muitos dos favelados são desempregados ou sub empregados. Quando o tipo do programa permite a renda informal, muitas famílias não conseguem levar o plano de compra da moradia adiante e acabam sem água, energia e, por fim, perdem, abandonam ou, geralmente, vendem a casa.

2.3.6.4 Conjuntos habitacionais em Guarapuava-PR: interesses *versus* necessidades

As políticas habitacionais no Brasil estiveram sob as determinações do BNH (Banco Nacional de Habitação) e o Sistema Federal de Habitação, criados em 1964 sob a Lei 4380. Tais órgãos governamentais, em sua trajetória, atuaram mais no sentido de manobras políticas que efetivamente na resolução dos problemas habitacionais. Sem maiores aprofundamentos nesse tema, que é sobretudo político, pode-se afirmar que as parcelas da população mais beneficiadas pelos programas instituídos foram os de renda média, enquanto a população de baixa renda permaneceu isenta de políticas eficazes na resolução de seus problemas.

Uma justificativa para essa afirmação baseia-se na questão de que, para inscrever-se e adquirir uma casa nos chamados conjuntos populares, necessitava-se renda mínima e condições para pagar as prestações. Como muitos estavam fora do mercado ou não atingiam a renda mínima, permaneciam excluídos do programa. Não obstante, as unidades oferecidas eram sempre inferiores ao número de famílias cadastradas.

Para atender à camada de desfavorecidos, o programa PROMORAR¹⁰⁶ foi implantado em Guarapuava, como um programa que buscava melhorar apenas a favela em sua forma, com a eliminação dos núcleos, desacompanhado de outras iniciativas que fossem ao encontro das necessidades da população, como educação e emprego; a medida foi paliativa e outras favelas foram surgindo.

Em Guarapuava, o BNH e a COHAPAR, atuaram na construção de núcleos habitacionais desde a década de 1970, quando foi inaugurado o Jardim Pérola do Oeste, com 370 unidades residenciais. Em seguida, vieram os conjuntos Padre Chagas, com 225 casas, Santa Cruz, com 124 casas e, no final da década de 1980, com a extinção do BNH,

¹⁰⁶ Programado governo federal criado em 1979 visando a erradicação de favelas.

surgiram novos financiamentos pela Caixa Econômica Federal e deu-se a construção dos Residenciais Ouro Branco e Ouro Preto, com 112 e 114 unidades residenciais, respectivamente (COHAPAR, 1995).

Além dos conjuntos habitacionais citados, foram construídos outros 17 que, somados, contabilizam o número de 3200 unidades residenciais. No entanto, segundo a COHAPAR, a demanda habitacional em Guarapuava em 1992 era de 5000 mil unidades. Entre 1992 e 1997 foram construídos mais dois conjuntos e, até 2000, mais um. Somam-se, então, até 2000, 24 conjuntos habitacionais na cidade.

O último loteamento iniciado em 1999, ocorreu em três etapas e teve diferentes formas de financiamentos:

iniciou em 2000 com recurso financiado pela Caixa Econômica Federal sendo edificadas 405 casas. No segundo momento, a construção, em 2003, seguiu com recursos dos proprietários que investiram nas casas de acordo com o poder aquisitivo de cada um sendo edificadas 305 casas e, num terceiro momento, em 2004, apenas 100 unidades foram construídas através da verba de “fundo perdido” (MORIMITSU e SILVA, 2009, p. 94)

As condições de infraestruturas como a pavimentação das ruas e áreas de lazer adequadas, continuam sendo motivo de reivindicações por parte dos moradores, pois não foram providenciadas. Entre as famílias contempladas com as unidades residenciais em todos os conjuntos, muitas não permaneceram no programa por diversos motivos. A inadimplência foi maior nas unidades destinadas à população de baixa renda ou resultado de projetos de desfavelamentos. Dentre os motivos possíveis, a falta de recursos é o mais comum e redundante na procura por imóveis de baixo aluguel na periferia ou de um espaço nas favelas. Os programas voltados para a população de baixa renda, que se destinam à chamada demanda de “interesse social”,

não só são quantitativamente pouco expressivos, como também, frequentemente, as camadas que deveriam ser beneficiadas não tem condições de amortizar as prestações previstas pelas fantasiosas soluções oficiais. O resultado é que as habitações ou ficam vazias ou acabam sendo transferidas para os grupos que possuem renda mais elevada, enquanto que as pessoas a quem se destinavam os programas subsidiados pelo poder público, acabam voltando as suas condições originais de moradia, que aliás, são aquelas que imensa parcela da classe trabalhadora precisa adotar para continuar se reproduzindo nas cidades. (KOVARICK, 1993, p.63)

Os programas, de maneira geral, são incompatíveis com o perfil sócioeconômico dos futuros moradores e a prática desvia-se bastante dos discursos políticos em torno da questão habitacional. Para Silva (1995, p. 129), os projetos habitacionais em Guarapuava, apesar de sustentarem um discurso de prioridade no atendimento das classes populares, “tiveram um caráter emergencial e serviram a interesses diversos, inclusive, os de proprietários que queriam se desvencilhar de imóveis pouco valorizados ou que haviam sofrido processos de invasão.”

Além disso, muitos conjuntos foram importantes para a expansão e valorização de lotes urbanos, uma vez que muitos parcelamentos privados, aproveitando-se das infraestruturas e demais serviços implantados nos núcleos urbanos, proporcionavam lucratividade para os empreendedores imobiliários com terrenos à espera de valorização, os quais, tinham a classe média e alta como novos proprietários potenciais.

Sobre a infraestrutura nos conjuntos habitacionais, Marques (2000, p.122) lembra que “alguns núcleos construídos com recursos da prefeitura, como o Planalto Verde, Parque das Árvores e São Cristóvão, integrantes de projetos que visava à minimização de favelas, na década de 1980, foram entregues aos moradores sem instalação elétrica, hidráulica e sanitária.”

Uma das alegações mais empregadas em Guarapuava sobre os períodos de baixo investimento refere-se à falta de parceria devido a oposições políticas entre a Prefeitura Municipal e governo do estado, culminando geralmente, na estagnação de investimentos nos setores sociais mais críticos, como o habitacional. Desde a reeleição do atual prefeito¹⁰⁷, não houve, por exemplo, investimento em habitação, na cidade. Contudo, sabe-se que tal alegação discursiva reflete como algo culturalmente histórico em Guarapuava e na história política do país.

2.3.6.5 Programas de desfavelamento: regularização ou valorização urbana

As iniciativas de desfavelamento, geralmente, denotam a preocupação do poder público e da sociedade em banir da cidade a organização habitacional chamada favela. Compreende um programa habitacional que visa à eliminação das características da favela e a instituição de um ar de dignidade com a edificação de casas e a urbanização. A qualidade

¹⁰⁷ Fernando Ribas Carli, Partido Progressista (PP), eleito em 2004 e reeleito em 2008. Faz oposição política ao atual governo Roberto Requião, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

das casas e as condições de vida de seus futuros ocupantes pouco são levados em consideração nesse caso, mas sim, os números de atendidos e a eliminação da favela.

A primeira experiência nesse sentido, em Guarapuava, refere-se a um programa de construção em mutirão a partir da doação de um terreno pela Fundação Social e Cultural de Guarapuava (Igreja Católica) à prefeitura, em 1979. Em 1980, das 90 unidades previstas, as 34 primeiras casas de 32m foram construídas em sistema mutirão no núcleo João Paulo II, distante das infraestruturas e dos equipamentos urbanos.

Surgiu da finalidade de erradicar a favela construída às margens da Rodovia Federal 277. Segundo o sistema de construção, o empreendimento teve baixo custo para a prefeitura, uma vez que os futuros moradores é quem construíram suas casas em horários extras. O desfavelamento de duas ocupações na área central reforçou a idéia de distanciamento dos favelados, por meio de sua retirada e transferência para outros locais, não resolvendo o problema das favelas, mas, ampliando as já existentes ou criando outras. A maioria das favelas em Guarapuava localiza-se na periferia em locais pouco visíveis para quem transita na área central.

Duas delas, localizadas em bairros próximos ao centro, foram removidas em meados da década de 1980. A favela Concórdia foi removida devido a um projeto de renovação e valorização urbana, para a construção de uma área de lazer e prática de esporte denominada Parque do Lago, que beneficia a elite com residências de alto padrão nessa área. A população foi dirigida para áreas indicadas pela prefeitura.

A favela localizada no bairro Morro Alto, também próxima ao centro, foi removida por estar ocupando uma área de expansão urbana e com amenidades físicas, que previa a valorização, inclusive, para a abertura de lotes residenciais e construção de condomínios para a população de renda média. Nesse período, alguns moradores dessas favelas removidas passaram a ocupar outra favela, a Toca da Onça (MARQUES, 2000).

Outra proposta de adequação das moradias em Guarapuava foi a urbanização da favela Iraque. Contudo, essa iniciativa, por parte da Prefeitura, gerou polêmica ao urbanizar uma área institucional de outro conjunto habitacional e parte de uma área de preservação permanente¹⁰⁸.

¹⁰⁸ São delimitações marginais em torno dos cursos hídricos, com obrigatoriedade, segundo as esferas legislativas (Federal, Estadual, Municipal), da presença e a conservação da vegetação natural, para proteção dos cursos hídricos.

O ano de 1996 marcou o auge da atuação para o desfavelamento em Guarapuava, que permaneceu distante da resolução do problema dos que não têm onde morar. Sempre aquém da demanda, atingiu número reduzido de favelas e, somando-se a isso, os favelados atendidos pelo programa enfrentaram dificuldades em adaptar-se aos conjuntos habitacionais construídos devido à distância e ao apego ao local em que estavam (MARQUES, 2000).

Uma das experiências mais intensas de remoção ocorreu na favela Toca da Onça, onde 83 famílias, em moradias precárias, habitavam uma região íngreme de um fundo de vale, de difícil acesso e sem infraestrutura. Apenas uma torneira atendia à necessidade da população e não havia energia elétrica.

Devido às péssimas condições e por se tratar de uma área de preservação ambiental, segundo os técnicos da prefeitura, em 1997 o governo do estado do Paraná e a Prefeitura de Guarapuava, por meio do Programa de Atuação em Favelas, previram a construção de 94 unidades pelo sistema de autogestão.

As iniciativas, contudo, foram insuficientes diante da desigualdade socioeconômica e espacial. Das 94 unidades construídas no Jardim Rouxinol, somente 58 foram ocupadas; os demais favelados foram para outras favelas por não terem condições de arcar com os custos do imóvel.

O espaço urbano de Guarapuava, apesar da expansão, ainda possui vazios urbanos que estão gradualmente sendo loteados e vendidos para a população de nível de renda médio e alto, sobretudo a partir de 2003. Tais áreas ficam distantes das periferias e do campo de visão de quem transita por trajetos privilegiados.

Pode-se afirmar que a pobreza, em Guarapuava, fica bem escondida nas margens da cidade, de maneira que, quem entra e sai de sua delimitação urbana, precisa estar atento para perceber o cinturão de pobreza presente nas áreas mais baixas e afastadas do centro, onde a arquitetura e o paisagismo é um misto de madeira, concreto e terra, além de muitos resíduos sólidos, animais, crianças e adultos lutando como podem por dignidade na cidade.

A apresentação breve da forma como se deu a produção do espaço urbano em Guarapuava, tomando por base a habitação, revela a presença de agentes comuns a esse processo sendo: o Estado, em suas diferentes esferas, o proprietário fundiário e agentes externos e internos à cidade, atuando via construtoras e incorporadoras, assim como, os grupos sociais.

Entre acordos e conflitos produz-se uma urbanização incompleta e excludente com problemas ambientais e de habitabilidade, como expressam as Figuras 19 e 20, referentes a ocupações que se tornaram permanentes no Jardim Industrial, periferia urbana de Guarapuava.

Figura 19: Habitações improvisadas em área carente por infraestrutura urbana no Jardim Industrial – Guarapuava - PR

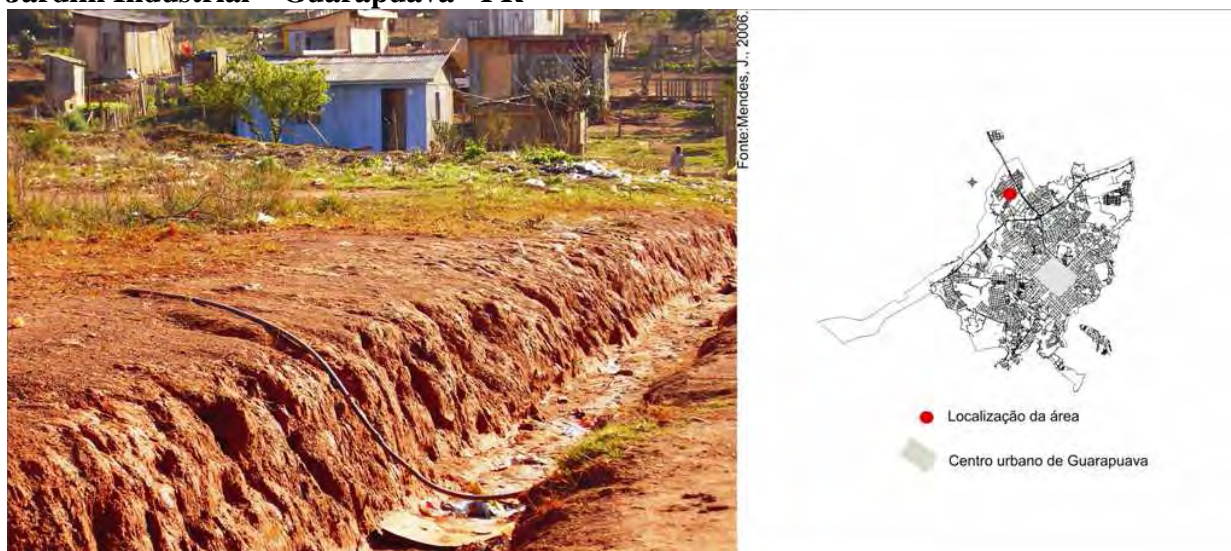
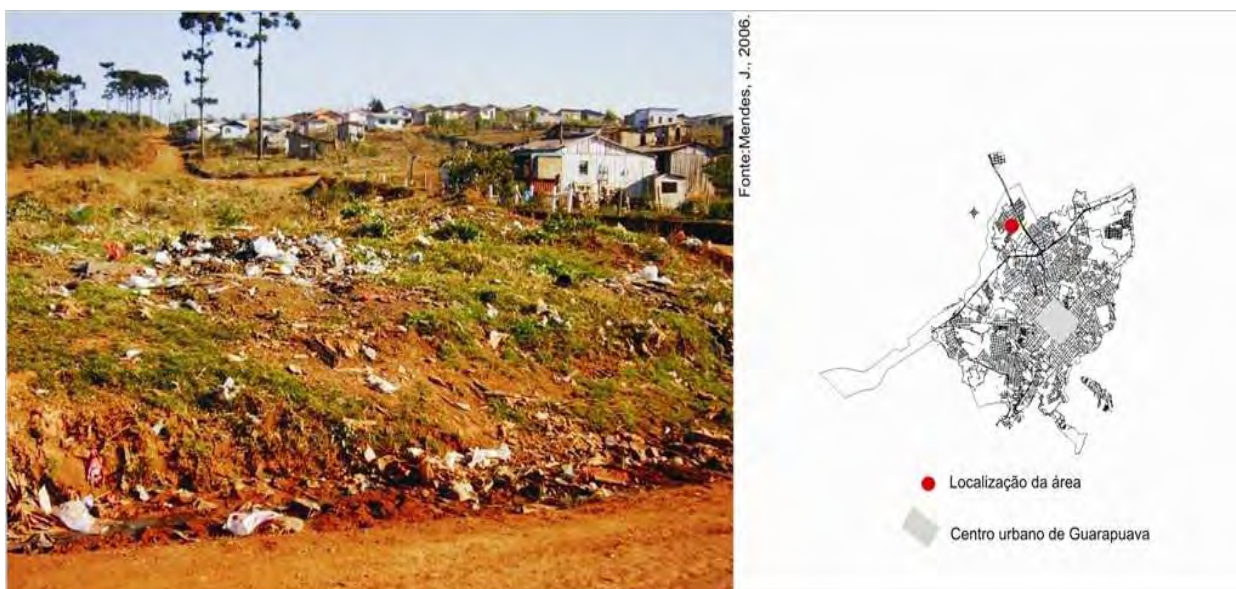


Figura 20: Condições ambientais e de infraestrutura na periferia urbana de Guarapuava-PR



Embora a produção tenha se tornado coletiva, em virtude da divisão do trabalho, requerida pela tecnologia contemporânea, “a apropriação e o consumo continuam

individuais e privados” (BOLAFFI,1979, p.42) , inclusive o consumo do espaço urbano, o que demonstra que a função social da terra não é considerada. A verticalização nas cidades brasileiras, inclusive nas de porte médio, onde há abundância de espaço urbano, além do interesse da construção civil e do mercado imobiliário, demonstra um pouco dessa individualização da moradia.

2.3.6.6 Verticalização como alternativa de valorização urbana e difusão do moderno

A verticalização residencial e comercial, como um conceito moderno, teve na década de 1970, em Guarapuava, maior impulso com a construção dos primeiros edifícios. Nesse período, o Estado destacou-se como promotor dos primeiros empreendimentos verticais entre quatro e seis pavimentos, caracterizando-se como promotor imobiliário, proprietário fundiário e consumidor de espaço e das melhores localizações do anel central. O Estado, através da sede central dos órgãos de governo, decidia sobre a compra ou desapropriação do terreno no qual seria realizada a construção do edifício, determinava também sobre as características dos projetos, os investimentos, os cronogramas de execução e a contratação da empresa executora da obra. As empresas contratadas por licitação eram oriundas da capital do estado do Paraná e, ao terminarem o empreendimento, retiravam-se do mercado local. Muitas sedes de instituições públicas foram edificadas nesse período (SILVA, 2002).

A verticalização teve continuidade alternando as parcerias, tendo o proprietário fundiário como principal financiador na maioria das fases da construção de edifícios, transferindo o investimento para o espaço urbano em formas residenciais e comerciais modernas. Os empreendimentos tinham parte destinada a famílias da sociedade tradicional que, em sua relação de vizinhança, como afirma Silva (2002, p. 225), permitia a manutenção dos códigos culturais específicos da elite campeira, ou seja, a modernização da forma e não do conteúdo.

Entre as décadas de 1980 a 1990 foi expressivo o investimento privado adicionando valor ao espaço urbano por meio da verticalização. De 1990 em diante, o processo se modernizou em sua forma e estrutura, ampliando, assim, o mercado para os promotores imobiliários externos com empresas atuantes em outras cidades no Paraná e outros estados. Segundo Silva (2002, p. 89),

as empresas que se caracterizam por um novo perfil de atuação são a Construtora Gelinski, Construtora Flabel e Construtora Ceccon. A primeira trabalha com capital patrimonial próprio e inicia suas atividades com a construção de imóveis para locação e para satisfazer as necessidades das empresas que fazem parte do mesmo grupo. A construtora faz parte de um grupo empresarial chamado Grupo Gelinski, que retém os seguintes ramos empresariais: hotelaria, turismo, madeira, agropecuária e imobiliária.

Além destas empresas, destacaram-se as empresas Knoner, S.A.O., Grantec, Habibrás e a Rui Brasil. Na área central, surgiram os grandes empreendimentos residenciais com um padrão construtivo de luxo e dispositivos de segurança sofisticados. Os edifícios concretizam a idéia do moderno e criam uma dinâmica socioespacial que divide as pessoas em quem pode ou não se manter neste espaço.

Contudo, segundo Silva (2002, p.87), essa exclusão não aparece de forma explícita em Guarapuava, “ela é fundada e legitimada no próprio processo de construção social e individual, através do qual se cria uma justificativa interna que leva as pessoas a pensarem que é justo verticalizar a cidade às custas da promessa de desenvolvimento municipal em relação à exclusão social no plano intra-urbano.”

A intensidade de ocupação das áreas mais bem situadas relaciona-se com o crescimento da periferia e das ocupações irregulares nas três últimas décadas do século XX e das ocupações irregulares, conforme Silva (1995). Tal relação se deve ao fato de que parte da população residente em áreas que passaram a constituir espaços valorizados ou com perspectivas para a valorização enfrentou a pressão dos custos para habitar nesse local como o IPTU, taxas de asfalto, iluminação pública, esgoto, coleta de lixo. Outro fator é a vizinhança que vai se transformando e dificultando a convivência. Os antigos habitantes acabam vendendo seus lotes e adquirindo outros em áreas mais distantes do centro.

Com a valorização de áreas urbanas, a expansão da periferia propicia a ocupação de áreas inadequadas que, por sua vez, articula-se a outro fator importante que refere-se à questão da habitabilidade¹⁰⁹ que, dificilmente, contempla tais áreas desprovidas de infraestruturas.

¹⁰⁹ O estudo da habitabilidade envolve indicadores de densidade por cômodo, infraestrutura dos domicílios e déficit habitacional

2.3.6.7 Habitabilidade

Foram considerados inadequados todos os domicílios particulares permanentes que não tinham água encanada em pelo menos um cômodo, independentemente da condição de acesso (rede geral, poço ou nascente). Também foram considerados inadequados, quanto ao esgotamento sanitário, os domicílios não ligados à rede geral de esgoto ou fossa séptica.

Do mesmo modo, foram tomados como inadequados aqueles domicílios em que o lixo não é coletado e há ausência de energia elétrica. Segundo esse critério, considerando que a população de Guarapuava em 2000 era de 91,8 urbana, a inadequação é mais expressiva na infraestrutura de rede de esgoto. No entanto, o abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e serviço de coleta de lixo são realizados em número e o percentual de inadequação não é relevante frente ao número de domicílios (Quadro 31).

Quadro 31: Total de domicílios e percentual de inadequação de água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica – 2000				
Domicílio	Água %	Esgoto %	Lixo %	Energia %
38.517	5,9	49,9	2,6	3,4
Org.: FERREIRA, S. C. 2009. Fonte:IPARDES, 2005.				

O número de famílias pobres em Guarapuava, em 2000, era de 11.112 e, destas 9.473 famílias foram cadastradas para atendimento pelo programa social de transferência de renda por parte dos governos estadual e federal denominados Luz Fraterna¹¹⁰ e Tarifa Social da Água¹¹¹ IBGE(2000). Destas 9.473 famílias, 378 na área urbana e 409 na área rural foram atendidas pelo programas Luz Fraterna, somando 52%.

A Tarifa Social Água, atendia 66% das famílias carentes na área urbana (IPARDES, 2007), portanto, considerável número de famílias não participou do programa social do governo. Em grande parte, o motivo dessa não participação atribui-se ao fato da falta de endereço fixo dessas famílias ou à inadequação da habitação em áreas ocupadas.

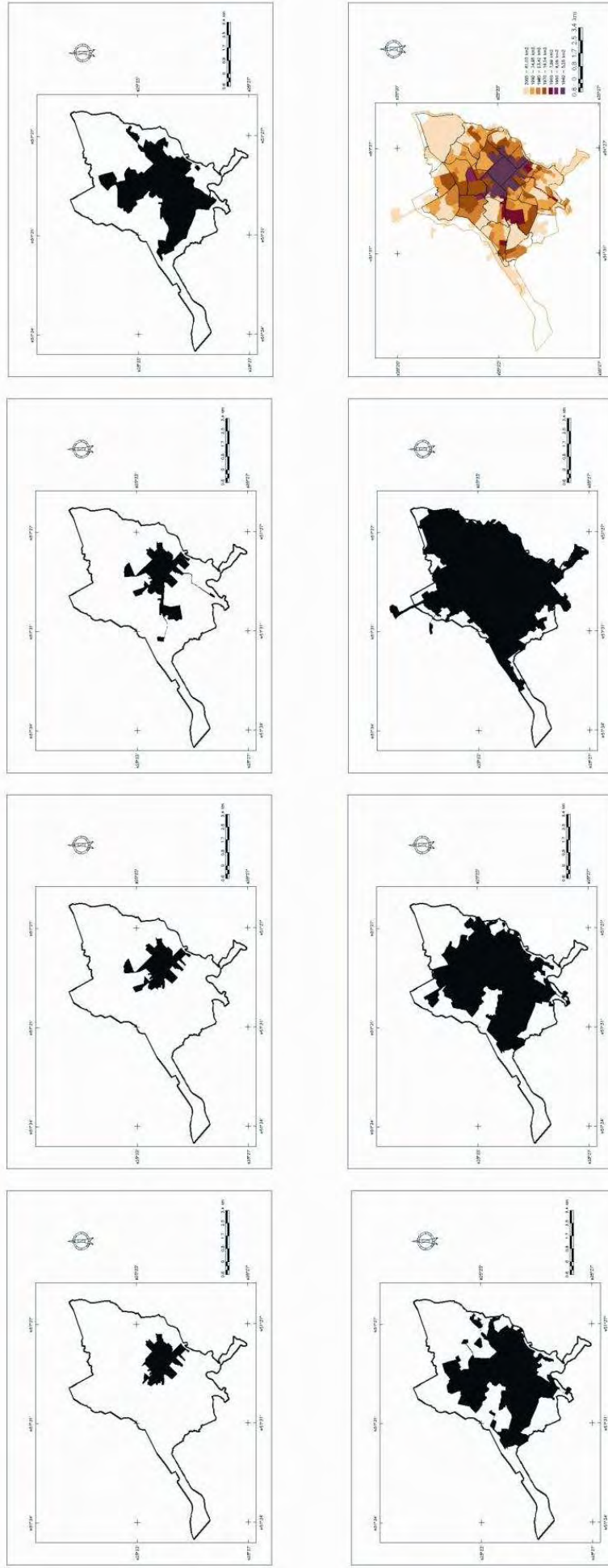
¹¹⁰ É um programa social que isenta de pagamento a conta de luz dos domicílios que consomem até 100 kWh de eletricidade por mês. Para poder participar do Programa, além de atender ao requisito do limite de consumo, o domicílio deve ter ligação de luz monofásica, pertencer à subclasse residencial de baixa renda ou ser beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal (como Bolsa-Família ou Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás).

¹¹¹ É um benefício de redução do pagamento da conta da água para famílias residentes em imóveis com área construída de até 70 m² e que tenham renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de no máximo dois salários mínimos por família, vigente na data de solicitação do benefício. Além disso, o consumo mensal de água deverá ser de até 10 m³ (sendo o valor da tarifa social fixado em R\$ 5,00).

A questão habitacional, associada ao número de famílias pobres existentes, sobretudo, na área urbana, reflete na ocupação e expansão da malha urbana que acompanha, primeiro, o movimento campo cidade até a década de 1990, posteriormente, a concentração de pessoas na cidade, a partir da década de 1990, que passou a originar novos contingentes de desfavorecidos urbanos.

Segundo esse processo, a cidade, em 2007, apresenta o recorte territorial urbano praticamente ocupado com poucas possibilidades físicas e espaciais para expansão (Figura 21). Os vazios urbanos, em sua maioria como reservas de valor, destinam-se a grupos privilegiados, enquanto para acomodar a camada social baixa na cidade, as áreas menos valorizadas, além de poucas, são em grande parte irregulares para ocupação, seja por fatores físicos, ambientais ou institucionais.

Figura 21: A expansão urbana de Guarapuava de 1940 a 2007



Fonte: GOMES, E.S., 2005. Expansão Físico-Territorial de Guarapuava-2005.
GOMES, M.F.V.B. - Base de dados Atlas ambiental de Guarapuava, 2007
Organização e Edição Gráfica: GOMES, M.F.V.B., 2008.

Se por um lado, as políticas públicas habitacionais não conseguem contemplar a população de baixa renda, o mercado imobiliário em Guarapuava é atuante e diversificado, tanto no setor das construções e incorporações, quanto na locação e venda de imóveis, como pode ser observado pelo número de imobiliárias, sendo 27 em 2009 (Associação Comercial e Industrial de Guarapuava, 2009) e, reforçando a análise comparativa a Cascavel, segundo a ACIC (Associação Comercial e Industrial de Cascavel) em 2009 a cidade possuía 50 imobiliárias responsáveis por compra venda e locação de imóveis. Guarapuava apresenta número populacional de cidade de porte médio, contudo, o baixo IDH, baixa renda média familiar, déficit habitacional e elevado número de famílias e pessoas em condição de pobreza são características internas que refletem em sua dinâmica econômica e na participação da rede urbana.

2.4 Síntese sobre o apresentado

O Quadro 32, contém as variáveis empregadas para o estudo sobre cidades médias as quais buscamos contemplar com os dados referentes a Guarapuava. A partir das variáveis trabalhadas, apresentamos os resultados apreendidos e que podem contribuir com o entendimento da cidade no contexto da região e da rede urbana.

Quadro 32: Relação variáveis e resultados	
Variável	Resultados
Formação socioespacial	Decorrente de interesses externos que redundaram na ocupação por agentes que constituíram a elite religiosa, social, política e econômica que passou a governar internamente, construindo um padrão sociocultural distinto e conservador. Desse grupo formou-se uma sociedade concentradora de poder e posses sobre uma maioria de desfavorecidos. Especialmente, constituiu uma cidade com alto valor da terra urbana e segregadora com uma periferia dispersa, ampla e densa com a predominância de ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de preservação. Com a consolidação da sociedade urbana industrial, tem no setor de comércio e serviços o maior responsável pela oferta de empregos e o maior VAF gerado. A indústria com menor participação econômica

<p>Ramos de atividades representativas da atuação de novos agentes econômicos</p>	<p>A renovação mais significativa fica por conta da empresa Agrogen (2008) e da Chocolates Pietrobon (2009). Os setores de comércio e serviços são mais representativos, contudo, a abertura e fechamento muitas vezes acontece rapidamente dificultando o uso estatístico. Novas atividades nesse segmento como exemplos: o serviço de exames de ressonância magnética; e no comércio, lanchonetes Bob's, 10 Pastéis e a loja de chocolates Cacau Show em 2009 (AGIC, 2009).</p>
<p>Dinâmica populacional e mercado de trabalho</p>	<p>Houve um decréscimo e posterior elevação da população total em função dos desmembramentos ocorridos até a década de 1990. A cidade ultrapassou a população urbana maior que a rural em 1980 e seguiu nesse sentido atingindo o grau de urbanização de 91,32% (IBGE,2000). De 2000 a 2007 recebeu pouco incremento populacional na área urbana e total, enquanto a rural diminui. O maior contingente caracteriza-se por alto índice de pobreza e baixo IDH; Percebemos a manutenção das atividades de exploração vegetal e pouca diversificação das atividades industriais mantendo as tradicionais produções vinculadas a madeira, papel e papelão, alimentos e bebidas não representa o maior setor da economia da cidade. A oferta de empregos pela indústrias é inferior ao setor de comércio e serviços e o primário. Entre 2002 e 2007 Guarapuava teve o menor índice de oferta de empregos em relação a cidades de outras regiões como: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Toledo, Apucarana e Paranaguá (MTE/RAIS, 2008).</p>
<p>Equipamentos e infra-estruturas</p>	<p>Internamente a cidade é assistida por uma empresa de transportes coletivos que atende aos principais bairros. Ligações com as cidades vizinhas é feita por uma empresa local, a Guarios e parte pela Expresso Nordeste. Para distâncias mais longas outras empresas como Princesa dos Campos, J. Araujo, Pluma e Expresso Nordeste atuam em diferentes trechos. Em 2009 passou contar com uma empresa de aviação com vôos comerciais que manteve em atividade por um ano, encerrando em 2010. Em equipamentos coletivos a maior deficiência refere-se ao número de hotéis, em espaço para eventos e feiras também não há <i>shopping Center</i> na cidade. O número de equipamentos para exames e hospitais públicos são insuficientes para atendimento da demanda local e regional já que Guarapuava centraliza os atendimentos. São três hospitais públicos para a população local e regional.</p>

Condições de moradia	A inserção dos equipamentos urbanos como terminal de transporte, asfaltamento de ruas em bairros centrais, escolas, supermercados estimularam a valorização da terra urbana. Desprovidos de recursos financeiros a maioria da população não consegue adquirir no mercado imobiliário a moradia e vê-se destinada às favelas. Os programas habitacionais públicos não contemplam as famílias de baixa renda, além de serem insuficientes para a demanda. A especulação imobiliária é intensa e o valor do solo urbano é alto o que dificulta o acesso para as camadas desfavorecidas. É alto o déficit habitacional e o número de residências inadequadas, assim com o a densidade por habitação (IBGE, 2000); IPARDES (2000).
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.	

A formação socioespacial por meio dos agentes sociais e processos articulados a outras escalas demonstra por que a cidade apesar do tempo de existência, encontra-se em estágio de superação das dificuldades socioespaciais, baixo IDH e ampla desigualdade na distribuição de renda. A cidade apresenta pontos favoráveis que podem alavancar regionalmente como a integração em transportes e comunicações o que falta, entretanto, é a ampliação da população de renda média para a elevação dos fluxos e interações socioespaciais.

A expressão dessa conjuntura pode ser entendida pela deficiência em equipamentos urbanos como hotéis e espaços para eventos e feiras e pela ausência de *Shoppings Centers*. As informações comparativas entre Guarapuava e Cascavel em dados socioeconômicos representam a dinâmica de cada cidade expressando o que distancia um Centro Sub-regional A de uma Capital Regional B.

A discussão aqui apresentada teve a intenção de caracterizar Guarapuava e construir um quadro demonstrativo, sobretudo, da dinâmica intra-urbana e da infra-estrutura existente. Esse quadro oferece possibilidades para o entendimento do nível de centralidade que a cidade representa regionalmente e, qual a sua capacidade de atuação frente a população de outras cidades, assim como, o atendimento de sua população.

São informações que podem contribuir para o entendimento de questões referentes a a direção dos fluxos originados em Guarapuava, em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, visando avaliar o nível de interações espaciais estabelecidas entre estas cidades e, destas, com outras urbes. Nesse sentido, no próximo capítulo articulamos as dimensões intra e

inter-urbanas para o entendimento da cidade no contexto da região e da rede tendo em vista que essa articulação inter-escalar constitui um dos pressupostos na construção dessa pesquisa.

Capítulo 3

**INTERAÇÕES ESPACIAIS ENTRE GUARAPUAVA, LARANJEIRAS DO
SUL E PRUDENTÓPOLIS**



3. Interações espaciais: deslocamentos e comunicações entre cidades

Este capítulo compreende às análises das interações espaciais entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, assim como destas com outras cidades de sua hinterlândia e com outras mais distantes geograficamente, localizadas em outras regiões do Paraná, do Brasil ou em outros países. Os parâmetros empregados para compreendermos a natureza, a densidade e a intensidade das interações foram o deslocamento para consumo de bens e serviços e a comunicação por telefone e *internet*.

O movimento das pessoas no espaço desperta interesse de estudo desde quando as interações ainda permaneciam limitadas no seu horizonte espacial, formando redes muito pouco amplas espacialmente e, eventualmente, pouco conectadas. O nível de conectividade entre os lugares e o deslocamento de pessoas foram ampliados após a metade do século XVIII, em consequência do processo de acumulação do capital associado às inovações técnicas, que provocaram alterações significativas na sociedade e no espaço mundial.

Com a difusão das inovações tecnológicas, além das interações materiais, a formação de fluxos imateriais permitiu que se estabeleçam relações econômicas e sociais numa base espacial mais ampla, caracterizada, em grande parte, pela descontinuidade física.

A comunicação constitui-se numa forma de interação espacial que rompe com a necessidade de deslocamento e promove interações por meio dos fluxos. O processo de compressão espaço-tempo intensificado no decorrer do século XX proporcionou a integração espacial por meio dos fluxos imateriais, tornando ainda mais complexo os estudos sobre rede urbana. Para caracterizar esses movimentos e a formação dos fluxos numa determinada região, o entendimento das interações espaciais correlacionado ao conceito de rede urbana é abordagem fundamental no processo investigativo.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX e XX, diferentes autores realizaram estudos sobre a localização e a interação entre os centros urbanos. Estudos como o realizado pelo economista Richard Cantillon sobre os circuitos econômicos, intitulado *Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral* (1755), antecipam concepções como a da necessidade de otimização, em termos de tempo e de espaço, na circulação de mercadorias e da moeda, relacionando estreitamente essa otimização com a distância espacial percorrida por estes fluxos. Cantillon desenvolveu seus trabalhos estabelecendo a relação entre a distância que a produção percorre até os mercados onde é consumida e os custos de transporte em que esta distância implica, demonstrando como os preços dos produtos sofrem um

escalonamento em função da proximidade ou do distanciamento dos mercados a que se destinam (CORRÊA, 1986).

Essas idéias foram retomadas, no século XIX, pelo engenheiro de minas Jean Reynaud, que aprofunda a questão do dimensionamento dos núcleos urbanos, demonstrando como a densidade demográfica desses núcleos é influenciada pelos custos de transportes e destacando o papel que a distância espacial desempenha na formação de novas aldeias e na diferenciação entre os núcleos (CORRÊA, 1986).

Ainda no século XIX, com a concepção de formação de rede de cidades em torno dos principais eixos de transportes, o engenheiro ferroviário León Lalanne produziu em 1893, um estudo sobre a organização de uma malha viária onde os entroncamentos ocorridos em diversas cidades acabariam impondo uma hierarquia. Lalanne concebia o adensamento da rede ferroviária segundo padrões fortemente geométricos o que, segundo ele, “garantiria uma cobertura mais regular do espaço pela malha ferroviária e revelaria “um padrão de distância entre centros de tamanhos diferentes” (CORRÊA, 1986, p.63), favorecendo o atendimento dos centros localizados entre cada estação que se utilizariam do meio de transporte para deslocar-se entre as cidades, intensificando, segundo os padrões da época, a circulação de pessoas e mercadorias.

O conceito de interação espacial, para Ullman (1972) é um conceito “locacional” e dinâmico que tem em vista o fato de que os homens se deslocam e se fixam em função de suas relações. Levando em conta o interesse da sociedade por deslocar-se, as interações espaciais estariam baseadas em três fatores: 1. Complementaridade como uma função ou diferenciação real que promove interação espacial; 2. Oportunidades mediadoras entre duas regiões ou lugares; 3. A distância mensurada em termos reais, incluindo custo e tempo de transporte e o efeito do melhoramento em facilidades (ULLMAN, 1972, p.4).

No contexto de nossa pesquisa sobre rede urbana e cidade média, que tem Guarapuava como objeto central de estudo, a complementaridade seria representada pela oferta de determinados bens e serviços em determinada(s) cidade(s), ao passo que a indisponibilidade desses bens e serviços em outras cidades levaria ao deslocamento de uma demanda populacional em direção ao centro urbano melhor equipado que passaria, assim, a desempenhar mais funções, exercendo maior centralidade na rede urbana. Esse centro urbano poderia, conforme as funções desempenhadas, ser caracterizado ou não como uma cidade média.

A oportunidade mediadora seriam as infraestruturas em rodovias, aeroportos e os meios de transportes, representados por automóveis, motocicletas, ônibus, avião que ligariam a demanda à oferta. A distância, nesse sentido, seria mensurada em termos de tempo e custo para tal deslocamento, implicando, assim, tanto na necessidade ou desejo de consumo quanto no poder aquisitivo para realizá-lo.

Segundo a lógica central dos estudos citados, as cidades de uma determinada região estariam organizadas em resposta a uma realidade econômica em transformação, especialmente pela intensificação das atividades de troca, que ocorreriam através dos fluxos que circulavam entre os núcleos urbanos. São, portanto, processos econômicos e sociais que passam a ter expressão espacial através das interações entre os núcleos urbanos.

A importância das interações espaciais, com ênfase aos custos dos transportes e o papel da acessibilidade na estruturação do espaço, recebeu também, com os estudos de Thümen (1966), Weber (1889) e Lösch (1954), importantes contribuições. Ressalta-se também, a contribuição de Walter Christaller (1933), com a Teoria dos Lugares Centrais, como fundamental para os estudos sobre rede urbana, que considera as funções hierárquicas entre os centros, como destacamos no Capítulo 1 deste trabalho. A contribuição desses estudos ampliou o entendimento sobre o processo de formação de centros urbanos e da relação que constituem, por meio da produção, circulação, consumo e comunicação, estabelecendo, assim, a compreensão da rede urbana.

No Brasil, na segunda metade do século XX, tais teorias, sobretudo a de Christaller, fundamentaram importantes estudos sobre rede urbana brasileira e a região de influência de cidades produzidos pelo IBGE, que foram iniciados em 1966 (IBGE/REGIC, 1972), em 1978 (IBGE/REGIC, 1987), em 1993 (IBGE/REGIC, 2000) e o mais recente em 2007 (IBGE/REGIC, 2008). Esses estudos tomaram como pressuposto metodológico para a caracterização da rede urbana brasileira a distribuição de bens e serviços para a população no território brasileiro pelas cidades.

Apesar de toda cidade ter sido considerada pelo IBGE/REGIC como uma localidade central para a distribuição de bens e serviços para a população externa a sua área de mercado ou região, a centralidade de uma localidade seria dada pela importância dos bens e serviços, ou seja, das funções centrais oferecidas e, quanto maior o número de funções, maior seria sua região de influência e o número de pessoas por ela atendida, o que consiste na Teoria das Localidades Centrais que, por sua vez, envolve o custo de

deslocamento da população entre cidades de diferentes centralidades para a aquisição de bens e serviços.

Assim, as interações espaciais materiais propiciadas por esse tipo de deslocamentos implicam no movimento que contribui para o estabelecimento de fluxos entre as cidades mais dinâmicas numa dada região e sua inserção na rede urbana. Já a comunicação por telefone ou *internet* originam fluxos imateriais referentes às idéias, informações, capital, dando maior flexibilidade às relações em rede.

Além dos estudos elaborados pelos pesquisadores do IBGE/REGIC considerando as interações espaciais na formação da rede urbana, destacamos o de Roberto Lobato Corrêa, que desenvolve trabalhos desde a década de 1980, visando às interações espaciais e sua importância na compreensão da rede urbana. Em uma publicação de 2006 denominada *Estudos sobre a rede urbana*, o autor faz referência a importantes contribuições teórico-metodológicas de autores de diferentes partes do mundo, entre eles os que destacamos anteriormente, como R. Cantillon, W. Christaller, L. Lalanne e Lösch.

Em um capítulo da referida obra, intitulado “*As Interações Espaciais da Rede Urbana Brasileira: Uma nota*”, Corrêa (2006) apresenta o resultado de uma pesquisa sobre a rede urbana brasileira a partir das interações telefônicas entre as principais cidades do país. Argumenta que as redes urbanas têm sido consideradas pelos atributos fixos que diferenciam os centros urbanos. No entanto, há a necessidade de se entender também as interações urbanas, que podem ser estudadas pelo comportamento espacial de empresas, instituições e consumidores em relação a numerosos bens e serviços. E que há também a possibilidade de se compreender as interações pelos fluxos de ônibus, passageiros aéreos e os fluxos telefônicos, entre outros.

Corrêa (1997) sintetiza que as interações espaciais constituem “um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência, caracterizar-se por diversos propósitos conforme a distância e a direção e se realizar através de diversos meios e velocidades (CORRÊA, 1997b, p.34).”

Por meio da avaliação das interações espaciais, podemos compreender com mais nitidez a organização urbana de uma determinada região em resposta a uma realidade socioeconômica em constante transformação. Trata-se, portanto, de um processo político, econômico, social e cultural que passa a ter uma expressão espacial através das interações entre os núcleos urbanos.

Para nossa pesquisa, as interações espaciais são relevantes não somente no que tange ao nível de centralidade representado por Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, mas, principalmente, na verificação das funções que Guarapuava exerce frente às cidades mencionadas e a outros centros de diferentes escalas, viabilizando resposta quanto à rede urbana e o desempenho de funções de cidade média por Guarapuava. Consideramos que, na medida em que avaliamos o predomínio de um ou de outro tipo de interações espaciais, próximas ou distantes, frequentes ou esporádicas, compreendemos com mais nitidez a organização urbana de uma determinada região. Com essa discussão, à luz da teoria que embasa a pesquisa, pretendemos elucidar as indagações que motivaram essa proposta investigativa e, para tanto, organizamos o capítulo em três partes:

A primeira inicia com a análise que compreende às informações obtidas com os dados¹³⁴ dos questionários aplicados junto à população de Guarapuava a partir das quais desenvolvemos uma discussão que aborda por principais temas o local de consumo de bens e serviços pelos pesquisados em Guarapuava segundo a renda em salários mínimos; o local de consumo de serviços de saúde entre os pesquisados em Guarapuava segundo a renda em salários mínimos; o consumo de serviços de agência de turismo e advocacia entre pesquisados em Guarapuava segundo a renda em salários mínimos.

Em seguida ainda na primeira parte, tratamos sobre os deslocamentos internos e externos à região Centro Sul do Paraná e à região de influência e Guarapuava para atividades diversas. Nos deslocamentos internos à região Centro Sul do Paraná e à região de influência de Guarapuava, desenvolvemos a discussão em torno do destino dos deslocamentos e a renda em salários mínimos dos pesquisados que se deslocam; das ocupações dos respondentes de Guarapuava; dos meios de transportes utilizados para os deslocamentos; do destino e da frequência dos deslocamentos.

Nos deslocamentos externos à região Centro Sul e à região de influência de Guarapuava apresentamos os destinos e os motivos dos deslocamento; os destinos e renda dos respondentes; o destino e frequência dos deslocamentos; o motivo e frequência dos deslocamentos para Curitiba por nível de renda e o meio de transporte utilizado para deslocamento externos a região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava.

¹³⁴ Quando a informação apresentada for referente à deslocamento para o consumo de bens e serviços específicos como produtos eletroeletrônicos, computadores e periféricos, automóveis e motos ou serviços como de saúde, advocacia, agencia de turismo empregamos nos quadros o termo cidade por esse consumo estar vinculado ao mercado urbano, diferentemente da comunicação ou deslocamentos que envolvem lazer e visitas familiares que podem extrapolar os limites territoriais da cidade.

Para completar as análises sobre as interações, apresentamos as informações sobre a formação de fluxos imateriais por meio da comunicação por telefone e *internet* originados em Guarapuava em direção à municípios internos e externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava. São analisados, primeiramente, a comunicação por telefone interna e externa à referida região e em seguida a comunicação por *internet* interna externa ao referido recorte espacial.

As análise sobre a comunicação por telefone compreendem à direção e o motivo das conexões telefônicas; a frequência das comunicações; a média salarial dos pesquisados que realizam as comunicação telefônicas. Sobre a comunicação por *internet* originadas em Guarapuava com municípios internos e externos ao recorte de pesquisa, trabalhamos com o destinos e motivos das conexões por *internet*; a média salarial dos pesquisados que realizam conexões por *internet* e a idade dos pesquisados em Guarapuava que realizam conexões por *internet* com municípios internos ou externos à área de pesquisa.

Na segunda parte, a discussão permeia a densidade e a intensidade das interações espaciais originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis com Guarapuava; com municípios da região de Laranjeiras do Sul (Centro Sul) e região de Prudentópolis (Sudeste) e com municípios localizados noutras escalas espaciais.

As interações são avaliadas quanto ao local de consumo de bens e serviços, do deslocamento para atividades diversas e quanto a comunicação por telefone e *internet*. Para tanto, apresentamos informações obtidas através de diferentes cruzamentos dos dados a fim de atender as necessidades analíticas no decorrer do texto. Iniciamos com a identificação do local de consumo de bens e serviços pelos respondentes de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis; o motivo e a frequência dos deslocamentos em direção à Guarapuava por nível de renda dos pesquisados em Laranjeiras do Sul; a ocupação dos pesquisados e motivo dos deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul com destino à Guarapuava; o motivo e frequência dos deslocamento originados em Prudentópolis em direção à Guarapuava; o motivo e meio de transporte utilizado para os deslocamentos de Prudentópolis para Guarapuava.

Após o enfoque analítico sobre as interações com Guarapuava, direcionamos a discussão para a questão dos deslocamentos realizados pelos pesquisados para municípios internos e externos à região de Laranjeiras do Sul (Centro Sul) e de Prudentópolis (Sudeste) e desenvolvemos a discussão sobre os destinos e motivos dos deslocamentos; a ocupação dos respondentes de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis; o destino e a frequência

dos deslocamentos internos e externos originados em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis; o destino dos deslocamentos e a renda dos pesquisados; o meio de transporte utilizado para os deslocamentos e a distância das cidades pesquisadas até Londrina e às urbes no Paraná mais indicadas entre as respostas.

Com a discussão sobre as interações espaciais propiciadas pelos deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis associada aos deslocamentos originados em Guarapuava, apresentamos uma síntese sobre as interações que se formam por meio da dispersão e convergências de fluxos materiais identificados no mapa os destinos das interações espaciais originadas nas três cidades pesquisadas, quais sejam: Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis.

Ainda na segunda parte, tratamos das interações por meio da formação de fluxos imateriais por telefone envolvendo o percentual das chamadas; o motivo; o destino e frequência das ligações telefônicas originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis em direção à Guarapuava. Também o percentual de chamadas para municípios da região de Laranjeiras do Sul e de Prudentópolis e externas à esses recortes; os destinos; os motivos e a frequência das ligações telefônicas .

As informações sobre a comunicação por *internet* são concernentes ao percentual de conexões; o motivo e a frequência das comunicações por *internet* com Guarapuava originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis. Para as conexões por *internet* originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis com outras cidades, verificamos o percentual das comunicações; o destino; o motivo e a frequência.

Para finalizar essa parte do texto em que tratamos das interações imateriais por conexões via *internet* apresentamos uma síntese analítica integrando a formação de fluxos procedentes de Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis identificando a convergência entre os fluxos e as verticalidades que se formam através dessas articulações.

Essa análise tem como principal objetivo, a verificação das interações de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis com Guarapuava e revelar sua importância para as duas cidades menores. Lembramos que entre as três cidades mais relevantes quanto ao nível de centralidade na região Centro Sul e sob a região de influência de Guarapuava, correspondem Laranjeiras do Sul (Centro de Zona A), Pitanga (Centro de Zona B), Quedas do Iguaçu (Centro de Zona B) e Prudentópolis (Centro de Zona B). Dessas cidades, Laranjeiras do Sul localiza-se na região Centro Sul, mas não se encontra sob a influência

de Guarapuava, e Prudentópolis localiza-se na região Sudeste e se encontra sob a influência de Guarapuava.

Elegemos Laranjeiras do Sul para a pesquisa sobre as interações espaciais por ser a cidade de maior centralidade na região depois de Guarapuava e que, segundo o IBGE/REGIC(2008), não está sob a Região de Influência de Guarapuava. A segunda localizada na região Sudeste, com limite geográfico com Guarapuava e sob a Região de Influência dessa mesma cidade, apresentou elevação de posição na hierarquia urbana, passando do nível Muito Fraco em 2000, equivalente a Centro Local em 2008, para Centro de Zona B (IBGE/REGIC, 2008), enquanto Pitanga e Quedas do Iguaçu mantiveram a mesma posição hierárquica.

Por meio das interações entre Guarapuava e as cidades eleitas, acreditamos obter parâmetros que permitam considerar o nível e a intensidade das interações entre tais urbes e a suficiência desses fluxos na formação da rede urbana e de uma cidade média, possibilitando a compreensão sobre a cidade, o sistema urbano e a rede urbana com o enfoque sobre o local e regional.

Com essa pesquisa, podemos apreender detalhes quanto ao objeto de estudo incorporando a questão da rede urbana regional e a discussão sobre cidades médias. Nesse sentido, encaminhamos a terceira parte desse capítulo com a discussão sobre Guarapuava no sistema urbano e na rede urbana paranaense; seguida de argumentações sobre a condição de cidade média e sobre a questão da centralidade na definição de funções na rede urbana.

Na escala da cidade, a caracterização de Guarapuava quanto a sua dinâmica socioeconômica considerando a formação socioespacial e os agentes sociais que participaram de sua produção favorecem a aproximação e o entendimento do objeto de estudo. Esse exercício, fundamentado por conceitos e teorias, contribuiu para a compreensão das particularidades da realidade local, mantendo, ao mesmo tempo, sua conexão com o global, como uma cidade inserida na lógica do modo de produção vigente, que experimenta as contradições inerentes à sociedade motivada pela produção e consumo.

Os sistemas urbanos regionais pesquisados pelo IBGE/REGIC compreendem sistemas territoriais organizados a partir de metrópoles (globais, nacionais ou regionais) e centros regionais, que possuem encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco, isto é, entre cidades do mesmo nível, seja hierárquico, dos níveis superiores de polarização para os inferiores. Os níveis superiores da hierarquia urbana, pela

capacidade de concentração de atividades e de atração de maior densidade de consumidores, são estudados com maior detalhe pelos pesquisadores do IBGE/REGIC e de outras instituições de pesquisa no Brasil. Dessa maneira, as hierarquias inferiores são menos enfatizadas no referido estudo.

Do ponto de vista do sistema urbano na escala em que empreendemos a análise, o fluxo de relações entre os núcleos urbanos pesquisados e sua distribuição pelo território oferecem bases para o entendimento sobre o sistema urbano, que se configura tomando por orientação a densidade, a intensidade e a direção dos fluxos na ordenação espacial das funções urbanas entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis decorrente dos motivos que os originam.

A partir da configuração urbana e dos fluxos entre as cidades, procuramos verificar a dinâmica existente na rede urbana regional articulada a outras redes, ao mesmo tempo em que a dinâmica intraurbana de Guarapuava e as interações reveladas indicam o nível de centralidade que exerce e a possibilidade de desempenho de funções de cidade média por parte de Guarapuava na rede.

3.1 Interações espaciais e a formação de fluxos originados em Guarapuava

O fluxo de deslocamentos em direção a determinadas cidades revela a capacidade destas em oferecer bens e serviços para outros centros urbanos. O movimento, entretanto, está condicionado a alguns fatores para que o deslocamento aconteça, como: vias e meios de transportes, necessidades ou desejos de consumo e condição financeira.

Como apresentamos no Capítulo 2, rodovias estaduais e federais permitem conexões terrestres entre Guarapuava e outros centros urbanos no Estado e a outras regiões no país. Quanto aos meios de transportes, a cidade é atendida por empresas privadas de ônibus com trajetos interurbanos e interestaduais. Considera-se também o transporte pessoal (automóveis e motocicletas, etc.), uma vez que a cidade não dispõe de vôos comerciais para passageiros. Em relação à necessidade ou desejo de consumo, tendo em vista a produção industrial em larga escala e a concentração de pessoas na cidade, os produtos básicos para a existência humana são supridos por mercadorias industrializadas, uma vez que, a população não produz tudo aquilo que consome.

A expansão das infraestruturas em transportes e comunicação tem favorecido a distribuição de mercadorias pelo mercado atacadista que atende as cidades de diferentes

tamanhos com produtos e serviços segundo o nível de consumo. Nesse sentido, a sociedade urbana e industrial usufrui do comércio e dos serviços, principalmente nos níveis de baixa complexidade e a quantidade e a qualidade do consumo está relacionada ao nível cultural e principalmente de renda. O baixo poder aquisitivo reduz a capacidade de consumo, portanto, inviabiliza o deslocamento por esse objetivo para centros urbanos melhor equipados. Nesse sentido, entendemos que a produção moderna, sofisticada e impregnada de ciência e tecnologia se concentra em certos pontos do território, enquanto o consumo, respondendo às forças de dispersão, tende, de um lado, a se expandir territorialmente por meio da distribuição proporcionada, sobretudo, pelos atacadistas, mas, de outro, tende a ser freado em função dos diferentes níveis de renda.

Para Santos (2004, p.26), a seletividade espacial e social das mercadorias e serviços modernos é acentuada, criando-se, desta forma, uma massa de empobrecidos que coexiste com uma minoria de renda elevada. O autor em questão propôs em seu livro, *O Espaço Dividido*, publicado pela primeira vez em 1978, uma perspectiva que, considerando a particularidade do fenômeno urbano nos países por ele, na época, denominados subdesenvolvidos, identificasse a relação dialética entre dois subsistemas econômicos, definidos como *circuito superior* e *circuito inferior da economia urbana*.

A teoria foi pensada para a escala nacional, mas entendemos que sua aplicação para análise em outras escalas espaciais continua válida. A partir do período tecnológico que avança com a Revolução Técnico-científica após a Segunda Guerra Mundial, as sucessivas modernizações passaram a chegar no Brasil e foram distribuídas desigualmente pelo território, sobrepondo-se aos sistemas pré-existentes.

Tais processos condicionaram uma adequação da sociedade e do espaço frente a novas situações que se impunham, de maneira que podemos encontrar áreas mais e outras menos desenvolvidas no mesmo país, numa adequação que acontece em tempos e espaços diferentes. Trazendo da escala nacional para o âmbito intraregional o ritmo diferenciado dessa modernização da sociedade e do espaço para o consumo, “cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou manutenção de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços” (SANTOS, 2004, p.29). No caso de Guarapuava, considerando que a renda revelada na pesquisa empírica com maior concentração foi de até 2 salários mínimos e em segundo lugar de 2 a 4 salários, entendemos que essa população usufrui mais significativamente da economia local, dos serviços e do comércio básicos, e

realizam menos deslocamentos. Na economia atual, os benefícios do crediário e financiamentos diversos propicia às camadas populares de menor renda maior acesso a determinados bens, como automóveis e motocicletas, móveis e eletroeletrônicos e serviços como odontológicos, entre outros.

Os dados expressos no Quadro 33 demonstram que a população residente em Guarapuava, em todos os níveis de renda, realiza a maior parte de suas compras de produtos eletroeletrônicos, automóveis e motocicletas, aquisição e manutenção de computadores e periféricos na cidade em que residem, prevalecendo Curitiba como a segunda opção em todas as variáveis.

Quadro 33: Consumo de bens e serviços pelos pesquisados em Guarapuava-PR segundo a renda em salários mínimos – 2008							
Produtos eletroeletrônicos							
Cidade	Consumiu					Nunca Consumiu	Total
	Renda (Salário mínimo)						
	Até a 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal		
Guarapuava	30,8%	31,8%	15,2%	5,6%	83,3%	14,1%	100%
Curitiba	0,0%	1,4%	0,5%	0,0%	1,9%		
Londrina	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,7%		
Total	30,8%	33,9%	15,7%	5,6%	85,9%		
Aquisição de automóveis e motocicletas							
Cidade	Consumiu					Nunca Consumiu	Total
	Renda (Salário mínimo)						
	Até 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal		
Guarapuava	22,3%	30,3%	12,8%	4,6%	70,0%	21,5%	100%
Curitiba	0,0%	1,4%	3,3%	0,9%	5,6%		
São Paulo	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%		
Ponta Grossa	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%		
Outros	0,0%	0,8%	0,7%	0,0%	1,5%		
Total	22,3%	32,5%	18,2%	5,5%	78,5%		
Compra e manutenção de computadores e periféricos							
Cidade	Consumiu					Nunca Consumiu	Total
	Renda (Salários mínimos)						
	Até 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal		
Guarapuava	8,5%	19,4%	14,2%	6,1%	48,2%	48,2%	100%
Ciudad del Este	0,0%	0,7%	0,4%	0,0%	1,1%		
Curitiba	0,0%	0,0%	0,7%	0,4%	1,1%		
São Paulo	0,0%	0,7%	0,4%	0,0%	1,1%		
Ponta Grossa	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%		
Total	8,5%	21,1%	15,7%	6,5%	51,8%		

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Org.: FERREIRA, S. C., 2009.

Como enfatizamos anteriormente, sobre o favorecimento do crediário e financiamentos para ampliação do consumo da população de menor renda, a pesquisa demonstra que os pesquisados de renda de até 2 salários mínimos consomem em termos de igualdade com os pesquisados de renda entre 2 a 4 salários os produtos eletroeletrônicos (DVD, televisor, rádios, liquidificador, máquinas de lavar roupa, etc.) em Guarapuava e Curitiba, em segunda opção com deslocamentos irrisórios para o consumo desses produtos.

Os automóveis e motocicletas também são adquiridos em superioridade em Guarapuava seguindo com Curitiba, em segundo lugar, com um percentual de consumo baixo. Os percentuais demonstram que o consumo desses bens em Guarapuava, entre os pesquisados com renda entre até 2 e entre 2 a 4 salários é maior que os demais níveis de renda e os pesquisados com renda entre 4 a 10 salários mínimos são os que mais consomem em Curitiba e em outras cidades e constitui um grupo de consumidores mais exigentes e com condições financeiras de adquirir veículos novos.

Na questão referente ao consumo de automóveis e motocicletas, chama a atenção o número de pesquisados com o nível de renda de até 2 salários mínimos e os de renda de 2 a 4 salários mínimos que consomem esse produtos em relação aos de renda mais elevada com o consumo visivelmente menor. Encontramos para essa informação resposta concernente ao mercado de automóveis e motocicletas que, com as facilidades para aquisição de veículos novos, e com as revendedoras de usados que oferecem produtos a preços reduzidos conforme o ano de fabricação e modelo do produto, torna ainda mais acessível esse bem à população de menor renda que entre os pesquisados em Guarapuava, realizam essa compra predominantemente na cidade. As informações obtidas com as respostas dos pesquisados, explicam que apesar da quantidade significativa de respondentes com renda até 2 salários, estes não apresentam consumo relevante quanto a aquisição e manutenção de computadores e periféricos que, é superior nas rendas mais elevadas.

Outro fator refere-se ao deslocamento para aquisição em Curitiba e outras cidades como Ciudad del Este, São Paulo e Ponta Grossa que são realizados prioritariamente por pessoas de renda superior a 4 salários mínimos, enquanto que entre os pesquisados com renda de até 2 salários mínimos não há deslocamentos para aquisição desse bem ou serviço, tampouco, para os demais produtos pesquisados, como aquisição de automóveis e motocicletas, computadores e periféricos e produtos eletroeletrônicos. A Figura 22 ilustra geograficamente os pontos indicados pelos pesquisados e suas devidas proporções

representadas pelos círculos coloridos e respectivos percentuais demonstrando a direção dos deslocamentos realizados.

A localização dos serviços, principalmente os de média e alta complexidade, é mais seletiva espacialmente por exigir consumidores com potencial financeiro e hábitos de consumo além do básico. Segundo o IBGE/REGIC(2008), tem crescido nos centros melhor estruturados do país, os setores de saúde, educação, comunicação e lazer envolvendo, atividades recreativas, culturais, desportivas, serviços pessoais, gastronômicos, entre outros, em grande parte, oferecidos pelo setor privado, apresentando um distanciamento também da população de baixa e média renda, como um público de acesso restrito à tais inovações.

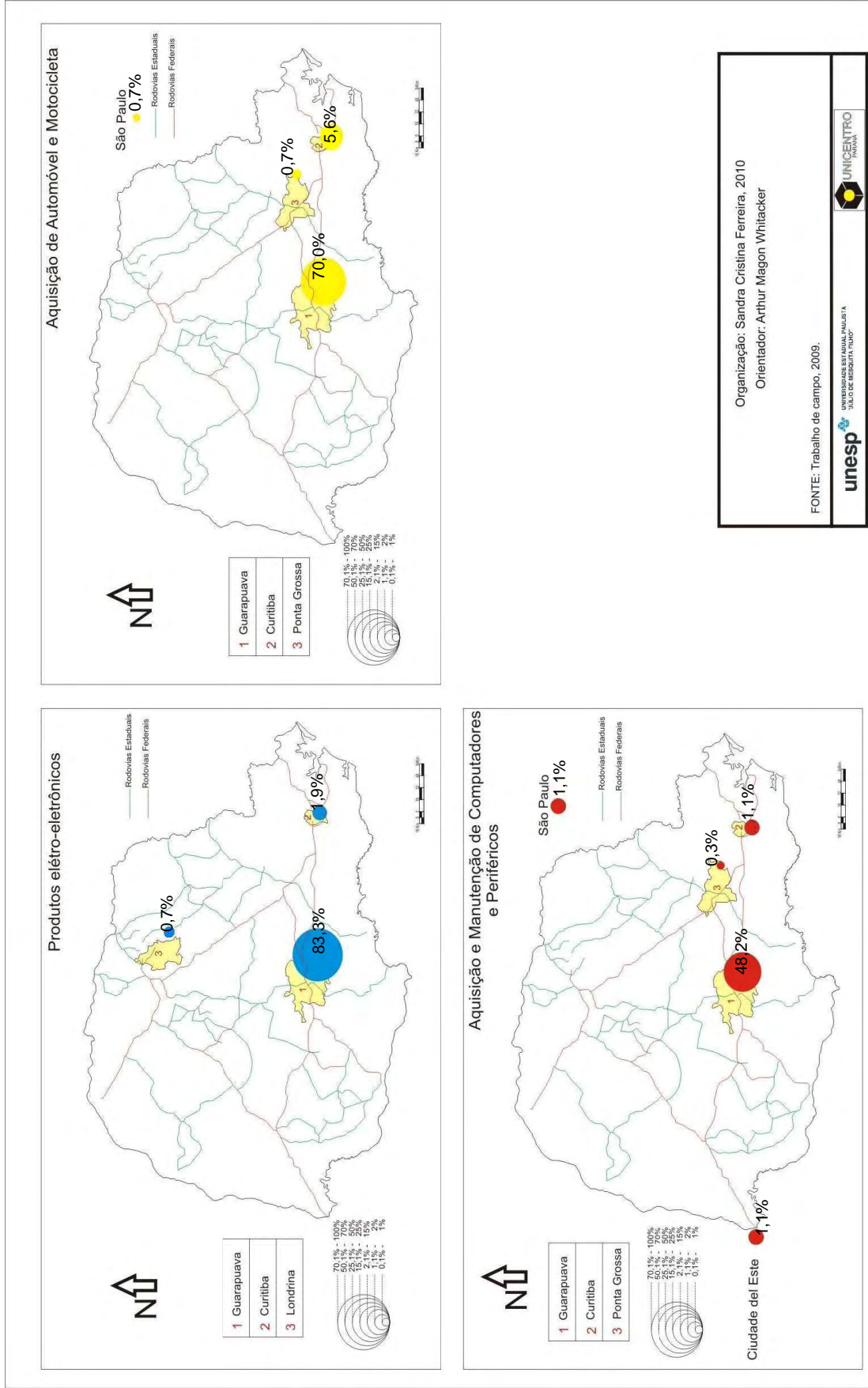
As áreas no Brasil com grande diversidade em serviços e comércio “estão relacionadas a grandes centros urbanos ou capitais de estados áreas que ofertam produtos para um grande volume de população local ou são responsáveis pela distribuição para uma região em seu entorno” (REGIC, 2008, p.143). No estado do Paraná¹³⁵, segundo o esquema de classificação do REGIC, o nível mais alto de diversidade em comércio e serviços elevados compreende apenas a capital Curitiba, classificada com Nível 1, equivalente às capitais nacionais São Paulo e Rio de Janeiro, seguindo com outros centros mais expressivos como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e outras cidades de menor relevância (REGIC, 2008)¹³⁶.

Em nossa pesquisa, em Guarapuava, sobre a utilização de serviços na área de saúde que envolvem médicos especialistas, cirurgias, exames especializados e tratamento ortodôntico, as respostas foram majoritárias para a utilização em Guarapuava pela população pesquisada. Verificamos que predomina a renda entre até 2 e de 2 a 4 salários, como as que mais utilizam os serviços. Os de renda mais elevada são os que menos utilizam o serviço e quando o fazem, a utilização é menor em Guarapuava. Somente a ortodontia obteve indicação por pessoas de todas as rendas em Guarapuava, inclusive entre os de renda maior que 10 salários. O deslocamento para Curitiba para utilização de serviços de saúde pelos pesquisados de renda de até 2 e de 2 a 4 salários mínimos tem relação com os encaminhamentos médicos que são realizados em ambulâncias do transporte público municipal para atendimento na capital, quando necessitam de serviços mais complexos.

¹³⁵ Cf. Quadro 18 página 173.

¹³⁶ O REGIC (2008), classifica os centros segundo níveis de diversidade e concentração das atividades de comércio e serviços de 1 para o nível máximo a 5 para o menor nível hierárquico.

Figura 22: Local de consumo de bens e serviços entre os pesquisados em Guarapuava-PR



As cirurgias especializadas, por exemplo, não são realizadas em Guarapuava pelos pesquisados com renda de mais de 10 salários e um número reduzido entre os de renda entre 4 a 10 o fazem em Guarapuava. A pesquisa indica que os deslocamentos são, em maior parte, para Curitiba, que é a principal referência para esse tipo de serviço, o que reforça a centralidade da capital paranaense. Ponta Grossa é apontada em menor grau que a capital, e é notável também, mesmo em menor proporção, a presença de São Paulo, que confirma o alcance nacional de sua centralidade. O Quadro 34 mostra também outros centros como Ponta Grossa, Cascavel e Pato Branco, demonstrando a tendência de relacionamento com cidades das regiões Sudeste, Oeste e Sudoeste do estado do Paraná nessa variável.

Quadro 34: Consumo de serviços de saúde entre os pesquisados em Guarapuava-PR segundo a renda em salários mínimos – 2008							
Médico Especialista							
Cidade	Consumiu					Nunca Consumiu	Total
	Renda (Salário mínimo)						
	Até 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal		
Guarapuava	27,5%	26,5%	9,2%	2,8%	66,0%	15,2%	100%
Curitiba	5,2%	4,4%	3,3%	3,3%	16,3%		
Outros	0,0%	0,7%	0,4%	0,0%	1,1%		
Cascavel	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%		
Ponta Grossa	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%		
Total	32,7%	31,6%	14,3%	6,1%	84,8%		
Cirurgias Especializadas							
Cidade	Consumiu					Nunca Consumiu	Total
	Renda (Salário mínimo)						
	Até 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal		
Guarapuava	12,3%	15,6%	2,9%	0,0%	30,8%	53,0%	100%
Curitiba	5,7%	1,4%	2,8%	3,4%	13,3%		
Outros	0,0%	0,7%	0,7%	0,4%	1,8%		
Ponta Grossa	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,7%		
Cascavel	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%		
Total	18,0%	18,4%	6,8%	3,8%	47,0%		
Exames Especializados							
Cidade	Consumiu					Nunca Consumiu	Total
	Renda (Salário mínimo)						
	Até 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal		
Guarapuava	15,3%	13,3%	6,7%	2,8%	38,1%	48,0%	100%
Curitiba	3,3%	2,8%	2,4%	3,3%	11,8%		
Ponta Grossa	0,0%	0,4%	0,7%	0,0%	1,1%		
Pato Branco	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%		
Total	18,6%	16,5%	9,8%	2,8%	37,7%		

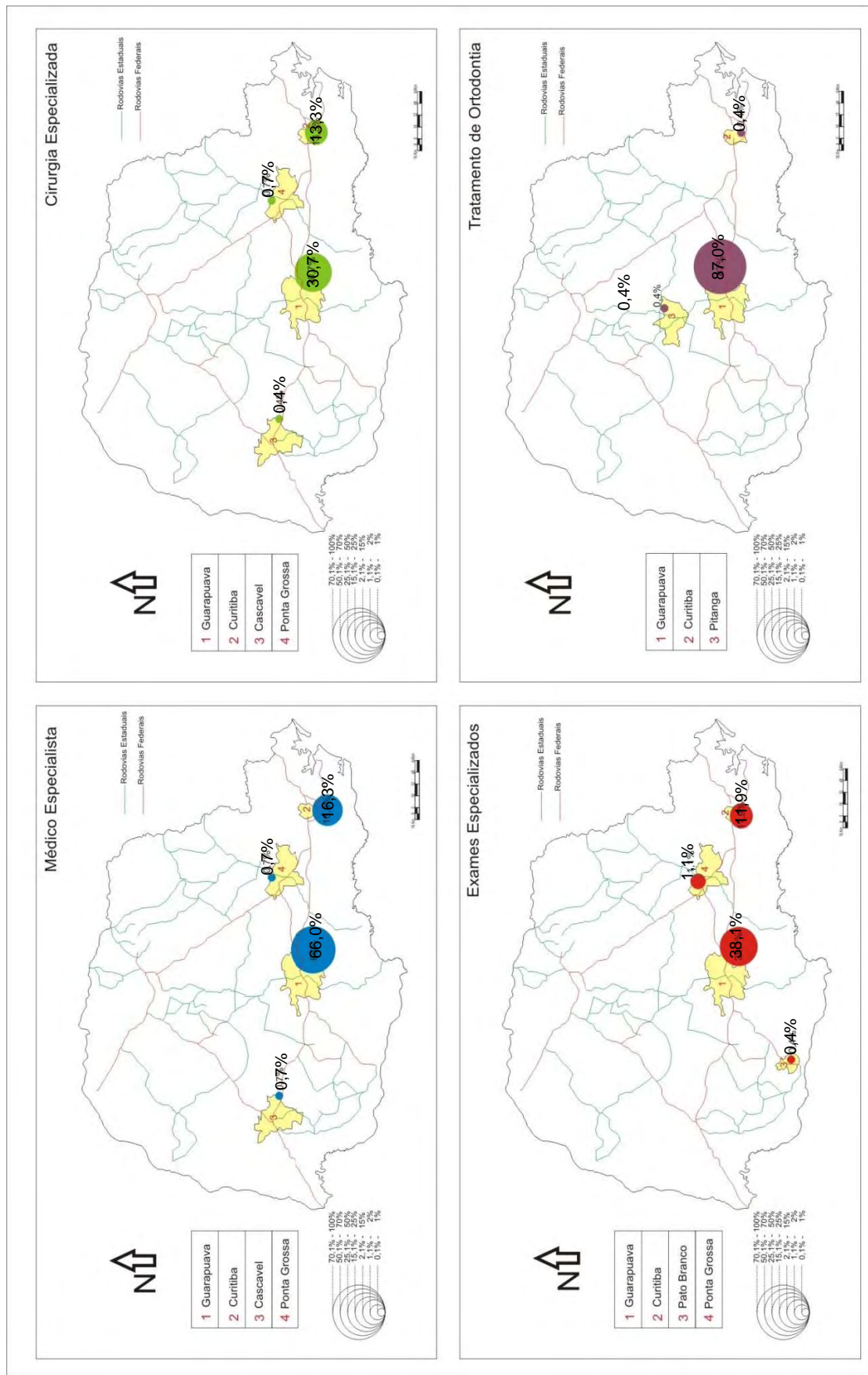
Outros	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%		
Total	18,6%	16,5%	10,6%	6,1%	51,8%		
Tratamento de Ortodontia							
Cidade	Consumiu					Nunca Consumiu	Total
	Renda (Salário mínimo)						
	Até 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal		
Guarapuava	27,0%	38,2%	14,7%	7,1%	87,0%	12,2%	100%
Pitanga	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%		
Curitiba	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%		
Total	27,0%	39,0%	14,7%	7,1%	87,8%		
Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C., 2009.							

No que se refere à utilização dos serviços de agência de turismo, 90,1% dos pesquisados enfatizaram que nunca precisaram desse serviço e entre os que responderam positivamente, verificou-se que possuem, principalmente, renda entre 4 e 10 e mais de 10 salários mínimos conforme demonstram os dados do Quadro 35. Essa informação denota que, mesmo com alta proporção de respondentes, esse serviço não tem uso superior entre a população de renda menor que 4 salários mínimos.

Quadro 35: Consumo de serviços de agência de turismo e advocacia entre os pesquisados em Guarapuava-PR segundo a renda em salários mínimos – 2008							
Agências de turismo							
Cidade	Consumiu					Nunca Consumiu	Total
	Renda (Salário mínimo)						
	Até 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal		
Guarapuava	0,9%	0,9%	2,8%	3,3%	8,1%	90,1%	100%
Curitiba	0,0%	0,0%	0,7%	0,4%	1,1%		
Outros	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%		
Total	0,9%	0,9%	3,5%	3,7%	9,9%		
Serviços de advocacia							
Cidade	Consumiu					Nunca Consumiu	Total
	Renda (Salário mínimo)						
	Até 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal		
Guarapuava	21,3%	19,9%	11,4%	4,7%	57,3%	38,3%	100%
Curitiba	1,4%	0,0%	0,0%	0,5%	1,9%		
Outros	1,0%	0,5%	0,5%	0,5%	2,5%		
Total	24,7%	20,4%	11,9%	5,7%	61,7%		
Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C., 2009.							

A Figura 23 apresenta a localização das cidades nas quais são consumidos os serviços segundo respondentes de Guarapuava.

Figura 23: Local de consumo de serviços de saúde entre os pesquisados em Guarapuava-PR



Entre os pesquisados sobre o serviço de advocacia oferecido na cidade, 57,3% das respostas são favoráveis à sua utilização em Guarapuava. Os que mais utilizam são pessoas com renda inferior a 4 salários mínimos. Entre todos os serviços pesquisados, os mais buscados fora de Guarapuava são os de saúde, enquanto entre os demais, o consumo na cidade é majoritário.

3.1.1 Deslocamentos internos e externos à região Centro Sul do Paraná e à região de influência de Guarapuava-PR

Com posição geográfica localizada no centro do Paraná, Guarapuava tem acesso à rede viária que interliga o estado. Apesar dessa localização e da infraestrutura em redes de transportes, suas relações são mais significativas com a capital e Ponta Grossa, além das cidades de seu entorno. Os fluxos diminuem para outras cidades além das supracitadas, em direção a outras regiões no Paraná, como o Norte do estado, para onde os fluxos são em menor quantidade e frequência, conforme apontam os dados que seguem apresentados nesse texto.

No tocante ao transporte rodoviário, por exemplo, alguns trechos como Guarapuava a Mangueirinha, realizado pela empresa Princesa dos Campos, não são viáveis e somente se mantêm com escassas linhas devido ao transporte de cargas que sustenta o serviço (DRUCIAKI, 2009). Em outros trajetos, como de Guarapuava a Londrina ou Maringá realizado pela empresa Expresso Nordeste, tanto o transporte de cargas, como o de passageiros, acontecem de forma inexpressiva, sendo que “a pequena parcela da população que precisa se locomover entre esses lugares fica sem o acesso para a satisfação de suas necessidades, tornando descontínua a interligação na rede” segundo Druciaki (2009, p.184).

Não obstante, o fluxo de transportes de passageiros entre as cidade ao entorno de Guarapuava também é escasso com pouca disponibilidade de linhas que as articulem (DRUCIAKI, 2009), condição esta que interfere na intensidade de circulação de pessoas e mercadorias. Tal afirmação encontra respaldo nos dados obtidos pela pesquisa de campo sobre o deslocamento entre municípios¹³⁶ da mesorregião Centro Sul do Paraná¹³⁷ e região de

¹³⁶ Empregaremos nesta análise, o termo município, pois a influência se estende à zona rural e em consideração ao deslocamento de pessoas para o campo, sendo que, entre os respondentes da pesquisa que se deslocam, 8,9% são agricultores e se deslocam para trabalhar em propriedades rurais.

¹³⁷ Figura 1 com a localização da mesorregião Centro Sul do Paraná na página 32 e a Figura 9 com a região de influência de Guarapuava na página 124.

influência de Guarapuava ao demonstrarem além do pouco deslocamento, a circulação de pessoas é menor pelos transportes coletivos que por automóveis.

3.1.2 Deslocamentos internos à região Centro Sul do Paraná e à região de influência de Guarapuava-PR

Foram feitas aos respondentes perguntas direcionadas sobre o local de consumo de determinados bens e serviços. Noutra questão, investigamos sobre outros motivos para os quais a população poderia deslocar-se como lazer, família, trabalho, inclusive, compras de bens não contemplados pelas respostas anteriores. Assim, apresentamos informações sobre o deslocamento e porque. Analisamos as respostas afirmativas ao deslocamento que compreendem 38,9%, e apresentamos com a finalidade de demonstrar a proporção em relação às respostas afirmativas, o percentual de quem não se desloca que obteve 61,1% das respostas (Quadro 36).

Quadro 36: Deslocamentos procedentes de Guarapuava internos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR – 2008	
Respostas	Em %
Sim	38,9%
Não	61,1%
Total	100%
Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C., 2009.	

Segundo os respondentes, como demonstram as informações apresentadas no Quadro 37, os municípios para os quais mais se direcionam são, do primeiro ao quarto lugar, por quantidade de respostas: Cândói, Laranjeiras do Sul, Pinhão e Turvo, respectivamente, e mais seis municípios com menos de 10% das respostas, entre eles Prudentópolis, com 3,8%.

Os deslocamentos no geral têm por motivo principal o trabalho, seguido de lazer e família. Em específico os 21% dos respondentes que se deslocam para Cândói, 16,3% vão a trabalho numa frequência predominantemente semanal.

Quadro 37: Destino e motivo dos deslocamentos na região Centro Sul do Paraná região de influência de Guarapuava-PR – 2008				
Cidades	Trabalho	Lazer	Família	Subtotal
Candói	16,3%	4,7%	0,0%	21,0%
Laranjeiras do Sul	10,1%	4,0%	2,0%	16,1%
Pinhão	5,7%	7,6%	1,9%	15,2%
Turvo	6,0%	4,5%	0,0%	10,5%
Palmital	6,3%	3,2%	0,0%	9,5%
Pitanga	4,3%	4,3%	0,0%	8,6%
Boaventura de São Roque	3,3%	1,7%	1,7%	6,7%
Goioxim	0,0%	2,4%	2,4%	4,8%
Cantagalo	2,5%	1,3%	0,0%	3,8%
Prudentópolis	0,95%	1,9%	0,95%	3,8%
Total	55,45%	35,60%	8,95%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C., 2009.

A principal ocupação dos respondentes que se deslocam expostas no Quadro 38, refere-se à agricultor, em primeiro lugar, seguido de comerciante, motorista, técnico agrônomo e vendedor, por serem os que mais se deslocam compreendem ao percentual de renda predominante entre 2 a 4 e de 4 a 10 salários mínimos na mesma proporção (Quadro 38).

Quadro 38: Ocupações e principais destinos dos deslocamentos originados em Guarapuava-PR – 2008					
Ocupação	Candói	Laranjeiras do Sul	Palmital	Turvo	Pinhão
Agricultor	9,00%	0,00%	4,55%	0,00%	4,55%
Balconista	0,00%	4,55%	0,00%	0,00%	0,00%
Comerciante	4,55%	4,55%	0,00%	0,00%	0,00%
Contador	0,00%	4,55%	0,00%	0,00%	0,00%
Dentista	0,00%	0,00%	0,00%	4,55%	0,00%
Empresário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,55%
Funcionário público	0,00%	9,20%	0,00%	0,00%	0,00%
Motorista	9,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Professor	0,00%	0,00%	0,00%	4,55%	0,00%
Técnico agrônomo	4,55%	0,00%	4,55%	0,00%	0,00%
Técnico de som	0,00%	0,00%	4,55%	0,00%	0,00%
Vendedor	4,55%	4,55%	0,00%	9,00%	0,00%
Total	31,75%	27,40%	13,65%	18,10%	9,10%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C., 2009.

Entre os 16,1% que se deslocam para Laranjeiras do Sul, 10,3% são funcionários públicos em primeiro lugar e as demais ocupações devem-se a balconista, contador, vendedor, e comerciante que vão a trabalho para a cidade. Estes convergem com o nível de renda entre 2 a 4 salários mínimos e se deslocam semanalmente (Quadro 39). Para Turvo e Palmital, os deslocamentos majoritários se devem ao trabalho representado por agricultor e técnico agrônomo para Palmital. Estes se deslocam em determinados períodos e com frequência esporádica e professores com frequência diária.

Para Pinhão, o maior número de deslocamentos deve-se ao lazer, com frequência esporádica, sendo que a renda predominante dos respondentes é de 2 a 4 salários. O deslocamento a trabalho é realizado por agricultores e empresários.

Quadro 39: Destino e renda em salários mínimos dos pesquisados que se deslocam para municípios da região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR -2008					
Municípios	Até 2 s.m.	2 a 4s.m	4 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	Subtotal
Candói	0,0%	9,3%	9,3%	2,4%	21,0%
Laranjeiras do Sul	4,8%	8,1%	1,6%	1,6%	16,1%
Pinhão	3,8%	9,5%	1,9%	0,0%	15,2%
Turvo	3,0%	3,0%	4,5%	0,0%	10,5%
Palmital	2,8%	4,7%	1,0%	1,0%	9,5%
Pitanga	3,2%	4,3%	0,0%	1,1%	8,6%
Boaventura de São Roque	1,9%	3,8%	0,0%	1,0%	6,7%
Goioxim	3,6%	1,2%	0,0%	0,0%	4,8%
Cantagalo	1,3%	2,5%	0,0%	0,0%	3,8%
Prudentópolis	0,0%	2,5%	1,3%	0,0%	3,8%
Total	24,4%	48,9%	19,6%	7,1%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C., 2009.

Além dos agricultores, empresários e comerciantes, a maioria das ocupações devem-se à prestadores de serviços como técnico agrícola e de som, contador, motorista, funcionário público, professor e dentista evidenciando a carência por profissionais para desempenhar atividades nas pequenas cidades. A atividade de lazer em Candói com 4,7% e Laranjeiras do Sul com 4% das respostas, relaciona-se, principalmente, às propriedades rurais e casas de campo edificadas às margens das represas ocasionadas pela construção das usinas hidrelétricas, áreas essas denominadas de “Alagados” (Salto Santiago e Foz do Areia), que se constituem

espaços muito frequentados, sobretudo para pesca, banho, entre outras atividades. O motivo que obteve menos percentual de resposta refere-se à visita familiar com 8,95% das respostas, que correspondem às cidades de Laranjeiras do Sul, Pinhão, Boaventura de São Roque, Goioxim, Prudentópolis. Dentre as pessoas que se deslocam para as cidades da região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava¹³⁸, constatamos que a renda predominante é de até 2 e entre 2 e 4 salários mínimos, e que as pessoas de renda, entre 4 a 10 e mais de 10 salários se deslocam menos para municípios do referido recorte espacial (Quadro 39).

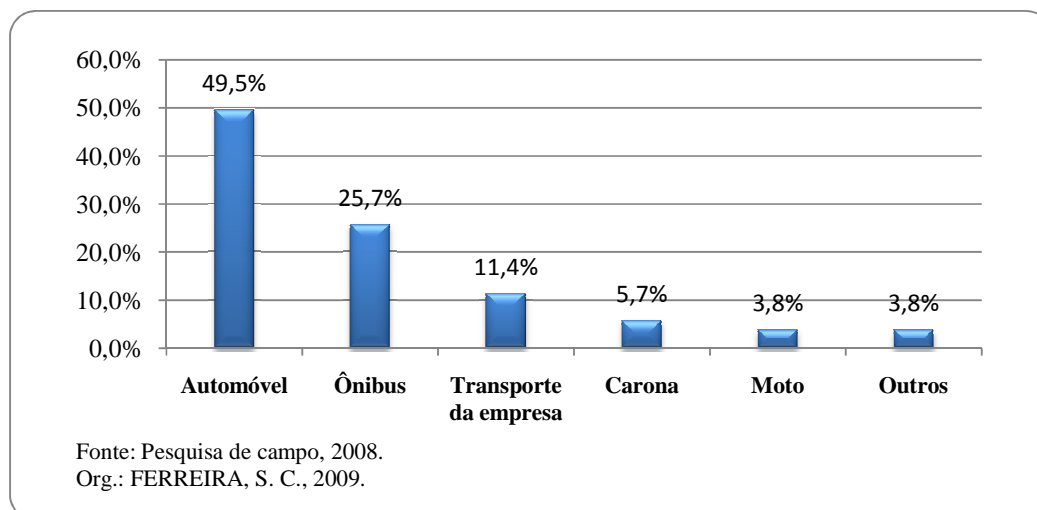
Contudo, os destinos para os quais convergem maior número de deslocamentos, são Candói e Laranjeiras do Sul, Pinhão e Turvo, feitos por pessoas de renda maior que 4 salários, enquanto que, para os demais destinos em que o número de deslocamentos são menores, a renda se concentra em até 2 e de 2 a 4 salários com menor proporção de pessoas com renda entre 4 a 10 e mais que 10 salários.

Isso denota que os deslocamentos são promovidos principalmente por pessoas de maior renda e que os destinos dessas pessoas compreendem, exceto por Laranjeiras do Sul, cidades da área de influência de Guarapuava. Os destinos para os quais as pessoas se deslocam menos, exceto Boaventura de São Roque, também estão sob a centralidade de Guarapuava, no entanto, com interações ainda menos intensas.

As informações sobre os meios de transportes utilizados para o deslocamento interurbano apresentados no Gráfico 2, relaciona-se com a renda dos que mais se deslocam, sendo que estes utilizam o automóvel. O transporte coletivo privado (ônibus) com 25,7% sinaliza a segunda opção, seguida pelo transporte de empresas com 11,4%. Os demais meios de transporte menos utilizados conferem com menor a quantidade de deslocamento e renda, esclarecendo que, na porcentagem representada por “outros”, está incluído o transporte gratuito municipal e caminhão.

¹³⁸ Lembramos que as cidades da região de influência de Guarapuava são Pitanga, Prudentópolis e Quedas do Iguaçu como Centros de Zona B e os Centros Locais: Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Goioxim, Palmital, Pinhão, Reserva do Iguaçu, Turvo e que destas, somente Prudentópolis se localiza noutra região geográfica denominada Sudeste as demais estão na região Centro Sul.

Gráfico 2: Meios de transportes utilizados para deslocamento na região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR – 2008



As análises demonstram a descontinuidade e a pouca intensidade dos fluxos entre as cidades para onde ocorrem os deslocamentos, pois, além da baixa quantidade de a frequência não favorece a intensidade dos fluxos por ser predominantemente semanal, com 33,6%, e esporádica, com 32,7%, enquanto que os deslocamentos com frequência diária correspondem a 17,2% (Quadro 40).

Quadro 40: Destino e frequência dos deslocamentos na região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR – 2008						
Municípios	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Subtotal
Candói	4,7%	11,6%	0,0%	0,0%	4,7%	21,0%
Laranjeiras do Sul	0,0%	8,1%	3,2%	3,2%	1,6%	16,1%
Pinhão	1,9%	3,8%	1,9%	0,0%	7,6%	15,2%
Turvo	3,0%	0,0%	0,0%	3,0%	4,5%	10,5%
Palmital	0,0%	6,4%	0,0%	3,1%	0,0%	9,5%
Pitanga	3,2%	0,0%	0,0%	1,1%	4,3%	8,6%
Boaventura de São Roque	1,9%	0,0%	0,0%	1,0%	3,8%	6,7%
Goioxim	0,0%	2,4%	0,0%	0,0%	2,4%	4,8%
Cantagalo	2,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	3,8%
Prudentópolis	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%	2,5%	3,8%
Total	17,2%	33,6%	5,1%	11,4%	32,7%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C., 2009.

Entre os municípios mais indicados como destinos dos deslocamentos, em Cândói e Laranjeiras do Sul sobressai a frequência semanal, enquanto para Pinhão e Turvo os deslocamentos predominantes são esporádicos. Acrescentamos, ainda, que a distância entre Guarapuava e as cidades para as quais os respondentes se deslocam varia da mais próxima, que é Turvo distante Guarapuava 38 quilômetros, e Laranjeiras do Sul, distante 115 quilômetros (DER/PR, 2010), sendo, portanto, essa a maior distância percorrida pelos residentes em Guarapuava que participaram da pesquisa, estendendo as interações até Laranjeiras do Sul que, segundo o IBGE/REGIC (2000 e 2008), não se encontra sob a influência direta de Guarapuava.

Para complementar as informações sobre a formação de fluxos por meio do deslocamento dos respondentes de Guarapuava, além de averiguarmos o movimento interno à região Centro Sul e região de influência de Guarapuava, apresentamos as questões referentes aos deslocamentos externos ao referido recorte, em direção a outras escalas espaciais.

3.1.3 Deslocamentos externos à região Centro Sul e à região de influência de Guarapuava-PR

A concentração dos fluxos em determinadas direções nos permitiu acrescentar informações sobre os principais destinos dos deslocamentos e apontar regiões para as quais as interações são reduzidas. Entre os pesquisados, o número de deslocamentos externos somam 35,2% (Quadro 41) e, é pouco menor que os internos à região Centro Sul e região de influência de Guarapuava, com 38,9%. As respostas para os deslocamentos externos acrescentam poucos centros urbanos diferentes dos mencionados anteriormente na questão sobre o consumo de bens e serviços.

Quadro 41: Porcentagem dos pesquisados que se deslocam e dos que não se deslocam para fora da região Centro Sul do Paraná e da região de influência de Guarapuava-PR- 2008	
Respostas	Em %
Sim	35,2%
Não	64,8%
Total	100%
Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C., 2009.	

A variedade de motivos apontada é maior que para os deslocamentos internos, acrescentando as opções de saúde e compras que não foram mencionadas entre os que se deslocam para municípios localizados no recorte de pesquisa (Quadro 42). A atividade de lazer se destaca entre as respostas com 45,1% e, do número de pessoas que se deslocam por esse motivo, se dirigem à Curitiba, com 15,8%, e Ponta Grossa, com 5,1%. As demais cidades indicadas no quadro apresentaram percentual bastante inferior ao atribuído à estas duas urbes os 15,5% referentes a outras cidades no estado no Paraná concentram cidades que foram mencionadas apenas uma vez na referida variável sendo elas Arapoti, Campo Mourão, Coronel Vivida, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaíra, Ivaiporã, Matinhos, Palmeira, São Mateus do Sul.

Quadro 42: Destinos e motivos dos deslocamentos externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência Guarapuava-PR – 2008						
Municípios	Trabalho	Saúde	Compras	Lazer	Família	Total
Curitiba	3,4%	3,4%	7,9%	15,8%	4,5%	35,0%
Ponta Grossa	3,5%	0,0%	0,0%	5,1%	5,1%	13,7%
Irati	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%	4,7%	6,3%
Cascavel	1,1%	0,0%	0,0%	2,1%	2,1%	5,3%
Ciudad del Este	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	1,1%
Outras cidades do Estado do Paraná ¹³⁹	2,0%	0,0%	2,0%	15,5%	9,6%	29,1%
Outras cidades do Estado de Santa	1,1%	0,0%	0,0%	3,1%	1,1%	5,3%
Outras cidades do Estado de São Paulo ¹⁴¹	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	3,1%	4,2%
Total	12,3%	3,4%	10,8%	43,7%	29,8%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C., 2009.

Dentre os pesquisados a visita familiar, com 29,8% das respostas, justifica-se pelos vínculos pretéritos com Curitiba, Ponta Grossa, sendo que as duas cidades somam juntas o maior percentual de respostas, seguidas por Irati. Em terceiro lugar, entre os motivos de deslocamentos, destaca-se a variável compras, com 10,8%, lembrando que este motivo muitas

¹³⁹ Arapoti, Campo Mourão, Coronel Vivida, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaíra, Ivaiporã, Matinhos, Palmeira, São Mateus do Sul.

¹⁴⁰ Florianópolis, Joinville e São Francisco do Sul.

¹⁴¹ São Paulo e Sorocaba.

vezes é considerado como sinônimo de lazer e as respostas indicam a preferência por Curitiba, com 7,9% do total, enquanto outras cidades no Paraná somam 2,0 e Ciudad del Este com 1,1%, comprovando a primazia da capital do estado.

Os deslocamentos a trabalho e por saúde também convergem para Curitiba e Ponta Grossa, que supera a capital na variável trabalho e não obteve nenhuma indicação para a utilização dos serviços de saúde. A variável saúde aparece em menor proporção de procura (5,3%), confirmando as respostas do Quadro 34 sobre a frequente utilização desse serviço em Guarapuava e em Curitiba, que concentra as respostas sobre deslocamentos externos em busca de serviços de saúde, como visto também na análise sobre o consumo de serviços.

Outros fluxos menos significativos são esboçados por meio da procura por Cascavel, no Oeste do Paraná, pelo motivo de visitas familiares e, em menor percentual, devido ao trabalho. Além da quantidade inferior de respostas para deslocamentos para Cascavel, por exemplo, ao compararmos tais indicações com a frequência presente no Quadro 43 sobre o destino e a renda dos respondentes que se deslocam para fora do recorte de pesquisa com as informações sobre o destino e a frequência dos deslocamentos externos no Quadro 44, podemos perceber que o movimento maior é realizado por pessoas de renda até 2 e de 2 a 4 salários mínimos numa frequência esporádica, ou seja, não chegam a formar fluxos significativos para o Oeste do estado do Paraná, pela baixa densidade e intensidade dos deslocamentos.

Quadro 43: Destino e renda dos respondentes que se deslocam para municípios externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR – 2008					
Municípios	Até 2 s.m.	2 a 4 s.m.	4 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	Subtotal
Curitiba	9,0%	4,5%	13,5%	8,0%	35,0%
Ponta Grossa	3,4%	5,2%	3,4%	1,7%	13,7%
Irati	1,6%	3,1%	1,6%	0,0%	6,3%
Cascavel	2,1%	3,2%	0,0%	0,0%	5,3%
Ciudad del Este	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	1,1%
Outras cidades do Estado do Paraná	9,7%	11,6%	7,8%	0,0%	29,1%
Outras cidades do Estado de Santa Catarina	1,8%	3,5%	0,0%	0,0%	5,3%
Outras cidades do Estado de São Paulo	1,4%	1,4%	1,4%	0,0%	4,2%
Total	29,0%	33,6%	27,7%	9,7%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C., 2009.

Nos deslocamentos para cidades externas à região e área de influência de Guarapuava, a opção trabalho não constitui em motivo relevante como nos deslocamentos internos, e sim, lazer, visitas familiares e compras, nessa ordem respectiva. Os dados presentes no Quadro 43 evidenciam que o total dos deslocamentos referentes a pessoas com renda de até 2 e de 2 a 4 salários mínimos somam maior percentual que o grupo de pessoas de renda entre 4 e 10 e mais de 10 salários mínimos.

No entanto, ao compararmos novamente os dados do Quadro 43, sobre o destino e a renda dos pesquisados com dados do Quadro 44 referentes ao destino e à frequência dos deslocamentos, podemos verificar que as respostas concernentes aos deslocamentos que correspondem à pessoas com renda de até 2 e de 2 a 4 salários mínimos são para destinos dispersos espacialmente e correspondem com a frequência predominantemente esporádica.

Tais afirmações estão pautadas nos dados dos quadros apresentados, considerando que os deslocamentos para outras cidades nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo são apontados com predominância no Quadro 43 por pessoas com rendas de até 2 e de 2 a 4 salários e que, para estes mesmos destinos, os deslocamentos são esporádicos.

Quadro 44: Destino e frequência dos deslocamentos externos à região Centro Sul e região de influência de Guarapuava-PR - 2008						
Municípios	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Sub total
Curitiba	0,0%	4,5%	1,1%	13,7%	15,7%	35,0%
Ponta Grossa	0,0%	1,7%	3,4%	5,2%	3,4%	13,7%
Irati	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	4,8%	6,3%
Cascavel	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	4,2%	5,3%
Ciudad del Este	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	1,1%
Outras cidades do Estado do Paraná	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	29,1%	29,1%
Outras cidades do Estado de Santa Catarina	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	4,4%	5,3%
Outras cidades do Estado de São Paulo	0,0%	1,4%	0,0%	0,0%	2,8%	4,2%
Total	0,0%	8,7%	4,5%	22,4%	64,4%	100%
Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C., 2009.						

A análise dos dados sinaliza que são respondentes de renda inferior a 4 salários que se dirigem esporadicamente para outras cidades. Os destinos para os quais os deslocamentos acontecem com frequências mais variadas entre semanal, quinzenal, mensal e esporádica convergem para Curitiba e Ponta Grossa, em menor proporção, e estes destinos condizem com os maiores percentuais de deslocamentos das pessoas com rendas de 4 a 10 e mais de 10 salários mínimos.

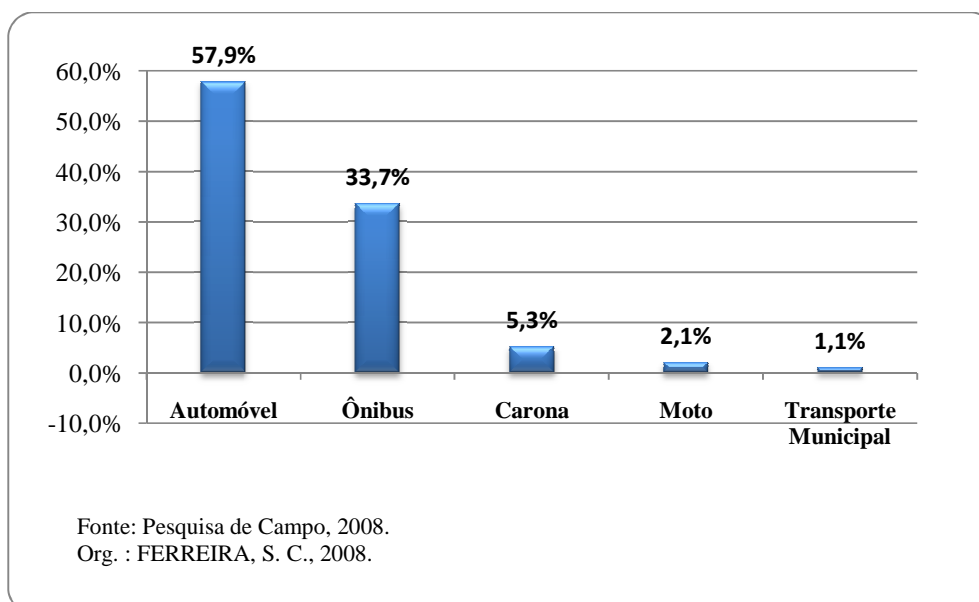
Entre os deslocamentos para Curitiba, predominam os de pessoas com renda entre 4 a 10 e mais de 10 salários mínimos, sendo que para as pessoas de renda de até 2 e de 2 a 4 salários mínimos o percentual é menor. Enfatizando a análise sobre os deslocamentos para Curitiba como o destino mais indicado pelos respondentes, verificamos que o motivo é semelhante, contudo, a frequência diverge entre os diferentes níveis de renda. Os respondentes com renda de até 4 salários mínimos se deslocam a lazer e saúde esporadicamente, os respondentes com renda de 4 a 10 salários mínimos viajam a lazer e compras, mensal e esporadicamente e, entre os respondentes de renda de mais de 10 salários mínimos o motivo também é lazer e com frequência maior, sendo semanal e mensal. Assim, as informações do Quadro 45 demonstram que os respondentes de maior renda se deslocam mais vezes a lazer para Curitiba.

Quadro 45: Motivo e frequência dos deslocamentos para Curitiba por nível de renda – 2008						
Motivo do deslocamento						
Renda	Lazer	Compras	Família	Trabalho	Saúde	Total
Até 2 s.m.	4,5%	1,1%	0,0%	0,0%	3,4%	9,0%
2 a 4 s.m.	3,4%	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	4,5%
4 a 10 s.m.	3,4%	6,7%	3,4%	0,0%	0,0%	13,5%
Mais de 10 s.m.	4,5%	0,0%	1,2%	2,3%	0,0%	8,0%
Total	15,8%	7,8%	4,5%	3,4%	3,4%	35,0%
Frequência do deslocamento						
Renda	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Total
Até 2 s.m.	0,0%	0,0%	0,0%	3,4%	5,6%	9,0%
2 a 4 s.m.	0,0%	1,1%	0,0%	2,3%	1,1%	4,5%
4 a 10 s.m.	0,0%	0,0%	0,0%	5,7%	7,9%	13,5%
Mais de 10 s.m.	0,0%	3,4%	1,1%	2,3%	1,1%	7,9%
Total	0,0%	4,5%	1,1%	13,7%	15,7%	35,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C., 2009.

Além da frequência e do destino, outro fator que diferencia os deslocamentos realizados entre as pessoas de menor e maior renda é o meio de transporte utilizado, uma vez que, entre os respondentes de renda inferior a 2 salários mínimos, o transporte utilizado refere-se ao ônibus interurbano e ao transporte público municipal, que leva e traz aqueles que se dirigem à capital por motivo de saúde. Os respondentes de renda de 4 a 10 e mais de 10 salários que se deslocam principalmente para Curitiba utilizam o automóvel (Gráfico 3).

Gráfico 3: Meio de transporte utilizado para deslocamentos externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR (2008)



Os destinos informados expressam o alcance dos deslocamentos realizados pelos residentes em Guarapuava, indicando Ciudad del Este, no Paraguai, como a cidade mais distante a 395 quilômetros e Irati, no Paraná, como a mais próxima, a 110 quilômetros de Guarapuava. No entanto, o deslocamento para a cidade mais distante é irrelevante com 1,1%, como apontam os dados, e para a mais próxima 6,3%, demonstrando que tais centros não constituem a prioridade para os respondentes que se deslocam.

As interações internas à região Centro Sul e região de influência, embora tenham apresentado maior intensidade, são mais diluídas entre as pequenas cidades que se destacam: Cândói, Laranjeiras do Sul e Pinhão. As interações que procedem de Guarapuava se

direcionam principalmente a Curitiba, Ponta Grossa, Cândói, Laranjeiras do Sul e Pinhão formando os principais os fluxos que se originam, sobretudo, devido às questões de lazer, trabalho e visitas familiares.

Tão importante quanto constatar as interações, sua origem e a natureza dos fluxos é percebermos o menor grau de interações, como fica evidente quanto à região Norte do Paraná onde se concentra uma densa rede de cidades. Londrina somente foi mencionada pelos respondentes para compra de produtos eletroeletrônicos com 1,4% das respostas. O Sudoeste também tem presença reduzida entre as respostas no que se refere a deslocamento; somente Pato Branco foi indicada com 0,4% na variável exames especializados.

As informações obtidas por meio do questionário convergem com os resultados da pesquisa realizada pelo REGIC/IBGE (2008) que apontou forte dependência de Guarapuava a Curitiba e que mesmo não participando da rede urbana de Ponta Grossa, mantém ligações com esta urbe em segundo plano. No mesmo sentido, com a pesquisa realizada por Druciaki (2009) que estudou a geografia da circulação e dos fluxos de passageiros a partir de Guarapuava em relação à Ponta Grossa, Maringá e Londrina, na qual, a primeira cidade apresentou fluxo mais intenso, com uma média de 1400 passageiros ida/volta por mês, enquanto que para Maringá e Londrina, os fluxos foram menores com uma média de 110 passageiros ida/volta por mês.

O conjunto de informações apresentadas pelas pesquisas empreendidas por Druciaki (2009), pelo IBGE/REGIC (2008) e a nossa pesquisa evidenciam a fraca interação de Guarapuava com a região Norte do Paraná com dados que confirmam a intensa interação, principalmente, com Curitiba e Ponta Grossa. Dessa maneira, as interações espaciais são estabelecidas em maior quantidade e frequência entre cidades localizadas no estado do Paraná, principalmente, as que participaram do processo de formação socioespacial de Guarapuava no sentido histórico, geográfico, político-econômico. Pode-se, assim, supor que se preservaram laços culturais com subordinação econômica em setores de comércio e serviços em relação à Ponta Grossa e Curitiba.

Se os deslocamentos que proporcionam a formação de fluxos materiais são majoritariamente restritos ao Paraná, as análises das respostas sobre a comunicação por telefone e *internet* podem acrescentar informações que demonstram a transposição dessa escala com fluxos mais intensos e de maior alcance. Ou pode também, ser reforçada a forte

ligação com a capital do Paraná e Ponta Grossa, em detrimento de outras cidades em diferentes escalas.

3.1.4 Fluxos imateriais: comunicação por telefone e *internet*

A partir dos fixos que constituem a base técnica de um determinado território, pode-se avaliar a ocorrência dos fluxos, que nesse caso, se traduzem em idéias, capital e informações que circulam virtualmente. Essa circulação cria espaços de fluxos que se interligam verticalmente, contudo, como afirma Castells (2000, p.447), “esse espaço de fluxos não permeia toda a esfera espacial e da experiência humana na sociedade em rede”, e muitas áreas e pessoas escapam dessa realidade que, no século XXI, se converteu em importante qualidade para a guerra dos lugares (SANTOS, 1996).

A conectividade supera as tradicionais qualidades locacionais para a distribuição de indústrias no espaço, assim como viabiliza a interação entre pessoas e o acesso à mercados e consumidores em diferentes lugares. A capacidade de conectividade inaugurou um novo paradigma de produção e relacionamento diante da flexibilidade espacial por meio da comunicação *on line*. Castells (1999, p.419), destaca que o desenvolvimento das técnicas de comunicação “propicia uma crescente dissociação entre a proximidade espacial e o desempenho das funções rotineiras”, como o trabalho, compras, entretenimento, educação, dentre outros.

No entanto, a intensidade dos fluxos recai sobre o que Santos (1996) afirmou sobre o uso da tecnologia para a formação de conexões, sendo que, somente por meio da ação, se pode materializar os acontecimentos e o desenvolvimento de novas redes. O estudo sobre o nível de comunicações e a viabilização de interações verticais em rede demonstra o uso da *internet* ou do telefone para o consumo de mercadoria ou por outros motivos, permitindo que tenhamos noção sobre as conexões que se formam a partir desses meios de comunicação. Esclarecemos que os dados que apresentamos são provenientes da pesquisa de campo e não empregamos informações secundárias sobre o uso e a direção das ligações telefônicas e por *internet*.

Primeiramente, apresentamos informações concernentes aos que se comunicam por telefone com municípios internos e externos à região Centro Sul do Paraná e região de

influência de Guarapuava em conjunto. Os respondentes que realizam chamadas internas ao recorte de pesquisa por telefone foram 27%, enquanto que as conexões externas foram feitas por 45,2% dos respondentes (Quadro 46).

Quadro 46: Comunicação por telefone com municípios internos e externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR 2008		
Respostas	Comunicação Interna	Comunicação Externa
	%	%
Sim	27,0%	45,2%
Não	73,0%	54,8%
Total	100,0%	100,0%
Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C., 2009.		

Em relação ao total de respondentes, consideramos baixa a quantidade de ligações telefônicas, principalmente para os municípios internos ao recorte de pesquisa, dentre os quais destacamos os que obtiveram maior quantidade de respostas superior a 10%, sendo Pitanga, Turvo, Cândói, Laranjeiras do Sul e Pinhão, conforme os dados do Quadro 47, nessa ordem. As conexões externas indicam Curitiba como principal direção, com 33,4% das respostas.

Ponta Grossa é indicada em segundo lugar, com 13%, em seguida, Irati com 9,8% das respostas. Assim como nas conexões internas, outras direções aparecem com um percentual menor que 10%, demonstrando menor quantidade de fluxos. As chamadas estabelecidas para os municípios localizados na região de pesquisa têm como objetivo principal o lazer, seguido em igualdade de respostas o trabalho e a comunicação com familiares. As conexões fora desse recorte têm como principal objetivo a comunicação com familiares, seguidas por lazer e, por último, trabalho.

Quadro 47: Direção e motivo das conexões telefônicas originadas em Guarapuava com municípios internos e externos à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR – 2008					
Municípios		Trabalho	Lazer	Família	Total
Internos à região	Pitanga	4,8%	9,5%	4,8%	19,1%
	Turvo	6,9%	3,4%	3,4%	13,7%
	Candói	6,1%	6,1%	0,0%	12,2%
	Laranjeiras do Sul	8,2%	2,0%	2,0%	12,2%
	Pinhão	5,0%	3,7%	2,5%	11,2%
	Prudentópolis	0,0%	0,0%	8,2%	8,2%
	Palmital	2,3%	4,5%	0,0%	6,8%
	Goioxim	0,0%	1,4%	2,7%	4,1%
	Cantagalo	0,0%	0,0%	2,7%	2,7%
	Foz do Jordão	0,0%	0,0%	%	1,4%
	Chopinzinho	0,0%	0,0%	1,4%	1,4%
	Nova Laranjeiras	0,0%	0,0%	1,4%	1,4%
	Marquinho	0,0%	1,4%	0,0%	1,4%
	Boaventura de São Roque	1,4%	0,0%	0,0%	1,4%
	Reserva do Iguazu	0,0%	1,4%	0,0%	1,4%
	Santa Maria do Oeste	0,0%	1,4%	0,0%	1,4%
Total		34,7%	34,8%	30,5%	100%
Cidades		Trabalho	Lazer	Família	Total
Externos à região	Curitiba	6,7%	16,0%	10,7%	33,4%
	Ponta Grossa	2,6%	2,6%	7,8%	13,0%
	Irati	0,0%	0,0%	9,8%	9,8%
	Cascavel	3,3%	0,0%	3,3%	6,6%
	Arapoti	0,0%	1,6%	1,6%	3,2%
	Francisco Beltrão	0,0%	1,6%	0,0%	1,6%
	Outras cidades do Estado do Paraná ¹⁴²	3,2%	4,9%	9,8%	17,9%
	Outras cidades do Estado de Santa Catarina ¹⁴³	0,0%	6,5%	1,6%	8,1%
	Outras cidades do Estado de São Paulo ¹⁴⁴	1,6%	1,6%	1,6%	4,8%
	Outros Estados ¹⁴⁵	0,0%	0,0%	1,6%	1,6%
Total		17,4%	34,8%	47,8%	100%
Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C., 2009.					

¹⁴² Arapongas, Chopinzinho, Imbituva, Ivaiporã, Palmeira, Pato Branco, Rebouças, Rolândia e São Mateus do Sul.

¹⁴³ Florianópolis e Joinvile

¹⁴⁴ Rio Claro, São Paulo e Sorocaba.

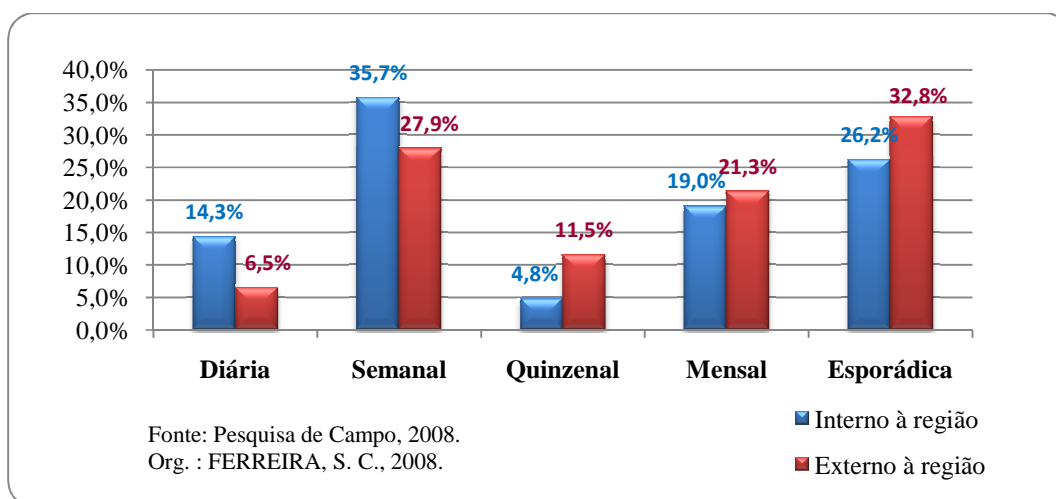
¹⁴⁵ Goiás (Anápolis), Mato Grosso do Sul (Campo Grande).

Além da baixa quantidade e fraca intensidade das comunicações telefônicas aponta para a fragilidade dessas interações. As informações expostas no Gráfico 4 sobre a comunicação interna e externa apontam que as comunicações internas são, sobretudo, em frequência semanal de 35,7% e esporádica, com 26,2% das respostas. Apenas 14,3% fazem ligações diárias.

As comunicações externas são ainda menos frequentes, de maneira que a maior frequência manifestada entre as respostas são para ligações esporádicas, seguidas de mensal, quinzenal e semanal, com mínimas ligações diárias, num percentual de 6,5% das respostas. As informações denotam a fraca interação entre os municípios mencionados por esse meio de comunicação.

A comunicação estabelecida entre cidades de outros estados, é reduzida e esporádica. Santa Catarina é a maior referência, reforçando a tendência de comunicação do estado vizinho com o Paraná, segundo pesquisas do IBGE/REGIC(2008), o que contribuiu para a extensão das relações a esse estado.

Gráfico 4: Frequência das comunicações realizadas pelos pesquisados em Guarapuava em âmbito interno e externo à área de pesquisa - 2008



A frequência constitui um dado importante para avaliação da continuidade entre as comunicações e a intensa oscilação indica uma descontinuidade entre os fluxos que interligam

os pontos fixos que são, nesse caso, as cidades. A quantidade de respostas positivas indica que a comunicação externa por telefone é maior que a interna, contudo, a frequência é menor. Portanto, os fluxos de longa distância são mais densos e menos frequentes e os de proximidade são menos densos e mais frequentes. A quantidade inferior de chamadas telefônicas internas à região de pesquisa encontra justificativa na quantidade superior de deslocamentos internos ao mesmo recorte favorecidos pela proximidade.

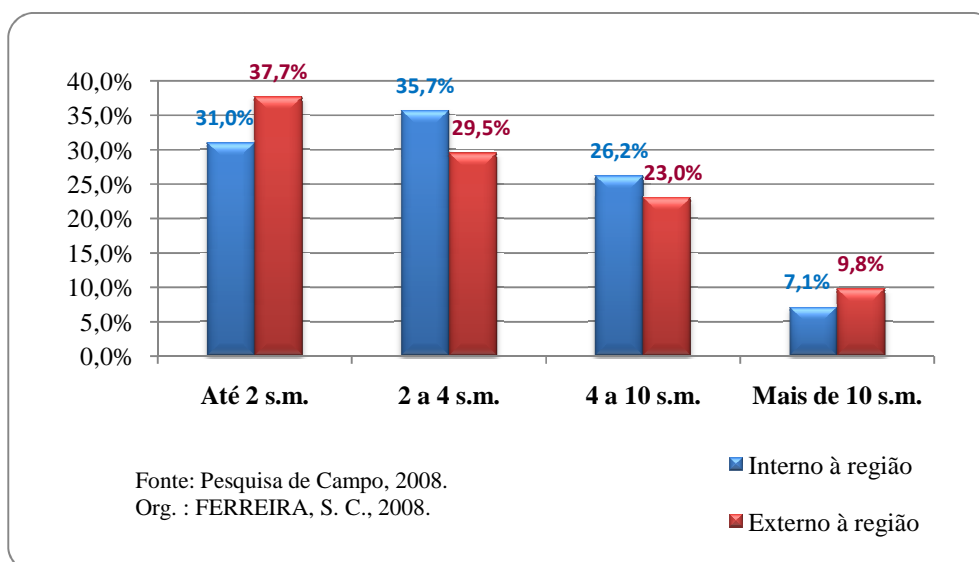
Os contatos internos são estabelecidos com centros que se encontram dispersos na área de pesquisa (Pitanga, em primeiro lugar, seguida de Turvo, Candói, Laranjeiras do Sul e Pinhão) convergem com os apontados como principais destinos para deslocamentos, diferenciando-se apenas quanto à posição segundo o número de vezes em que foram mencionados.

Além da convergência entre as informações sobre o destino dos deslocamentos e das comunicações telefônicas na região de pesquisa e externas a esse recorte, a renda dos respondentes para a comunicação na região confere com a renda daqueles que mais se deslocam em quantidade (não em intensidade) de 2 a 4 salários mínimos e de até 2 salários mínimos. O grupo de menos de 4 salários são os que mais se utilizam do serviço de telefonia, como apontam os dados do Gráfico 5.

Sobre as conexões estabelecidas com municípios externos ao recorte de pesquisa, a situação se repete, convergindo com os destinos dos deslocamentos e com a renda dos respondentes que se deslocam em maior quantidade com os que mais se comunicam, sendo de 2 a 4 e de até 2 salários mínimos.

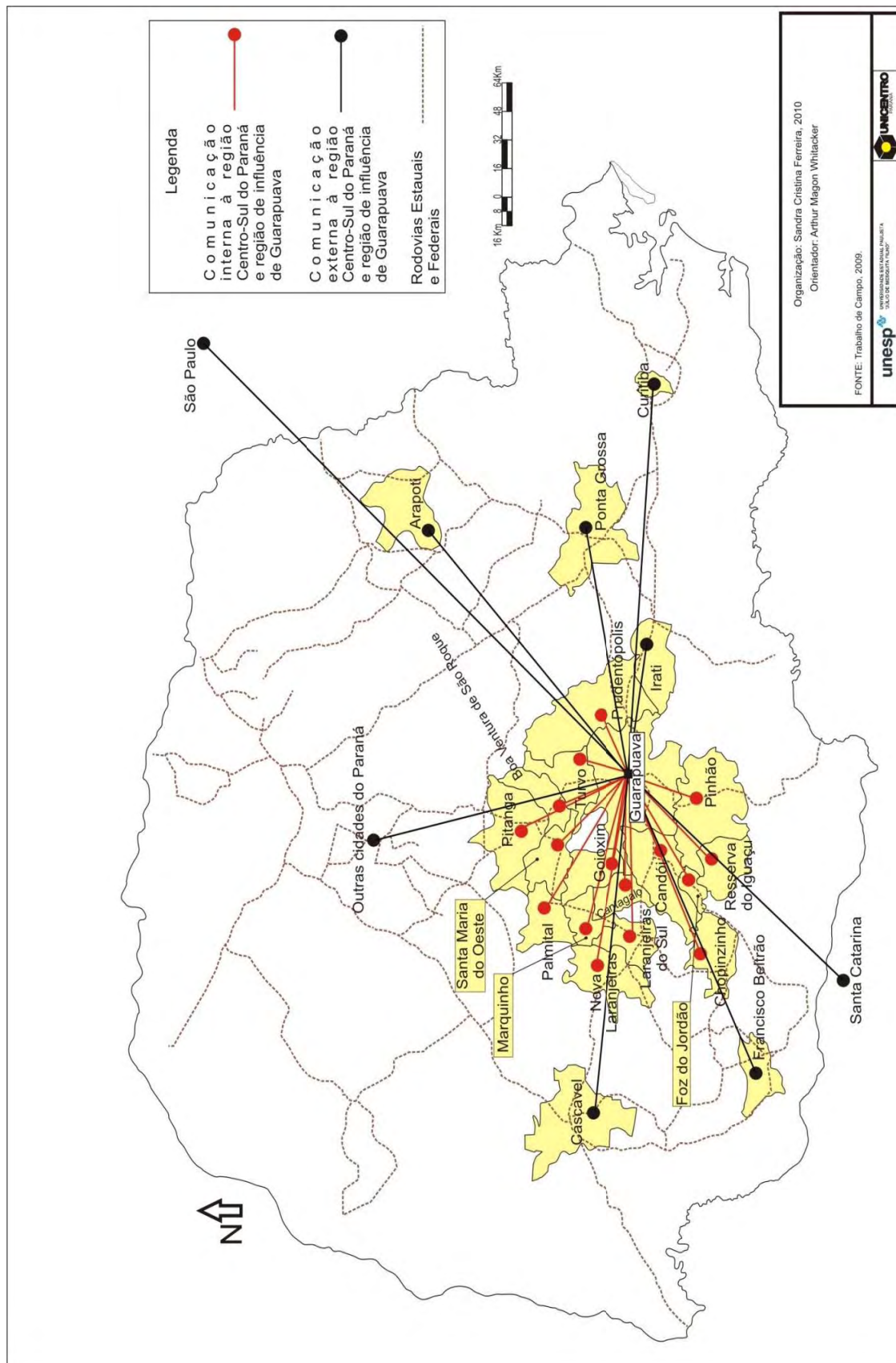
Mas, independente de quem são os que mais ou que menos se comunicam por telefone, é importante saber que as ligações telefônicas e os deslocamentos apresentam as mesmas direções e, portanto, são com estes locais que as interações se manifestam, sinalizando para a existência de conexão de Guarapuava com estes centros no sentido horizontal e vertical.

Gráfico 5: Média salarial dos pesquisados que realizam comunicações telefônicas internas e externas à área de pesquisa - 2008



A Figura 24 demonstra a direção das interações por fluxos de ligação telefônicas originadas em Guarapuava, e que as ligações internas formam fluxos de curta distância em maior quantidade. De Guarapuava os fluxos se estendem a locais mais distantes à medida em que se direcionam para centros como Curitiba e Ponta Grossa, são reduzidas as interações com cidades dos estados de São Paulo e de Santa Catarina. Tais conexões permitem que tenhamos uma noção do nível de articulação de Guarapuava com o espaço regional segundo o nível de articulação interna e com as demais escalas pela articulação externa à região de pesquisa. A comunicação por *internet* propicia, assim como a telefônica, conexões instantâneas a longas distância, articulando por meio de fluxos a cidade a outros pontos no espaço geográfico, podendo, assim, diversificar as interações e favorecer a formação da rede urbana.

Figura 24: Destino das comunicações telefônicas originadas em Guarapuava-PR



Assim como a formação socioespacial, as interações espaciais propiciam uma análise dos lugares a partir de suas diferenças e da capacidade dos grupos sociais em estabelecer interações dinâmicas para as quais a comunicação, com destaque à *internet*, tem papel fundamental pela agilidade que oferece ao movimento das informações, idéias e capital.

3.1.5 Comunicação via *internet*

A oferta e o uso de *Internet* no país é muito concentrada. Dos 5.560 municípios brasileiros, em 2005, 3.319, ou 59,7%, possuíam pelo menos um domínio de *internet*. Os 2.241 municípios que não possuíam nenhum domínio localizavam-se, preponderantemente, nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste, sobretudo no interior dessas regiões. Nas regiões Sul e Sudeste, os muitos municípios sem quaisquer domínios estão, frequentemente, próximos àqueles com alta concentração (IBGE/REGIC, 2008). No Paraná, a distribuição do número de domínios na *internet* demonstra que, do total de 49.716 domínios encontrados no estado, 63,6% estão na ACP (Área de Concentração de População) de Curitiba, 7,8% na ACP de Londrina e 6,7% na ACP de Maringá. Cascavel possui 3,1% dos domínios, Foz do Iguaçu, 2,6%, e Ponta Grossa 2%, únicos municípios com mais de 1% (Registro.br 2005/2006).

Os locais que possuem redes de infraestrutura mais complexas e maior dinâmica econômica são os mais conectados. O Quadro 48 revela os resultados obtidos por meio das respostas referentes à comunicação por *internet*, no âmbito da área de pesquisa, com 5,2% respostas afirmativas.

Quadro 48: Comunicação por <i>internet</i> interna e externa à região Centro Sul do Paraná e região de influência de Guarapuava-PR – 2008		
Resposta	Comunicação Interna	Comunicação Externa
	%	%
Sim	5,2%	15,6%
Não	94,8%	84,4%
Total	100,0%	100,0%
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C. 2009.		

Essa informação relaciona-se com o percentual de 48,2% de pessoas que nunca compraram computadores ou periféricos ou utilizaram serviços de manutenção desses equipamentos analisados nesse capítulo no item sobre aquisição de bens e serviços.

Em Guarapuava, a infraestrutura existente é suficiente para a operacionalização de conexões em rede, que são atendidas pelas operadoras GVT e OI (ANATEL, 2009) e *internet* a rádio, com provedor local. Entre as respostas sobre a conexão por *internet* presentes no Quadro 49, na região de pesquisa, os maiores fluxos se dirigem ao Pinhão, por motivo de lazer; entre os demais municípios, destacam-se Laranjeiras do Sul, Palmital e Pitanga com a mesma quantidade, para os quais o lazer constitui o motivo principal. Outras direções são contatadas por internet em menor proporção que 10% e são municípios da área de influência de Guarapuava, entre os quais os motivos mais expressivos são lazer e família. Somente para Pinhão e Laranjeiras do Sul são estabelecidas conexões a trabalho.

Quadro 49: Destinos e motivos das conexões por <i>internet</i> com municípios internos à região Centro Sul do Paraná e à região de influência de Guarapuava-PR - 2008					
Municípios		Trabalho	Lazer	Família	Total
Interno à área de pesquisa	Pinhão	7,2%	21,4%	0,0%	28,6%
	Laranjeiras do sul	8,5%	5,7%	0,0%	14,2%
	Palmital	0,0%	14,2%	0,0%	14,2%
	Pitanga	0,0%	7,1%	7,1%	14,2%
	Candói	3,6%	3,6%	0,0%	7,2%
	Turvo	0,0%	3,6%	3,6%	7,2%
	Cantagalo	0,0%	0,0%	7,2%	7,2%
Foz do Jordão	0,0%	3,6%	3,6%	7,2%	
Total		19,3%	59,2%	21,5%	100%
Cidades		Trabalho	Lazer	Família	Total
Externo à área de pesquisa	Curitiba	21,4%	15,0%	6,4%	42,8%
	Ponta Grossa	0,0%	7,1%	7,1%	14,2%
	Irati	5,8%	0,0%	5,8%	11,6%
	Cianorte	0,0%	8,5%	0,0%	8,5%
	Outras cidades do Estado do Paraná ¹⁴⁶	2,9%	2,9%	8,56	14,4%
	São Paulo (SP)	0,0%	0,0%	8,5%	8,5%
Total		30,1%	33,5%	36,4%	100%
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C. 2009.					

Nas conexões realizadas com municípios externos à área de pesquisa, repetem as interações anteriores (deslocamento e telefonia). Para Curitiba, direciona-se a maior quantidade de fluxos com 42,8%, sendo o principal motivo o trabalho, seguido de lazer e família. Para Ponta Grossa são 14,2% das conexões em função de lazer e família e Irati com

¹⁴⁶ Cascavel, Manoel Ribas, Pato Branco, Rebouças, Rolândia e Umuarama.

11,6% por motivos de trabalho e família, reforçando que a geografia dos fluxos estão concentradas para estas direções.

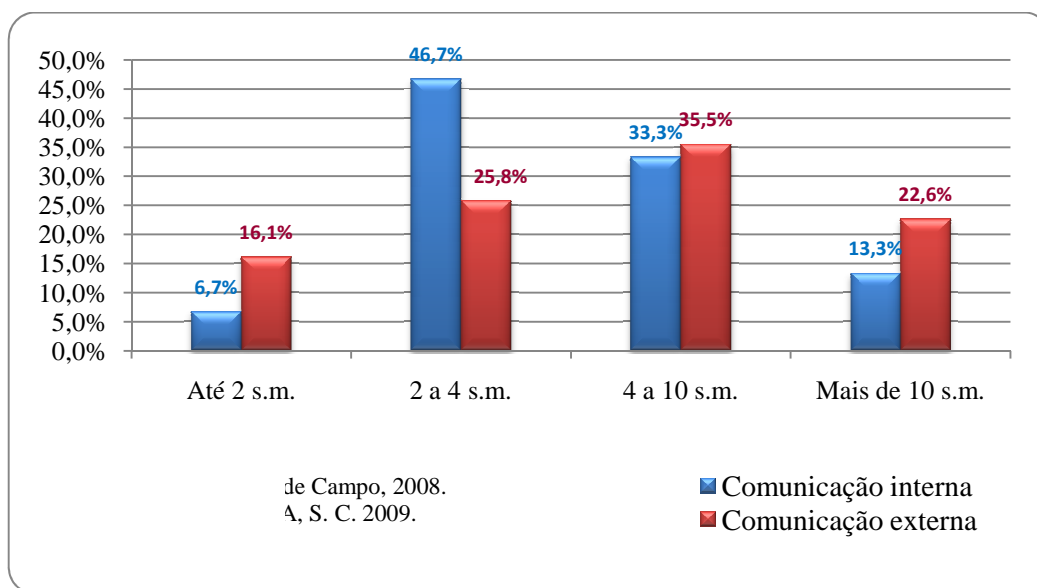
Entre as respostas, Cianorte recebeu indicações pelo motivo de lazer, destacando-se entre os outros municípios no Paraná nesse tipo de conexão. Prudentópolis não foi citada nessa alternativa de comunicação *on line*, indicando ausência de conexão de Guarapuava com esse município, por essa variável entre os respondentes da pesquisa.

Além de oportunizar a comunicação por diferentes motivos, como o lazer, comercialização de produtos, oferta de serviços, entre outros, o uso desse meio de comunicação também se relaciona com a atividade profissional que as pessoas exercem. Na pesquisa que realizamos, os respondentes que utilizam esse meio apontam a questão do lazer para as conexões internas à área de pesquisa com 59,2% das respostas. São poucas as conexões por *internet* com municípios desse recorte espacial pelo motivo de trabalho, enquanto o deslocamento para essa atividade é predominante. Nesse sentido, as interações por fluxos imateriais são menos frequentes que o deslocamento entre os municípios da região de pesquisa, tanto para trabalho como para outras atividades. As conexões com municípios externos à área de pesquisa são realizadas tendo como principal motivo a comunicação com a família, com 36,4% das respostas, seguida pelo lazer e a variável trabalho que se destaca nas conexões mais distantes, principalmente com Curitiba.

O Gráfico 6 permite a comparação entre a quantidade de pessoas que se conectam a outros locais por *internet* segundo o nível de renda e o destino das conexões. Apesar da pouca quantidade de pessoas que utilizam esse meio para estabelecer comunicação com outros locais, o número de respondentes com renda entre 2 e 4 e de 4 a 10 mínimos foi predominante para a comunicação na região de pesquisa. Os pesquisados com essa média salarial também se destacam para as conexões mais distantes e nessa variável, as respostas daqueles com renda maior que 10 salários também são mais expressivas, reforçando que este grupo estabelece maior quantidade de comunicação por *internet* e deslocamento com municípios externos à área de pesquisa.

Os respondentes com até 2 salários mínimos são os que menos utilizam a *internet* para comunicar-se, enquanto a comunicação por telefone é mais expressiva entre pessoas desse nível salarial, o que sinaliza o menor uso dessa tecnologia por pessoas de menor renda.

Gráfico 6: Média salarial dos pesquisados que realizam conexões por *internet* internas e externas à área de pesquisa - 2008



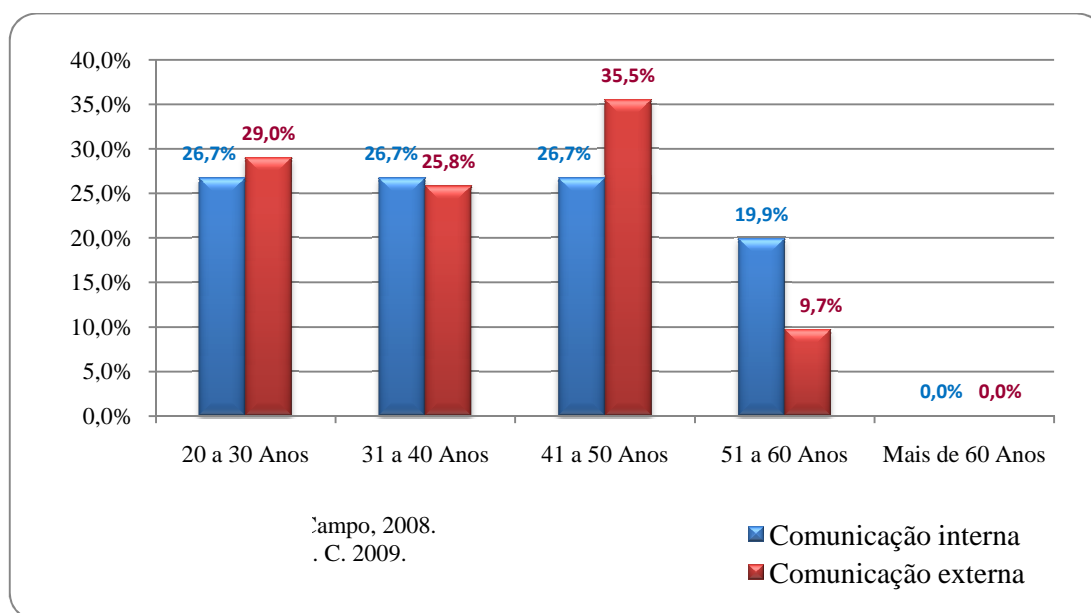
É possível avaliar que a pouca conexão espacial, como aponta Castells (1999, p. 437), resulta em “deteriorização econômica, social e física” devido ao enfraquecimento das trocas e à materialização de eventos que podem ocorrer a partir de contatos. Portanto, além da existência de redes de comunicação telefônica e *internet*, é preciso que elas sejam acionadas para que o fluxo seja estabelecido.

A conexão entre os lugares tornou-se fundamental para a dinamização quanto à ampliação das possibilidades de trocas e fortalecimento de interações virtuais que resultam na inserção social e econômica ao mundo globalizado. Nesse sentido, percebemos que, em Guarapuava, o estabelecimento desse tipo de rede, embora existente é ainda tímida em função do número reduzido de pessoas que utilizam-se desse meio de comunicação.

Percebemos que a faixa etária das pessoas que utilizam esse meio para comunicação com municípios da área de pesquisa é equilibrada entre os respondentes de 20 a 50 anos, enquanto na faixa etária entre 51 e 60 anos a utilização é menor.

Com municípios externos à área de pesquisa, a comunicação é feita mais pelos respondentes com idade entre 41 a 50 anos, seguida pelos de 20 a 30 e entre 30 e 41 anos como demonstra os dados no Gráfico 7. Os respondentes com mais de 60 anos são os que menos se comunicam, por *internet*, com municípios distantes da área de pesquisa.

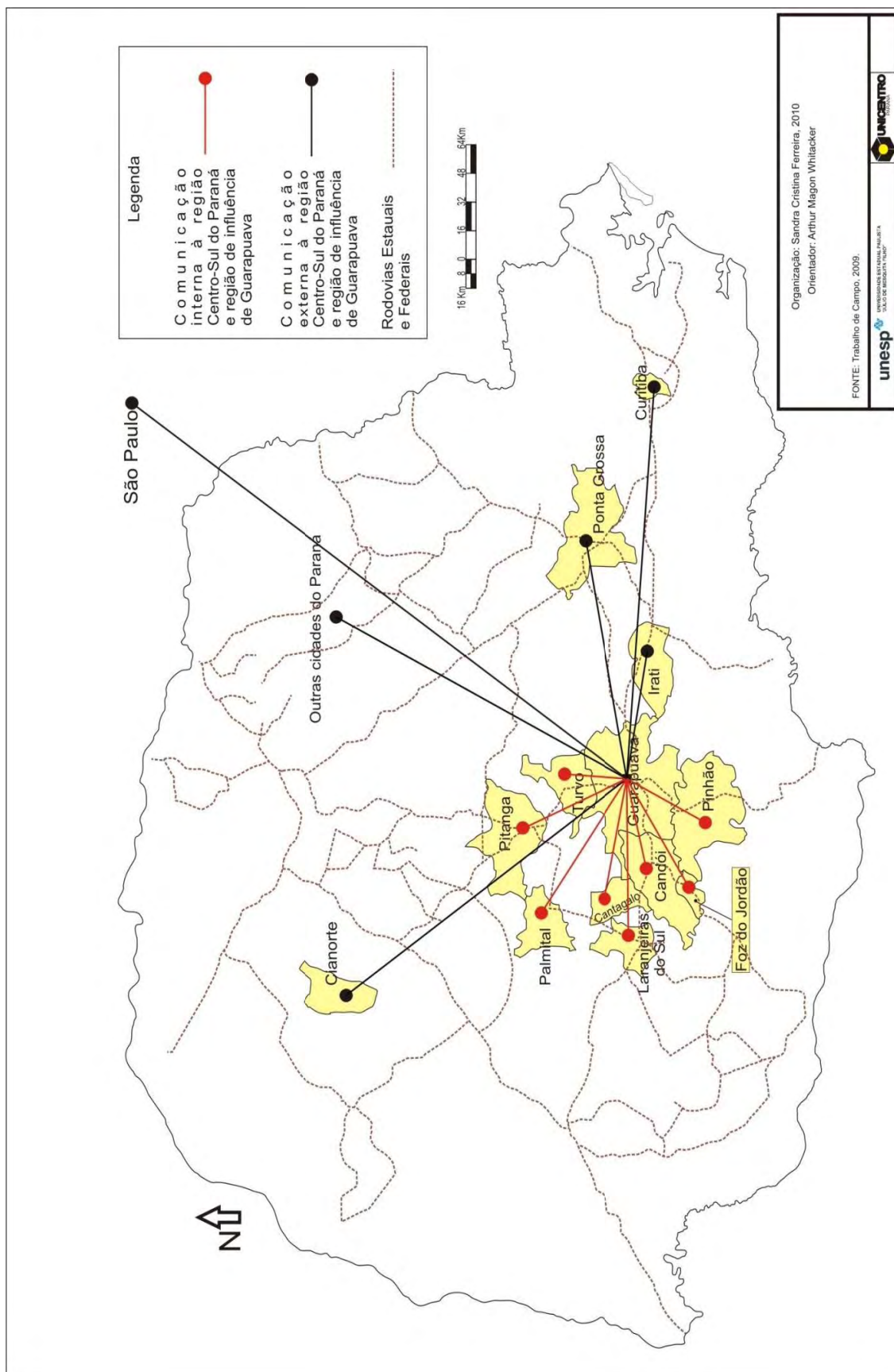
Gráfico 7: Idade dos pesquisados em Guarapuava que realizam comunicação por internet em âmbito interno e externo à área de pesquisa – 2008



Ressaltamos que os participantes da pesquisa que responderam negativamente a essa variável têm menos de 60 anos e que baixa quantidade das conexões evidenciadas na pesquisa ocorre mais entre as pessoas de renda inferior a 2 salários mínimos independente da idade.

A reduzida comunicação entre as cidades localizadas na região de Guarapuava consagra a idéia de isolamento interno e subordinação a Curitiba, ao mesmo tempo em que persiste a descontinuidade entre as urbes, inviabilizando a produção de um espaços contíguo ou contínuo. As informações apresentadas permitem entender que também há pouca variedade de espaços conectados, como expressa a Figura 25, com os destinos das conexões internas e externas à área de pesquisa.

Figura 25: Destino das comunicação por *internet* originadas em Guarapuava - PR



*O exemplo de continuidade entre as interações refere-se a Curitiba e, em menor quantidade, a Ponta Grossa. Esta compreensão analítica se aplica às interações por deslocamento e comunicação, de maneira que desenham uma configuração espacial semelhante entre os fluxos materiais de deslocamento e os imateriais (telefone e *internet*).

No que se refere às conexões por telefone e, principalmente, por *internet*, verificamos que, apesar de o uso dessa tecnologia permitir que a continuidade prepondere ante a contigüidade, os contatos permanecem em sua maioria restritos ao Paraná, mantendo, principalmente, as tradicionais interações históricas. Ou seja, a presença de tecnologia que facilita a comunicação à longa e à curta distância e que poderia provocar a configuração de uma rede urbana envolvendo as cidades da região é empregada pela população participante da pesquisa principalmente para a manutenção das interações regionais.

O exercício de análise das informações obtidas com a pesquisa de campo em Guarapuava oportunizou a compreensão da densidade, intensidade e a direção dos fluxos em virtude da atividade de consumo de bens e serviços, assim como, por outros motivos referentes ao lazer, visita familiar e trabalho no que tange às interações materiais por meio do deslocamento. Assim, as informações sobre a comunicação por telefone e *internet* contribuem para a compreensão das interações que se realizam a partir de Guarapuava, sendo que estes meios não são empregados para o consumo e que, apesar das possibilidades de inúmeras conexões, as respostas confirmaram a semelhança entre os destinos dos deslocamentos.

A semelhança nos destinos das comunicações por telefone e *internet* e a menor quantidade destas em relação ao deslocamento, reforça à questão da posição geográfica no favorecimento dos deslocamentos. As referências a Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, elencadas para a pesquisa sobre as interações espaciais com Guarapuava são distintas. Para Laranjeiras do Sul, as interações são maiores tanto no critério deslocamento quanto telefonia e *internet*. De Guarapuava para Prudentópolis, as conexões são significativamente pequenas e com interações inexistentes por *internet*, segundo as respostas dos pesquisados. Nesse caso, nem a proximidade (de Guarapuava a Prudentópolis são 68 quilômetros e até Laranjeiras do Sul são 115 quilômetros), nem a opção de conectividade implicaram em ampliação das interações de Guarapuava com essa urbe.

Cabe, portanto, verificarmos a existência de interações espaciais originadas em Prudentópolis em direção a Guarapuava, a quantidade e a intensidade dessas interações e, do mesmo modo, se a partir de Laranjeiras do Sul para Guarapuava se originam fluxos suficientes para a constituição de uma rede.

3.2. Destino, motivos e intensidade das interações espaciais originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis

Nesse item, daremos início às análises referentes aos dados obtidos com a aplicação de questionários em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis. Assim como a análise de Guarapuava, as informações e a discussão serão apresentadas seguindo uma ordem conforme apresentamos no início desse capítulo. Antes de iniciarmos esse exercício analítico, apresentamos, brevemente, as cidades elencadas para a pesquisa sobre a interação espacial com Guarapuava.

3.2.1. Laranjeiras do Sul

Laranjeiras do Sul constituiu-se em Vila em 1848 e foi elevada à categoria de cidade ao ser desmembrada de Guarapuava em 1946. Desde sua origem, teve na exploração da erva-mate e da madeira, as principais fontes econômicas. Com a diversificação das culturas, atualmente mantém a base produtiva na agropecuária e ainda tem a madeira (reflorestamento), e o mate (industrializado), como produtos de sua economia. É uma das poucas cidades do Centro Sul paranaense com população urbana maior que a rural (Tabela 10), com perda da população total, a partir de 1980, devido aos sucessivos desmembramentos de seu território, que originaram novos municípios. Localiza-se na região Centro Sul, mas, está sob a área de influência de Cascavel, no Oeste do estado.

Tabela 10: Dinâmica populacional de Laranjeiras do Sul – PR (1950-2007)

Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
1950	962	22.158	23.120
1960	5.918	30.169	36.087
1970	6.320	33.229	39.549
1980	21.287	41.543	62.830
1991	21.997	32.105	54.102
2000	23.562	6.463	30.025
2007	24.258	6.225	30.481

Fonte: Censos IBGE, 1950, 60, 70, 80, 90 e 2000. Estimativa 2007.
Org: FERREIRA, S. C., 2009.

A superioridade de população na área urbana em relação a Prudentópolis não lhe garantiu maior dinâmica do setor terciário que oferece, segundo o Iparde(2005) 3.446 empregos em 569 estabelecimentos.

3.2.2. Prudentópolis

Prudentópolis que localiza-se na mesorregião Sudeste do Paraná, entre os Campos Gerais e a Escarpa da Esperança, pertencia aos campos de Guarapuava. O povoado teve início em 1882, quando uma estrada foi aberta para a instalação de uma linha telegráfica. A partir de 1895, os primeiros imigrantes poloneses estabeleceram-se na localidade, dedicando-se à pecuária e às pequenas indústrias. Mais tarde, vieram outros imigrantes, ucranianos, alemães e italianos, que se estabeleceram em Prudentópolis. Foi desmembrada de Guarapuava e elevada à categoria de cidade em 1906. Com grande número de pequenas propriedades, tem na produção agropecuária a base de sua economia IPARDES (2005).

Distante 68 quilômetros de Guarapuava, apresenta população rural maior que a urbana, conforme a Tabela 11, com baixo índice de aumento populacional e lenta movimentação da população rural para urbana.

Tabela 11: Dinâmica demográfica de Prudentópolis -PR (1970-2007)

Ano	Urbana	Rural	Total
1970	6.199	28.263	34.462
1980	8.742	30.964	39.706
1991	11.392	35.622	47.014
1996	16.971	29.432	46.403
2000	18.276	28.070	46.346
2007	21.661	27.047	48.708

Fonte: IBGE, vários censos e contagens; IPARDES, 2008.
Org.: FERREIRA S. C., 2009.

A população rural e urbana são quase equivalentes e a densidade de atividades comerciais e de serviços é pouco superior a de Laranjeiras do Sul, com 598 estabelecimentos e oferta de 3.874 empregos (IPARDES, 2005). Localiza-se na região geográfica Sudeste, mas está sob a área de influência de Guarapuava.

O breve perfil das cidades com enfoque na dinâmica populacional e econômica procura introduzir a discussão sobre os fluxos promovidos pelos habitantes dessas cidades que participaram desta pesquisa, em função da aquisição de bens e serviços e comunicação via telefone e *internet*.

Tomamos por pressuposto, para adentrar à discussão, a ampliação da complexidade de relações vivenciadas nas cidades, inclusive nas pequenas, com o limiar do século XXI, uma vez que a estrutura hierárquica clássica divide lugar com fluxos de continuidade, complementaridade e concorrência mais expressivas.

Assim, a influência dos Centros Sub-regionais pode ser reduzida caso estes não possuam quantidade e qualidade na oferta de bens e serviços e exerçam atração às demais cidades, pois o benefício das redes de circulação de pessoas, informações e mercadorias interferem na escolha do destino para consumo, assim como, a fluidez proporcionada pelas redes de telecomunicações e *internet*, conectam diferentes lugares, independentemente da distância em que estão.

As duas cidades elencadas, como já explicado, podem nos fornecer informações sobre o alcance da centralidade de Guarapuava sobre Laranjeiras do Sul, considerada único Centro de Zona A pelo IBGE/REGIC(2008) e a influência sobre Prudentópolis, localizada noutra região geográfica e considerada Centro de Zona B, pelo mesmo instituto de pesquisa.

As interações entre estas cidades com Guarapuava podem representar a formação de uma rede urbana ou interações espaciais de baixa frequência e densidade, enquanto outros centros urbanos constituem objeto de maior interação espacial.

Tendo em vista que tais interações podem se realizar através de diversos motivos por diferentes meios e velocidades foi que inserimos a questão dos deslocamentos e a comunicação como elementos capazes de demonstrar a dinâmica socioeconômica existente entre tais cidades com a formação de fluxos materiais e imateriais, que podem favorecer um local em detrimento de outro.

3.2.3. Laranjeiras do Sul e Prudentópolis: bens e serviços

Dentre os diversos motivos que conduzem ao deslocamento de pessoas, o consumo de bens e serviços constituem um forte elemento disseminador de movimento, principalmente

entre cidades de uma hinterlândia, servidas por um centro maior e melhor equipado. As cidades de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis apresentam diferenças e semelhanças quanto ao local de suprimento dessas necessidades.

Diferenciam-se pela maior quantidade de deslocamentos em direção a Guarapuava para consumo de bens e serviços. A semelhança está no fato de que, em ambas as cidades, a aquisição de eletroeletrônicos e computadores e periféricos é predominantemente local, sendo que, para os respondentes de Laranjeiras do Sul, Cascavel vem em segundo lugar para os primeiros produtos e Ciudad del Este destaca-se em segundo lugar para a compra de computadores e periféricos, e Guarapuava é pouco citada pelos respondentes. Para os pesquisados em Prudentópolis, Guarapuava aparece em segundo lugar de procura com e Irati em terceiro lugar indicada com um percentual mínimo de respostas; para a compra de computadores e periféricos, as respostas indicam Guarapuava em segundo e Curitiba em terceiro lugar (Quadro 50). A aquisição de automóveis e motocicletas, segundo os respondentes, também é em sua maioria feita em Laranjeiras do Sul, enquanto que, em Prudentópolis, a compra desses bens é feita em Guarapuava.

Os dados revelam que, entre os pesquisados em Laranjeiras do Sul, os deslocamentos ocorrem em direção a maior número de cidades (Cascavel, Guarapuava, Pato Branco, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, Curitiba e Ponta Grossa) e são de maior alcance. O direcionamento dos residentes em Prudentópolis está voltado para Guarapuava, Irati, Ponta Grossa, Curitiba e Cascavel. Para os respondentes de Laranjeiras do Sul, os bens e serviços são obtidos com superioridade na própria cidade. Os produtos pesquisados constituem em bens simples e facilmente encontrados em lojas de rede, como Casas Bahia, Magazine Luiza entre outras, distribuídas em grande parte das cidades; os serviços também são de baixa complexidade, fato que pode ter favorecido as respostas para aquisição local, o que demonstra que as cidades pequenas apresentam condições básicas de atendimento para a população quanto aos itens solicitados da mesma forma que Guarapuava como Centro Sub-regional.

Quadro 50: Consumo de bens e serviços pelos respondentes de Laranjeiras do Sul e de Prudentópolis-PR – 2008															
Laranjeiras do Sul						Prudentópolis						Total			
Cidade	Consumiu					Total	Nunca Consumiu	Cidade	Consumiu					Nunca Consumiu	
	Renda (Salários mínimos)								Renda (Salários mínimos)						
	Até 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal			Até 2	2 a 4	4 a 10	+ de 10	Subtotal			
Serviços de eletro-eletrônicos															
Laranjeiras do Sul	23,0%	43,6%	12,7%	11,1%	90,4%	100%	4,0%	Prudentópolis	3,4%	41,0%	50,3%	3,0%	97,7%	0,4%	
Cascavel	0,0%	0,0%	2,4%	0,8%	3,2%			Guarapuava	0,0%	1,1%	0,0%	0,4%	1,5%		
Guarapuava	0,0%	0,0%	0,8%	0,8%	1,6%			Irati	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%		
Pato Branco	0,0%	0,0%	0,8%	0,0%	0,8%			Total	3,4%	42,1%	50,7%	3,4%	99,6%	0,4%	
Total	23,0%	43,6%	16,7%	12,7%	96,0%	100,0%	4,0%							100%	
Compra de automóveis e motocicletas															
Laranjeiras do Sul	10,9%	28,4%	8,7%	5,9%	53,9%	100%	13,9%	Guarapuava	0,0%	12,4%	17,6%	1,5%	31,5%	7,7%	
Cascavel	0,4%	4,8%	6,7%	1,2%	13,1%			Prudentópolis	2,3%	13,9%	11,5%	0,0%	27,7%		
Curitiba	0,0%	3,0%	4,1%	0,8%	7,9%			Ponta Grossa	0,0%	8,3%	12,5%	1,1%	21,9%		
Guarapuava	0,0%	1,8%	3,0%	0,4%	5,2%			Curitiba	0,0%	3,4%	5,2%	0,4%	9,0%		
Pato Branco	0,0%	1,1%	1,5%	0,4%	3,0%			Irati	0,0%	0,8%	1,0%	0,0%	1,8%		
Ponta Grossa	0,0%	0,4%	1,1%	0,0%	1,5%			Cascavel	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%		
Outros	0,0%	0,4%	1,1%	0,0%	1,5%			Total	2,3%	38,8%	48,2%	3,0%	92,3%	7,7%	
Total	11,3%	39,9%	26,2%	8,7%	86,1%	100,0%	13,9%							100%	
Compra e manutenção de computadores e periféricos															
Laranjeiras do Sul	8,7%	27,8%	10,3%	10,3%	57,1%	100%	35,7%	Prudentópolis	0,8%	37,5%	45,5%	2,7%	86,5%	10,0%	
Ciudad del Leste	0,0%	1,1%	2,2%	1,5%	4,8%			Guarapuava	0,0%	0,4%	1,1%	0,4%	1,9%		
Cascavel	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%	0,8%			Curitiba	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%	0,8%		
Curitiba	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%	0,8%			Irati	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%		
Foz do Iguaçu	0,0%	0,4%	0,4%	0,0%	0,8%			Ponta Grossa	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%		
Total	8,7%	29,3%	13,7%	12,6%	64,3%	100,0%	35,7%	Total	0,8%	38,3%	47,7%	3,5%	90,0%	10,0%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.

Os automóveis e motocicletas, novos e usados, apresentam maior complexidade conforme a exigência e o poder aquisitivo do cliente e, segundo as respostas, são os mais procurados fora das cidades pesquisadas. Entre os respondentes com renda até 2 salários mínimos de Prudentópolis, verificamos que não há deslocamentos para as compras e serviços solicitados; em Laranjeiras do Sul, apenas 0,4% se dirigem a Cascavel para a aquisição de automóveis e motocicletas. Os deslocamentos para outras cidades são predominantes entre os respondentes das duas cidades com renda entre 4 e 10 salários mínimos.

A população pesquisada, além de Guarapuava, compartilha a rede de Ponta Grossa, Cascavel e Curitiba. No entanto, a intensidade de relações com esses mesmos centros são diferentes para cada uma das duas urbes pesquisadas. Dois centros indicados não são compartilhados pelas cidades: Pato Branco, citada pela população de Laranjeiras do Sul, e Irati, citada pela população de Prudentópolis.

A posição geográfica de Laranjeiras Sul privilegia a interação com Pato Branco, que localiza-se na região Sudoeste do Paraná, com 61.984 mil habitantes na área urbana e tem a mesma classificação que Guarapuava na hierarquia urbana do estado como Centro Sub regional A (IBGE/REGIC, 2008). Prudentópolis tem os limites territoriais com Irati, no Sudeste, classificada como Centro de Zona A, com 42. 196 mil habitantes na área urbana; assim, nos dois casos, avaliamos que a proximidade prevaleceu.

A Figura 26 apresenta a distribuição geográfica das cidades com as quais os pesquisados em Laranjeiras do Sul estabelecem relações para a aquisição de bens e a utilização de serviços, destacando cidades no Sudoeste do Paraná (Pato Branco), Oeste do Paraná (Cascavel, Foz do Iguaçu) e Ciudad del Este, no Paraguai, e, em menor proporção, Ponta Grossa e Curitiba.

A população de Prudentópolis concentra o consumo na própria cidade e somente para a aquisição de automóveis e motocicletas dirige-se em maior proporção a Guarapuava, Irati, Ponta Grossa e Curitiba (Figura 27). As informações indicam que as relações estabelecidas pela população de Prudentópolis são mais concentradas no Centro e Sudeste do Paraná e são menos extensas que as estabelecidas pela população de Laranjeiras do Sul.

Figura 26: Local de consumo de bens e serviços pelos residentes em Laranjeiras do Sul - PR

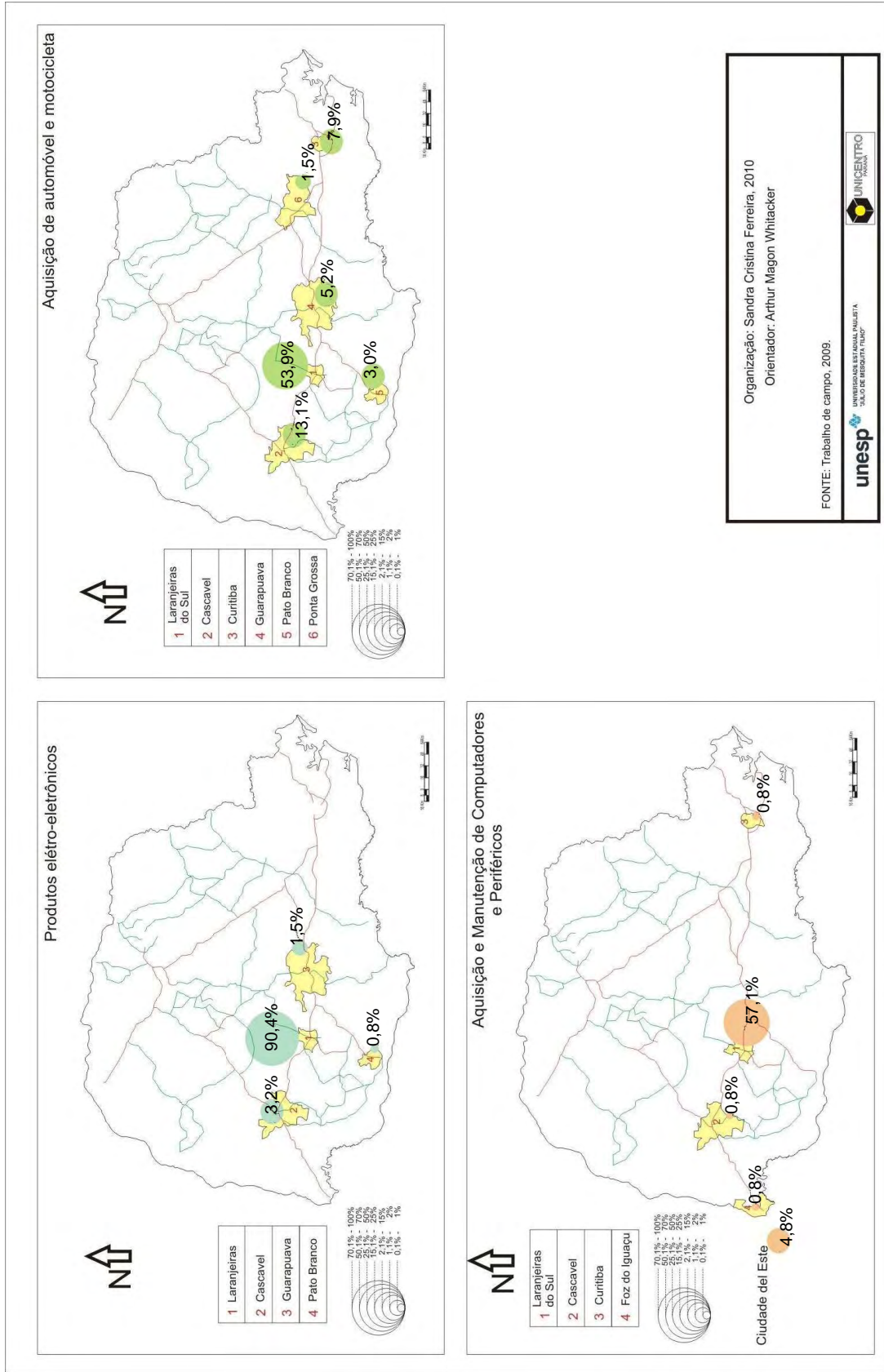
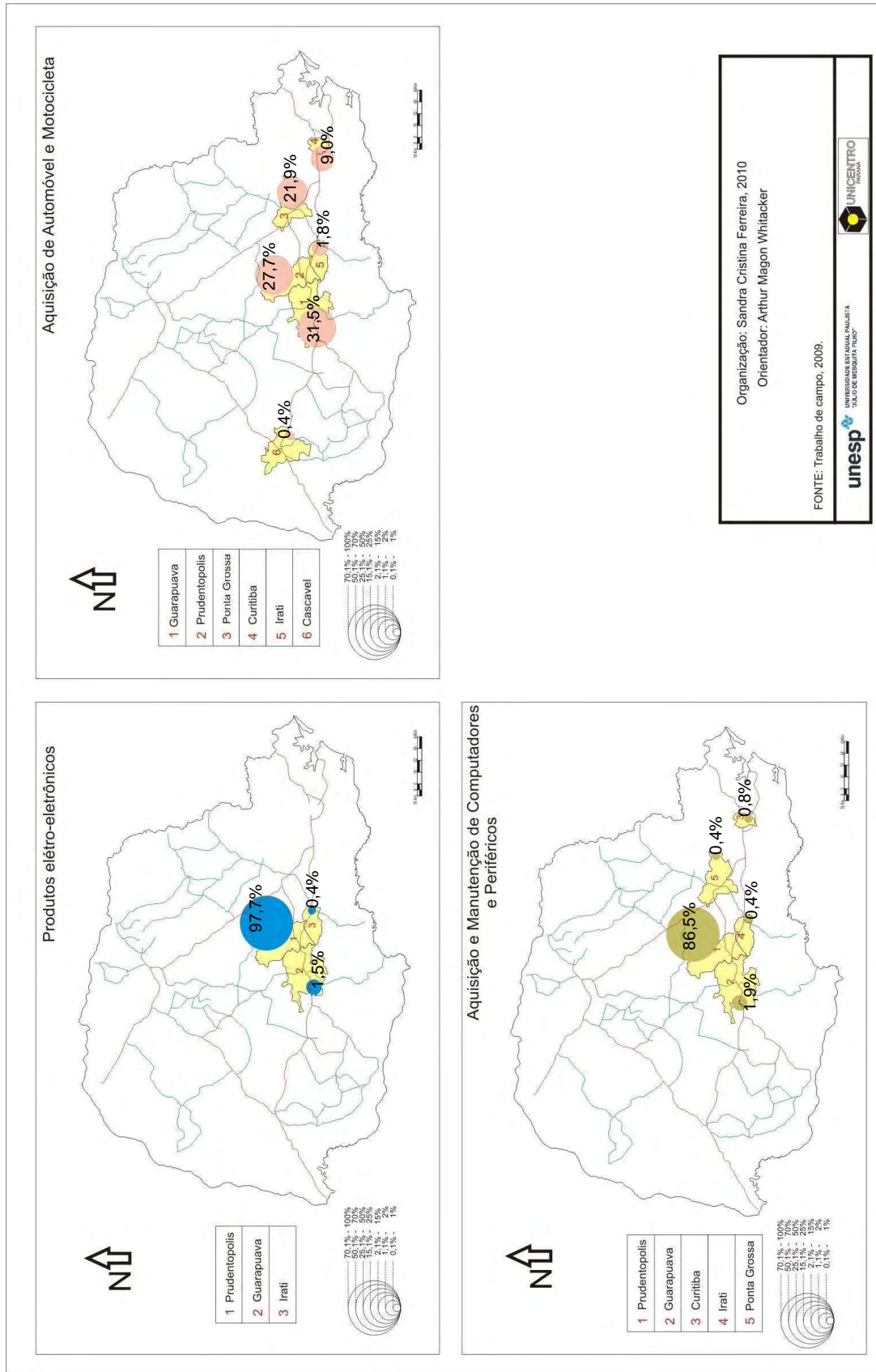


Figura 27: Local de consumo de bens e serviços pelos residentes em Prudentópolis - PR



Outra questão que emerge refere-se à presença constante de Cascavel entre as respostas, demonstrando a extensão da centralidade dessa urbe que, entre os respondentes de Laranjeiras do Sul foi indicada em diversas questões, classificando-se ora em segundo, ora em terceiro lugar entre as respostas. Para Prudentópolis, a relação com Cascavel, embora existente, é menos freqüente, possivelmente, em função da distância, pois Curitiba ou Guarapuava tornam-se mais viáveis. Podemos confirmar essa relação com a questão sobre o deslocamento ou não para Guarapuava dirigida aos pesquisados nas duas cidades (Quadro 51). Entre os respondentes de Prudentópolis, 71,4% afirmaram que se deslocam para Guarapuava por distintos motivos, e em Laranjeiras do Sul, o deslocamento rumo a Guarapuava é inferior, somando 54,3%.

Quadro 51: Deslocamentos para Guarapuava originados em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis –PR – 2008		
Respostas	Laranjeiras do Sul	Prudentópolis
Sim	54,3%	71,4%
Não	45,7%	28,6%
Total	100%	100%
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C. 2009.		

Os deslocamentos para Guarapuava, por respondentes das duas cidades, são de frequência esporádica e mensal, o que acarreta baixa intensidade dos fluxos, que são justificados pelos motivos desses deslocamentos apresentados no Quadro 52, no qual podemos analisar essa informação associada com a renda e a frequência dos pesquisados que se deslocam para Guarapuava.

Para os deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul, o motivo principal é saúde, com 59,8% das respostas. Em todos os níveis de renda, verificamos deslocamentos para esse serviço, mas, a predominância concerne a pessoas com renda entre 2 a 4 e de 4 a 10 salários mínimos. Tanto a quantidade de respostas para esse motivo com a natureza do mesmo condizem com a frequência esporádica e a mensal que se sobrepõem às demais frequências.

A procura por esse serviço em Guarapuava deve-se, principalmente, à centralização do atendimento aos servidores do estado do Paraná pelo SAS (Sistema de Assistência à Saúde),

portanto, entre os que mais se deslocam por saúde, estão os professores e os funcionários públicos da área administrativa do estado.

Quadro 52: Motivo e frequência dos deslocamentos em direção à Guarapuava por nível de renda dos pesquisados em Laranjeiras do Sul – PR – 2008							
Motivo do deslocamento							
Renda	Lazer	Compras	Família	Trabalho	Estudo	Saúde	Total
Até 2 s.m.	2,9%	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%	11,4%	17,2%
2 a 4 s.m.	11,3%	2,9%	5,7%	2,9%	0,0%	22,8%	45,7%
4 a 10 s.m.	2,9%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	19,9%	25,7%
Mais de 10 s.m.	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	2,9%	5,7%	11,4%
Total	17,1%	5,8%	8,6%	5,8%	2,9%	59,8%	100,0%
Frequência do deslocamento							
Renda	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Total	
Até 2 s.m.	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17,2%	17,2%	
2 a 4 s.m.	0,0%	2,9%	2,9%	2,9%	37,1%	45,7%	
4 a 10 s.m.	0,0%	0,0%	0,0%	8,6%	14,3%	25,7%	
Mais de 10 s.m.	2,9%	0,0%	0,0%	5,7%	2,9%	11,4%	
Total	2,9%	2,9%	2,9%	17,1%	74,2%	100,0%	
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.							
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.							

O Quadro 53 apresenta informações sobre a ocupação e o motivo dos deslocamentos que permitem essa afirmação. A soma das duas referidas ocupações equivale a 25,7% das respostas dos que se deslocam a Guarapuava por motivo de saúde.

O lazer é o segundo motivo mais indicado e predomina entre as pessoas de 2 a 4 salários mínimos. Para os demais motivos, a família se destaca com 8,6%, seguida, respectivamente, por trabalho e compras, com 5,8%, e estudo com 2,9%. A variável família não constitui elemento que reforça a centralidade, e a baixa quantidade de deslocamentos a trabalho e compras também denota a fraca interação por essas atividades. Da mesma forma, a influência de Guarapuava sobre Laranjeiras do Sul pelo serviço de estudo revelou-se reduzida com 2,9% e frequência diária. Alertamos que essa centralidade tende a diminuir devido à instalação da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), que iniciou as atividades no primeiro semestre de 2010, com 20 cursos de nível superior. Essa universidade tem o objetivo de atender as necessidades regionais, com cursos voltados para o desenvolvimento social e

produtivo que poderá significar a autonomia regional com o fortalecimento socioeconômico. Esse fato poderá redundar na diminuição da articulação dessa urbe com Guarapuava, segundo essa variável, e quiçá outras, a partir do momento em que Laranjeiras do Sul se torne mais dinâmica socioeconomicamente com a atuação da Universidade.

Quadro 53: Ocupação dos pesquisados e motivo dos deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul com destino à Guarapuava – PR – 2008

Motivo do deslocamento							
Ocupação	Lazer	Compras	Família	Trabalho	Estudo	Saúde	Total
Professor	0,0%	0,0%	2,8%	0,0%	0,0%	17,1%	19,9%
Aposentado	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%	14,2%	17,1%
Vendedor	0,0%	2,9%	2,9%	0,0%	0,0%	5,7%	11,5%
Funcionário público	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%	8,6%	11,5%
Motorista	5,6%	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%	2,8%	11,3%
Secretária	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,8%	5,7%
Outras Profissões	8,6%	2,9%	0,0%	0,0%	2,9%	8,6%	23,0%
Total	17,1%	5,8%	8,6%	5,8%	2,9%	59,8%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.

No caso de Prudentópolis, a frequência predominante dos deslocamentos também é esporádica e mensal (Quadro 54); os motivos são mais distribuídos, embora alguns se destaquem, como as compras com 28,13%, o que confirma o que havíamos percebido pelos dados anteriormente apresentados sobre o consumo de bens e serviços, seguida do atendimento à saúde, com 27,8% e lazer, com 25,3%.

Em Prudentópolis, há uma discrepância entre a renda dos pesquisados e o motivo dos deslocamentos, de maneira que, para compras são pessoas com renda de 2 a 4 e de 4 a 10 que se deslocam para Guarapuava; para saúde, predominam as respostas concernentes a pessoas com renda até 2 salários mínimos e, para o lazer, predomina a renda entre 2 a 4 salários mínimos.

Como analisamos, por meio das informações do Quadro 50, sobre o consumo de bens e serviços, o deslocamento para compras não é realizado por pessoas com a menor renda ou seja, até 2 salários mínimos. Esse grupo costuma sanar suas necessidades de consumo na própria cidade, sinalizando que a renda reduz a condição de deslocamento para essa atividade.

Quadro 54: Motivo e frequência dos deslocamento originados em Prudentópolis em direção à Guarapuava segundo a renda dos pesquisados – 2008							
Motivo do deslocamento							
Renda	Lazer	Compras	Família	Trabalho	Estudo	Saúde	Total
Até 2 s.m.	6,6%	1,4%	0,0%	1,4%	3,9%	18,5%	31,8%
2 a 4 s.m.	11,9%	13,2%	0,0%	3,9%	1,4%	7,9%	38,3%
4 a 10 s.m.	5,4%	10,7%	1,4%	5,4%	1,4%	1,4%	25,7%
Mais de 10 s.m.	1,4%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,2%
Total	25,3%	28,1%	1,4%	10,7%	6,7%	27,8%	100,0%
Frequência do deslocamento							
Renda	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Total	
Até 2 s.m.	3,9%	0,0%	1,4%	2,8%	23,7%	31,8%	
2 a 4 s.m.	1,4%	0,0%	2,8%	1,4%	32,9%	38,3%	
4 a 10 s.m.	1,4%	2,8%	1,4%	5,5%	14,6%	25,7%	
Mais de 10 s.m.	0,0%	1,4%	1,4%	1,4%	0,0%	4,2%	
Total	6,7%	4,2%	6,8%	11,1%	71,2%	100,0%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.

No entanto, são pessoas com esse nível de renda que mais se deslocam a Guarapuava para tratamento de saúde (Quadro 54) e pessoas com renda de 2 a 4 salários mínimos. Sobre isso, acrescentamos que, da mesma forma que os deslocamentos por motivo de saúde originados em Laranjeiras do Sul têm como explicação a centralização do atendimento aos funcionários públicos do Estado, para Prudentópolis, existe outro tipo de centralização dos serviços de saúde criado em 1999 denominado CIS (Consórcio Intermunicipal de Saúde).

Por meio desse consórcio, a população dos municípios participantes, entre eles Prudentópolis, se dirige para Guarapuava, que é sede de atendimento público de saúde. O CIS promove interações espaciais que convergem a uma só direção; neste caso, para Guarapuava, onde a população dos municípios participantes do consórcio é encaminhada e retorna para o seu município de origem após o atendimento.

Esse atendimento, por sua vez, não ultrapassa a escala regional, ficando, mais precisamente, numa escala microrregional, que se configura pelo deslocamento de pessoas por

meios de transporte municipal, composto de automóveis, micro-ônibus e ambulâncias, entre os municípios¹⁴⁷ e Guarapuava.

O Quadro 55, confirma a realidade discutida sobre quem se desloca de Prudentópolis para Guarapuava e por que, ao expor que o meio de transporte utilizado para deslocamentos por motivo de saúde é o transporte municipal e o ônibus, enquanto que, para atividades de compras e lazer, concernentes a pessoas de maior renda, é realizado por automóveis, assim como para o trabalho, com percentual predominante para esse meio de transporte e renda entre 4 a 10 salários mínimos.

Quadro 55: Motivo e meio de transporte utilizado para os deslocamentos de Prudentópolis para Guarapuava-PR – 2008							
Motivo do deslocamento							
Meio de transporte	Lazer	Compras	Família	Trabalho	Estudo	Saúde	Total
Automóvel	14,7%	24,0%	1,3%	5,3%	0,0%	2,6%	47,9%
Ônibus	10,7%	4,0%	0,0%	1,3%	6,7%	10,7%	33,4%
Transp. Municipal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	14,7%	14,7%
Transp. Empresa	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	0,0%	0,0%	2,7%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%	1,3%
Total	25,4%	28,0%	1,3%	10,6%	6,7%	28,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.

A procura pelo serviço de educação aparece em quarto lugar com 6,7% das respostas, evidenciando menor influência nessa variável em relação às demais, justificando-se pela presença do campus avançado da Unicentro na cidade, com a oferta dos cursos de Letras, Pedagogia, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas e a proximidade com Irati, Ponta Grossa e Curitiba que ofertam cursos de ensino desde as séries iniciais ao superior e pós-graduação. Esse deslocamento é realizado exclusivamente de ônibus por pessoas de renda até 2 salários mínimos.

A efetivação dos deslocamentos entre as cidades estimula a dinâmica interurbana por meio da circulação de pessoas e capital e concentra nas cidades procuradas o movimento que

¹⁴⁷ Os municípios participantes do consórcio são Prudentópolis, Pinhão, Palmital, Pitanga, Goioxim, Canta galo, Turvo, Laranjal, Boaventura de São Roque, Foz do Jordão, Candói, Reserva do Iguazu e Campina do Simão.

lhes conferem vitalidade econômica e social, por meio dos relacionamentos e das atividades comerciais e de serviços de que usufruem.

Embora a contiguidade não constitua um pressuposto para o desenvolvimento socioespacial, que pode se realizar por meio de interações espaciais diretas com centros distantes no sentido da continuidade, as características das interações espaciais entre municípios próximos contribuem para a configuração de redes urbanas regionais nas quais as cidades tornam-se elementos dinâmicos de estruturação dos espaços. A vantagem de interações em escala local e regional está na possibilidade de elas se tornarem centros de inovação, transformando-se em polos dinamizadores de crescimento e desenvolvimento.

Entre essas cidades (Laranjeiras do Sul e Prudentópolis) não existem espaços contíguos que favoreçam trocas e articulações mais próximas e que as interliguem entre si e com Guarapuava, no sentido da formação de uma rede.

Da mesma forma, não existem espaços contíguos a Guarapuava; assim, as relações são estabelecidas em descontiguidade, não propiciando a formação de aglomerações ou de redes mais intensas no âmbito regional, pois os contatos, como já evidenciado, são divididos com outros centros maiores, além de Guarapuava, motivados em grande parte pela dispersão e distância entre as urbes na região de pesquisa, assim como devido às fragilidades socioeconômicas das cidades pesquisadas.

De Laranjeiras do Sul a Cascavel são 137 quilômetros, com passagem por dois pedágios. Para Guarapuava, a distância é de 115 quilômetros com um pedágio. Mesmo com a distância maior e a despesa de mais um pedágio, muitos respondentes de Laranjeiras do Sul afirmaram preferir Cascavel a Guarapuava para compras e serviços especializados devido maior oferta e qualidade.

Guarapuava para os moradores de Laranjeiras do Sul, figura como um ponto de referência para os movimentos populacionais com intenção de busca por serviços em saúde e lazer. Contudo, a divisão de papéis com outras cidades, principalmente, com Cascavel, diminui o papel de intermediação de Guarapuava como centro maior em relação a Laranjeiras do Sul, onde os habitantes usufruem em maior quantidade e intensidade do mercado de Cascavel.

Em relação a Prudentópolis, o papel intermediário de Guarapuava, em se tratando de compras, lazer e serviços de saúde, desenvolve-se com maior intensidade que Laranjeiras do Sul, porém, também é dividido com outras cidades como Ponta Grossa, Curitiba e Irati, não se definindo um intenso espaço de relações.

A interações espaciais que se estabelecem a partir de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis com municípios de sua proximidade, e outros localizados noutras escalas espaciais, são evidenciados pelas informações da pesquisa empírica com dados sobre a quantidade desses deslocamentos, o motivo, a frequência e o nível de renda e a ocupação de quem desloca.

A análise desses dados permite-nos vislumbrar a densidade, a natureza, a direção e a intensidade dessas interações e assim, estabelecer os parâmetros sobre a possível configuração de uma rede urbana e o papel de intermediação de Guarapuava nesse contexto que, por ora, se apresenta ofuscado frente às demais cidades destacadas pela pesquisa.

3.2.4. Deslocamentos realizados pelos pesquisados para municípios internos e externos à região de Laranjeiras do Sul (Centro Sul) e de Prudentópolis (Sudeste) do Paraná

Os deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul em direção a municípios externos à sua região são em quantidade superior aos deslocamentos internos. O deslocamentos procedentes de Prudentópolis são em quantidade superior para municípios internos conforme dados do Quadro 56 e ocorrem em menor proporção que os deslocamentos realizados pelos respondentes de Laranjeiras do Sul.

Quadro 56: Deslocamentos internos e externos – 2008				
Respostas	Laranjeiras do Sul		Prudentópolis	
	Internos a região	Externos a região	Internos a região	Externos a região
Sim	35,6%	53,9%	43,1%	23,2%
Não	64,4%	46,1%	56,9%	76,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009. Org.: FERREIRA, S. C. 2009.				

O trabalho e o lazer são os principais motivos de deslocamentos internos à região Centro Sul pelos respondentes de Laranjeiras do Sul. As principais cidades indicadas correspondem a Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, com mais de 30% das respostas, tendo por motivo o trabalho, em primeiro lugar para as duas, em segundo, o lazer para Nova Laranjeiras e família para Rio Bonito do Iguaçu. É natural que os motivos de saúde, estudo e compras não se destaquem entre as respostas, tendo em vista que os municípios apontados são pequenos e com população e economia predominantemente rurais.

Exceto por Quedas do Iguaçu, classificada como Centro de Zona B pelo IBGE/REGIC(2008), as demais localidades apontadas correspondem a Centros Locais, portanto, as menores centralidades na rede urbana.

Possuem, portanto, menor oferta de bens e serviços que Laranjeiras do Sul, fato que comprova-se pela procura inexistente por serviços de saúde, educação e para compras, entre os municípios da região, como demonstram os dados do Quadro 57 com as informações sobre o destino e o motivo dos deslocamentos.

Os deslocamentos provenientes de Prudentópolis para municípios da região, evidenciados no mesmo quadro, também apontam o trabalho como principal motivo, seguido pelo lazer e Guamiranga como o principal destino. Irati aparece entre as respostas como a segunda opção em deslocamento, mas em percentual bem menos expressivo.

O motivo dos deslocamentos para Irati são distribuídos entre as variáveis aparecendo o trabalho em primeiro lugar, mas também a opção de lazer, família, saúde, estudo e compras, sendo que os dois últimos, somente foram citados para Irati, pois a mesma consiste na maior cidade da região, classificada pelo IBGE/REGIC (2008) como Centro de Zona A. A alternativa de estudo nessa cidade deve-se a uma extensão da UNICENTRO, como já comentado, com a oferta de curso superior, além de opções em outros níveis de ensino.

Quadro 57: Destinos e motivos dos deslocamentos internos e externos à região de Laranjeiras do Sul e de Prudentópolis-PR – 2008

		Laranjeiras do Sul							
Internos à região	Municípios	Família	Trabalho	Lazer	Estudo	Saúde	Compras	Subtotal	
	Nova Laranjeiras	11,1%	19,5%	5,5%	0,0%	0,0%	0,0%	36,1%	
	Rio Bonito do Iguaçu	5,5%	16,7%	8,4%	0,0%	0,0%	0,0%	30,6%	
	Candói	0,0%	5,5%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	8,3%	
	Virmond	2,8%	2,8%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	8,3%	
	Porto Barreiro	0,0%	2,8%	5,5%	0,0%	0,0%	0,0%	8,3%	
	Cantagalo	0,0%	2,8%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%	
	Quedas do Iguaçu	0,0%	0,0%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	2,8%	
	Total	19,4%	50,1%	30,6%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
		Prudentópolis							
Guamiranga	9,3%	37,3%	14,1%	0,0%	0,0%	0,0%	60,7%		
Irati	4,6%	7,0%	7,0%	4,6%	2,3%	4,6%	30,1%		
Imbituva	0,0%	2,3%	2,3%	0,0%	2,3%	0,0%	6,9%		
Ivaí	0,0%	0,0%	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%		
Total	13,9%	46,6%	25,7%	4,6%	4,6%	4,6%	100,0%		
		Laranjeiras do Sul							
Externos à região	Municípios	Família	Trabalho	Lazer	Estudo	Saúde	Compras	Subtotal	
	Cascavel	5,6%	9,2%	14,8%	3,8%	11,1%	3,8%	48,3%	
	Curitiba	7,4%	0,0%	5,6%	0,0%	3,7%	3,7%	20,4%	
	Ponta Grossa	1,8%	0,0%	3,7%	0,0%	0,0%	0,0%	5,5%	
	Foz do Iguaçu	0,0%	1,8%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%	
	Toledo	1,8%	0,0%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%	
	Pato Branco	0,0%	0,0%	1,9%	0,0%	1,8%	0,0%	3,7%	
	Dois Vizinhos	1,8%	0,0%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%	
	Outras cidades do Estado do Paraná ¹⁴⁸	7,4%	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	9,2%	
	Outras cidades do Estado de Santa Catarina ¹⁴⁹	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	
	Total	27,6%	11,0%	33,5%	3,8%	16,6%	7,5%	100,0%	
			Prudentópolis						
	Ponta Grossa	4,3%	4,3%	26,1%	0,0%	4,3%	12,9%	51,9%	
Curitiba	0,0%	0,0%	13,0%	4,3%	8,8%	0,0%	26,1%		
Candido de Abreu	0,0%	0,0%	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%		
Cantagalo	0,0%	0,0%	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%		
Cascavel	0,0%	0,0%	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%		
Roncador	0,0%	0,0%	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%		
Turvo	0,0%	0,0%	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%		
Total	4,3%	4,3%	61,1%	4,3%	13,1%	12,9%	100,0%		

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

Org: FERREIRA, S. C.; 2010.

¹⁴⁸ Campo Mourão, Coronel Vivida, Irati, Sulina e Telêmaco Borba, Jandaia do Sul e Iporã.
¹⁴⁹ Florianópolis, Timbó.

A questão do trabalho como motivo primário, em Laranjeiras do Sul, identifica-se com as profissões dos respondentes que mais se deslocam, sendo professores e funcionários públicos e, em menor percentual, os agricultores e motoristas, entre outros (Quadro 58). Esclarecemos que as localidades apontadas em destaque pelos respondentes, foram distritos emancipados na década de 1990 e que mantêm profunda dependência com o município de origem, quanto ao quadro de funcionários para atuar na administração pública e no setor de atendimento da população, principalmente na área educacional.

Quadro 58: Ocupação dos respondentes de Laranjeiras do Sul e de Prudentópolis-PR – 2008				
	Laranjeiras do Sul		Prudentópolis	
	Profissão	%	Profissão	%
Internos à região	Professor	13,8%	Empresário	11,2%
	Funcionário público	11,1%	Professor	11,2%
	Agricultor	8,3%	Motorista	8,9%
	Motorista	8,3%	Do lar	6,7%
	Aposentado	5,6%	Vendedor	6,7%
	Auxiliar de Enfermagem	5,6%	Comerciante	4,4%
	Pedreiro	5,6%	Estudante	4,4%
	Vendedor	5,6%	Funcionário público	4,4%
	Outras profissões	36,1%	Mestre de obras	4,4%
			Repositor	4,4%
			Taxista	4,4%
			Outras profissões	28,9%
	Total	100,0%	Total	100,0%
Externos à região	Professor	14,8%	Aposentado	8,70%
	Funcionário Público	12,9%	Balconista	8,70%
	Vendedor	11,1%	Comerciante	8,70%
	Motorista	7,4%	Do lar	8,70%
	Aposentado	5,6%	Professor	8,70%
	Comerciante	5,6%	Outras profissões	56,50%
	Contador	5,6%		
	Auxiliar de Enfermagem	3,7%		
	Empresário	3,7%		
	Secretária	3,7%		
	Outras profissões	25,9%		
	Total	100,0%	Total	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.
Org: FERREIRA, S. C.; 2010.

Guamiranga, como a principal localidade apontada entre os respondentes em Prudentópolis, apresenta características semelhantes aos Centros Locais de Laranjeiras do Sul, com menos de 10 mil habitantes e emancipada na década de 1990. Da mesma forma, apresenta forte dependência por profissionais para atender às necessidades municipais, o que justifica a concentração de deslocamento com 37,4% dos pesquisados por motivo de trabalho. No entanto, a quantidade de respostas sobre os profissionais que se dirigem para Guamiranga é mais distribuída, aparecendo, em primeiro lugar, os professores e empresários, em segundo, motoristas, seguidos por outras profissões com percentual menos expressivo.

A frequência em que ocorrem os deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul dão sustentação analítica à variável trabalho como principal motivo, tendo em vista que ocorrem em maior proporção diária e semanalmente em destino a Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu (Quadro 59), convergindo com deslocamentos para trabalho. Essa frequência é facilitada também pela proximidade entre as localidades em questão. Os deslocamentos mensal e esporádicos indicam menor frequência para a opção de lazer e visitas familiares na região. Os deslocamentos originados em Prudentópolis para municípios da região, com predominância para Guamiranga, além da menor quantidade, a frequência também é menor com deslocamentos esporádicos a semanais.

Nesse caso, a proximidade não favoreceu à interações mais intensas, como as favorecidas pelos deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul em direção aos municípios de sua região, especialmente para Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu em que os deslocamentos acontecem na frequência diária e semanal.

Para qualificarmos nossa análise sobre o deslocamento externo e compreendermos a natureza dos mesmos em direção às principais cidades citadas, analisamos o motivo, a profissão dos respondentes e a frequência em que se deslocam.

Com isso, verificamos que em Laranjeiras do Sul, a cidade mais indicadas é Cascavel, com 48,3% das respostas, e os motivos principais são lazer, saúde e trabalho, seguida por Curitiba, com 20,4%, pelos motivos de família, lazer, saúde e compras, e Ponta Grossa, em menor porcentagem, com 5,5% das respostas e motivos predominantes referentes ao lazer e família.

Quadro 59: Destino e frequência dos deslocamentos internos e externos originados em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR - 2008

Laranjeiras do Sul							
Municípios	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Subtotal	
Nova Laranjeiras	11,1%	13,8%	0,0%	5,6%	5,6%	36,1%	
Rio Bonito do Iguaçu	11,1%	8,3%	2,8%	5,6%	2,8%	30,6%	
Candói	2,8%	2,8%	0,0%	0,0%	2,8%	8,3%	
Virmond	2,8%	0,0%	0,0%	2,8%	2,8%	8,3%	
Porto Barreiro	2,8%	2,8%	0,0%	0,0%	2,8%	8,3%	
Cantagalo	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	2,8%	5,6%	
Quedas do Iguaçu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,8%	2,8%	
Total	33,3%	27,6%	2,8%	14,0%	22,4%	100,0%	
Prudentópolis							
Guamiranga	0,0%	16,4%	14,1%	4,6%	25,6%	60,7%	
Irati	2,3%	2,3%	2,3%	11,6%	11,6%	30,1%	
Imbituva	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	4,6%	6,9%	
Ivaí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	2,3%	
Total	5,6%	18,7%	16,4%	16,2%	44,1%	100,0%	
Laranjeiras do Sul							
Municípios	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Subtotal	
Cascavel	5,6%	5,6%	3,7%	11,1%	22,3%	48,3%	
Curitiba	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%	16,7%	20,4%	
Ponta Grossa	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	3,7%	5,5%	
Foz do Iguaçu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%	3,7%	
Toledo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%	3,7%	
Pato Branco	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%	1,8%	3,7%	
Dois Vizinhos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%	3,7%	
Outras cidades do Estado do Paraná	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%	5,6%	9,2%	
Outras cidades do Estado de Santa Catarina	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,8%	
Total	5,6%	5,6%	3,7%	22,1%	63,0%	100,0%	
Prudentópolis							
Ponta Grossa	0,0%	0,0%	0,0%	12,9%	39,0%	51,9%	
Curitiba	0,0%	0,0%	4,4%	12,9%	8,8%	26,1%	
Candido de Abreu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%	4,4%	
Cantagalo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%	4,4%	
Cascavel	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%	4,4%	
Roncador	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%	4,4%	
Turvo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%	4,4%	
Total	0,0%	0,0%	4,4%	25,8%	69,8%	100,0%	

Fonte:Trabalho de campo, 2008.

Org:FERREIRA, S. C. 2010.

As demais cidades indicadas são predominantemente localizadas nas regiões Oeste (Foz do Iguaçu e Toledo) e Sudoeste (Pato Branco, Dois Vizinhos). Foram citadas apenas uma vez cidades nos estados do Paraná (Campo Mourão, Coronel Vivida, Irati, Sulina e Telêmaco Borba) e Santa Catarina (Florianópolis). Em Prudentópolis, as cidades mais indicadas são Ponta Grossa, com 51,9%, por motivos de lazer e compras e Curitiba, com 26,1% das respostas, tendo por motivos o lazer e a saúde. As demais cidades citadas correspondem a Cândido de Abreu, Cantagalo, Cascavel, Roncador e Turvo, todas devido ao motivo de lazer.

Analisando detalhadamente, os deslocamentos realizados para Cascavel, verificamos que as opções família, estudo e compras foram menos indicadas. A opção de compras foi indicada somente para Cascavel e Curitiba e, nas variáveis estudo e trabalho, Curitiba não foi mencionada. O trabalho e o estudo, mesmo considerando a flexibilidade propiciada pela *internet* ou por realização de atividades concentradas, costumam exigir maior frequência.

As informações contidas no Quadro 59, anteriormente exposto com o destino e a frequência dos deslocamentos externos realizados pelos respondentes de Laranjeiras do Sul, podem auxiliar nessa compreensão, pois evidenciam que as frequências preponderantes dos deslocamentos são esporádicas com 63,0% e mensais, com 22,1%. Podemos avaliar que tais frequências condizem com os motivos dos deslocamentos gerais para lazer, família e saúde como atividades que permitem flexibilidade de realização. O trabalho e o estudo, indicados principalmente para Cascavel, relaciona-se com a frequência diária e semanal.

A quantidade de deslocamentos para Cascavel e de motivos evidencia a articulação mais intensa entre os respondentes com essa urbe, inclusive para a realização de compras, com indicação superior a Guarapuava no mesmo motivo. As informações com os percentuais de quem se desloca, segundo a ocupação dos respondentes presente no Quadro 58, permite-nos a análise associada entre os motivos (Quadro 57) com a frequência e o destino (Quadro 59), sendo que externo à região centro Sul, quem mais se desloca são professores, funcionários públicos e vendedores, com percentual acima de 10%. Essa informação se complementa com a renda dos pesquisados, demonstrando que, entre os respondentes de Laranjeiras do Sul, os que mais se deslocam para fora da região são aqueles com renda entre 4 a 10 e mais de 10 e entre 2 a 4 salários mínimos nessa sequência (Quadro 60).

Quadro 60: Destino dos deslocamentos interno e externo à região de Laranjeiras do Sul e de Prudentópolis e renda dos pesquisados – 2008

	Laranjeiras do Sul					
	Municípios	Até 2 s.m.	2 a 4 s.m.	4 a 10 s.m.	+ 10 s.m.	Subtotal
Internos à região	Nova Laranjeiras	11,1%	13,9%	8,3%	2,8%	36,1%
	Rio Bonito do Iguaçu	5,6%	11,1%	11,1%	2,8%	30,6%
	Candói	0,0%	5,6%	2,8%	0,0%	8,3%
	Virmond	2,8%	2,8%	2,8%	0,0%	8,3%
	Porto Barreiro	2,8%	2,8%	2,8%	0,0%	8,3%
	Cantagalo	0,0%	2,8%	2,8%	0,0%	5,6%
	Quedas do Iguaçu	0,0%	2,8%	0,0%	0,0%	2,8%
	Total	22,3%	41,8%	30,6%	5,6%	100,0%
	Prudentópolis					
	Guamiranga	4,6%	37,3%	16,5%	2,3%	60,7%
	Irati	4,6%	18,5%	7,0%	0,0%	30,1%
	Imbituva	4,6%	2,3%	0,0%	0,0%	6,9%
	Ivaí	0,0%	0,0%	2,3%	0,0%	2,3%
	Total	13,8%	58,1%	25,8%	2,3%	100,0%
Externos à região	Laranjeiras do Sul					
	Municípios	Até 2 s.m.	2 a 4 s.m.	4 a 10 s.m.	+ 10 s.m.	Subtotal
	Cascavel	5,6%	11,1%	22,3%	9,3%	48,3%
	Curitiba	3,7%	1,8%	9,3%	5,6%	20,4%
	Ponta Grossa	0,0%	1,9%	1,8%	1,8%	5,5%
	Foz do Iguaçu	0,0%	0,0%	3,7%	0,0%	3,7%
	Toledo	0,0%	0,0%	1,9%	1,8%	3,7%
	Pato Branco	0,0%	0,0%	1,9%	1,8%	3,7%
	Dois Vizinhos	0,0%	0,0%	3,7%	0,0%	3,7%
	Outras cidades do Estado do Paraná	0,0%	3,7%	3,7%	1,8%	9,2%
	Outras cidades do Estado de Santa Catarina	0,0%	0,0%	1,8%	0,0%	1,8%
	Total	9,3%	18,5%	50,1%	22,1%	100,0%
	Prudentópolis					
	Ponta Grossa	17,3%	12,9%	17,3%	4,4%	51,9%
	Curitiba	8,7%	8,7%	4,3%	4,4%	26,1%
	Candido de Abreu	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%
	Cantagalo	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%
	Cascavel	0,0%	4,4%	0,0%	0,0%	4,4%
	Roncador	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%
	Turvo	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%
Total	43,6%	26,0%	21,6%	8,8%	100,0%	

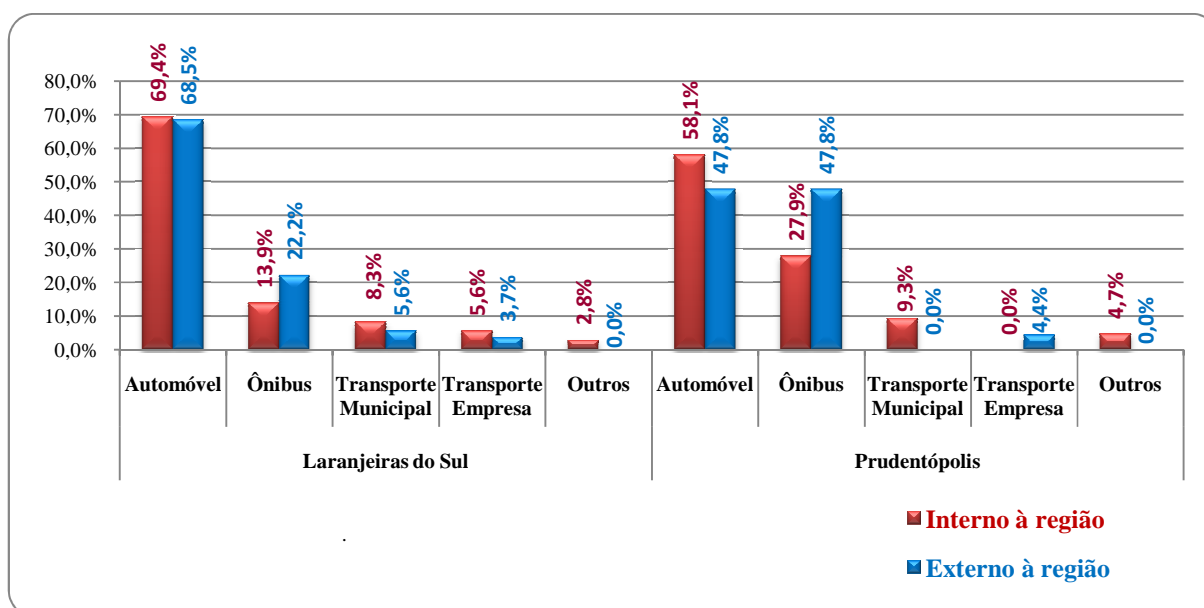
Fonte: Trabalho de Campo, 2008.
Org: FERREIRA, S. C. 2010.

Nos deslocamentos internos à região Centro Sul do Paraná, os respondentes de Laranjeiras do Sul que mais se deslocam possuem renda de 2 a 4 salários mínimos, em primeiro lugar, em segundo, os com renda entre 4 a 10 e, em terceiro, aqueles com renda até 2 salários mínimos. Destacamos que, entre os respondentes com renda maior que 10 salários mínimos, os deslocamentos na região são inferiores somando 2, 3%, enquanto que, para fora, o percentual é de 22,1% e que aqueles com menor renda, de até 2 salários mínimos, são os que menos se deslocam para fora da região

Os respondentes de maior renda são os que menos se deslocam na região, denotando a questão financeira como favorecedora de deslocamentos mais distantes para esse grupo de pesquisados. Aqueles com menor renda (até 2 salários) são os que menos se deslocam no geral, tanto para localidades internas quanto externas à região em que residem.

O automóvel é o meio mais utilizado, seguido pelo ônibus (Gráfico 8). O transporte municipal, destacado em terceiro lugar, é designado pela prefeitura para os deslocamentos de pessoas para tratamentos de saúde. Lembramos que as atividades de lazer, saúde, estudo e compras constituem variáveis que favorecem às interações espaciais pela aquisição de bens e serviços e reforçam a centralidade dos centros de destino.

Gráfico 8: Meio de transporte utilizado para os deslocamentos internos e externos - 2008



No entanto, necessitam de uma frequência que permita a formação de fluxos que propiciem as redes, de maneira que a pesquisa revela a existência de movimentos externos na frequência esporádica e mensal, indicando fluxos menos intensos que os produzidos pelos deslocamentos internos na frequência diária e semanal que, apesar disso, são menos densos, ou seja, em menor quantidade. Assim, podemos considerar que tanto os deslocamentos externos quanto os internos à região Centro Sul, originados em Laranjeiras do Sul, disseminam fluxos irregulares quanto à densidade e a intensidade.

Entre os respondentes de Prudentópolis, os deslocamentos externos para lazer e compras são predominantes, seguidos em menor percentual pelos motivos de família, trabalho e saúde com o mesmo percentual, de 4,3% das respostas. Os deslocamentos para Curitiba devem-se principalmente ao lazer e à saúde, em terceiro, e menos indicado, o estudo, com 4,3%. Percebemos que a saúde é um motivo freqüente entre os respondentes de Prudentópolis que recorrem a esse serviço em diferentes direções: em Guarapuava, Ponta Grossa, Irati, Imbituva, e Curitiba.

A frequência dos deslocamentos externos são predominantemente esporádicos, com 69,8%, e mensal, com 25,8%, e são realizados por aposentados, balconistas e comerciantes, ocupações distintas dos respondentes de Laranjeiras do Sul que se deslocam para fora da região. É possível associar tais ocupações aos deslocamentos esporádicos e aos níveis de renda com predominância de até 2 salários mínimos, com 43,6% do total das respostas, 17,3% entre os que se deslocam para Ponta Grossa e 8,7% entre os que se deslocam para Curitiba.

Os respondentes com renda entre 2 a 4 salários mínimos estão em segundo lugar nos deslocamentos com total de 26,0% das respostas e 12,9% para Ponta Grossa e para 8,7% Curitiba. Em terceiro os respondentes com renda entre 4 a 10 salários com 17,3% para Ponta Grossa e 4,3% para Curitiba.

Esse maior percentual de deslocamentos entre as pessoas de menor renda encontra explicação pela distância até Ponta Grossa (107 quilômetros) e a interligação dessa cidade por transporte intermunicipal, realizado pela empresa Princesa dos Campos, com sede em Ponta Grossa. Essa informação se confirma com os dados sobre os meios de transporte utilizados para os deslocamentos externos que compreendem ônibus e automóvel, com a mesma

quantidade de respostas, seguido pelo transporte municipal, que, como já enfatizamos, refere-se ao transporte para tratamento de saúde (Gráfico 8).

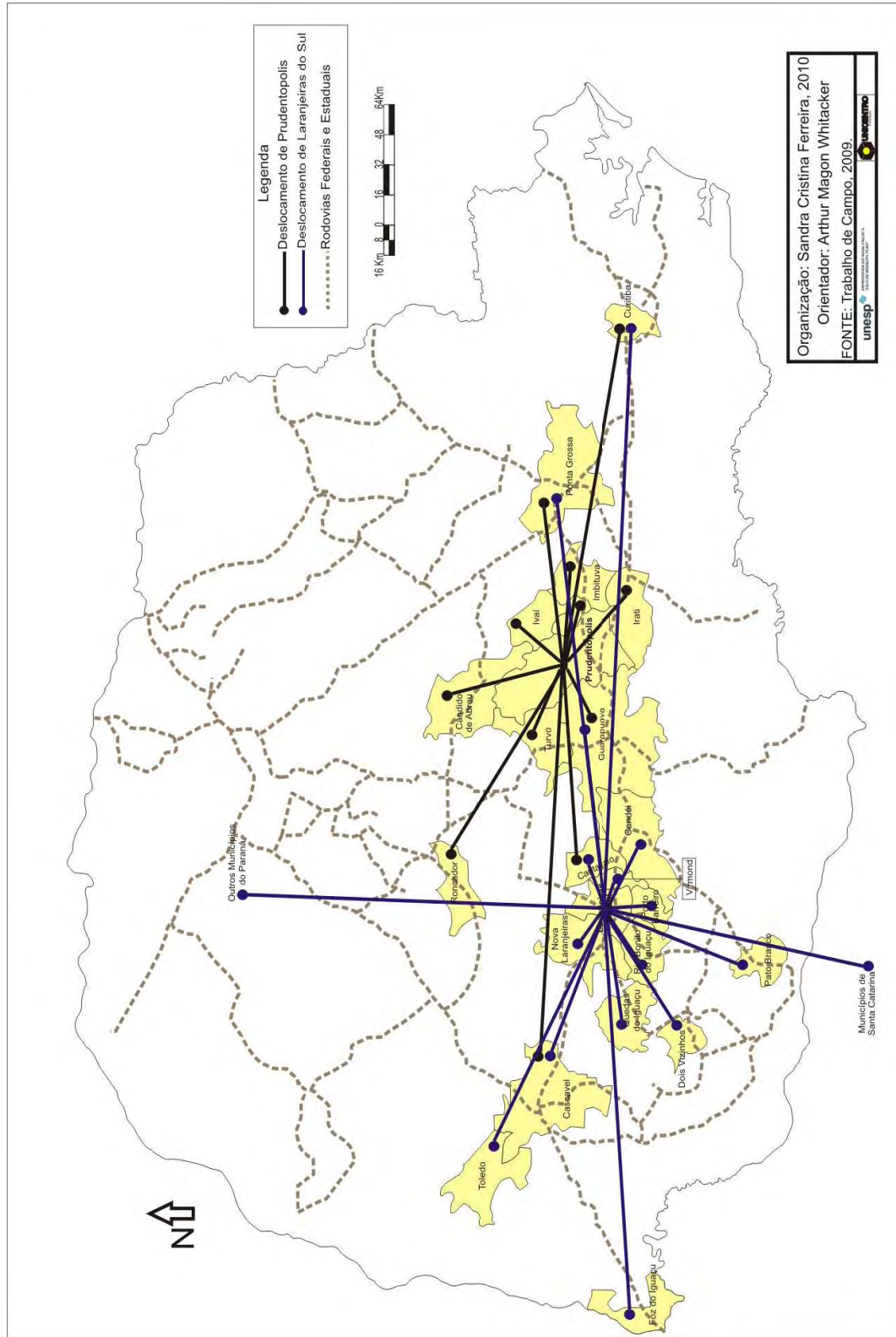
Dos deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis em relação à formação de interações espaciais por meio dos fluxos de transporte em direção à Guarapuava entendemos que há interesses comuns, como a saúde e o lazer e outros que diferem, como as compras e família, entre as duas cidades. O que mais se destaca entre os motivos comuns refere-se à saúde que, para os habitantes de Laranjeiras do Sul, a busca por atendimento deve-se à centralização do SAS (Sistema de Assistência à Saúde) para os servidores públicos do Estado do Paraná. Para Prudentópolis, os deslocamentos por motivo de saúde têm como principal indicador a centralização do CIS (Consórcio Intermunicipal de Saúde). Esclarecemos que Laranjeiras do Sul não participa do consórcio e Prudentópolis não faz parte da Regional de Guarapuava e sim de Irati para atendimento de funcionários públicos do estado do Paraná.

Entre os motivos que diferem entre as duas cidades, a atividade de compras é mais relevante entre os respondentes de Prudentópolis, que demonstram maior dependência por Guarapuava, enquanto para Laranjeiras do Sul a influência de Guarapuava é inexpressiva para esse motivo. A centralidade é um fenômeno que não se manifesta apenas entre uma cidade polo e cidades próximas ou somente com cidades que possuam vínculos de subordinação por órgãos administrativos, mas irradia em cidades que têm atrativos capazes de fazer com que as pessoas se desloquem até ela. O poder de atração de Guarapuava para com as cidades destacadas na pesquisa acontece em intensidades diferentes.

Não fosse pela centralização da saúde pública, pelo consórcio e para os servidores do estado, Guarapuava perderia mais centralidade, pois tanto os habitantes de Laranjeiras do Sul quanto os de Prudentópolis, mesmo com a centralização, deslocam-se para outros municípios em função desse motivo, e no caso dos respondentes de Laranjeiras do Sul, esse é o que mais contribui para os deslocamentos em direção a Guarapuava.

Assim, ao observarmos a Figura 28 podemos inferir a origem e o destino dos deslocamentos e, se observarmos esses destinos, perceberemos que não há, necessariamente, contiguidade territorial entre cada ponta do vetor. Devemos considerar também que os fluxos decorrentes são, em vários casos, tênues, como demonstram os dados dos Quadros 52 e 57.

Figura 28: Destino dos deslocamentos originados em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR



De Laranjeiras do Sul para Guarapuava são estabelecidas relações de complementaridade no sentido do atendimento pelos serviços de saúde, estudo e lazer. De Prudentópolis para Guarapuava, a complementaridade é mais intensa com motivos de lazer, estudo e compras, mas ressaltamos que os motivos compras e saúde também se realizam em outras cidades, como Irati, Ponta Grossa e Curitiba. Inclusive, o deslocamento por lazer é bem mais expressivo para outras cidades (61,1%) e desse percentual, 26,1% é para Ponta Grossa, enquanto para Guarapuava somam (17,1%). Portanto, a centralidade de Guarapuava sobre Prudentópolis se estabelece em virtude do tratamento de saúde e nessa e nas demais variáveis, está sujeita à concorrência com outras urbes.

As relações que se estabelecem de Guarapuava para Prudentópolis são mínimas e circunscritas à visita familiar, uma atividade que não define centralidade. Para Laranjeiras do Sul, as interações originadas em Guarapuava demonstram serem mais densas e com maior intensidade com deslocamentos por motivos de trabalho e lazer, reforçando a centralidade. Há, portanto, uma complementaridade mínima entre Guarapuava e Laranjeiras do Sul, enfraquecida pela frequência e por reduzidos deslocamentos para compras e lazer, originados de Laranjeiras do Sul para Guarapuava, em comparação a outras cidades como Cascavel.

Durante a atividade de campo, as informações fornecidas pelos pesquisados esclareceram que a baixa influência de Guarapuava sobre Laranjeiras do Sul em relação à compras deve-se ao fato de que, para os respondentes, Guarapuava não possui oferta de bens e serviços diferentes das encontradas na cidade. Acrescentam ainda que Cascavel dispõe de um mercado mais amplo e variado, inclusive, com a oferta de *shopping center*.

Outra questão que pode influenciar nas interações com Guarapuava refere-se à inexistência de transporte intermunicipal (denominado popularmente de metropolitano) interligando as duas cidades, como acontece entre Laranjeiras do Sul e Cascavel, e de Ponta Grossa a Prudentópolis, estendendo-se a Guarapuava. Desse modo, algumas questões emergem como causas das reduzidas interações entre as cidades pesquisadas. Constatamos que as características do mercado de Guarapuava quanto a diversidade e complexidade em bens e serviços, estão subordinadas à concorrência com outras cidades como Cascavel, Irati, Curitiba e Ponta Grossa, principalmente, localizadas a uma distância passível de deslocamento. Também a fragmentada rede de transporte interurbano, como no trajeto até Laranjeiras do Sul, não favorece a intensificação das interações espaciais e a

geração de fluxos em direção a Guarapuava, reduzindo sua centralidade e seu papel de intermediação.

Apesar de ser a única urbe de maior porte na região Centro Sul do Paraná, Guarapuava tem posição geográfica Central e está situada a uma distância que varia de 160 a 265 quilômetros dos maiores centros urbanos do Paraná, como Curitiba, Londrina, Cascavel e Ponta Grossa, o que não a favorece.

Mesmo considerando a questão da distância relativa para a decisão de se dirigir a um ou a outro centro, alguns elementos sinalizam para os motivos que levam uma cidade a exercer maior influência sobre uma área mais extensa que outra. São eles, a qualidade das rodovias de acesso, a disponibilidade de transporte interurbano, as ofertas de bens e serviços em quantidade, variedade, qualidade e complexidade que possibilitam opções de preço e influenciam na escolha do consumidor. As distâncias entre as três cidades pesquisadas e os centros urbanos mais indicados pelas respostas encontram-se na Tabela 12.

Tabela 12: Distância das cidades pesquisadas até Londrina e às urbes no Paraná mais indicadas entre os pesquisados – 2010		
	Cidades no Paraná	Distância em Quilômetros
De Guarapuava a	Curitiba	260
	Ponta Grossa	160
	Cascavel	258
	Irati	107
	Londrina	265
	De Laranjeiras do Sul a	Guarapuava
	Cascavel	138
	Curitiba	396
	Foz do Iguaçu	274
	Londrina	308
De Prudentópolis a	Guarapuava	68
	Irati	55
	Ponta Grossa	100
	Curitiba	216
	Cascavel	314
	Londrina	241

Fonte: Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - 2010

Disponível em: <http://www.abcr.com>

Org.: FERREIRA, S. C. 2010.

Embora até Londrina a distância seja semelhante até Curitiba, os deslocamentos para essa cidade no Norte do Estado são irrisórios e não se destacam entre os pesquisados

em Guarapuava, em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis. Acrescentamos Londrina na tabela com o intuito de demonstrar a posição central de Guarapuava, a equivalência entre as distâncias e que essa não seria, no caso de Guarapuava, o motivo da inexpressiva interação com Londrina ou outras cidades da região Norte do estado, reforçando, assim, a questão das relações históricas e a pouca articulação entre as cidades elencadas com a rede urbana do Norte do Paraná. Em relação a Laranjeiras do Sul, Londrina é mais próxima que Curitiba, no entanto, a capital tem maior indicação entre as respostas. De Prudentópolis a Londrina, a distância também não é discrepante em relação a Curitiba e, consideravelmente menor que até Cascavel, que aparece mais citada entre as respostas.

Isso nos leva a confirmar que o destino do deslocamento nem sempre tem a ver com a distância e que, além disso e das questões relacionadas ao sistema de transporte; à qualidade do mercado; a condição financeira e a afinidade com o local exerce forte influência na decisão. Em relação à proximidade, Sposito (2001) afirma que esta continua a ter influência, mas que as distâncias a partir das quais os consumidores estão dispostos a se deslocar ampliaram-se, “porque o tempo para esses deslocamentos tem diminuído, já que se ampliaram as formas de transportes, inclusive, com o aumento do número de veículos próprios, bem como a frequência das viagens propiciadas pelo sistema de transporte coletivo.” (SPOSITO, 2001, p. 637)

Em relação ao nosso recorte de pesquisa, essa ampliação das facilidades em transporte, com as melhorias no sistema viário, aquisição de veículos próprios, o transporte em ônibus coletivo, entre outros, contribui tanto para a circulação no âmbito regional, quanto para extensão para centros mais distantes. No entanto, o movimento verificado no recorte não produz um denso espaço de fluxos em torno de uma cidade média como um polo atrativo, tendo em vista, a quantidade, a intensidade e a dispersão dos deslocamentos identificados.

3.2.5. Dispersão e convergências de fluxos materiais

A Figura 29 expressa a direção dos fluxos que se formam a partir de Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis e as convergências entre as três cidades em direção a: Curitiba, Cascavel, Irati e Cantagalo. Guarapuava e Laranjeiras do Sul compartilham interações com Candói e São Francisco do Sul em Santa Catarina. Guarapuava e

Prudentópolis compartilham de interações com Ponta Grossa e Turvo. As demais interações são isoladas e pertinentes a cada um das três urbes de maneira que as interações espaciais produzidas pelos pesquisados em Laranjeiras do Sul transcendem ao regional e revelam os contatos com outros centros no Paraná, na região Oeste, como Toledo e Foz do Iguaçu, e na região Sudeste como Pato Branco, Chopinzinho e Dois Vizinhos, assim como com cidades no Norte do Paraná (Jandaia do Sul e Ibiporã).

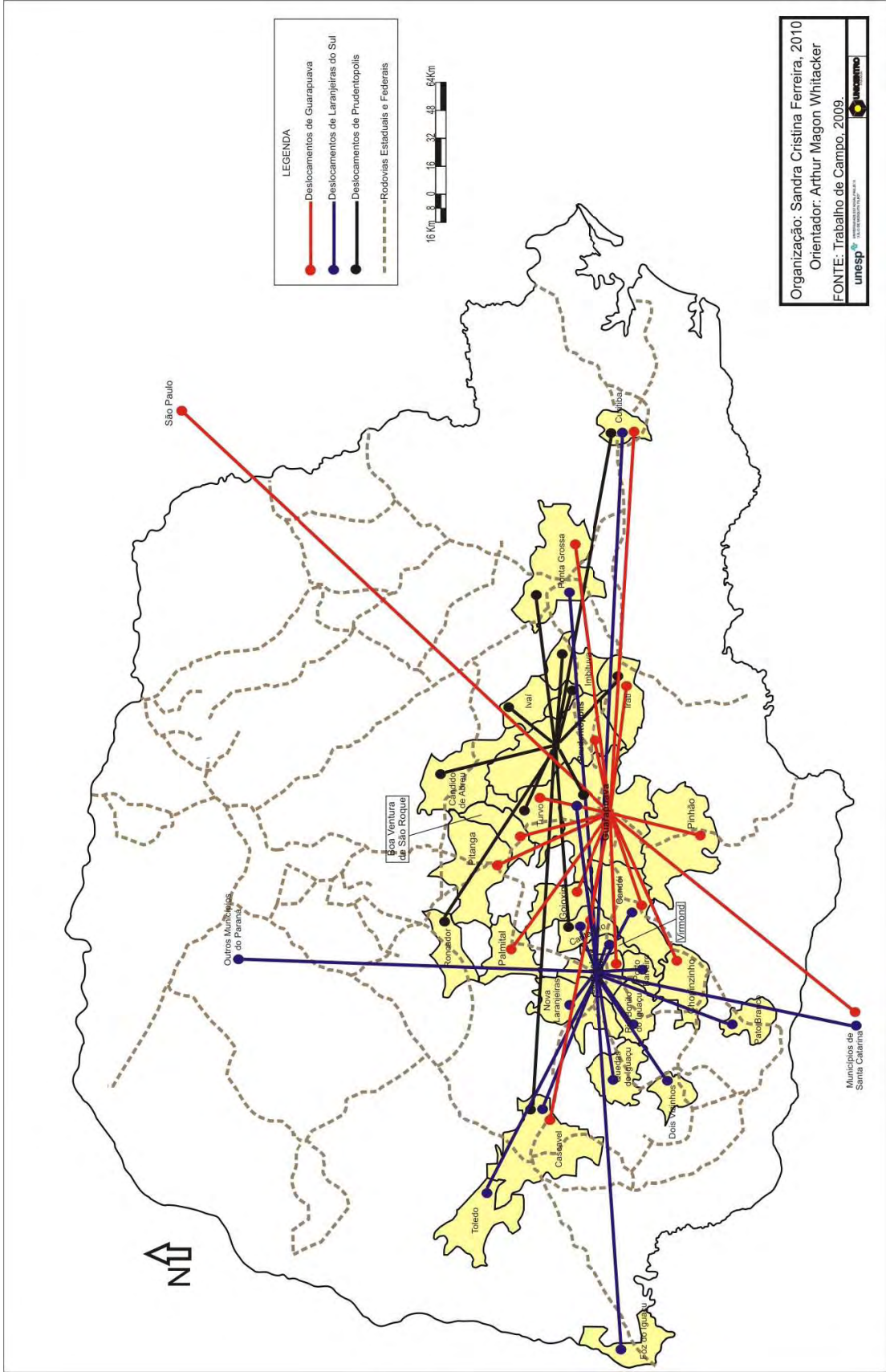
Entre os pesquisados em Prudentópolis, as interações espaciais realizadas e não compartilhadas com Laranjeiras do Sul e Guarapuava compreendem Roncador, no Centro Ocidental do Paraná, e Cândido de Abreu, na região Norte limitando-se com o Sudeste do mesmo estado.

Definem-se, por um lado, interações espaciais que correspondem a um padrão hierárquico como nas localidades centrais, sobretudo, pela centralização do sistema público de saúde em Guarapuava. Por outro lado, os fluxos demonstram que muitos deslocamentos originados nas pequenas cidades (Laranjeiras do Sul e Prudentópolis) seguem direto para urbes maiores, como Cascavel, Curitiba e Ponta Grossa, confirmando uma relação não hierárquica em relação a Guarapuava.

Notamos que, como na Teoria de Christaller, a minimização dos custos de deslocamento dos consumidores e a rede de transporte na interação entre a cidade, o mercado e os consumidores contribuem para a circulação de pessoas e mercadorias e permitem o deslocamento de pessoas de diferentes níveis de renda, mesmo que a maior frequência e as maiores distâncias sejam percorridas por aqueles de melhor poder aquisitivo.

O acesso a outros tipos de bens não encontrados nas cidades menores é facilitado pelos deslocamentos e favorece a dispersão dos fluxos estimula a competição entre as cidades, de maneira que, aquelas que por meio de sua elite econômica e política não conseguem oferecer maior complexidade e variedade de produtos e serviço, perdem centralidade por se apresentarem menos atrativas. Quanto à dinamização socioeconômica, lembramos que a implantação das atividades econômicas que promovem maior dinâmica espacial, como as indústrias, compreende uma lógica que inclui as motivações dos diversos agentes sociais, bem como o entendimento dos conflitos de interesses entre eles (CORRÊA, 2006).

Figura 29: Destino dos deslocamentos originados em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR



No caso de Guarapuava, o modelo de desenvolvimento nacional e estadual inspirado na criação de polos, não a beneficiou com a implantação de “indústrias motrizes”, expressão utilizada por Perroux (1977) na teoria de polos de crescimento, segundo a qual, a partir da implantação desse tipo de indústria, ocorreria uma aceleração dos setores econômicos existentes e estimularia o surgimento de outros, de maneira que o “polo de crescimento poderia se tornar polo de desenvolvimento a partir do momento em que provoca transformações estruturais no local em que está inserido, ao expandir a produção e, conseqüentemente, o número de emprego”, (PERROUX, 1977, p. 105).

Diante disso, a direção e a intensidade dos fluxos indicam que as três cidades apresentam dependência por centros maiores, pois a demanda excedente por bens e serviços originada em Guarapuava, também se dirige para centros maiores como Ponta Grossa e Curitiba. Guarapuava, como Centro Sub-regional A, ainda não exerce atratividade suficiente para concentrar maior quantidade de fluxos em sua direção, ainda que exerça influência sobre os centros menores que a rodeiam.

As interações espaciais evidenciadas pela figura, tanto para Guarapuava como externas ao recorte de pesquisa, são estabelecidas com expressividade em escala estadual, com ênfase nos contextos regionais, demonstrando o alcance espacial reduzido das interações. Se os deslocamentos materiais, apesar dos sistemas de transportes ainda têm sua realização inviabilizada pelo tempo gasto e o investimento que demanda, a comunicação por telefone ou *internet* supera a distância espacial e temporal e a necessidade da presença física para atividades relacionadas a compras, reuniões, estudos, entre outras, que podem ter custo menor que um deslocamento. Essas possibilidades técnicas dinamizam as interações em rede.

Tais fluxos, quando acionados, estabelecem relações contínuas à curta ou longa distâncias por sua característica de propagação instantânea, tornando-se acessíveis todos os lugares, desde que estejam conectados por estas redes. Em função dessa característica articuladora, verificamos a quantidade, a direção e a intensidade das ligações telefônicas e as conexões por *internet*, entre os respondentes de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, com a finalidade de apreendermos a existência de fluxos imateriais articulando estas cidades com Guarapuava e outros municípios.

3.2.6 Comunicação por telefone

Para Veltz (1996), a economia territorial em rede não consiste num fato recente, porém, o que foi acrescentado às interações é a velocidade e a extensão das comunicações com lugares cada vez mais distantes, favorecidas pelas redes técnicas e pelas tecnologias que atribui condições de interações espaciais contínuas com redes urbanas estruturadas de forma não hierárquica.

Na formação de redes a partir de fluxos imateriais, a comunicação viabiliza o estabelecimento de relações mais amplas e atribui novo sentido às urbes, além de sua dimensão ou funcionalidade, pela natureza, densidade e intensidade de relações mantidas com outros centros. Para verificar o tipo de relação que se origina a partir da comunicação proveniente entre as cidades pesquisadas, inicialmente analisamos as comunicações por telefone existentes entre Laranjeiras do Sul e Prudentópolis com Guarapuava.

Entre essas cidades, evidenciamos que menos da metade dos pesquisados nas duas cidades, comunica-se com Guarapuava por telefone, com 42,9% para Laranjeiras do Sul e 39,6% em Prudentópolis, conforme Quadro 61. Comparando esse dado com a quantidade de deslocamentos, percebemos que as ligações telefônicas, apesar da facilidade de uso, são menos utilizadas.

Quadro 61: Percentual de ligações telefônicas para Guarapuava originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis - PR- 2008		
Respostas	Laranjeiras do Sul	Prudentópolis
	%	%
Sim	42,9%	39,6%
Não	41,3%	50,8%
Total	100%	100%
Fonte: Trabalho de Campo, 2008. Org: FERREIRA, S. C. 2010.		

As comunicações têm como principais motivos o lazer, referente a conversas com amigos e familiares, com ligações na frequência semanal, quinzenal e esporádica, esta com maior percentual de respostas; o motivo trabalho tem a mesma frequência que o lazer e a saúde e, nesse caso, os contatos são realizados com frequência unicamente esporádica conforme informações do Quadro 62, pela necessidade de agendamento de consultas e exames médicos. Os contatos por motivo de compras são reduzidos a 4,3% em frequência

quinzenal, evidenciando serem descontínuas e ínfimas as possibilidades de geração de fluxos de capital por meio de atividades econômicas vinculadas a aquisição de mercadorias em Guarapuava por esse meio de comunicação.

De Prudentópolis, a quantidade de chamadas telefônicas para Guarapuava é menor, e também com predominância esporádica, tendo o lazer e a saúde como principais motivos. Diferencia-se de Laranjeiras do Sul pela realização de chamadas diárias para Guarapuava, principalmente por motivo de trabalho, sendo que pelo mesmo motivo, as chamadas também acontecem esporadicamente.

Quadro 62: Motivo e frequência das ligações telefônicas originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis em direção a Guarapuava-PR – 2008						
Laranjeiras do Sul						
Motivo	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Total
Lazer	0,0%	2,1%	12,5%	12,5%	27,1%	54,2%
Trabalho	0,0%	6,2%	6,2%	4,2%	6,2%	22,8%
Saúde	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,4%	10,4%
Estudo	0,0%	0,0%	0,0%	4,2%	2,1%	6,3%
Compras	0,0%	0,0%	4,2%	0,0%	0,0%	4,2%
Família	0,0%	2,1%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%
Total	0,0%	10,4%	22,9%	20,9%	45,8%	100,0%
Prudentópolis						
Motivo	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Total
Lazer	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,3%	35,3%
Trabalho	17,6%	0,0%	0,0%	0,0%	11,8%	29,4%
Saúde	5,9%	0,0%	0,0%	0,0%	17,6%	23,5%
Estudo	0,0%	0,0%	0,0%	11,8%	0,0%	11,8%
Compras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Família	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	23,5%	0,0%	0,0%	11,8%	64,7%	100,0%
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C. 2009.						

Entre os respondentes de Prudentópolis, verificamos que não acontecem chamadas telefônicas por motivos de compras, o que evidencia a preferência pelo deslocamento para visitas familiares e em virtude da aquisição de produtos que exigem a presença física, pois, tanto a compra quanto a visita aos familiares, resultam também em momentos de lazer.

Assim, os deslocamentos ocorrem em maior quantidade que as ligações telefônicas, pois são favorecidos pela proximidade e pela necessidade da presença física

para consultas e exames médicos, visitas familiares e para compras. Em relação a Laranjeiras do Sul, evidenciamos a mesma questão, sendo que os deslocamentos superiores foram para a saúde, por exigirem presença física e por a centralização do sistema de saúde pressionar o fluxo de pessoas em sua direção.

Caso tais serviços não fossem centralizados, as ligações telefônicas em direção a Guarapuava também seriam consideravelmente reduzidas. As informações sobre os contatos telefônicos com outras cidades próximas a Laranjeiras do Sul e Prudentópolis e cidades localizadas em outras escalas acrescentam novos elementos à análise sobre a centralidade de Guarapuava, ao evidenciar outros destinos, a quantidade, a frequência das ligações, assim como o motivo das mesmas. No mesmo subitem, trabalhamos, primeiro, com as informações sobre a comunicação com cidades localizadas na região geográfica em que estão localizadas Laranjeiras do Sul (Centro Sul) e Prudentópolis (Sudeste), posteriormente, faremos a análise sobre os contatos com centros mais distantes.

3.2.7. Comunicação por telefone com municípios da região de Laranjeiras do Sul (Centro Sul) e de Prudentópolis (Sudeste) do Paraná e com municípios externos a esses recortes espaciais

A comunicação com cidades da região indicou a existência de maior quantidade de contatos que com Guarapuava (Quadro 63), com 58,7% das respostas afirmativas para Laranjeiras do Sul e 49,2% para Prudentópolis, evidenciando que a população pesquisada estabelece maior contato via rede telefônica com outras cidades, tanto as próximas quanto as mais distantes, que com Guarapuava. Contudo percebemos que é alto o número de respostas negativas nessa variável, demonstrando a baixa conectividade por fluxos imateriais na região.

Quadro 63: Percentual de comunicação por telefone com cidades da região de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR – 2008		
Respostas	Laranjeiras do Sul	Prudentópolis
	%	%
Sim	58,7%	49,2%
Não	41,3%	50,8%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.

Os destinos e os motivos das ligações auxiliam na explicação dessa maior conexão com municípios da região. De Laranjeiras do Sul, as chamadas telefônicas se dirigem em maior quantidade aos mesmos destinos apontados para o deslocamento, como Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu, reforçando a articulação entre essas localidades. Apesar da predominância de ligações semanais e esporádicas, destacam-se entre estes municípios ligações diárias, que podemos associar ao motivo de trabalho, tomando por referência os percentuais para essa atividade em Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu, demonstrados no Quadro 64 sobre o destino e o motivo dos deslocamentos.

Outros municípios vizinhos também são apontados com ligações diárias e semanais, sendo eles Cantagalo, Virmond, Quedas do Iguaçu, e os motivos de lazer, trabalho e família é que dão origem às ligações. Da mesma forma que não há deslocamentos por motivo de estudo, compras e saúde para cidades da região de Laranjeiras do Sul, não há também ligações telefônicas por esses motivos, reforçando que a centralidade dessas cidades para tais serviços é insignificante para os pesquisados em Laranjeiras do Sul e que todas são dependentes de centros maiores para tais atividades.

De Prudentópolis, as ligações telefônicas são originadas devido ao lazer, família e trabalho. As chamadas se dirigem principalmente para Guamiranga e Irati por motivo de trabalho e lazer e não ocorrem ligações por motivos de compras e saúde, ocorrendo apenas 0,4% das ligações devido ao estudo para Irati justificadas pelos cursos de nível superior oferecidos pela Unicentro naquela cidade.

Quadro 64: Destino e motivo das ligações telefônicas originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR – 2008

	Laranjeiras do Sul							
	Municípios	Lazer	Trabalho	Família	Compras	Estudo	Saúde	Subtotal
Interno à região	Nova Laranjeiras	8,7%	6,5%	11,0%	0,0%	0,0%	0,0%	26,2%
	Rio Bonito do Iguaçu	6,5%	15,3%	6,5%	0,0%	0,0%	0,0%	28,3%
	Cantagalo	4,3%	4,3%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	12,9%
	Virmond	4,3%	2,2%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	10,8%
	Quedas do Iguaçu	2,2%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%
	Porto Barreiro	2,2%	4,3%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	8,7%
	Chopinzinho	0,0%	0,0%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%
	Marquinho	0,0%	0,0%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%
	Prudentópolis	0,0%	0,0%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%
	Total	28,2%	36,9%	34,9%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

		Prudentópolis						
	Guamiranga	26,0%	26,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	52,0%
	Irati	16,0%	12,0%	2,0%	0,0%	4,0%	0,0%	34,0%
	Imbituva	4,0%	4,0%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%
	Rio Azul	0,0%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%
	Turvo	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%
	Total	48,0%	44,0%	4,0%	0,0%	4,0%	0,0%	100,0%
		Laranjeiras do Sul						
	Municípios	Lazer	Trabalho	Família	Compras	Estudo	Saúde	Subtotal
	Cascavel	5,4%	14,1%	8,8%	0,0%	0,0%	0,0%	28,3%
	Curitiba	12,3%	1,7%	8,9%	0,0%	0,0%	0,0%	22,9%
	Pato Branco	1,7%	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,1%
	Ponta Grossa	0,0%	0,0%	3,5%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%
	Foz do Iguaçu	3,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%
	Toledo	0,0%	0,0%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%
	Outras cidades no Estado do Paraná ¹⁵⁰	3,5%	0,0%	12,3%	0,0%	0,0%	0,0%	15,8%
	Outras cidades no Estado de Santa Catarina ¹⁵¹	10,6%	0,0%	3,5%	0,0%	0,0%	0,0%	14,1%
	Outras cidades no Estado do Rio Grande do Sul ¹⁵²	1,7%	0,0%	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	5,1%
	Total	38,7%	19,2%	42,1%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		Prudentópolis						
	Curitiba	21,8%	14,6%	5,5%	0,0%	0,0%	1,8%	43,7%
	Ponta Grossa	1,8%	7,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	10,9%
	Cascavel	5,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,5%
	Guaraniaçu	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%
	Foz do Iguaçu	0,0%	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%
	Outras cidades no Estado do Paraná ¹⁵³	9,0%	0,0%	10,9%	0,0%	0,0%	0,0%	19,9%
	Outras cidades no Estado do Rio Grande do Sul ¹⁵⁴	5,5%	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	7,3%
	Outras cidades no Estado de Santa Catarina ¹⁵⁵	0,0%	0,0%	5,5%	0,0%	0,0%	0,0%	5,5%
	Outras cidades no Estado de São Paulo ¹⁵⁶	1,8%	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	3,6%
	Total	47,2%	21,9%	27,3%	0,0%	0,0%	3,6%	100,0%
Externo à região								

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.

¹⁵⁰ Apucarana, Campo Mourão, Coronel Vivida, Chopinzinho, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e São Mateus do Sul.

¹⁵¹ Blumenau, Camboriú, Chapecó, Florianópolis, Joinville, Lucena e São Bento do Sul.

¹⁵² Porto Alegre e Venâncio Aires.

¹⁵³ Astorga, Campo Mourão, Cândido de Abreu, Carambeí, Ivaiporã, Jacarezinho, Matelândia, Medianeira, Ortigueira, Reserva, Tibagi e Toledo.

¹⁵⁴ Agudos, Machadinho e Porto Alegre.

¹⁵⁵ Canoinhas e Blumenau.

¹⁵⁶ Campinas e São Paulo.

Para fora da região de Laranjeiras do Sul a maior quantidade de contatos é feita com Cascavel e Curitiba por motivos de família, lazer e trabalho, enquanto em Prudentópolis, os contatos são estabelecidos com Curitiba e Ponta Grossa, principalmente pelos motivos de família, lazer e trabalho.

Os interesses por lazer, a existência de familiares e atividades de trabalho fazem com que as ligações telefônicas não sejam dirigidas a Guarapuava, que exerce menor centralidade que os centros maiores, indicados pelos respondentes, e a relação de proximidade com as cidades vizinhas também favorece o estabelecimento de afinidades que conduzem a maiores contatos em função de família, lazer e trabalho não havendo motivação de ligações para compras e saúde e em número reduzido, para estudo.

Contudo, a frequência também se revela baixa, sendo realizada semanal e quinzenalmente. A frequência das ligações na região, para Guamiranga e Irati, são predominantemente semanais e esporádicas e, para fora da região, acontecem para Curitiba e Ponta Grossa na frequência mensal e esporádica em função do lazer, família e trabalho (Quadro 65).

Quadro 65: Destino e Frequência das ligações telefônicas originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – 2008							
Interno a região	Laranjeiras do Sul						
	Municípios	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Subtotal
	Nova Laranjeiras	2,2%	15,2%	2,2%	2,2%	4,4%	26,2%
	Rio Bonito do Iguaçu	8,7%	6,5%	0,0%	4,4%	8,7%	28,3%
	Cantagalo	2,1%	8,7%	2,1%	0,0%	0,0%	12,9%
	Virmond	2,2%	6,5%	2,1%	0,0%	0,0%	10,8%
	Quedas do Iguaçu	2,2%	2,2%	0,0%	0,0%	2,1%	6,5%
	Porto Barreiro	0,0%	2,2%	0,0%	4,4%	2,1%	8,7%
	Chopinzinho	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	0,0%	2,2%
	Marquinho	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	2,2%
	Prudentópolis	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	2,2%
	Total	17,4%	41,3%	6,4%	13,2%	21,7%	100,00%
	Prudentópolis						
	Guamiranga	0,0%	22,0%	12,0%	2,0%	16,0%	52,0%
	Irati	2,0%	10,0%	4,0%	12,0%	6,0%	34,0%
	Imbituva	0,0%	2,0%	0,0%	4,0%	4,0%	10,0%
	Rio Azul	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%
	Turvo	0,0%	0,0%	2,0%	0,0%	0,0%	2,0%
Total	4,0%	34,0%	18,0%	18,0%	26,0%	100,0%	

		Laranjeiras do Sul						
		Municípios	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Subtotal
Externo a região	Cascavel	7,0%	10,6%	1,8%	3,6%	5,3%	28,3%	
	Curitiba	0,0%	8,8%	1,7%	3,6%	8,8%	22,9%	
	Pato Branco	1,7%	1,7%	0,0%	0,0%	1,7%	5,1%	
	Ponta Grossa	0,0%	3,5%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%	
	Foz do Iguaçu	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%	0,0%	3,5%	
	Toledo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	1,7%	
	Outras cidades no estado do Paraná	0,0%	5,3%	1,7%	3,5%	5,3%	15,8%	
	Outras cidades no estado de Santa	0,0%	0,0%	0,0%	5,3%	8,8%	14,1%	
	Outras cidades no estado do Rio	0,0%	0,0%	1,7%	1,7%	1,7%	5,1%	
	Total	8,7%	29,9%	6,9%	21,2%	33,3%	100,0%	
			Prudentópolis					
	Curitiba	1,8%	10,8%	12,6%	16,7%	1,8%	43,7%	
	Ponta Grossa	0,0%	3,5%	0,0%	5,6%	1,8%	10,9%	
	Cascavel	0,0%	0,0%	1,8%	1,8%	1,9%	5,5%	
	Guaraniaçu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,8%	
	Foz do Iguaçu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,8%	
	Outras cidades no Estado do Paraná	0,0%	1,8%	1,8%	9,0%	7,3%	19,9%	
	Outras cidades no Estado do Rio	0,0%	0,0%	1,8%	3,6%	1,9%	7,3%	
	Outras cidades no Estado de Santa	0,0%	0,0%	0,0%	3,6%	1,9%	5,5%	
	Outras cidades no Estado de São Paulo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,6%	3,6%	
Total	1,8%	16,1%	18,0%	40,3%	23,8%	100,0%		
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C. 2009.								

Percebemos que além de as ligações acontecerem em maior quantidade para outras cidades que para Guarapuava, a frequência também é mais intensa, ao passo que a frequência diária e semanal praticamente inexistente entre as ligações de Laranjeiras do Sul para Guarapuava. De Prudentópolis para outras cidades também evidenciamos ligações com essa frequência; embora para Guarapuava aconteça maior quantidade de ligações diárias, o total de chamadas é menor que para outras cidades. O exemplo de Laranjeiras do Sul reforça a pouca interação com Guarapuava por ligações telefônicas.

A Figura 30, permite a visualização da direção das ligações telefônicas originadas nas duas cidades, sendo que de Laranjeiras do Sul se originam contatos com maior quantidade de municípios, da mesma forma que os deslocamentos também são

direcionados para maior quantidade de cidades que os originados em Prudentópolis, tanto interna quanto externamente à região de cada urbe.

A conectividade entre os lugares e as pessoas por redes de telecomunicações efetiva a existência de fluxos fundamentais para a formação da rede urbana, visto que, quanto mais interligada à cidade, mais dinâmica é a trama que se forma em seu entorno e se estende a outras direções. Nesse sentido, na Figura 31, a direção dos fluxos de ligações telefônicas originadas em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis representa um espaço pouco articulado por essa rede. As ligações externas, verificadas com a aplicação de questionários, são mais evidentes que entre as cidades envolvidas na pesquisa.

Entre essas três cidades, os fluxos produzidos por comunicação telefônica convergem para Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel e com Florianópolis, em Santa Catarina. Entre Guarapuava e Laranjeiras do Sul há convergência para Prudentópolis e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Entre Guarapuava e Prudentópolis e entre Laranjeiras do Sul e Prudentópolis não convergem fluxos. Outras interações por fluxos imateriais realizadas por rede de *internet* complementam nossa análise com dados e informações apresentadas no subitem que segue.

Figura 30: Destino das ligações telefônicas originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR

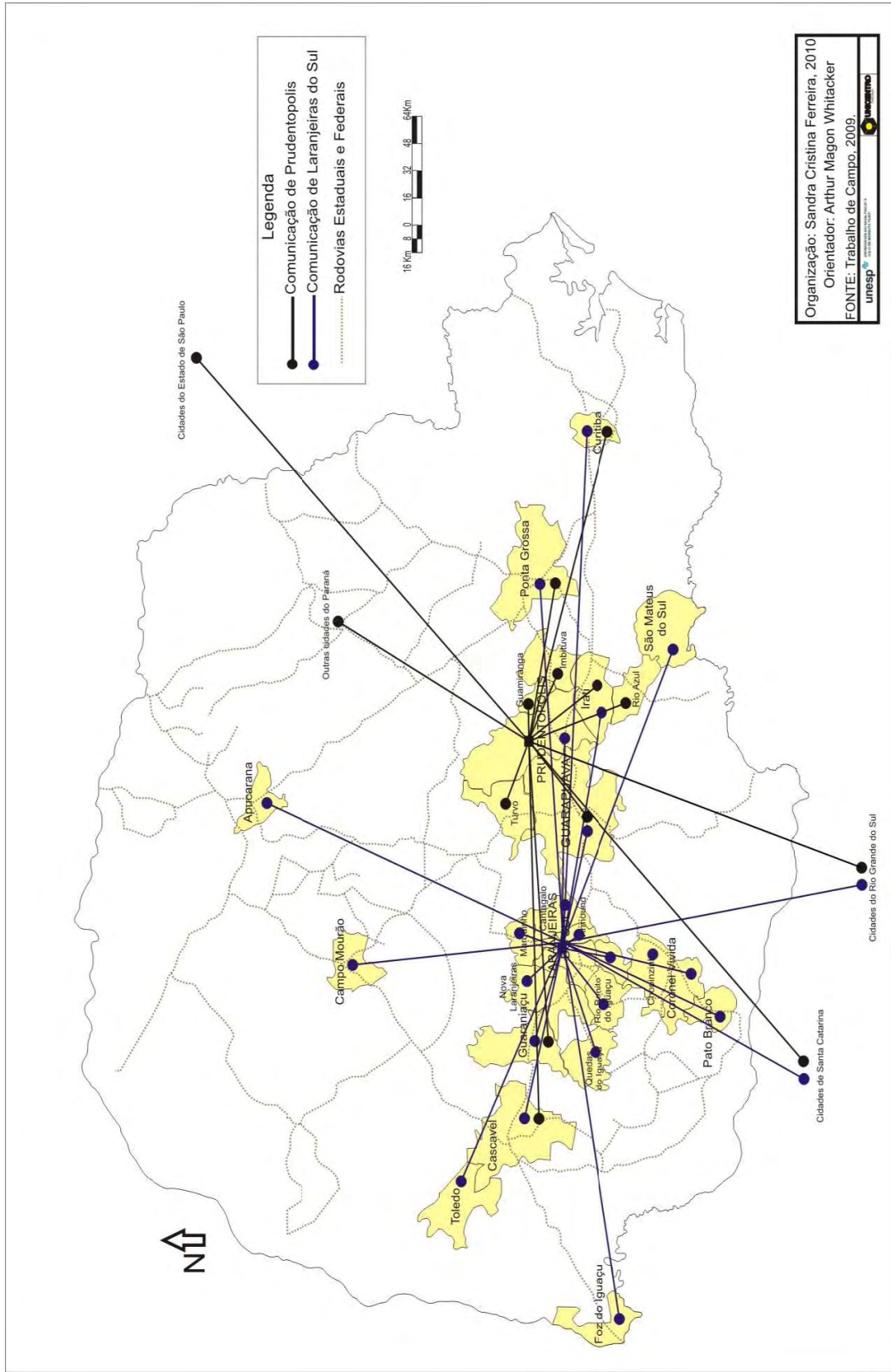
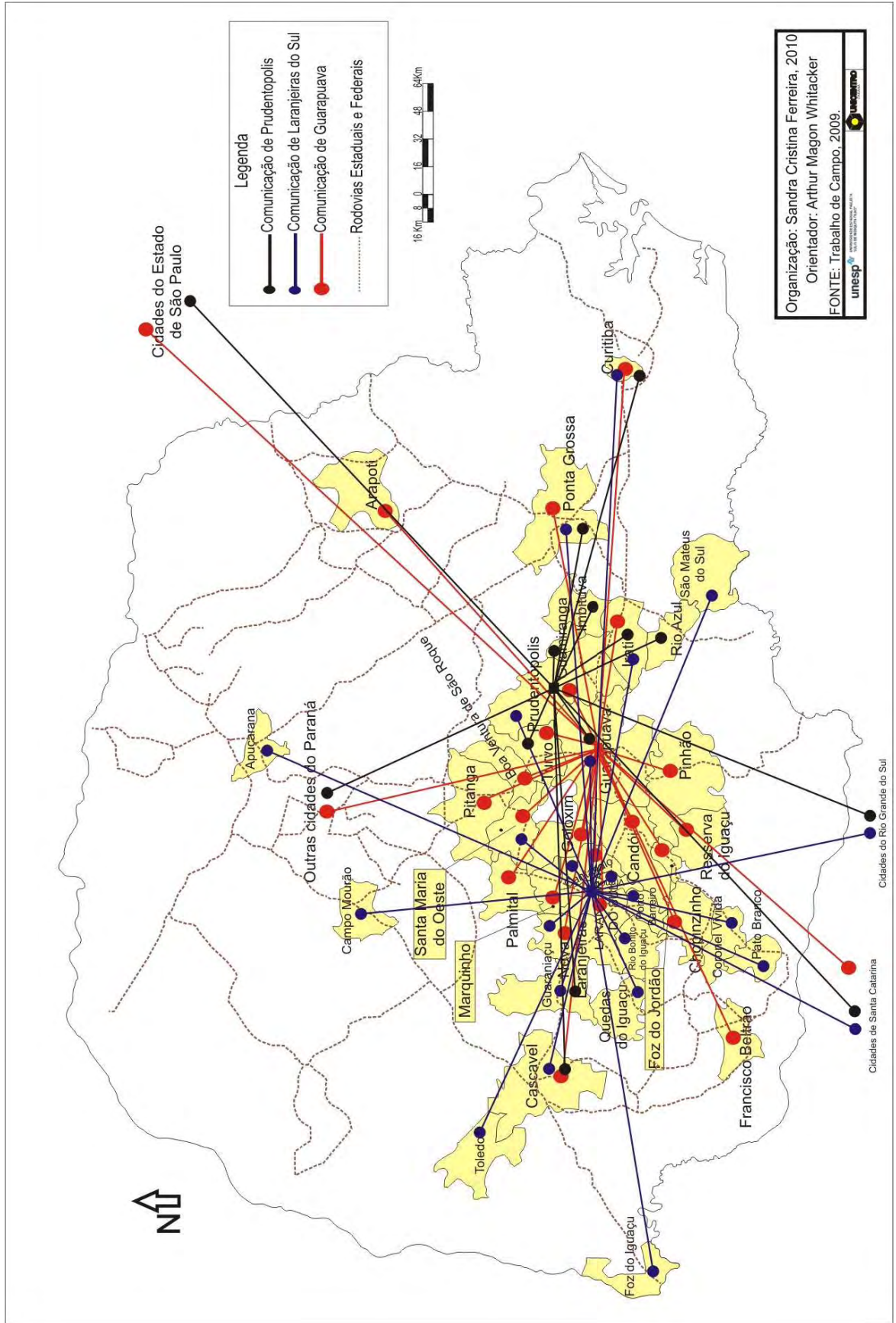


Figura 31: Destino das ligações telefônicas originadas em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR



3.2.8 Comunicação por *internet*

A quantidade de comunicação por *internet* em comparação ao telefone é bastante irrisória, principalmente quando a questão é o contato com Guarapuava que, da mesma forma que a comunicação via telefone, é menor que com outras cidades. Dentre os pesquisados em Laranjeiras do Sul, 15,9% estabelecem esse tipo de comunicação com a população de Guarapuava. Para Prudentópolis, o percentual mostrou-se ainda menor, com apenas 13,1% de respostas afirmativas para a comunicação *on line* com Guarapuava (Quadro 66).

Quadro 66: Comunicação com Guarapuava via <i>internet</i>- 2008		
Respostas	Laranjeiras do Sul	Prudentópolis
	%	%
Sim	15,9%	13,1%
Não	84,1%	86,9%
Total	100%	100%
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C. 2009.		

Os principais motivos das comunicações originadas em Laranjeiras do Sul são o trabalho, em primeiro lugar, o lazer e família nas frequências diária e semanal (Quadro 67). Não ocorrem conexões pelos motivos de compras, saúde ou estudo. A inexistência de conexões por motivo de compras, expressa a preferência ao deslocamento por esse motivo. De Prudentópolis, as conexões são motivadas pelo lazer seguido do trabalho e família. Dessa urbe se originam comunicações em função do estudo que ocorrem em frequência diária, semanal e esporádica. Enquanto em Laranjeiras do Sul os contatos são mais de frequência diária, em Prudentópolis, a frequência predominante é semanal, evidenciando que, também nessa questão, a referida urbe apresenta uma dinâmica inferior à de Laranjeiras do Sul, que a supera em comunicações por *internet* com Guarapuava.

Quadro 67: Motivo e frequência das comunicações por <i>internet</i> com Guarapuava originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – 2008						
Laranjeiras do Sul						
Motivo	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Total
Trabalho	28,6%	21,4%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%
Lazer	7,2%	21,4%	0,0%	0,0%	0,0%	28,6%
Família	14,3%	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%	21,4%
Estudo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Compras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	50,1%	49,9%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Prudentópolis						
Motivo	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal	Esporádica	Total
Lazer	7,1%	28,6%	0,0%	7,1%	7,1%	49,9%
Estudo	7,1%	14,4%	0,0%	0,0%	7,1%	28,6%
Família	7,1%	14,4%	0,0%	0,0%	0,0%	21,5%
Trabalho	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Compras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	21,3%	57,4%	0,0%	7,1%	14,2%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.

A comunicação *on line* com outras cidades, embora ainda irrelevante revelou-se superior à realizada com Guarapuava por Laranjeiras do Sul, com 34,1%, e 16,5%, para Prudentópolis (Quadro 68), confirmando a baixa incidência dessa prática entre os sujeitos pesquisados, principalmente em Prudentópolis.

Quadro 68: Comunicação por <i>internet</i> com outras cidades originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis - PR – 2008		
Respostas	Laranjeiras do Sul	Prudentópolis
	%	%
Sim	34,1%	16,5%
Não	65,9%	83,5%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Org.: FERREIRA, S. C. 2009.

Nessa variável, em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, verificamos a repetição das conexões em relação a outros centros por meio de deslocamento e telefonemas. As cidades citadas ficaram circunscritas às apontadas anteriormente em outras questões, de maneira que, para Laranjeiras do Sul foram citadas Curitiba e Cascavel, e Para Prudentópolis Ponta

Grossa, seguidas por outras localizadas nas proximidades, em menor relevância. Chamam a atenção os dados que indicam que, além da pouca quantidade de contatos, que estes se direcionam a um reduzido número de cidades citadas (Quadro 69).

Quadro 69: Destino e motivo das comunicações por <i>internet</i> originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis – PR - 2008							
Interno à região	Laranjeiras do Sul						
	Municípios	Lazer	Trabalho	Família	Compras	Estudo	Subtotal
	Nova Laranjeiras	25,0%	16,7%	8,3%	0,0%	0,0%	50,0%
	Rio Bonito do Iguaçu	41,7%	0,0%	8,3%	0,0%	0,0%	50,0%
	Total	66,7%	16,7%	16,6%	0,0%	0,0%	100,0%
	Prudentópolis						
	Irati	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	50,0%
	Imbituva	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%
	Ivaí	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%
	Total	75,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	100,0%
Externo à região	Laranjeiras do Sul						
	Municípios	Lazer	Trabalho	Família	Compras	Estudo	Subtotal
	Curitiba	14,5%	6,3%	14,5%	0,0%	2,1%	37,4%
	Cascavel	16,6%	12,4%	6,3%	0,0%	0,0%	35,3%
	Pato Branco	0,0%	4,2%	2,1%	0,0%	0,0%	6,3%
	Florianópolis (SC)	0,0%	0,0%	4,2%	0,0%	0,0%	4,2%
	Guaraniacu	2,1%	0,0%	4,2%	0,0%	0,0%	6,3%
	Londrina	0,0%	2,1%	2,1%	0,0%	0,0%	4,2%
	São Paulo (SP)	2,1%	0,0%	2,1%	0,0%	0,0%	4,2%
	União Da Vitória	0,0%	0,0%	2,1%	0,0%	0,0%	2,1%
	Total	35,3%	25,0%	37,6%	0,0%	2,1%	100,0%
	Prudentópolis						
	Curitiba	22,2%	16,7%	5,5%	5,5%	0,0%	49,9%
	Ponta Grossa	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	11,1%
	Cascavel	5,5%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	11,1%
	São Paulo (SP)	5,5%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	11,1%
	Laranjeiras do Sul	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%
	Ortigueira	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	5,6%
	Porto Alegre (RS)	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%
	Total	44,4%	16,7%	33,4%	5,5%	0,0%	100,0%
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008. Org.: FERREIRA, S. C. 2009.							

A possibilidade de diversificação de contatos pela rapidez e o acesso oferecido pela *internet* não se aplicam conforme demonstrado no Quadro 70, com os destinos e motivos das comunicações. De Laranjeiras do Sul, originam-se conexões na região somente para Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu, por motivos de lazer, trabalho e família, nessa ordem de respostas. Os dois municípios foram anteriormente destacados nos

contatos telefônicos e nos deslocamentos. A partir de Prudentópolis, as comunicações na região destinam-se a Irati e Imbituva.

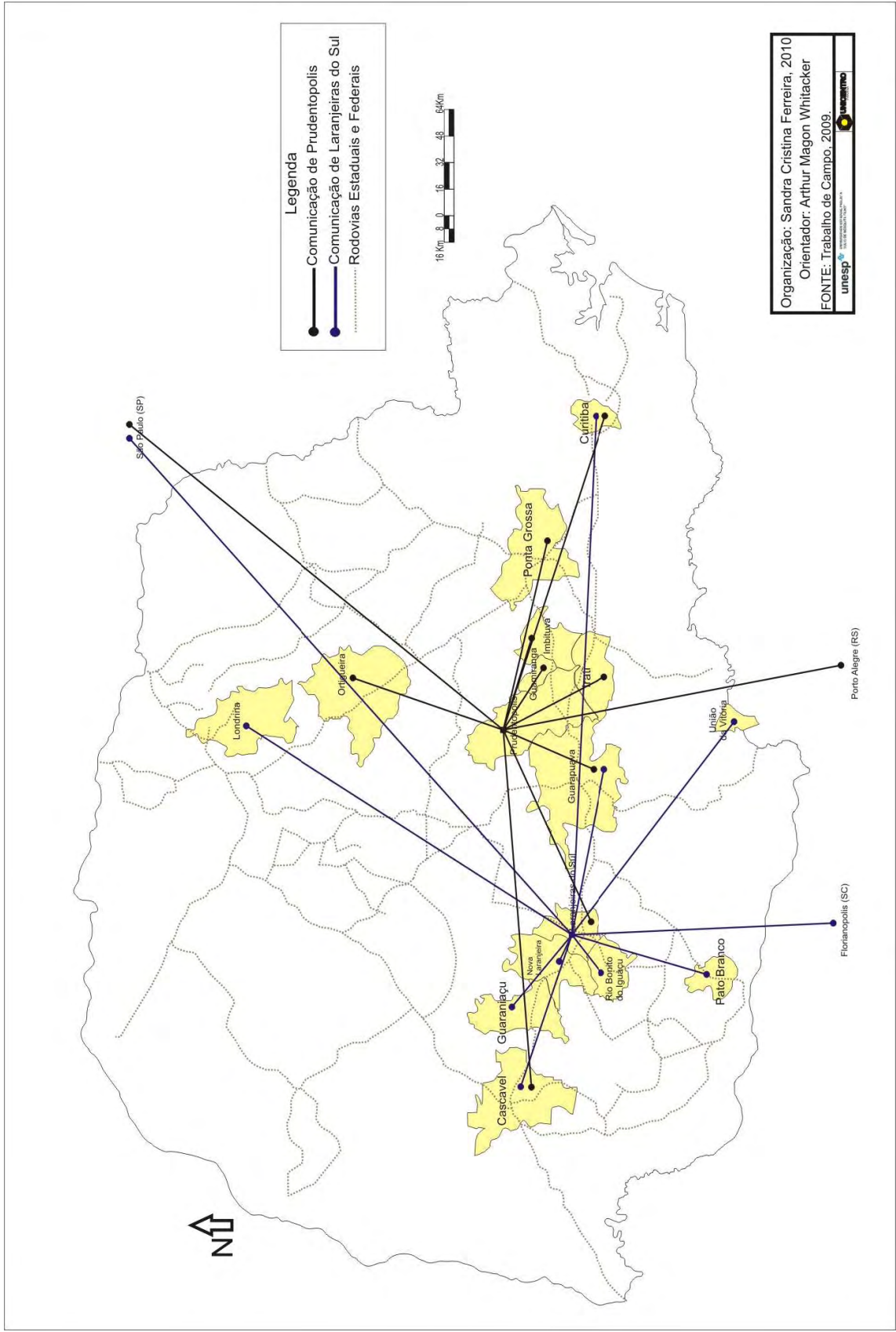
A novidade nesses contatos aconteceu com as cidades de fora da região, pois surgiram novas direções, como para Londrina, União da Vitória e São Paulo entre os contatos de Laranjeiras do Sul, predominando o motivo de contatos com a família. Destacam com maiores percentuais as cidades de Curitiba e Cascavel, já citadas em outras questões, por motivo de lazer a família e trabalho. Entre os contatos de Prudentópolis, também foram acrescentadas novas direções como para Ortigueira no Paraná, estendendo a comunicação originada na pequena cidade para a escala nacional com São Paulo e Porto Alegre.

Percebemos que existe uma forte semelhança entre os fluxos estabelecidos entre Guarapuava e outras cidades e Laranjeiras do Sul e Prudentópolis e outras cidades. De certa forma, isso denota que a cidade de porte médio não se diferencia quanto ao nível de conexão e estabelecimento de fluxos imateriais das cidades menores; pelo contrário, Laranjeiras do Sul demonstrou ser mais dinâmica nessa atividade que Guarapuava, tanto em contatos internos quanto externos a sua região.

O porte demográfico perde importância frente à capacidade de estabelecer novas relações com outros lugares de maneira que a qualificação de uma cidade média também se constrói no sentido das articulações que superam a posição geográfica e as reminiscências históricas de diferentes ordens, favorecendo a transformação socioeconômica e espacial.

Os fluxos originados em Laranjeiras do Sul direcionam-se mais para Curitiba e Cascavel que para Guarapuava. O mesmo acontece com os respondentes de Prudentópolis, que se comunicam mais com Curitiba e Ponta Grossa que com Guarapuava (Figura 32).

Figura 32: Destino das comunicações por *internet* originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis-PR



O uso da tecnologia e da informação pelos respondentes da pesquisa realizada em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis pode ser compreendido pelas conexões representadas pela Figura 33 com a direção dos fluxos que emanam dessas três cidades a partir da comunicação por *internet*. Essa visão particularizada sobre a utilização dessas redes entre a população pesquisada se constitui num elemento revelador da capacidade de articulação das cidades entre si e com outras urbes.

Mesmo com baixo percentual de comunicações por esse tipo de rede, os fluxos imateriais identificados sinalizam mais claramente a possibilidade de interações não hierárquicas e de expansão das conexões. Poucas foram as referências a Guarapuava nas conexões originadas em Laranjeiras do Sul e Prudentópolis.

Entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, os fluxos de comunicação por *internet*, convergem para as cidades de Curitiba, Cascavel e São Paulo. Entre Guarapuava e Laranjeiras do Sul, as interações apresentam convergência para Nova Laranjeiras e, entre Guarapuava e Prudentópolis, há convergência dos fluxos para Ponta Grossa, Irati e Laranjeiras do Sul.

A relação entre deslocamento, ligação telefônica e comunicação por *internet* indica uma embrionária intersecção entre verticalidade e horizontalidades entre algumas cidades indicadas pelos respondentes nas três cidades pesquisadas, de maneira que as horizontalidades verificadas correspondem a Curitiba, Cascavel e Ponta Grossa, Cantagalo e Florianópolis; as verticalidades por fluxos telefônicos compreendem Curitiba, Cascavel, Ponta Grossa Irati, Nova Laranjeiras e Florianópolis, e as verticalidades por fluxos de conexão por *internet* são menos densos, interligando-se por conexões originadas nas três cidades, somente Curitiba e Cascavel. Portanto, a intersecção conjunta entre horizontalidade e verticalidades compreendem Curitiba e Cascavel, no estado do Paraná, citadas pelos respondentes de Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis nas questões sobre deslocamento, comunicação por telefone e *internet* o que indica o nível de centralidade destas urbes sobre a região e a população envolvida na pesquisa.

O caráter embrionário deriva tanto das características socioeconômicas, como pelas poucas conexões formadas a partir das respostas, permitindo avaliar que as interações (materiais e imateriais) identificadas não definem uma articulação com variados pontos no espaço, uma vez que os fluxos são direcionados preponderantemente para as mesmas direções. Essa compatibilidade entre os destinos, entretanto, favorece, ora a formação de verticalidades, ora a formação de horizontalidades, ou seja, as articulações entre os fluxos originados em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, acontecem segmentadas no tempo em função da intensidade diferente entre os fluxos que as originam e no espaço, devido à reduzida intersecção entre os movimentos horizontais e verticais.

As análises que desenvolvemos neste capítulo buscam discutir os papéis de intermediação desempenhados por Guarapuava, tomando como contraponto a influência dessa cidade sobre seu entorno e, por outro lado, avaliando a dependência, ou não, de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis. Reafirmamos os motivos de escolha dessas cidades porque consideramos que são cidades com dinâmica mais expressiva que os demais Centros de Zona ou Centros Locais localizados na região Centro Sul do Paraná ou área de influência de Guarapuava.

Também consideramos que, dessas cidades, emanam centralidades que as tornam mais relevantes no contexto da rede urbana, segundo as interações espaciais que entre elas e a partir delas se estabelecem. Como visto no Capítulo 1, no subcapítulo sobre a rede urbana paranaense, destaca-se além da capital, um quadro de cidades de porte médio que desempenham papéis e possuem funções que nos permitem compreendê-las como potenciais cidades médias. Sem querer esgotar o tema, nem pretender listar todas as cidades que poderiam ser classificadas como médias no estado do Paraná, desenvolvemos considerações sobre Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Guarapuava.

Essas cidades interligam-se aos centros de menor porte e à capital numa formação e coexistência de redes hierárquicas e não hierárquicas. Embora haja uma tendência em dirigir-se para centros maiores mais próximos (que no caso dessa pesquisa seria Guarapuava para as duas cidades menores), essa não é uma regra e as relações entre as cidades conformadas pela busca de bens e serviços e, principalmente, nas comunicações por telefone e *internet*, acontecem com mais frequência fora da região (por parte de Laranjeiras do Sul) e da área de influência direta (por parte de Prudentópolis), área essa que adotamos mediante as indicações do REGIC, como já apresentado nesta tese, que

convida para o debate acadêmico a necessidade de se compreender as interações contínuas e contíguas, como já apontamos.

No período atual, as telecomunicações possibilitam novas formas de interações espaciais e “em alguns casos, as cidades extrapolam a própria rede em que se inserem, visto que, para comandar exportações de produção agropecuária e industrial regional, passam a ter que se relacionar diretamente com cidades de outros países e de importância diferente” (SPOSITO, 2007, p.237), o que favorece o estabelecimento de relações contínuas entre as urbes.

O direcionamento dos fluxos também acontece por meio das redes de transportes redefinindo espaços e dando novo sentido às redes urbanas, que têm na divisão técnica e territorial do trabalho elementos constitutivos das interações na rede. Assim, o deslocamento, a comunicação por telefone e *internet* foram abordados na perspectiva de definir o quadro geral das interações espaciais entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, como base para a compreensão da participação dessas cidades na rede urbana no Centro Sul do Paraná, assim como a reflexão sobre a denominação de Guarapuava como cidade média no contexto regional.

A partir do que foi até aqui exposto, somando-se às discussões e análises dos capítulos anteriores, indagamos: que tipo de influência Guarapuava realmente exerce sobre as cidades destacadas na pesquisa, localizadas em seu contexto regional e sua área de influência? Essa influência é suficiente para defini-la como cidade média? E, qual sua atuação no sistema urbano que integra? Pretendemos construir, no texto que se segue, argumentações que permitam trazer à tona as respostas para as questões suscitadas.

3.3. Guarapuava no sistema regional e na rede urbana paranaense

O porte médio alcançado por Guarapuava na década de 1990 coincidiu com o período da expansão da tecnologia da informação pelo território brasileiro frente ao modelo flexível de economia pautado no neoliberalismo econômico. Internamente, a cidade conservava em seu espaço e na sociedade as influências culturais de sua formação, enquanto buscava modernizar suas formas e conteúdos organizando o espaço urbano com uma demanda populacional crescente. Essa demanda constituiu-se, predominantemente, de uma massa de pessoas oriundas da pobreza rural e a cidade tornou-se, conforme palavras de Rochefort (1998), “um receptáculo da miséria”. Desse modo, na falta de consumidores

potenciais, a cidade regional dotada pelos serviços que a caracterizam, mantém laços fracos com a região, o que justifica também a manutenção de interações fortes externamente.

Em Guarapuava, da década de 1980 a 2000, verificava-se o que Santos (1993, 1981) denominou de um local de concentração de mão-de-obra agrícola oriunda do município como demonstra a dinâmica populacional da cidade que eleva o contingente de população urbana e diminui exponencialmente a população rural.

Essa cidade apresenta importância demográfica, econômica e com funções urbanas mais diversificadas em relação às outras cidades do contexto regional pelo porte e pela classificação na rede urbana, segundo o IBGE/REGIC (2008), que a denomina como Centro Sub-regional A frente às demais cidades da região com posição hierárquica inferior. As informações obtidas com a pesquisa de campo demonstram que o consumo de bens (eletroeletrônicos, computadores e periféricos e automóveis e motocicletas) e serviços (manutenção de computadores, ortodontia, serviços de advocacia e agência de turismo) são consumidos na própria cidade. Os serviços de médicos e exames especializados apontam percentuais de deslocamentos para esse atendimento fora da cidade, em especial para Curitiba.

Os respondentes da pesquisa em Prudentópolis se dirigem a Guarapuava para compras e serviços de saúde, enquanto entre os pesquisados em Laranjeiras do Sul, essa centralidade é menor e, como já discutimos, a centralização da saúde direciona as pessoas para Guarapuava que, mesmo assim, não atrai o total da população pesquisada. Outro argumento importante para o entendimento da dinâmica socioeconômica de Guarapuava refere-se ao fato de que, até o momento de finalização dessa pesquisa, não ocorreu a reprodução de padrões de consumo suficientemente complexos que justificasse a implantação e consolidação de um *shopping center*.

As interações espaciais predominantes no estado do Paraná, expressas pelas Figuras (29, p. 294), (31, p. 305) e (33, p.312) revelam o alcance espacial dos fluxos originados em Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Prudentópolis e a convergência dos fluxos em direção aos centros maiores que Guarapuava no estado. Esse espaço representa uma área de abrangência pequena composta por centros de complexidade baixa (cidades do entorno de Guarapuava, de Laranjeiras do Sul e de Prudentópolis), de média complexidade (Ponta Grossa e Cascavel) e alta complexidade (Curitiba), com pequeno grau de articulação com

demais regiões do estado (Norte, Centro Oriental e ocidental e Sudoeste) do país (com cidades nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) e Ciudad del Este, no Paraguai.

Apesar do fluxos estabelecidos, a densidade e a intensidade dos mesmos configuram regionalmente um padrão de interações espaciais simples formando um subsistema que se integra à rede urbana de Curitiba. Podemos considerar que os subsistemas regionais, como o que se forma a partir de Guarapuava, se conectam a outras redes melhor estruturadas, formando uma superposição de redes “que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias” (SANTOS, 2004, p. 268).

O tamanho da cidade, o (s) papel (is) no contexto urbano são características transitórias. No entanto, desde sua inserção ao modelo urbano industrial, que se reporta à década de 1970, Guarapuava não alterou a condição de constituição de um sistema, ou subsistema da rede urbana paranaense, não ocorrendo processos mais profundos que modificassem essa característica. Como define Corrêa (2004, 2006), as cidades devem estar funcionalmente articuladas, não apenas hierarquicamente dependentes como na teoria das localidades centrais, mas, numa divisão territorial do trabalho que permita trocas e complementaridades contínuas para que exerçam influência a uma quantidade maior de pessoas que residam, além das imediações, nas proximidade e que, de preferência, extrapolem o contexto regional.

O conjunto de elementos sobre os quais nos debruçamos no decorrer da pesquisa nos permite apreender que as articulações que se estabelecem entre as cidades com as quais Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis se relacionam (e portanto, também entre si) acontecem em padrões hierárquicos e não hierárquicos e que a centralidade de Guarapuava é reduzida tanto em seu contexto regional, pela relação com Laranjeiras do Sul, quanto em sua área de influência, pela relação com Prudentópolis.

No estudo em questão, a localização das urbes pode influenciar na decisão por cidades maiores como Curitiba, uma metrópole completa em serviços e comércio, além das outras opções, como Ponta Grossa e Cascavel. A intensidade das relações que observamos em nossa pesquisa começam fracas (no nível regional), elevam-se (no nível do estado do Paraná) e vão enfraquecendo (quando pensamos nos níveis nacional e mundial). Ao se avaliar essas questões no contexto das discussões sobre os papéis de intermediação desempenhados pelas cidades, e por conseguinte, também na discussão sobre cidade

médias, entendemos que são necessárias a distribuição e reinvestimento do capital, para que se materializem espacialmente, formas e conteúdos que desencadeiem novos fluxos e interações num nível de complexidade inerente à rede urbana e à cidade média.

O subsistema urbano em questão resulta de um processo político-econômico e social que se expressa espacialmente através da dinâmica que procede de Guarapuava e das interações entre os núcleos urbanos. Nesse caso, como afirma Corrêa (2007) “a elite empreendedora marca a diferença com outras cidades, pois é ela quem estabelece uma relativa autonomia econômica e política criando interesses e competindo com grandes cidades ou centros metropolitanos” (CORRÊA, 2007, p.29).

A mobilidade espacial formadora de fluxos materiais e imateriais ocorre por meio da presença e fluidez de capital e a renda (salário) é crucial nesse processo, pois influencia decisivamente na maneira como a rede urbana é produzida, vivenciada e, consecutivamente, na própria estrutura da rede (SOUZA, p.61, 2003). Quanto Guarapuava, podemos afirmar que, por enquanto, embora as interações externas sejam antigas e concentradas, a dinâmica que se configura internamente em Guarapuava expressa mais as interações com cidades de sua hinterlândia que com as estabelecidas em contextos extraregionais, confirmando sua identificação como Centro Sub regional em uma rede urbana com fraca dinâmica socioeconômica e de fraca intensidade e densidade de fluxos.

3.3.1 Sobre a condição de cidade média

Dentre os estudos recentes sobre o tema cidades médias no Brasil, destacamos, a seguir, dois que consideramos importantes para a discussão que desenvolvemos.

O primeiro se refere a preocupações quanto aos papéis de intermediação na rede urbana, sobretudo, em relação à capacidade de determinados centros urbanos de oferecer bens e serviços à população de outros centros menores e o segundo refere-se à atribuição a estes centros de funções que os transformem em polos irradiadores de desenvolvimento. Tais estudos envolveram, em grande medida, políticas de planejamento do governo federal com especial atenção nos Planos Nacionais de Desenvolvimento até a década de 1990, sobretudo, até 1986, com o III PND.

Embora consideremos que ainda há políticas setoriais, em vários níveis de administração do território, que demandem, tanto quanto se aproveitem de estudos sobre

essa condição acima descrita, após a referida década, os estudos sobre cidades médias são reforçados com outras motivações, permeadas pela inserção da tecnologia e da informação na diferenciação entre as cidades no território brasileiro, porquanto a rede urbana adquire maior complexidade e exige novos elementos investigativos.

Assim, em tais estudos, questões referentes às alterações no padrão de consumo, à ampliação e à complexificação do setor de comércio e serviços, ao adensamento e intensidade dos fluxos, às interações espaciais e à posição geográfica, dentre outras questões, são fundamentais na definição de uma cidade média.

Esses estudos, têm demonstrado a dificuldade de se conceituar essa categoria de cidades em função de sua diversidade e transitoriedade, tanto no Brasil quanto em outros países. Tendo em vista que a condição de cidade média não se mostra como um fenômeno que possua, por ora, instrumentos analíticos únicos para sua identificação, os debates e as reflexões tornam-se ainda mais abrangentes tanto quanto necessárias. Obviamente, não se trata também de se considerar o relativismo total em seu trato teórico. Dentre os parâmetros mais usuais está aquele que é, ao mesmo tempo, um ponto de partida e um reducionismo, o porte demográfico.

Parâmetros demográficos são empregados para balizar várias pesquisas, como o número de habitantes na área urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes adotado pelo IBGE e aplicado a centros não metropolitanos e não capitais, como apontado por Andrade e Serra (2001). Para Sposito (2001), “o não pertencimento a áreas com aglomerações de grande porte é uma das condições para que se constitua o caráter de cidade média, no sentido do conceito que se quer construir, não apenas da classificação demográfica” (SPOSITO, 2001, p.627),

Assim, essa autora entende que a posição geográfica é um ponto importante para se compreender os papéis de intermediação e compreende que o porte demográfico é um limitador à compreensão da condição de cidade média, uma vez que poderia levar à classificação de cidades inseridas em realidades urbano-regionais nas quais os papéis de intermediação não existiriam com a intensidade observada em outros contextos, por exemplo, fora de aglomerações do tipo metropolitano.

Nesse sentido, a mesma autora afirma que tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade, “quanto mais distante ela estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores na hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e mais serviços à

sociedade” (SPOSITO, 2001, p. 627), mas que, apesar disso, essa distância deve-se somar a outros fatores que denotem papéis significativos às cidades.

Outro elemento deve ser considerado nesses estudos como caminho investigativo são as interações espaciais que a cidade estabelece com espaços próximos e mais distantes, apontadas em Sposito (2001) e Corrêa (2007), como condicionantes desse papel e fundamentais para reconhecer esse tipo de cidade.

No contexto dessa discussão sobre cidade média e rede urbana, empreendemos a análise de Guarapuava considerando também a análise empírica realizada como mecanismo para a compreensão dos papéis que a referida cidade representa no contexto de sua região e área de influência. Em relação a Guarapuava, existem pontos que convergem e outros que divergem à sua compreensão como cidade média. Do ponto de vista hierárquico, poderíamos compreender sua posição entre a pequena e a grande cidade que, nesse caso, refere-se a capital do estado. O critério populacional também a favorece por possuir entre 100 e 500 mil habitantes na área urbana.

Porém, esses dois parâmetros são insuficientes pois, não indicam necessariamente a dinâmica existente nessa cidade e, principalmente, entre as cidades de seu contexto geográfico regional ou externo a esse recorte. Assim, embora consideremos tais parâmetros como pontos de partida para a pesquisa, eles não permitem afirmações mais contundentes.

O consumo, sobretudo, o consumo qualificado, seria um elemento importante que parece ser um elemento cada vez mais presente naquelas cidades que se vêm identificando como cidades médias.

Esse consumo qualificado está associado à presença de segmentos intermediários e superiores de renda, mas, ao mesmo tempo, é uma decorrência da propagação de formas de consumo, que se materializam na estrutura interna das cidades traduzindo-se em equipamentos de consumo, como *shoppings centers*, em habitats, como os loteamentos fechados, em processos que, em última instância, traduzem-se em segregação socioespacial e denotam a existência de uma morfologia urbana dispersa.

Em Guarapuava, como visto no Capítulo 2, os segmentos intermediários e superiores de renda são significativamente reduzidos e a concentração de grupos com baixo nível de renda não proporciona níveis elevados de transformação de espaço, tampouco, promove interações espaciais intensas que conduzam à atuação da cidade como média e formação de uma rede urbana expressiva. Dois fatos que reforçam as demais

análises devem-se a dificuldade de sustentação de serviços de transporte aéreo na cidade, que não se consolida por falta de passageiros e a inexistência de *shopping center*.

A elite econômica, vinculada historicamente a Curitiba, desloca-se de carro a essa cidade e, quando necessita usufruir do aeroporto da capital. A população que não se desloca rumo a outras cidades para aquisição de bens e serviços, assim como, os habitantes das cidades vizinhas que satisfazem suas necessidades primárias em Guarapuava reconhecem nela uma opção hierárquica para essas atividades. Mas, as camadas menos favorecidas, dependendo da necessidade por um serviço médico, por exemplo, necessitam dirigir-se ou são dirigidos pelo Sistema Único de Saúde para centros com serviços de alta complexidade.

Os fluxos de capital, mercadorias e pessoas condicionam as interações espaciais e a existência das cidades médias. Tais fluxos são provocados por pessoas e grupos com potencial aquisitivo que permite desencadear ações que conduzam à formação de interações com frequência duradoura e intensa. Os grupos sociais de menor poder aquisitivo, embora participem dessa dinâmica, mediante a formação de alguns fluxos, como por exemplo, os relativos a tratamento de saúde em estabelecimentos da rede pública, têm atuação menos articulada, sendo limitada e menos frequente, inibindo as interações espaciais e a dinamização da rede urbana.

Sobre a questão da geração de fluxos e a formação de rede urbana Santos (1981), argumentava que “para as massas pobres, não existe rede urbana, ela não existe em nenhuma circunstância (à parte é claro, a hierarquia administrativa) porque não existem serviços acessíveis além de um nível rudimentar, já que as relações demográficas não bastam para elaborar uma rede de trocas” (SANTOS, 1981, p.151).

Constitui apenas uma demanda que não estimula trocas, movimento de capital ou transformações espaciais significativas do ponto de vista da inserção da cidade na rede urbana. O dado demográfico no entendimento da rede urbana é relevante devido à importância a ele dispensada no tocante a geração de fluxos. Se a população não gera fluxos, não se constitui a rede, uma vez que os fluxos gerados pelas demandas privilegiadas em função da severa desigualdade socioeconômica são concentrados e insuficientes para elevar e sustentar econômica e socialmente a cidade num patamar significativo de desenvolvimento que denote funções de intermediação na rede, que no caso de Guarapuava é extremamente frágil.

Como visto nos capítulos anteriores, em Guarapuava, segundo o Trabalho de Campo (2008), a demanda por serviços e comércio mais complexos, principalmente, os relacionados à saúde e lazer, não é atendida, enquanto que os bens e serviços de uso mais frequente são regularmente encontrados, o que responde à questão do equilíbrio entre os circuitos da economia, que nesse caso, expelle os grupos de maior poder aquisitivo que se movimentam de dentro para fora. A cidade exerce menor atração sobre esse grupo residente externamente, pois entre os respondentes de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, a procura por serviços de saúde, apesar da centralização do SAS e do CIS em Guarapuava, o lazer e as compras é buscada também em centros maiores, principalmente entre os que mais se deslocam, que são os de renda superior a 2 salários mínimos.

As interações aqui verificadas, no que tange à circulação de pessoas, mercadorias e informações evidenciam, segundo nossa análise, que entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis há descontinuidade de interações materiais e imateriais. As duas cidades menores (Laranjeiras do Sul e Prudentópolis) não apresentam dependência expressiva em relação a Guarapuava, como apresentamos por meio das informações nesse capítulo, com a análise dos dados sobre o consumo de bens e serviços provenientes de Laranjeiras do Sul e Prudentópolis.

O movimento das pessoas oriundas das cidades de menor porte para centros maiores, que expressa a configuração da rede urbana brasileira e sua dinâmica atual, aponta para a participação das cidades em mais de uma rede, como os deslocamentos provenientes de Laranjeiras do Sul para Cascavel, Guarapuava e Curitiba, e de Prudentópolis para Ponta Grossa, Guarapuava e Curitiba, além de outras cidades, por diferentes motivos. Essa característica intensificada pelos sistemas de transportes e comunicações, estimula a concorrência entre as cidades maiores no sentido das constantes, atualização e diversificação de suas atividades econômicas, caso contrário, perdem cada vez mais centralidade e importância na rede.

3.3.2. A centralidade na definição de funções na rede urbana

Nossa pesquisa, como apresentado nos tópicos sobre o deslocamento, revelou as cidades para as quais a população pesquisada se dirige e as que representam maior concorrência com Guarapuava, quanto às atividades de lazer, compras e serviços de saúde e educação, sendo elas: Curitiba, Ponta Grossa e Cascavel. Por isso, além de verificarmos a

evolução da classificação de Guarapuava na hierarquia urbana paranaense, apresentamos também essa informação sobre as cidades médias apontadas pelos sujeitos pesquisados e para as quais também se evidencia o direcionamento de fluxos materiais e imateriais.

Nas edições dos estudos do IBGE/REGIC (1966, 1978, 1993 e 2007), Guarapuava recebeu classificações correspondentes ao nível de centralidade que apresentava em cada década. De 1966 para 1978, a cidade elevou sua posição hierárquica para Capital Regional que, nesse período⁹⁷ foi compatível a Cascavel e Ponta Grossa. No estudo seguinte, em 1993, regrediu à posição Forte para Médio equivalente aos centros sub-regionais e manteve-se assim no estudo de 2007, quando foi classificada como Centro Sub-regional A. O Quadro 70 apresenta a evolução dos estudos do IBGE/REGIC com a classificação hierárquica segundo o nível de influência das cidades paranaenses que, além da capital, segundo a nossa pesquisa, atraem a população da região e área de influência de Guarapuava.

Quadro 70: Evolução hierárquica de Cascavel, Guarapuava e Ponta Grossa				
Cidades	Ano e Nível de Centralidade			
	1966	1978	1993	2007
Cascavel	Centro Sub-Regional A	Capital Regional	Forte	Capital Regional B
Guarapuava	Centro Sub-Regional B	Capital Regional	Forte para Médio	Centro Sub-Regional A
Ponta Grossa	Centro Regional A	Capital Regional	Forte	Capital Regional C

Fonte: IBGE/REGIC (2008)
Org.: FERREIRA, S. C., 2010

Notamos que Cascavel, em 1993, elevou para Forte o nível de sua centralidade, equivalente a Ponta Grossa e, em 2007, alcançou a classificação de Capital Regional B, com centralidade equivalente⁹⁸ a Londrina e Maringá, enquanto Ponta Grossa foi classificada como Capital Regional C.

⁹⁷ A evolução hierárquica completa das cidades na rede urbana do Paraná encontra-se apresentada no Capítulo 1 na página 116 pela Figura 7.

⁹⁸ Embora Cascavel apresente dinâmica econômica e populacional superior a Ponta Grossa, essa mesma dinâmica é inferior a de Londrina e Maringá o que, no mínimo, sugere reflexões sobre os critérios metodológicos sobre essa classificação que poderia, talvez, ter uma outra classe que a representasse com mais propriedade.

O exercício de produção e entendimento do processo de formação socioespacial de Guarapuava, apresentado no Capítulo 2, e o conjunto de leituras que fizemos sobre essa urbe no decorrer da elaboração desta tese nos oferecem fundamentos para a compreensão sobre sua trajetória na hierarquia urbana do estado do Paraná e nos permitem algumas considerações. Durante um determinado período, que compreende o final da década de 1960 e o início de 1980, período em que passou a apresentar população urbana maior que a rural, Guarapuava representou maior centralidade no contexto regional, em parte, devido à inexpressiva articulação das redes de transportes em escala estadual que apresenta melhor estruturação a partir da década de 1970, por meio dos investimentos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e das Políticas de Desenvolvimento Urbano do Paraná.

A comunicação por telefone nessa época era menos frequente e a *internet* inexistente, o que reforçava o isolamento e a dependência das pequenas cidades e suas áreas rurais, que, nas décadas de 1970 e 80, teve ampliada sua infraestrutura em equipamentos urbanos como a ampliação da frota de ônibus intraurbanos; pavimentação de ruas em bairros periféricos ao centro; inauguração de núcleos habitacionais com apoio da COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) e BNH (Banco Nacional de Habitação), posteriormente com apoio da Caixa Econômica Federal com a extinção do BNH; construção de postos de saúde pública etc. (MARQUES, 2000; TEMBIL, 2007). Mesmo não tendo recebido investimentos diretos das políticas de criação de polos de desenvolvimento no Paraná, outras medidas foram direcionadas para Guarapuava por parte do governos estadual e federal, grande parte em função do crescente contingente populacional que se concentrava na cidade com o auge do êxodo rural na década de 1980, figurando parte das iniciativas do II Plano Nacional de Desenvolvimento e do Programa Nacional de apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio pelo qual, a cidade foi contemplada.

Em escala estadual, as cidades de maior relevância econômica na época eram Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu, todas com mais de 100 mil habitantes em 1980 (IBGE, 1980). De maneira geral, as cidades, e mais acentuadamente essas destacadas, expressavam transformações procedentes da reestruturação produtiva e social na cidade e no campo. As mudanças estavam associadas à influência e pressão nacional e internacional em função das necessidades de ampliação da

produção, sobretudo, industrial e criação de uma sociedade com potencial de consumo. Assim, a articulação intraestadual encontrava-se em pleno processo de estruturação.

De meados da década de 1980 em diante, além das melhorias efetivas nas infraestruturas em transportes e comunicação iniciadas na década anterior pelos governos federal e estadual, as cidades de Cascavel e Ponta Grossa que já se destacavam em tamanho, quantidade e qualidade na oferta de bens e serviços, apresentam os resultados das iniciativas do governo estadual para a potencialização do Centro Industrial da Transformação de Ponta Grossa e a concentração de atividades que impulsionaram o Oeste do Paraná (PARANÁ, 1974).

Assim, as duas urbes tiveram comportamento mais dinâmico frente à modernização do campo e ao desenvolvimento de atividades industriais. Em Guarapuava, esse processo ocorreu lentamente e de maneira desequilibrada quanto à geração de empregos, por meios de indústrias ou outras atividades.

Nas décadas seguintes, de 1990 em diante, com centros industriais estabelecidos no país, ampliou-se a oferta de bens e serviços e se intensificaram as comunicações, estimulando, assim, o movimento entre as urbes e a complexidade na rede urbana brasileira. No entanto, a organização de Guarapuava e das cidades da região Centro Sul frente às transformações socioeconômicas e espaciais em escala estadual e nacional, ocorreu de forma mais lenta e o nível das relações entre Guarapuava e as cidades regionais ou com outros centros não possibilitaram à sua elevação na hierarquia urbana desde que regrediu a centralidade em 1993.

No Paraná, a distribuição de cidades de pequeno porte na rede urbana é maioria, como apresentamos no Capítulo 2, sendo que dos 399 municípios, apenas 12 cidades possuem população urbana maior que 100 mil habitantes e a capital.

Assim, no contexto das políticas de desenvolvimento, as cidades de porte médio são consideradas como uma panacéia no intuito de estabelecer o equilíbrio quanto ao movimento populacional para a capital ou centros maiores no país, atender em primeiro plano às cidades pequenas e à área rural e promover o desenvolvimento socioeconômico. Algumas cidades paranaenses (Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa) foram selecionadas para esse papel pelas políticas de desenvolvimento do Estado (PARANÁ, 1974).

Esse modelo identifica-se, principalmente, com cidades em que o setor industrial constitui-se em um fator de dinamismo econômico, como explicita a matriz teórica sobre Hierarquia Urbana e Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1966), de maneira que, a atividade econômica induz à organização de um sistema hierarquizado de cidades devido ao movimento das pessoas em busca de bens e serviços.

Por meio de nossa pesquisa, entendemos que Guarapuava desempenha funções de Centro Sub-regional, conforme atribuído pelo IBGE/REGIC(2008), subordinada a redes urbanas mais complexas que são representadas pelas maiores centralidades na hierarquia urbana do Paraná com bens e serviços que lhes atribuem funções centrais. Para Corrêa (2007), Lugar Central é caracterizado por

uma poderosa concentração da oferta de bens e serviços para uma hinterlândia regional. Neste caso, trata-se do que se convencionou chamar de capital regional, foco do comércio varejista e de serviços diversificados, dotado de amplo alcance espacial máximo. Na hierarquia urbana situa-se entre a metrópole regional a quem está subordinada, pois a ela recorre para procurar bens e serviços superiores ou dela advém os capitais que controlam algumas de suas atividades terciárias e numerosos centros menores a quem subordina por meio de suas funções centrais. (CORRÊA, 2007, p.31)

Primeiramente, lembramos que a oferta de bens e serviços de Guarapuava não corresponde ao que se pode chamar de poderosa concentração. Como visto no Capítulo 2, sobre a presença de equipamentos urbanos, a cidade tem o setor de hotelaria reduzido quanto à existência de hotéis de alto padrão; de espaços para eventos e não possui *Shopping Center*.

Segundo a citação, identificamos com Guarapuava apenas a presença de capital externo controlando algumas atividades terciárias. Embora concentre atividades de comércio e serviços, estes não caracterizados por diversificação, de maneira que a população das cidades menores pesquisadas (Laranjeiras do Sul e Prudentópolis) desloca-se para centros maiores para atividades de lazer e compras. O alcance espacial das atividades, como vimos por meio da pesquisa empírica, não é máximo, mas, mínimo e, sua área de influência direta não é composta por numerosos centros, mas por oito Centros locais com menos de 10 mil habitantes e três Centros de Zona B até 30 mil habitantes. Laranjeiras do Sul é a única cidade da região centro Sul do Paraná com centralidade de Centro de Zona A e não se encontra sob sua área de influência. Embora se relacione com

Guarapuava, por alguns motivos, Laranjeiras do Sul estabelece relações mais intensas com Cascavel.

No entanto, a diferença entre as cidades permite a existência de diferentes localidades centrais, de maneira que, para Christaller (1966), todo núcleo de povoamento é considerado uma localidade central que se diferencia pela quantidade e qualidade dos bens e serviços que oferece. Segundo esse raciocínio e considerando as proposições de Christaller sobre o alcance espacial máximo e mínimo das centralidades, o alcance espacial máximo seria corresponde a uma ampla área de influência de uma localidade central com diversificada e qualificada oferta de bens e serviços que, transpondo para a realidade de nossa pesquisa, consideramos esse tipo de centralidade correspondente às cidades de Curitiba, Cascavel e Ponta Grossa, nessa ordem de importância. A população externa a essa área, em função dos maiores custos de transportes e do tempo consumido na viagem, desloca-se para localidades centrais mais próximas, no caso, para Guarapuava, em busca de consumo.

Assim, Curitiba, Cascavel e Ponta Grossa, constituem-se no plano dessa teoria e segundo as informações obtidas com nossa pesquisa, em áreas complementares de Guarapuava enquanto localidade central menos expressiva. Na atualidade, as facilidades propiciadas pelas redes de transportes e o menor custo desse serviço intensificam o deslocamento da população da região e área de influência de uma localidade central de posição hierárquica inferior (Guarapuava) em direção a localidades centrais de posição hierárquica superior (Curitiba, Cascavel e Ponta Grossa).

Assim, constatamos que as interações espaciais entre as cidades pesquisadas ainda permanecem limitadas formando redes de pouca amplitude espacial e, eventualmente, pouco conectadas por isso apresentam padrões espaciais simples. Sob o conceito de rede urbana, essa conjuntura não expressa uma rede urbana regional dinâmica e complexa, mas fraca, com padrões simples e uma forma solar com interação por parte de Guarapuava na rede urbana do Paraná com função de Centro Sub-regional, como explicitamos no decorrer desse capítulo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA

O caminho teórico percorrido para a construção desse trabalho privilegiou o entendimento do processo de urbanização do Brasil em consonância com a formação da rede urbana a proliferação das cidades de porte médio e das cidades médias. Integrar os processos de urbanização, de constituição da rede urbana, das cidades de porte médio e médias a Guarapuava foi um desafio metodológico necessário que contribuiu para a construção da argumentação central e para a elucidação dos objetivos desta tese, que consistiu em verificar a possibilidade de desempenho de funções de cidade média por Guarapuava na rede urbana do Centro Sul do Paraná. Consideramos como hipótese central que a dinâmica socioeconômica de Guarapuava, sobretudo, quanto à oferta de bens e serviços e às interações espaciais entre as cidades pequenas e Guarapuava não favorecem a estruturação de uma rede urbana que viabilize sua função como cidade média.

Partimos do pressuposto de que seria importante o entendimento do processo de formação socioespacial de Guarapuava com a identificação dos principais agentes sociais constituintes da sociedade e produtores do espaço. Embora estudada a partir de conceitos, teorias e categorias gerais permeando diferentes escalas espaciais, desde a totalidade espacial à dimensão do recorte regional e da cidade, o exercício realizado, por meio de leituras detidas sobre a ocupação e a produção do espaço em Guarapuava, foi um importante elo de conexões em todo o trabalho, permitindo a compreensão do objeto em sua singularidade. Por meio da categoria de Formação socioespacial, pudemos confirmar que apesar da organização local da sociedade e do espaço reproduzir a ordem internacional, o nível de sofisticação das técnicas empregadas e a qualidade dos serviços oferecidos pela cidade no contexto regional expressam a dinâmica em que está inserida e que provém da articulação entre os agentes sociais locais.

A partir desse entendimento, a função de Guarapuava na região foi verificada por meio das interações espaciais desta urbe com Laranjeiras do Sul, localizada em sua região, e Prudentópolis, pertencente a sua área de influência. Pensamos essas interações levando em consideração os processos políticos e econômicos de ordem geral como fundamentais na transformação e na dinâmica da rede de cidades, na proliferação das cidades médias, com a intenção de compreendermos como tais processos interagiram e materializaram-se no Paraná e em Guarapuava.

Assim, as três cidades pesquisadas constituem unidades espaciais da rede urbana brasileira e receberam significativo impulso a sua expansão e consolidação, com o advento da indústria no país. Essa expansão e consolidação ocorreu de maneira desigual, do ponto de vista histórico e do ponto de vista geográfico e isso implicou em que desempenhassem papéis distintos no processo de desenvolvimento regional.

A atual caracterização da rede urbana paranaense expressa tanto as fases econômicas que impulsionaram o movimento da população no espaço e sua concentração principalmente em algumas cidades de médio porte e na capital, quanto a ação do Estado na elaboração de planos de desenvolvimento com a definição de polos econômicos fortalecidos, principalmente, pelas atividades industriais.

Nessa perspectiva de crescimento econômico e concentração populacional, destacaram-se, no Paraná, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, como cidades mais dinâmicas socioeconomicamente e com posições mais elevadas na hierarquia urbana, tendo por centralidade superior, Curitiba, como metrópole, e nas hierarquias inferiores, os Centros Sub-regionais, os Centros de Zona e os Centros Locais. Dentre essas cidades paranaenses, em nossa pesquisa realizada junto à população de Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, foram identificadas Curitiba, Cascavel e Ponta Grossa como as principais centralidades para as quais a população pesquisada se dirige para consumo de bens e serviços.

Sobre a análise de Guarapuava, objeto instigador dessa pesquisa para a qual o enfoque e as reflexões estiveram voltados, pudemos concluir que a conjunção de condições provenientes de seu processo de formação socioespacial, reforçadas pela ação do Estado com sua não inclusão como polo disseminador de desenvolvimento em 1972 em conjunto com as políticas do PND por meio do Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio, contribuiu para seu posicionamento na rede urbana estadual como de menor relevância em relação a Curitiba, Cascavel e Ponta Grossa, no Paraná.

Além disso, com o emprego da metodologia para estudos sobre cidades médias com base na metodologia de pesquisa da ReCiMe, verificamos que a natureza das atividades econômicas identificadas por meio dos tipos de atividades desempenhadas, segundo estabelecimentos e empregos oferecidos (IPARDES/MTE/RAIS), é representada predominantemente por segmentos tradicionais da indústria e atividades comerciais e de

serviços em quantidade e diversidade significativamente inferiores à Cascavel, tomada como parâmetro comparativo.

Tais características são condicionantes de sua inserção na divisão territorial do trabalho e de sua posição na rede urbana como Centro Sub-regional. As atividades comerciais e de serviços em Guarapuava são menos complexas que em Cascavel e Ponta Grossa, conforme informações do IBGE/REGIC e comprovadas pelo Valor Adicionado Fiscal à economia do estado, com valor inferior às outras duas urbes referidas, o que expressa a dinâmica dessa atividade, assim como do setor industrial que também apresenta valor de VAF inferior a Cascavel e Ponta Grossa.

No subitem sobre a dinâmica populacional e mercado de trabalho, os dados demonstram, sobre Guarapuava, a evolução da população de rural para urbana, a partir da década de 1980, e o alcance do patamar de 100 mil habitantes, na década de 1990. Enquanto que Ponta Grossa, na década de 1970, e Cascavel, na década de 1980, já apresentavam esse porte demográfico. Independente do parâmetro demográfico, que isoladamente não qualifica a análise, o IDH acrescenta que Guarapuava mantém o índice inferior ao ideal, assim como em relação ao número de pessoas e famílias pobres.

Além dessas questões, a oferta de empregos formais na indústria, no comércio varejista e atacadista e nos serviços, em Cascavel, é significativamente maior, considerando o número de habitantes de cada urbe. A quantidade e a variedade de agências bancárias, o efetivo funcionamento do aeroporto Adalberto Mendes da Silva desde 1977 e a existência de *shopping center* em Cascavel, tomado como indicador de consumo diferenciado, reforçam sua centralidade na rede urbana paranaense, enquanto em Guarapuava, a ausência de vôos comerciais para passageiros e de *shopping Center* a distancia, nesses aspectos, da dinâmica de Cascavel e de outras cidades no estado.

Segundo as informações secundárias e da pesquisa empírica, fundamentadas pelas bases teóricas e conceituais empregadas, compreendemos que Guarapuava, no contexto regional e de sua área de influência permeada por pequenas cidades com percentual elevado de população rural, desempenha papel de localidade central para o atendimento de necessidades em bens e serviços não disponíveis nas localidades de posição hierárquica inferior que a rodeiam. As cidades pequenas da região Centro Sul do Paraná e de sua região de influência, portanto, oferecem condições de polarização com Centros Locais e de

Zona A e B, com menor oferta de bens e serviços que ela, como Centro Sub-regional (IBGE/REGIC, 2008).

No entanto, ao considerarmos o contexto de concentração populacional com baixo potencial de consumo de bens e serviços mais elevados e o fato de que em função das facilidades proporcionadas pelas redes de transporte e comunicação a atuação do mercado varejista é mais freqüente e supre as necessidades dos estabelecimentos comerciais das pequenas cidades. Dessa maneira, a população encontra na cidade na qual reside os bens de uso imediato, assim como alguns serviços básicos o que reduz a necessidade de deslocamento por tais motivos. Para aqueles que necessitam ou desejam se dirigirem a outras cidades, os deslocamentos favorecidos pelos meios de transporte coletivos e individuais e a relativa proximidade até centros melhor equipados com bens e serviços que Guarapuava, reduzem a possibilidade de polarização, o que enfraquece o desempenho de função de cidade média.

Nesse sentido, a situação geográfica de Guarapuava no centro do estado não determina, mas, influência na diminuição de seu papel frente às pequenas cidades de seu contexto regional e área de influência pois a população das cidades de seu entorno está a distâncias praticáveis de centros urbanos maiores e com atividades mais complexas em comércio e serviços. A consideração da situação geográfica como elemento determinante de papéis das cidades na hierarquia urbana não consistiu parte de nossos objetivos iniciais para a realização dessa pesquisa.

No decorrer das análises, reconhecemos que essa noção acrescenta possibilidades para a identificação de funções de cidades médias, pela proximidade ou distância de centros maiores, pela infraestrutura em redes de transporte, entre outros elementos relacionados, que podem influenciar no desempenho das funções de uma cidade.

No caso de Guarapuava, cabe a indagação e novas investigações específicas sobre a relação entre a posição geográfica no centro do estado, a inserção da cidade na rede urbana do Paraná e sua função no contexto regional. Em nossa pesquisa, consideramos que a distância até os centros maiores, apontados pelos respondentes, colabora para que os deslocamentos aconteçam para fora da região de Guarapuava.

Outra questão relevante que pode oferecer respostas contundentes à pesquisas dessa natureza envolvendo a rede urbana e a cidade média refere-se a análise aprofundada sobre a propriedade da terra e a questão fundiária que revele onde está concentrada a renda de

origem fundiária rural e onde ela é investida. No decorrer de nossa pesquisa fizemos alguns apontamentos sobre essa questão ao adentrarmos aos processos de formação socioespacial de Guarapuava no contexto regional e a produção de seu espaço urbano evidenciado o papel da elite campeira como os principais detentores de poder e posses de propriedades rurais e posteriormente de lotes urbanos. Apesar das transformações socioeconômicas e culturais que a cidade passou e a inserção de novos proprietários e grupos sociais em Guarapuava, o enredo histórico ainda consiste em importante referência analítica para entender a formação e as transformações da sociedade guarapuavana e sua repercussão no desenvolvimento socioeconômico da cidade e das relações em rede.

No mesmo sentido, a dimensão política também constitui um caminho para avançar em pesquisas que visam entender a rede urbana no Centro Sul do Paraná e a atuação de Guarapuava nessa rede. Investigar a origem das tramas políticas e a atuação da elite local na fundamentação de relações de poder em outras escalas e até que ponto tais articulações favorecem ou limitam o posicionamento de Guarapuava na rede urbana. Lembramos que, a posição hierárquica expressa, além de uma importância político-econômica para o estado ou país, a importância socioeconômica da cidade para a população local, regional. Em relação ao Plano de Desenvolvimento Urbano do Paraná, merece investigações sobre quem eram os representantes políticos daquele período e como defenderam Guarapuava para que pudesse participar mais significativamente das políticas de governo enquanto referência geográfica no centro do Paraná. Enfim, são diferentes possibilidades de análise que podem qualificar pesquisas sobre cidade média e rede urbana.

Por uma questão de escolha, não aprofundamos a análise por tais vieses embora permeiem o trabalho implicitamente. Os caminhos metodológicos que adotamos, possibilitaram responder aos objetivos dessa pesquisa ao constatarmos que tais interações ainda permanecem limitadas, formando redes de pouca amplitude espacial e, eventualmente, pouco conectadas com padrões espaciais simples em que não vislumbramos a incidência de conexões verticais e horizontais entre as demais localidades, por meio dos fluxos originados em Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis, limitando-se a Cascavel e Curitiba, como pontos de intersecção entre verticalidade e horizontalidade das três urbes.

Essa conjuntura não expressa uma rede urbana regional dinâmica, mas uma interação por parte de Guarapuava na rede urbana do Paraná com função de Centro Sub

regional, como explicitamos no Capítulo 3. Embora não seja uma condição permanente, a ruptura ou superação dessa conjuntura que se arrasta através de mais de um século não é instantânea. O contexto espacial em que estão inseridas Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis nos remete às características de baixa complexidade funcional com centros urbanos pouco articulados entre eles e interações espaciais predominantemente regional e estadual, em função das práticas que viabilizam a articulação entre os centros urbanos pesquisados, quais sejam: a centralização do serviço público de saúde e o atendimento dos funcionários públicos do estado, o lazer e a busca por bens e serviços, pelos respondentes de Prudentópolis, com inexpressiva importância nesse critério para os participantes de Laranjeiras do Sul, evidenciando a configuração de uma rede urbana regional que não expressa condições para a existência de uma cidade funcionalmente média.

Em resumo, consideramos que respondemos a nossa indagação principal, sobre a condição da rede urbana na região Centro Sul do Paraná e o desempenho de funções de cidade média por Guarapuava no contexto regional. Podemos considerar, em contrapartida, que novas questões se colocam a partir de nossa pesquisa, como estudos específicos sobre a influência da situação geográfica, da propriedade fundiária e da dimensão política na definição dos papéis de Guarapuava na rede urbana.

Esse movimento dialético de criação e recriação de hipóteses e questões só se desenvolve pela construção coletiva da pesquisa. Assim, tanto quanto nos apoiamos em um conjunto considerável de autores e pesquisas já feitas, esperamos ter colaborado para o entendimento da realidade pesquisada e para o desenvolvimento de pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A T. G. **A posse e o uso da terra.** Modernização agropecuária em Guarapuava. Sec. De Estado da Cultura e do Esporte. Curitiba, 1986.

AMERICANO, Eduardo. A transformação físico-territorial do município de Guarapuava – PR. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).** Guarapuava, 2007.

AMORIM FILHO, O. **Um esquema metodológico para o estudo das Cidades Médias.** In: II Encontro Nacional de Geógrafos (AGB). Belo Horizonte, 1976.

AMORIM FILHO, O. B., BUENO, M. E. T. e ABREU, J. F. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, São Paulo, v. 2, n. 23-24, 33-46, 1982.

AMORIM FILHO, O. SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, T. A; LODDER, C. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento:** uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

BALHANA Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Maria C. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná.** Curitiba: Departamento de História /UFPR, n.7, 1969.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (Ed.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean (Org.), **Problemas do estruturalismo,** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BRASIL. **Projeto do I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1972-1974).** Brasília, DF: Senado, 1973.

BRASIL. **Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979)**. Brasília, DF: Senado, 1974.

BRASIL. **Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1979-1981)**. Brasília, DF: Senado, 1980.

BRESCIANI, Maria Stella. Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos César de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo, Contexto, 1998.

BRUNA, G. C. STEINBERGER, M. (coord.). **Avaliação do programa nacional de cidades de porte médio e revisão de critérios de seleção das referidas cidades**. São Paulo, FAU/USP 19 v., 1984.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2000.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. New Jersey, Prentice-Hall inc., 1966.

CNDU/MDU (1985). **Evolução da Rede Urbana do Brasil Período 1970-1980**. Brasília.

COHAPAR. Relação de Conjuntos habitacionais. Regional Guarapuava, 1995.

COHAPAR. Relatório final do Programa de Atuação em Favelas, 1999.

COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA. **Relatório 2008. Guarapuava: Cooperativa Agrária Mista**, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Regionalização e organização espacial**. 6 ed. São Paulo, Ática, 1989.

_____. **A Rede Urbana**. São Paulo. Ática, 1994.

_____. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b, p. 279-318.

_____. A Rede Urbana e a sua Dinâmica: Algumas Reflexões e Questões. In: **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. (Org. Maria Encarnação Sposito). Presidente Prudente, 2001.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. In: **Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos**. Vol. 1, n. 1, 2004 – v. 1.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, 2006.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: **Cidades médias: espaços de transição**. Org.: Maria Encarnação Beltrão Spotito). Expressão popular, São Paulo, 2007.

COSTA, W. M. da. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

DAVIDOVICH, F. e LIMA, O. M. Buarque de (1975). **Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil**. REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, ano 37, n. 1, jan/mar, 1995.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANÁ. *Institucional: histórico*, 2006. Disponível em: < http://www.pr.gov.br/der/inst_historico.shtml>. Acesso em: 10/09/2009.

DIAS, L C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. (Org.). et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Redes Eletrônicas e Novas Dinâmicas no território Brasileiro. In: **Questões Atuais da Reorganização do Território**. (Orgs.; CASTRO, Iná E. et all). Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2002.

DRUCIAK, V. **As (des) articulações de Guarapuava com Maringá e Londrina: uma análise a partir da rede de transporte rodoviário de passageiros**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade estadual de Londrina (UEM). Maringá, 2009.

EGLER, Cláudio Gonçalves. Urbanização Mundial e no Brasil: Mudanças Recentes e Perspectivas. In: IPEA, IBGE, UNICAMP. **Estudos básicos para a caracterização da rede urbana**. Brasília:. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil). IPEA, 2001.

_____. Crise e Dinâmica das Estruturas Produtivas Regionais no Brasil. In: **Questões Atuais da Reorganização do Território**. (Orgs.; CASTRO, Iná E. et all). Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2002.

FARIAS, Vilmar. “Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos”. In: SORJ, B., ALMEIDA, M. (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Sandra Cristina. CORADELI, Robson Tiago. Políticas territoriais no Brasil: criação e extinção do Território Federal do Iguçu. **ANAIS: O mundo em movimento: cidade, ambiente, migração**. XVI Semana de Geografia. Unicentro, Guarapuava, 2008, p.217-228.

_____. Internacionalização do espaço local: multinacionais em Irati-PR. **Saberes Geográficos: Teorias e Aplicações**. (Orgs.: VESTENA, L. et al) Ed. Unicentro, Guarapuava, 2009.

FRESCA, Tania Maria. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004a.

_____. Industrialização no norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégia de crescimento. **Ciência Geográfica**. Bauru, v.10, n. 3, p.195-206.set/dez.2004b

FIEP. **Federação da Indústria do Estado do Paraná**. Cadastro das indústrias, 2010. CD RUN.

FIRKOWISK, Olga Lucia C. de Freitas. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo Nacional 1997.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **Trajatória Ambiental de Guarapuava : leituras da paisagem**. (Tese Doutorado) - Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente : [s.n], 2009.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**, São Paulo, Edições Loyola, 2001.

HAURESKO, Cecília. Entre tradição e modernidade: o lugar dos faxinais das comunidades de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul- PR) e Anta Gorda (Prudentópolis) **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de São Paulo/ UNESP, Rio Claro, 2009.

IBGE. **Indicadores Sociais; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, municípios com mais de 100 000 habitantes**. MASSENA, R. M. Rosa. (org.). Rio de Janeiro. IBGE. Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, 1988.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro. 1992

IBGE (1996). **Agglomerações Urbanas para Fins Estatísticos**. Rio de Janeiro, 1996.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados censitários 1940 A 2000**. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em outubro de 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem da população. 2007. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em abril de 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa da população. 2009. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em abril de 2010.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades – 1966**. Rio de Janeiro. IBGE, 1972.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades – 1973**. Rio de Janeiro. IBGE, 1987.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades – 1993**. Rio de Janeiro. IBGE, 2000.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades – 2007**. Rio de Janeiro. IBGE, 2008.

IPARDES. **Paraná: economia e sociedade.** Curitiba, 1982.

IPARDES. **Paraná. Diagnóstico social e econômico.** Curitiba, 2003. CD-ROM.

IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná.** Curitiba, 2004.

IPARDES. **Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional.** Curitiba, 2005.

IPARDES. **Os vários Paranás: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional.** Curitiba, 2006.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro: 1.a fase: caracterização global.** Curitiba : IPARDES, 2007. 138 p.

IPARDES. **Os Vários Paranás.** Oeste paranaense: especificidades e diversidades. Curitiba, 2008.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Comentários sobre os resultados do REGIC/2007.** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 2009.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil.** (Coleção Pesquisa, 2v), Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE; Campinas: UNICAMP/IE/NESUR; IPEA; IBGE, 1999.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil.** (Coleção Pesquisa, 3v), Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE Campinas: UNICAMP-IE/NESUR; IPEA; IBGE, 2000.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Seleção de Textos** (Revista da AGB) São Paulo, n. 11, p. 25 – 43, 1985.

KOYRÉ, Alexandre. **Do Mundo Fechado ao Universo Infinito.** São Paulo, Edusp, 1979, p. 13-14.

KOVARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1993.

KRÜGER, Nilvaldo Passos. **Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história.** Guarapuava, 2008.

LACHESKI, Edilane. **Guarapuava no Paraná: Discurso, memória e identidade (1950-2000)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2009.

LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

LUZ, Cirlei F.C. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava**, Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, 1988.

MALDANER, Iandra de Souza Jandir Ferreira de LIMA. Silvia Cristina Bender GRECO. A estrutura urbana no Oeste do Paraná. a influencia da cidade de Cascavel no seu entorno. In: **RA'E GA**, Curitiba, n. 14, p. 7-18, 2007. Editora UFPR.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. *et al.* (Orgs.). **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, Márcia Tembil. **De onça a rouxinol: A favela e a cidade (1950 – 1999)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual do Centro Oeste – Paraná. Assis, Guarapuava, 2000.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Ministério do Trabalho e do Emprego. Número de empregos e estabelecimentos por setor (indústria, comércio e serviços), 2006.

MIYASAKI, Vitor K. Álvares Machado, Presidente prudente e Regente Feijó: um estudo sobre aglomeração urbana. **Relatório de Qualificação de Pós Graduação em Geografia** (Mestrado). Presidente prudente, UNESP, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Repensando a Geografia. In: **Novos rumos da geografia brasileira**. Org.: Milton Santos. São Paulo. Hucitec, 4. Edição, 1996.

MORIMITSU, João e Márcia da Silva. Políticas Públicas habitacionais em Guarapuava Paraná. In: **Cidade, Cultura e Ambiente**. Ed. Unicentro, Guarapuava, 2008.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. R. **RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004.

_____. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia).

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009 249p.

MUSSOI, Arno Bento. **Administração pública do Território Federal do Iguaçu**. (Monografia de Pós-Graduação) Faculdade do Brasil, 2004.

NADALIN, Sergio. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**, São Paulo: Hucitec, 2006.

PARANA. **Governo do Estado e Desenvolvimento Urbano**. Curitiba, 1974.

PEREIRA, F. M. e LEMOS, M.B. **Cidades médias: uma visão nacional e regional**. XI Seminário sobre economia mineira. Diamantina, 24 a 27 de agosto de 2004. **Anais**. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br>. Acessado em 15/08/2009.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos).

PONTES, Beatriz. Soares. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (1970). **Boletim de Geografia**. Maringá: UEM, n. 18, p. 1-27, 2000.

_____. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

_____. A mudança no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional. SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E, e SOBARZO, O. Expressão Popular, Presidente Prudente, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Historia econômica do Brasil**. 17. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Levantamento de ocupações irregulares na cidade**, 1995.

PRINCESA DOS CAMPOS, 2008. Empresa de transporte rodoviário de passageiros e cargas. Ponta Grossa.

Registros de domínios 2005/2006. Disponível em: <<http://www.Registro.br>>. Acessado em: 12/04/2009.

RAIS. **RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS**. Número de desempregados por setor em Guarapuava e Cascavel, 2006.

REOLON, C. A. **A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense.** 2007. Dissertação (Mestrado) - UNIOESTE/Campus de Toledo, Toledo, 2007.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e Sistemas: Ensinando sobre o urbano e a região.** São Paulo. Hucitec, 1998, p.19,20.

_____. **Regionalização e rede urbana,** R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 115-121, UFPR, 2003.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, n. 54, p.35-59, jun de 1977.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana.** São Paulo, Hucitec, 1981.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A urbanização brasileira.** 2ºed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** Edusp, São Paulo, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional.** 3 ed., Hucitec, São Paulo, 1997.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia.** 2. ed. Tradução de Myrna T. Rego Viana. São Paulo: EDUSP, 2004.

SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL DE GUARAPUAVA. **Relatório sobre levantamento da situação de pobreza no município de Guarapuava,** 1997.

SEFA.Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná. **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços,** 2007, 2008.

SEFA.Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná. **Valor Adicionado Fiscal por Município,** 2007, 2008.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do Pós –Guerra. In: **Desenvolvimento Capitalista do Brasil: Ensaio Sobre a Crise.** Vol.1 São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, Joseli M. **Valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 1995.

_____. **A verticalização de Guarapuava(PR) e suas representações sociais.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

SILVA, Márcia da. **Análise política do território: poder e desenvolvimento no Centro Sul do Paraná.** UNICENTRO. Guarapuava, 2007.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** 6a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho, cidades médias. **Geo UERJ.** Revista do Departamento de Geografia, UERJ, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, 2002.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação.** UNESP, Presidente Prudente, n 6, 1999.

_____. BESSA, Kelly C. F. O. **Especificidades da urbanização nas áreas de Cerrado Brasileiro:** a importância das cidades médias. Mimeo, 2000.

_____. B. R. Cidades Médias: uma revisão bibliográfica. In: ALVES, A. F.; Flávio, L. C.; SANTOS, R. A dos (Org.). **Espaço e Território:** interpretações e perspectivas do desenvolvimento. 1. ed. Francisco Beltrão, Paraná, 2005. v . p.273.286.

_____. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais-MG. In: **Cidades médias: espaços de transição.** Org.: Maria Encarnação Beltrão Spotito). Expressão popular, São Paulo, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “fragmentação do tecido sócio-espacial” da metrópole á desmetropolização relativa” algumas facetas da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90. In: **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas.** (Org. Maria Encarnação Sposito). Presidente Prudente, 2001.

_____. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Maria Adélia de. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DÉAK, Csaba e SCHIEFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização do Brasil.** São Paulo, Edusp, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org) **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: (s.n), 2001.

_____. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: **Cidades médias: espaços de transição.** Org.: Maria Encarnação Beltrão Spotito). Expressão popular, São Paulo, 2007.

_____. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: **Cidades médias: espaços de transição**. Org.: Maria Encarnação Beltrão Spotito). Expressão popular, São Paulo, 2007.

STEINBERGER, Marília e BRUNA, Gilda C. Cidades Médias: elos do urbano-regional e do público-privado. ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente. (Org.) **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava, recompondo histórias, tecendo memórias**. UNICENTRO, Guarapuava, 2007.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970-2000**. Eduem, 2006.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: Territórios e redes de sociabilidade**. Tese (Doutorado em Geografia). Unesp. Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2008.

ULLMAN, Edward. Geography as spacial interaction. In: HURST, Michael Eliot (org.) **Transportation Geography**. Tradução de Rodrigo Giraldi Cocco (2009). Londres: Macgraw Hill, 1972, p. 29-39.

VELTZ, P. Hierarquias e rede. In BENKO, G. *et al.* **As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Celta: Oeiras, 1996.

JORNAIS

DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 12 de novembro de 2008, p.13.

JORNAL ESQUEMA OESTE, 27 de agosto de 1981, p.03.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 08 de outubro de 2009, p.06.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE. Mais de 1500 famílias nas favelas de Guarapuava. 7 de agosto de 198, p. 05.

REDE SUL DE NOTÍCIAS, outubro de 2008.< <http://www.redesuldenoticias.com.br>> acessado em: 20 de novembro de 2008.

FONTES ORAIS

Nael Paulo de Oliveira (Funcionário Público da Prefeitura Municipal de Guarapuava)

Leonides Fernandes (Funcionário Público da Prefeitura Municipal de Guarapuava)

ANEXOS

Anexo 3: Questionário da pesquisa Regiões de influência das cidades - 2007

IBGE REGIC - Região de Influência das Cidades

Trizidela do Vale

Agência:
 Senha:

Ramário do Mazim
 Capinzal do Norte
 Esperantinópolis
 Igarapé Grande
 Joséândia
 Lago do Junco
 Lago dos Rodrigues
 Lima Campos
 Poção de Pedras
 Santo Antônio dos
 Lopes
 São Ramunício do Doca
 Sistema
 São Roberto
 Trizidela do Vale

Em caso de dúvidas quanto
 ao preenchimento, entrar
 em contato:
regic@ibge.gov.br

I. Transporte público - ligações regulares

1. MA - São Luis Não possui ligação regular. Distância para esta capital: Km

Tipo: Nº de saídas: Frequência: Tempo médio de viagem:

Rodoviário dias horas minutos

Barco dias horas minutos

Aéreo dias horas minutos

2. MA - Pedreiras Não possui ligação regular.

Tipo: Nº de saídas: Frequência: Tempo médio de viagem:

Rodoviário dias horas minutos

Barco dias horas minutos

Aéreo dias horas minutos

3. MA - Bacabal Não possui ligação regular.

II. Indique, em ordem de frequência, em que municípios os moradores do município cursam o ensino superior:

1º lugar: UF: Município:

2º lugar: UF: Município:

3º lugar: UF: Município:

4º lugar: UF: Município:

III. Indique em que município(s) fica(m) o(s) aeroporto(s) mais frequentemente utilizado(s) pelos moradores do município para vôos em linhas regulares:

1º lugar: UF: Município:

2º lugar: UF: Município:

IV. Indique em que municípios são editados os jornais vendidos nesta cidade:

Diário Não recebe

UF: Município: Nº de títulos:

UF: Município: Nº de títulos:

UF: Município: Nº de títulos:

UF: Município: Nº de títulos:

V. Indique, em ordem de frequência, em que municípios os moradores compram artigos como roupas, calçados, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, computadores, móveis:

1º lugar: UF:

2º lugar: UF:

3º lugar: UF:

4º lugar: UF:

VI. Indique, em ordem de frequência, em que municípios os moradores buscam serviços de saúde (consultas médicas, odontológicas, exames ou internações):

1º lugar: UF:

2º lugar: UF:

3º lugar: UF:

4º lugar: UF:

VII. Indique, em ordem de frequência, para quais municípios os moradores vão para frequentar cinema, teatro, shows, jogos e demais eventos artísticos ou esportivos.

1º lugar: UF:

2º lugar: UF:

3º lugar: UF:

4º lugar: UF:

VIII. Para os três principais produtos agropecuários, indique (1) em quais municípios os produtores rurais compram insumos (adubos, fertilizantes, vacinas), e (2) quais municípios são o primeiro destino da maior parte da produção.

1º Produto:

Municípios de origem dos insumos:

UF: Município:

UF: Município:

UF: Município:

Municípios de destino da produção:

UF: Município:

UF: Município:

UF: Município:

A Internet é uma opção relevante para a compra de insumos? Sim Não

2º Produto:

Municípios de origem dos insumos:

UF: Município:

UF: Município:

UF: Município:

Municípios de destino da produção:

UF: Município:

UF: Município:

UF: Município:

A Internet é uma opção relevante para a compra de insumos? Sim Não

3º Produto:

Municípios de origem dos insumos:

UF: Município:

UF: Município:

UF: Município:

Municípios de destino da produção:

UF: Município:



UF: Município:

UF: Município:

A Internet é uma opção relevante para a compra de insumos? Sim Não

IX. O município possui serviço comercial de assinatura de Internet banda larga ? (não considere acesso via satélite)

Sim Não

ANEXO 4: Questionário para verificação da região de influência das cidades			
Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Prudentópolis - 2008			
		Universidade Estadual do Centro Sul do Parana-UNICENTRO Universidade Estadual Paulista - UNESP Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT Programa de Pós-graduação em Geografia - Mestrado	
			
Quest. Nº:	1. Município:	Guarapuava	
2. Nome			
3. Bairro:			
4. Sexo:	() M	() F	5. Idade:
6. Profissão:			
7. Ramo de atividade:			
8. Desloca-se para outro município a trabalho?	() sim () não		
9. Qual a frequência?	() diária () semanal () quinzenal () mensal () esporádica		
10. Qual é o meio de transporte utilizado?			
() ônibus () carro () moto () carona () transp. municipal () transp. da empresa			
() outro			
11. Qual?			
12. Desloca-se para outro município por outros motivos?	() sim () não		
13. Qual?			
14. Qual a frequência?	() diária () semanal () quinzenal () mensal () esporádica		
15. Motivo do deslocamento:			
() estudo () compras () lazer () saúde () outro			
16. Qual?			
17. Qual é o meio de transporte utilizado?			
() ônibus () carro () moto () carona () transp. municipal () transp. da empresa			
() outro			
18. Qual?			
19. Comunica-se com algum município por telefone?	() sim () não		
20. Qual?			
21. Com qual frequência?	() diária () semanal () quinzenal () mensal () esporádica		
22. Qual o motivo?	() trabalho () lazer () outro		
23. Qual?			
24. Comunica-se com municípios da região por telefone?	() sim () não		
25. Se sim, com quais municípios?			
26. Com qual frequência?	() diária () semanal () quinzenal () mensal () esporádica		
27. Qual o motivo?	() trabalho () lazer () outro		
28. Qual?			
29. Comunica-se com algum município via internet?	() sim () não		
30. Qual?			
31. Com qual frequência?	() diária () semanal () quinzenal () mensal () esporádica		
32. Qual o motivo?	() trabalho () comércio eletrônico () Serv. bancário on-line () estudo		
() jogos on-line () outro			
33. Qual?			
34. Comunica-se com municípios da região via internet?	() sim () não		
35. Se sim, com quais municípios?			
36. Com qual frequência?	() diária () semanal () quinzenal () mensal () esporádica		
37. Qual o motivo?	() trabalho () comércio eletrônico () Serv. bancário on-line () estudo		
() jogos on-line () outro			
38. Qual?			
39. Alguém da família estuda fora de Guarapuava	() sim () não		
40. Em qual município?			
41. Em qual nível?	() Ens. Infantil () Ens. Fundamental () Ens. Médio () Ens. Superior		
() Pós-graduação () Ens. Profissionalizante () outro			
42. Qual?			
43. Qual é o meio de transporte utilizado?			
() ônibus () carro () moto () carona () transp. municipal () fretamento			
() outro			
44. Qual?			
45. Onde costuma buscar os seguintes serviços?			
Indique as cidades onde os moradores deste município vão usualmente comprar os produtos e serviços relacionados a seguir nos itens A a J, mesmo que sejam encontrados nesta sede municipal			
A) Serviços autorizados de eletro-eletrônicos (conserto de vídeo cassete, dvd apar. de som, forno microondas, etc)			
() Guarapuava.			
() Outro. Qual.			
B) Aquisição de carros ou motos novos			
() Guarapuava			
() Outro. Qual.			
C) Compra e manutenção de computadores e periféricos.			
() Guarapuava.			
() Outro. Qual.			
D) Serviços básicos de saúde.			
() Guarapuava			

C) Compra e manutenção de computadores e periféricos.	
<input type="checkbox"/> Guarapuava.	
<input type="checkbox"/> Outro. Qual:	
D) Serviços básicos de saúde.	
<input type="checkbox"/> Guarapuava	
<input type="checkbox"/> Outro. Qual:	
E) Médico especialista (pediatra, geriatra, oftalmologista, cardiologista, oncologista e outros)	
<input type="checkbox"/> Guarapuava.	
<input type="checkbox"/> Outro. Qual.	
F) Cirurgias especializadas (de olhos, cardiovasculares, neurocirurgias e transplantes)	
<input type="checkbox"/> Guarapuava	
<input type="checkbox"/> Outro. Qual.	
G) Exames especializados de saúde (tomografia computadorizada, medicina nuclear e hemodiálise)	
<input type="checkbox"/> Guarapuava	
<input type="checkbox"/> Outro. Qual.	
H) Tratamento de de ortodontia	
<input type="checkbox"/> Guarapuava.	
<input type="checkbox"/> Outro. Qual.	
I) Agências de turismo (incluindo compra e venda de passagens aéreas e terrestres)	
<input type="checkbox"/> Guarapuava	
<input type="checkbox"/> Outro. Qual.	
J) Serviços de advocacia	
<input type="checkbox"/> Guarapuava	
<input type="checkbox"/> Outro. Qual:	
46. Renda média mensal familiar	
	<input type="checkbox"/> até 2 s.m. <input type="checkbox"/> de 2 a 4 s.m. <input type="checkbox"/> de 4 a 10 s.m. <input type="checkbox"/> mais de 10 s.m.
47. Costuma ler jornal:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quais:	
48. Conhece outros jornais que circulam na cidade:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quais:	
49. costuma ouvir radio:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quais:	
50. Conhece outras transmitidas na cidade:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quais:	
51. Observações:	